

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA JULIETA WEBER CORDOVA

***TINGUÍS, PIONEIROS E ADVENTÍCIOS NA MANCHA LOIRA DO
SUL DO BRASIL: o discurso regional autorizado de formação
social e histórica paranaense***

**CURITIBA
2009**

MARIA JULIETA WEBER CORDOVA

***TINGUÍ, PIONEIROS E ADVENTÍCIOS NA MANCHA LOIRA DO
SUL DO BRASIL: o discurso regional autorizado de formação
social e histórica paranaense***

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

**CURITIBA
2009**

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Cordova, Maria Julieta Weber

Tinguís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense / Maria Julieta Weber Cordova. – Curitiba, 2009.

296 f.

Orientador: .Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira
Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Paraná – regionalismo. 2. Identidade regional – Paraná.
3. Intelectuais e política – Paraná. 4. Paraná – história. I. Título.

CDD 981.62
CDU 981(816.2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER


A banca examinadora, nomeada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) candidato(a) **Maria Julieta Weber Cordova**, em relação a sua Tese de Doutorado "TINGUÍIS, PIONEIROS E ADVENTÍCIOS NA MANCHA LOIRA DO SUL DO BRASIL: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense", é de parecer favorável à.....APROVAÇÃO..... do(a) candidato(a), habilitando-o(a) ao título de Doutor em Sociologia, área de concentração em Cultura e Poder, linha de pesquisa Instituições e Poder. Curitiba, 24 de agosto de 2009.


Dr Euclides Marchi


Dr Alexandro Dantas Trindade


Drª Teresa Jussara Luporini


Drª Maria Tarcisa Silva Bega


Dr Ricardo Costa de Oliveira
(Orientador e presidente da banca examinadora)

Ao Carlos, Isabella e Bruno.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me iluminar, possibilitando que da paixão pela pesquisa, pudesse cultivar o fruto maior dessa caminhada, que é o presente trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia:

Ao meu Orientador, Professor Ricardo Costa de Oliveira, que se constitui em referencial nesta pesquisa, pela confiança e pelo encorajamento constante nesta caminhada.

Aos professores pela oportunidade, pela vivência e pelos aprendizados, fundamentais em minha formação e em minha trajetória.

À Banca Examinadora,

Professor Euclides Marchi, grande figura humana, com quem pude aprender sobre a essência da pesquisa na Análise de Discurso.

Professora Teresa Jussara Luporini, minha professora desde o ensino fundamental, orientadora de mestrado e que me ensinou, com dedicação, a ser uma pesquisadora.

Professor Alexandro Dantas Trindade, pelas dicas precisas e essenciais ao encaminhamento teórico do trabalho.

Professora Maria Tarcisa Silva Bega, referência no estudo regional paranaense e em quem especialmente me inspirei na realização deste trabalho.

Aos colegas do mestrado e do doutorado, pela amizade, pelo alento do dia-a-dia e pelas experiências trocadas.

À Sueli Helena Andolfato de Sales pelo carinho e pelo profissionalismo sempre demonstrados.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde pude conhecer e encontrei ambiente para descobrir o gosto pela pesquisa.

Ao querido amigo Professor Mário Urbano Canteri, por me presentear, mais uma vez, com seu vasto conhecimento da Língua Portuguesa, na correção ortográfica.

Ao Professor Ademir José Rosso, coordenador do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo incentivo pessoal e pelas dicas epistemológicas preciosas.

À Professora Divanir Eulália Naréssi Munhoz pela confiança e pelas oportunidades enriquecedoras de diálogo em suas aulas de Epistemologia, no Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

À Senhora Angela Maria de Oliveira, bibliotecária da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela generosidade em me auxiliar na normalização do trabalho.

Às Instituições pesquisadas, pelo auxílio e acolhimento.

Em especial, ao Círculo de Estudos Bandeirantes, nas pessoas do Professor Sebastião Ferrarini e da Senhora Lucia Fernandes, que além de me auxiliarem na pesquisa de seu inestimável acervo sobre o Paraná, também me proporcionaram pesquisar, antes mesmo de sua catalogação e alocação definitiva, nos Álbuns pessoais de Bento Munhoz da Rocha Netto, então recém doados por Flora Camargo Munhoz.

De modo especial, à minha família:

Ao Carlos por me ajudar na determinação e por compreender plenamente a importância pessoal da realização deste trabalho.

À Isabella e ao Bruno, meus amados filhos, que comigo vivenciaram e me apoiaram em todas as etapas.

Ao meu pai Willy (*in memoriam*) e à minha mãe Zilma, pelo exemplo de luta e honestidade.

Aos meus irmãos queridos, tios e sobrinhos por acreditarem em mim.

À minha amiga Neiva pela coragem sempre transmitida.

A todos que colaboraram na realização desta pesquisa e, ainda que anonimamente, foram protagonistas no apoio a este trabalho.

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A mágica presença das estrelas!

Mario Quintana

RESUMO

A tese trata do discurso de formação social e histórica paranaense, perpassando pelo discurso regional de identidade e tendo como objetivo a análise das produções intelectuais de Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado e David Carneiro. O referencial teórico, que instrumentalizou o enfoque sociológico e delimitou a escolha dos procedimentos metodológicos na pesquisa, tomou como ponto de partida a relação entre os conceitos de *linguagem de autoridade* e *espírito de família* de Pierre Bourdieu. Trabalhou-se com as noções de *campo*, *habitus* e *trajetória*, pois é justamente no espaço do *campo* onde podem ser detectadas as relações de poder e vínculo familiar. Compreendeu-se que o discurso autorizado encontrou fundamentação numa lógica de reprodução e distribuição do capital cultural herdado, tendo como elementos de análise a herança familiar dos intelectuais em questão e sua correlação com o poder político regional, pois tanto Bento Munhoz da Rocha Netto como Brasil Pinheiro Machado e David Carneiro eram descendentes de famílias históricas paranaenses, ocupando posições sociais privilegiadas. Trabalhou-se também com a Análise de Discurso Francesa, procurando discutir o sentido simbólico do discurso identitário e sua relação com a formação social e histórica regional. A problemática residiu, portanto, em apreender o discurso regional de formação social e histórica paranaense, considerando os processos e as condições de produção de uma *linguagem autorizada*. Nos capítulos que compõem a tese, abordaram-se questões consideradas chaves para a compreensão discursiva dos intelectuais: Bento Munhoz da Rocha Netto, enquanto um intelectual em defesa da identidade e do território paranaense e tendo em conta a sua trajetória política, trabalhou com temas concernentes ao regionalismo e à diversidade regional e reiterou o contraponto entre a tradição ervateira e o pioneirismo no Paraná, atentando para diferenciais na formação social e cultural do sul do Brasil; Brasil Pinheiro Machado sustentou seu discurso regional com base na formação histórica, fundamentalmente no estudo das comunidades e de suas migrações, a partir de estímulos de ordem nacional, sendo que nesse sentido propôs uma sinopse da história regional e identificou três ondas de migrações e de povoamento do território paranaense, em que se apresentaram formas diferenciadas de ocupação e de formação de suas comunidades, que podem ser identificadas pelo que se convencionou denominar historicamente de Paraná tradicional e de Paraná moderno; David Carneiro representou justamente a personificação do discurso de identidade calcado numa fundamentação histórica regional, com vistas à mitificação do herói enquanto elemento de integração paranaense. Utilizaram-se como fontes de pesquisa, fundamentalmente, as obras dos intelectuais em questão, procurando levar em conta o contexto de suas produções.

Palavras-chave: Discurso regional. Identidade paranaense. Produção Intelectual. Formação social e histórica paranaense.

ABSTRACT

The thesis deals with the social formation and historical *paranaense* speech passed by the identity regional speech and having as objective the analysis of the intellectual productions by Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado and David Carneiro. The theoretical referential that based the sociological approach and delimited the choice of the methodological procedures in the research, took as starting point the relation between the concepts of authority language and spirit of family by Pierre Bourdieu. It was worked with notions of field, *habitus* and trajectory, because it is exactly in the space of the field where the relations of power and familiar bond can be detected. It was understood that the authorized speech found bases in a reproduction logic and distribution of the inherited cultural capital, having as analysis elements of the familiar inheritance of the intellectuals in question and their correlation with the regional political power, because Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado and also David Carneiro descended from *paranaenses* historical families, therefore occupied privileged social status. It was also worked with the French Analysis of Speech, aiming at arguing the symbolic direction of the identity speech and its relation with the social and historical regional formation. The problematic was, therefore, in apprehending the historical and social formation authorized *paranaense* regional speech, considering the processes and the conditions of production of an authorized language. In the chapters that compose the thesis, questions which were considered keys to the discursive understanding of the intellectuals: Bento Munhoz da Rocha Netto, as an intellectual in defense of the *paranaense* identity and territory and taking into account his political trajectory, who worked with subjects concerned to the regionalism and the regional diversity. He reiterated the counterpoint between the *ervateira* tradition and the pioneers in Paraná, attempting to differentials in the social and cultural formation of the south of Brazil. On the other hand, Brasil Pinheiro Machado will support his regional speech on the basis of the historical formation, basically in the study of the communities and their migrations, from national order stimuli. It is in this way that a synopsis of the regional history was proposed and were identified three waves of migrations and settlements in *paranaense* territory, where differentiated forms of occupation and formation of its communities were presented and can be identified by what was stipulated to be called historically as the traditional Paraná and the modern Paraná. David Carneiro represented exactly the personification of the identity speech based on regional historical foundations, tending to the mystification of the hero while an element of *paranaense* integration. As research resources, basically, the works of the intellectuals in question were used, looking for taking into account the context of their productions.

Key-words: Regional speech. *Paranaense* Identity. Intellectual production. *Paranaense* social and historical formation.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO.....	71
QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE BRASIL PINHEIRO MACHADO.....	74
QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE DAVID CARNEIRO.....	76
QUADRO 4 – CAPÍTULOS DA HISTÓRIA REGIONAL PARANAENSE.....	177
QUADRO 5 – CAMPOS GERAIS: ESTRUTURAS AGRÁRIAS.....	198
QUADRO 6 – HISTÓRIA DO PARANÁ – VOLUMES II, III e IV.....	218
QUADRO 7 – HISTÓRIA DO PARANÁ – VOLUME I.....	220
QUADRO 8 – HISTÓRIA PSICOLÓGICA DO PARANÁ.....	235

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PRIMEIRA PARTE	
CAPÍTULO I	21
LINGUAGEM AUTORIZADA E ESPÍRITO DE FAMÍLIA	
1.1 Campo, <i>habitus</i> e trajetória: implicações teórico-metodológicas no estudo da linguagem autorizada.....	21
1.2 O espírito de família e a lógica de reprodução e distribuição do capital cultural.....	28
1.3 A eficácia do discurso regional e a autoridade do enunciador.....	32
CAPÍTULO II	35
O DISCURSO REGIONAL IDENTITÁRIO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS	
2.1 Análise de Discurso: a compreensão de um objeto simbólico na produção de sentidos.....	35
2.2 O efeito de sentido num contraponto discursivo entre Bento Munhoz da Rocha Netto e Brasil Pinheiro Machado.....	42
CAPÍTULO III	51
O PARANÁ DE BENTO, BRASIL E DAVID: O SENTIDO SIMBÓLICO E IDENTITÁRIO DE SUAS PRODUÇÕES	
3.1 O ideal identitário paranaense e a instituição de um discurso científico.....	51
3.2 Trajetória e luta simbólica nas produções de Bento, Brasil e David.....	67
SEGUNDA PARTE	
CAPÍTULO IV	83
BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO E O DISCURSO DE FORMAÇÃO SOCIAL PARANAENSE	
4.1 Bento Munhoz da Rocha Netto: o espírito de família no discurso e nas ações políticas de um intelectual da elite familiar ervateira no Paraná.....	83
4.2 O caminho para a política e a herança do passado.....	87
4.3 A luta pelo território paranaense.....	102
4.4 Um intelectual bandeirante: o regionalismo e sua diversidade como fundamento de análise.....	109
4.5 Entre ser tinguí ou ser pioneiro: o mate e o café antagonizam-se em terras paranaenses.....	117
4.6 A formação social e cultural no sul do Brasil: a “mancha loira” do Brasil.....	128
4.7 Curitiba: “expressão e orgulho de um grande Estado”.....	142
4.8 Bento, “um amigo cem por cento”.....	147

CAPÍTULO V	156
BRASIL PINHEIRO MACHADO E O DISCURSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA PARANAENSE	
5.1 Um intelectual nascido na Princesa dos Campos: os traços da imigração no Paraná.....	156
5.2 Uma análise da cidade colonial: “o fenômeno urbano em termos teórico-conceituais”.....	165
5.3 O modelo de explicação histórica de Brasil Pinheiro Machado.....	172
5.3.1 Uma sinopse da história regional do Paraná.....	173
CAPÍTULO VI	182
BRASIL PINHEIRO MACHADO E SUA PRODUÇÃO CONJUNTA	
6.1 A produção conjunta de Balhana, Machado e Westphalen e a produção historiográfica do Departamento de História da UFPR.....	182
6.1.1 A Escola dos Annales e o contraponto de gerações.....	186
6.2 Contribuições de Machado ao estudo da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais.....	190
6.3 As estruturas agrárias enquanto campo de estudo regional.....	197
6.4 A formação histórica da estrutura agrária dos Campos Gerais.....	202
6.5 A ocupação do Paraná tradicional e do Paraná moderno: as “três ondas de povoamento”.....	210
6.6 A obra “História do Paraná” e a divulgação da história paranaense.....	217
CAPÍTULO VII	223
DAVID CARNEIRO: A “ALMA PARANAENSE” E O PROCESSO REGIONAL DE HEROIFICAÇÃO	
7.1 David Carneiro: o “último dos paranistas”.....	223
7.2 Um contratempo com os “adventícios”.....	230
7.3 Por uma “história psicológica do Paraná”.....	234
7.4 O ideal identitário e a mitificação do herói paranaense: o positivismo como cerne de análise.....	241
7.5 Da “Necessidade urgente do conhecimento sistemático da história e das leis de evolução social, afim de se saber para onde caminha a humanidade”.....	247
7.6 “O Paraná na História Militar do Brasil”: a busca de sentido simbólico no discurso regional.....	255
7.7 “O Paraná na Guerra do Paraguai”: o processo regional de heroificação.....	262
CONSIDERAÇÕES FINAIS	271
REFERÊNCIAS	276

INTRODUÇÃO

O estudo regional é, por certo, cativante, no sentido de que possibilita ao pesquisador a proximidade e a vivência com o tema de estudo. Entretanto, a delimitação da análise para o enfoque regional, teve como objetivo geral indagar sobre suas condições de produção.

A questão central dessas indagações residiu no discurso que delineou a formação social e histórica regional paranaense. Num contexto em que o estudo social e histórico não se vinculava às suas especificidades disciplinares, formularam-se e instituíram-se discursos sobre o que viria a constituir o estudo regional, na sua formação e no seu caráter identitário. Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado e David Carneiro são referências a esse processo que norteou as diretrizes sociais e históricas no estudo regional paranaense.

Assim, ao se trabalhar com o recorte temático regional, buscou-se contemplar as relações de poder e suas imbricações na produção bibliográfica regional, bem como os caminhos teórico-metodológicos adotados e alguns de seus embates. A tese insere-se, portanto, na área de concentração “Cultura e Poder” e na linha de pesquisa “Instituições e Poder” do Doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Paraná.

Optou-se por trabalhar com o discurso dos três intelectuais paranaenses, procurando especificar o que foi o discurso de formação social em Bento Munhoz da Rocha Netto, o de formação histórica de Brasil Pinheiro Machado e o de heroificação regional em David Carneiro.

O estudo apontou que tais discursos, proferidos institucionalmente, por intelectuais pertencentes a famílias históricas paranaenses, correspondem a um discurso de autoridade. Uma questão geral e que se faz presente no estudo do discurso, é o da autoridade, que “relacionada a uma enunciação”,

“desempenha um papel crucial na sociologia de Pierre Bourdieu”, em que: “O discurso só é ‘autorizado’ e, conseqüentemente, eficaz, se for reconhecido como tal”.¹

Bento nasceu em 1905, Brasil em 1907 e David em 1904. Bento viveu até 1973, Brasil até 1997 e David até 1990. Viveram, portanto, numa Curitiba demarcada por um contexto em que se delinearam questões referenciais sobre a formação do Paraná e em que se projetaram simbologias próprias da identidade paranaense.

O contexto regional vivido por Bento, Brasil e David é bastante significativo, tanto politicamente como culturalmente. Corresponde ao Paraná ervateiro, que viveu a alternância de poder político, de 1916 a 1930, das famílias Camargo e Munhoz. É o Paraná em que a elite ervateira sentiu o seu grande momento de crise, com a “Revolução de 30”, em que Affonso Alves de Camargo é destituído do poder. Veio então o período de centralização getulista, de 1930 a 1945, que regionalmente se fez presente com Manoel Ribas no poder (foi interventor de 1932 a 1934, governador de 1935 a 1937 e novamente interventor de 1937 a 1945).

Ainda que o início do processo de redemocratização tivesse sido assegurado pela permanência das forças políticas de Manoel Ribas no Estado, na pessoa de Moysés Lupion, seu herdeiro político, a partir de 1945, Bento já estaria no poder, com seu primeiro mandato, em 1946, como Deputado Federal. A expansão territorial, a temática do café e a herança ervateira seriam marcas do contexto paranaense em sua trajetória política. Nesse processo de redemocratização, Brasil foi nomeado Interventor do Estado, pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, e David já contava com vasta experiência na administração de sua empresa ervateira.

¹ MANGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas/SP: Pontes, 1989. p. 37.

Já, culturalmente, dois movimentos são extremamente significativos no Paraná da primeira metade do século XX, que são o simbolismo e o paranismo; trazendo inspirações e sentidos para as produções acadêmicas, literárias e artísticas do Paraná, que viveria entre “o sonho e a invenção” e entre o “silêncio de suas genealogias”, elegeram-se elementos simbólicos na definição de uma identidade regional paranaense.

É nessa circunstância que, tendo em conta elementos simbólicos desse contexto político e cultural, foram suscitadas questões referenciais à formação social e histórica paranaense, trazidas ao cerne dos debates por enunciadores conhecidos e reconhecidos. Bento, Brasil e David foram alguns desses enunciadores. E justamente por se assemelharem nesse ponto, ainda que diferissem em outros, é que foi possível proceder à análise e apreender o sentido de seus discursos autorizados.

Bento, Brasil e David foram professores da academia. Bento esteve profundamente vinculado ao meio político paranaense; Brasil foi interventor do Estado por pouco tempo, de fevereiro a setembro de 1946, mas foi gestor universitário por anos consecutivos e David manteve forte vínculo com a administração ervateira paranaense e foi diretor da Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Se os três ocuparam altos cargos, foi justamente porque detinham montantes consideráveis de capitais e apresentaram *trajetórias* estruturadas por relações de poder e de mando no Estado.

É nesse sentido que a tese trabalha com o enfoque sociológico, tendo como orientação teórico-metodológica a relação entre os conceitos de *linguagem autorizada* e *espírito de família*. Segundo Pierre Bourdieu, o *espírito de família*, alicerçado pelo *capital cultural herdado* e pelo *habitus*, tende a definir o campo da produção cultural, operando numa lógica de reprodução e distribuição do capital cultural.

Optou-se por trabalhar também com a Análise de Discurso Francesa, por entender que o discurso traz em si o sentido da linguagem, produzindo a

memória e o esquecimento na constituição de um objeto sócio-histórico, tendo em conta o sujeito, a ideologia e o ritual da palavra na história.

O estudo da *linguagem autorizada*, apoiando-se em critérios da Análise de Discurso, leva em conta os *atos de fala* nos processos de institucionalização do discurso, bem como suas *condições de produção* e o *sentido* do discurso, que pode ser apreendido pelas suas *formações discursivas*.²

São três os sujeitos de fala, três discursos de autoridade, três intelectuais, que dialogando com Freyre, Vianna, Martius, Braudel, Weber e Comte, dentre outros, possibilitaram compreender a cena enunciativa e o lugar de seus atos de fala.

Enquanto Bento Munhoz trabalhou fundamentalmente com questões concernentes à identidade paranaense e sua herança sociológica calcada na miscigenação, Brasil estabeleceu referências para o estudo da formação histórica regional, demarcando a formação do que já se convencionou denominar de Paraná tradicional e de Paraná moderno e adotando como diretriz metodológica o estudo das comunidades e de suas migrações.

Já David Carneiro irá personificar o discurso de identidade calcado numa fundamentação histórica de mitificação, tendo como um dos focos centrais em suas pesquisas a busca da materialização do discurso regional pela identificação do herói enquanto elemento de integração paranaense.

Assim, a problemática central estaria em buscar compreender no discurso dos três intelectuais, o sentido de suas produções, tendo em conta o contexto em que foram produzidas e apreendendo a relevância de seus estudos para o entendimento do estudo regional paranaense.

2 Enquanto as condições de produção “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”, “O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem” (ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 30; 42).

O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira, composta dos três primeiros capítulos, tratou de questões concernentes ao instrumental teórico-metodológico e do contexto paranaense no que tange à instituição simbólica de um discurso científico. Já a segunda parte, composta de quatro capítulos, trabalhou propriamente com a análise das produções de Bento, Brasil e David.

No primeiro capítulo, foram trabalhados os conceitos de *linguagem autorizada* e *espírito de família*, procurando apreender a relação teórico-metodológica entre *campo*, *habitus* e *trajetória*. A noção de *espírito de família* abriu possibilidades para se trabalhar com a questão do vínculo de Bento Munhoz, de David Carneiro e de Brasil Pinheiro Machado com “famílias privilegiadas” no Paraná. O trabalho de Ricardo Costa de Oliveira constituiu-se num apoio teórico fundamental, justamente por recorrer-se a estudos como os de Francisco Negrão, e que se aliando à pesquisa empírica profundamente fundamentada, detectou vínculos das famílias tradicionais paranaenses à classe dominante, contribuindo sobremaneira para as pesquisas de cunho político, econômico e social sobre o Paraná.

Dessa forma, a *autoridade do enunciador* encontra sentido no discurso regional de pertencimento de Bento Munhoz. A herança do passado calcada na produção da história pela elite ervateira no Paraná é reveladora de que o *espírito de família* corresponde à lógica da reprodução e distribuição do capital cultural com vistas à manutenção do poder político da classe dominante. Assim, a política, para Bento, esteve comprometida, de forma eficaz, com o sentido e o simbólico, especialmente na produção de idéias sobre a identidade do paranaense, que ainda que sempre em busca do progresso, não deveria nunca deixar de lembrar de seu passado e de sua história.

No segundo capítulo, abordou-se sobre a Análise de Discurso e a compreensão de um objeto simbólico na produção de sentidos. Procurou-se trazer questões acerca do sentido simbólico do discurso identitário,

contrapondo argumentos de Bento e Brasil com relação à formação social e histórica paranaense.

No terceiro capítulo, procurou-se tratar do contexto paranaense em que Bento, Brasil e David produziram e travaram *lutas simbólicas* em torno da questão regional. Foram elaborados quadros demonstrativos de suas produções e do âmbito em que foram divulgadas. Procurou-se trazer ao debate que a produção bibliográfica regional tomou corpo especialmente a partir da primeira metade do século XX, tendo como suportes a produção simbolista no Paraná e a produção paranista, compreendendo que o paranismo correspondeu a um processo de idealização de uma identidade regional paranaense e que, apropriadamente, configurou-se enquanto propulsor de um discurso legítimo.

No quarto capítulo discutiram-se as idéias de Bento Munhoz. O regionalismo e sua diversidade foram para o intelectual os fundamentos centrais em suas análises. Assim é que Bento desenvolveu idéias sobre a diversidade do Norte e do Sudoeste do Paraná, as chamadas terras do café e dos pioneiros, com as terras do Paraná dito tradicional, do mate e dos primeiros povoadores.

Outra questão que chamou a atenção na produção de Bento Munhoz foi sobre a formação social e cultural no sul do Brasil. Para Bento, a *mancha loira* do Brasil constituía-se num contraponto teórico do que até então se produzia em termos de História do Brasil, pois enquanto grandes clássicos, como Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre, defendiam a constituição de um Brasil mulato e mestiço, para Bento tal argumento não correspondia à formação social e cultural sulista.

Abordou-se sobre a idealização da construção de grandes obras na gestão de Bento como governador, como o Centro Cívico, a Biblioteca Pública do Paraná e o Teatro Guaíra, bem como a promoção de uma grandiosa Festa do Centenário de Emancipação Paranaense em 1953. Buscou-se compreender

em que medida Bento Munhoz utilizou-se de suas ações políticas para o fortalecimento da idéia paranista como um salvo-conduto na projeção de Curitiba enquanto um centro de orgulho paranaense.

Também se trabalhou com um disco de campanha de Bento Munhoz e que em muito contribuiu para analisar os argumentos do intelectual, investidos de convencimento e de sentido político.

No quarto capítulo trabalhou-se com a produção de Brasil Pinheiro Machado e seu discurso de formação histórica paranaense. Brasil, que já havia discutido teoricamente sobre o fenômeno urbano e o conceito de cidade colonial, estabeleceu um modelo de explicação histórica paranaense e propôs uma sinopse da história regional do Paraná.

No quinto capítulo trabalhou-se com Brasil Pinheiro Machado e sua produção conjunta, pois não há como trabalhar com o autor sem avaliar sua produção conjunta. Machado, Balhana e Westphalen constituem-se em referências norteadoras ao estudo regional paranaense. Dentre os estudos desenvolvidos pelos autores, nesse trabalho, destacou-se o estudo da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais e sua formação histórica. E ao se abordar sobre algumas de suas produções, atentou-se para o quadro teórico-metodológico utilizado pelos autores, tomando como referência o contexto teórico das décadas de 1960, 1970 e 1980 das produções do Departamento de História da UFPR, no qual trabalharam por mais de trinta anos.

No sétimo capítulo, trabalhou-se com David Carneiro, que dá continuidade ao debate de formação social e histórica regional, mas com especial ênfase ao discurso de identidade paranaense. David revelou-se num dos paranistas que mais exaltaram as características regionais e a memória histórica delineada pela historiografia oficial. O apego de David Carneiro à questão identitária e a busca por eleger heróis regionais tem como cerne de análise a fundamentação teórica positivista, tomando a história como linha

mestra dessa fundamentação e atribuindo à sociologia o papel de ciência social da unidade, conforme orientação comtiana.

A escolha por se analisar o discurso desse intelectual positivista é por compreender que a produção de David fundamenta e traz à tona a eminência da temática regional e a essência simbólica de um discurso que, eficazmente, demonstrou a *autoridade do enunciador*. David Carneiro representa, por certo, o enunciador autorizado pela legitimação do herói e pela compreensão do que ele chama de *alma paranaense* e em detrimento da qual os *adventícios* não se eximiriam em silenciá-la ao ocuparem altos cargos na administração de seu próprio território.

Enfim, ao longo da elaboração da tese, tomou-se contato com o universo da pesquisa, que permitiu aprendizados e descobertas na realização do presente estudo e do qual se espera poder apresentar-se em uma leitura elucidativa, de forma a contribuir para a compreensão do estudo regional paranaense.

Foram utilizadas como fontes de pesquisa, fundamentalmente, as obras dos intelectuais eleitos para o estudo, tendo em conta o contexto de suas produções, optando-se pela transcrição literal de seus discursos e preservando-se, dessa maneira, a grafia original.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

LINGUAGEM AUTORIZADA E ESPÍRITO DE FAMÍLIA

1.1 *Campo, habitus e trajetória*: implicações teórico-metodológicas no estudo da linguagem autorizada

A questão ingênua do poder das palavras, está logicamente na supressão inicial da questão acerca dos usos da linguagem e, por conseguinte, das condições sociais de utilização das palavras.

Pierre Bourdieu

O referencial teórico que instrumentalizou o enfoque sociológico e delimitou a escolha dos procedimentos metodológicos na pesquisa, tomou como ponto de partida a relação entre os conceitos de *linguagem autorizada* e *espírito de família* de Pierre Bourdieu.³

3 Pierre Bourdieu nasceu em agosto de 1930 em Denguin, no Béarn, região rural do sudoeste francês. Formou-se em Filosofia pela *École Normale Supérieure* em Paris. Foi professor da Cátedra de Sociologia no *Collège de France*, Diretor de Estudos da *École des Hautes Études em Sciences Sociales* e fundou o *Centre Européen de Sociologie*: “Pierre Bourdieu ilustrou brilhantemente e desmentiu enfaticamente suas próprias teorias sociais [...] De um ponto de vista sociológico e acadêmico, Bourdieu teve uma trajetória improvável. Como Raymond Aron gentilmente lembrou, Bourdieu foi uma exceção às leis de transmissão do capital cultural que ele mesmo estabeleceu em seus livros iniciais [...] neto e filho de agricultores de uma província periférica, ele chegou ao ápice da pirâmide cultural francesa e tornou-se o mais citado cientista social do mundo” (WACQUANT, Loïc. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 19, p. 96, nov. 2002). Dentre sua vasta produção, citem-se algumas das obras que demarcaram estudos tanto na área da sociologia como nas várias áreas que compõem as ciências humanas: *La Reproduction: éléments d'une théorie du système d'enseignement* (com Jean-Claude Passeron; 1970), *Esquisse d'une théorie de la pratique* (1972), *La Distinction: critique sociale du jugement* (1979), *Homo Academicus* (1984), *La Noblesse d'Etat: grandes écoles et esprit de corps* (1989), *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire* (1992).

Assim, procurou-se, inicialmente, abordar o conceito de *campo*, pois é justamente no espaço do *campo* onde podem ser detectadas as relações de poder e vínculo familiar, fundamentando assim a análise do teor discursivo dos intelectuais eleitos para o estudo.

Bega, em seu estudo sobre a geração simbolista e a construção identitária no Paraná, esclarece acerca da estrutura de *campo* entre dominantes e dominados, bem como a distribuição desigual de capitais específicos conforme a posição social dos agentes:

Segundo Bourdieu, o campo é o espaço onde se manifestam relações de poder, estruturado a partir de uma distribuição desigual de um cabedal específico que determina a posição de um agente específico no seu seio. A isso ele denomina *capital*, quer social, político, cultural, quer escolar, etc. A estrutura do campo se compõe de dois pólos: dominantes e dominados. Os primeiros são aqueles que detêm montantes consideráveis de diversas espécies de capital, enquanto os demais se definem pela ausência ou raridade dessas modalidades de capital. A estratégia dos agentes se orienta em função da posição que ocupam no interior do campo, e sua ação se realiza no sentido de “maximização dos resultados”. Não há, então, uma neutralidade das ações, pois todos os atos realizados pelos agentes pressupõem uma série de interesses em jogo.⁴

A apreensão dos conceitos de *campo* e *capital* leva à compreensão do que Bourdieu denomina de *habitus*⁵ “[...] como um sistema de disposições

4 BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional.** 442 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p. 23.

5 Convocado em 1955 para o serviço militar na Argélia, Pierre Bourdieu tomou contato com a realidade social daquela região durante a guerra. É a partir dessa experiência que desenvolveu dois estudos etnográficos, um na Argélia, sobre a guerra de libertação nacional (reagrupamento de populações pelo exército francês) e outro na sua terra natal, no Béarn, sobre o celibato adotado naquela sociedade camponesa. Esses trabalhos constituem-se marcos em sua carreira, pois Bourdieu passou a produzir seus primeiros trabalhos na área de ciências sociais, num primeiro momento na área de etnografia, para posteriormente desenvolver trabalhos especificamente com o enfoque sociológico: “As questões práticas, geradas pela pesquisa empírica destas realidades, fizeram Bourdieu desenvolver grande parte das noções que serviram de base para todo seu sistema teórico posterior. Um grande exemplo de importância teórica destas pesquisas é a categoria de *habitus* que, segundo o argumento de Loïc Wacquant, foi desenvolvida para dar conta das contradições com as quais Bourdieu se deparou ao estudar tanto a Argélia colonial em desagregação quanto os camponeses do Béarn” (PIERRE Bourdieu: etnografias. Exposição fotográfica. Curitiba: UFPR, 2007. 1 fôlder.).

socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.⁶

O conceito de *habitus* leva ainda à elucidação daquilo que comumente se denominam por “escolhas” ou mesmo “vocação” e que se constituem enquanto um “[...] sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras obviamente ajustadas às estruturas objetivas”.⁷

Tais práticas e ideologias, geradas “por um princípio gerador e unificador”, justamente porque constituídas por estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o cerne do que Bourdieu trata enquanto *trajetória*, que ao serem “determinadas no interior de um campo intelectual”, tendem a revelar a “posição determinada na estrutura da classe dominante”, ou interesses e mesmo conflitos entre as “frações de classe dominante”, revelando assim o entorno e a constituição dos capitais geradores de relações sociais.

O estudo em questão aponta para a análise do campo intelectual, que segundo Bourdieu, “[...] é determinado em sua estrutura e em sua função pela posição que ocupa no interior do campo do poder”, derivando assim de um “sistema de posições predeterminadas”.⁸

6 BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 191.

7 BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**....., 2007. p. 201.

8 BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**....., 2007. p. 190.

O campo intelectual juntamente com o campo artístico e o literário são definidores do campo da produção cultural⁹, podendo apresentar diferenciadas vinculações ao “mercado de bens simbólicos”, conforme o grau de autonomia da intelectualidade em relação às frações dominantes, que segundo Bourdieu:

À medida que aumenta a autonomia do campo intelectual e artístico em relação às coerções e às demandas diretas das frações dominantes da burguesia, ou seja, à medida que se desenvolve um mercado de bens simbólicos, embora se amplie a força explicativa das características propriamente intelectuais ou artísticas dos produtores dos bens simbólicos, a saber, o sistema dos fatores associados à posição que ocupam no campo intelectual, a ação destes fatores apenas especifica a ação do fator fundamental que consiste da posição da fração dos intelectuais e artistas na estrutura das classes dominantes.¹⁰

Bega aponta para os possíveis deslocamentos e transgressões no campo social entre o pólo dominante, de práticas ortodoxas, com vistas à manutenção do capital social acumulado e o pólo dominado, de práticas heterodoxas, em vias de desacreditar dos detentores do capital legítimo. O mercado de bens simbólicos funcionaria então como um “filtro”, servindo como um divisor de acesso entre os ingressantes nos referidos pólos:

9 Loïc Wacquant em ensaio sobre o legado sociológico de Pierre Bourdieu ilustra a relação entre *capital cultural*, *habitus* e *campo*: “Bourdieu cunhou a noção de capital cultural e inseriu-o em uma concepção generalizada de capital como “energia social” congelada e conversível. Ele recuperou e retrabalhou o conceito aristotélico-tomista de *habitus* para elaborar uma filosofia disposicional da ação como propulsora dos socialmente constituídos e individualmente incorporados “esquemas de percepção e apreciação”. Ele forjou a nova ferramenta analítica do campo, designando espaços relativamente autônomos de forças objetivas e lutas padronizadas sobre formas específicas de autoridade, para dar força à estática e reificada noção de estrutura e dotá-la de dinamismo histórico. E ele sociologizou o conceito husserliano de *doxa* para basear a “atitude natural da vida diária” na coincidência das estruturas sociais e mentais por meio das quais o mundo magicamente aparece como auto-evidente e sua composição é posta além do alcance do debate e da elaboração (WACQUANT, Loïc. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 19, p. 98, nov. 2002).

10 BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**...., 2007. p. 192.

A divisão do campo social em pólos dominante e dominado implica ações práticas muito diferenciadas. Aqueles localizados no pólo dominante tendem a práticas ortodoxas, no intuito de conservar intacto o capital social acumulado: os do pólo dominado, ao contrário, tendem, pelas práticas heterodoxas, a desacreditar os detentores reais de um capital legítimo. Os que se deslocam às práticas ortodoxas criam uma série de instituições e rituais junto a elas, de forma a perpetuarem suas vantagens e o valor de seus produtos no mercado. Cria-se, assim, um mercado de bens simbólicos, de forma a filtrar cada vez mais o acesso dos que podem e dos que não podem ingressar nesse pólo. Aqui, Bourdieu deixa aberto o caminho da comunicação entre os pólos, mostrando que a estrutura heterodoxa funciona como reforço à ordem do campo, na medida em que, pela “transgressão” às normas fixadas pelo *habitus*, fornece o “oxigênio” necessário à sobrevivência dinâmica do campo. Para ele, dominantes e dominados são necessariamente coniventes, adversários cúmplices que, pelo antagonismo, delimitam o campo legítimo da discussão.¹¹

Partindo dessas argumentações iniciais, se fossem consideradas tais orientações para uma análise que contemplasse o plano nacional, poderiam ser detectados os pólos e suas possíveis “transgressões” às posições definidas pelo *habitus*, bem como as conexões entre os *campos* e a relação sistemática entre dominantes e dominados.

Entretanto, embora se tenha em conta que as relações entre *habitus* e *campo* são fundamentais, a presente pesquisa trata do enfoque regional, e nesse caso a situação tende a uma realidade mais particular, não correspondendo à noção ampla de campo enquanto pólo dominante no campo intelectual brasileiro:

As noções de campo e *habitus* são fundamentais para pensarmos as relações estabelecidas entre os escritores brasileiros e paranaenses de um lado, dos escritores e outros representantes do campo cultural em suas diversas frações de outro, bem como as conexões que se estabelecem em campos distintos – o político, o cultural e o econômico. Se isto é verdadeiro para o plano nacional, exigindo aí um relativo grau de institucionalização e de hierarquização, a mesma condição ainda não se manifesta, porém, na instância regional.¹²

11 BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná...**, 2001. p. 23.

12 BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná...**, 2001. p. 30.

Ainda que, conforme irá se expor adiante, tenha se procurado trazer à tona repercussões de algumas idéias de intelectuais consagrados no pensamento dos intelectuais eleitos para esse trabalho – como as formulações de Gilberto Freyre analisadas por Bento Munhoz, ou de Oliveira Vianna por Brasil Pinheiro Machado, o estudo assumiu o enfoque regional, delimitando-se pela ênfase ao referencial temático sobre questões identitárias no que tange à formação social e histórica¹³ paranaense.

Buscou-se, assim, tratar de forma elucidativa as construções discursivas em torno do estudo regional e, não tomando, portanto, o caráter de uma análise aglutinadora de definições globais sustentadas pela institucionalização e hierarquização procedente no pólo dos dominantes do cenário da produção cultural nacional.

E ao se discutir a questão de *campo* e de sua polarização, não se pretendeu encerrar o foco analítico na questão entre dominantes e dominados, mas situar o caminho teórico a se perscrutar no tocante às condições sociais em que foram produzidas as idéias de Bento, Brasil e David.

13 Os estudos, que se pautavam pela diretriz social e histórica, perpassavam pelo próprio processo de institucionalização das ciências sociais, que, no Brasil, nortearam-se, especialmente a partir da década de 30, por estudos de intelectuais expoentes como Caio Prado Junior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Fernando de Azevedo. Estes buscavam compreender um Brasil que não se apresentasse sob o estigma de país colonizado e subjugado culturalmente pela ótica européia. Assim, para Florestan Fernandes, “[...] a Sociologia científico-universitária arraigada na USP aportava ferramentas fundamentais na substituição das perspectivas ‘sociogeográficas e historiográficas’ que impregnavam autores ‘já clássicos’. Essas perspectivas para pensar a nação eram próprias dos ‘ensaístas, precursores e fundadores dos estudos sociológicos no Brasil’: ‘De Tavares Bastos e Anibal Falcão a Euclides da Cunha e Alberto Torres, ou a Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, sempre prevaleceram, nas tentativas de interpretação da realidade brasileira, intuídos cognitivos que punham ênfase na importância lógica da perspectiva histórica [...] Estes autores teriam trabalhado um *padrão de análise histórico sociográfica* que provocava, até os anos 50, uma ‘fascinação’ sobre a maioria dos sociólogos brasileiros, ‘inclinados a pensar que a explicação sociológica deve ser, por natureza, histórica [...]’ (SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de casa-grande & senzala de Gilberto Freyre. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 36, fev. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 16 jun. 2009).

Tais intelectuais, enquanto produtores de bens simbólicos, sustentados pelo *habitus* (sistema de disposições socialmente constituídas), tornaram-se reveladores de origens e posições sociais, tendo em conta as suas *trajetórias*, determinadas no interior do campo intelectual brasileiro. Este último, determinado em sua estrutura pela posição que ocupa no interior do campo do poder, estabelece relações com outros campos, como o econômico, o político e o cultural, revelando, dessa forma, elementos que contribuem para uma dada distribuição desigual de capitais.

Ao se delimitar a análise do estudo para o enfoque regional, possibilitou-se compreender especificidades discursivas, como o alcance das reiterações de discurso, e mesmo da fixação, de David Carneiro em reinaugar os acontecimentos paranaenses pelo viés dos memoráveis feitos da nação. David Carneiro trata dos fatos e feitos históricos enquanto “ritos de instituição” que se corporificam pela própria busca da eficácia no discurso. Conforme Bourdieu:

As diferentes estratégias, mais ou menos ritualizadas, da luta simbólica de todos os dias, assim como os grandes rituais coletivos de nomeação ou, melhor ainda, os enfrentamentos de visões e de previsões de luta propriamente política, encerram, uma pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social.¹⁴

E na luta de imposição de visão legítima “[...] os agentes detém um poder proporcional ao seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem de um grupo”, reconhecimento na “autoridade que funda a eficácia performativa do discurso”.¹⁵

14 BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 82.

15 BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas...**, 1996. p. 82.

Nesse ponto, o uso da linguagem e o acesso aos meios discursivos correspondem à própria institucionalização de posições sociais, conforme o “capital simbólico” daqueles que podem fazer uso da linguagem:

O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima. O acesso aos instrumentos legítimos de expressão e, portanto, a participação no quinhão de autoridade institucional [...].¹⁶

Seguindo esse enfoque sociológico sobre o poder das palavras e as condições sociais de sua utilização, Bourdieu confere à linguagem uma eficácia simbólica de construção da realidade. É assim que “a ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito de teoria que, ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo [...]”.¹⁷

A *linguagem autorizada*, detectada nos discursos de Bento, Brasil e David, aponta para a análise teórica desse *efeito de teoria*, pois investidos de um capital simbólico e instituídos pelo reconhecimento daquilo que produziram, conceberam *lutas simbólicas* em torno, essencialmente, do estudo regional e de questões identitárias. É sobre a busca da eficácia de seus discursos autorizados que se procurou tratar nesse estudo.

1.2 O espírito de família e a lógica de reprodução e distribuição do capital cultural

A análise das produções dos intelectuais Bento Munhoz da Rocha Netto, David Carneiro e Brasil Pinheiro Machado apontou, já num primeiro momento,

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas...**, 1996. p. 87.

¹⁷ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas...**, 1996. p. 81.

para a herança familiar dos intelectuais em questão e sua relação com o poder político regional.

Nesse ponto, convém esclarecer sobre a relação entre o “capital cultural herdado”¹⁸, o *espírito de família* e a política, já que “A política é o lugar, por excelência da eficácia simbólica, acção que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos”.¹⁹ Tais grupos, quando identificados pelo *espírito de família*, alicerçados pelo capital cultural herdado, estabelecem uma lógica de reprodução e distribuição do capital cultural, numa relação entre as estratégias de famílias e a lógica específica da instituição escolar, em que as famílias de intelectuais, ou as famílias privilegiadas, encontram-se nas mais altas posições sociais.

Dessa forma, compreender os princípios de construção do social implica em apreender os mecanismos de reprodução do espaço social. E embora tais mecanismos de reprodução possam apresentar uma pretensão científica de “validade universal”, há que se ter em conta que um empreendimento científico, necessariamente, deve apreender acerca das particularidades de uma realidade empírica²⁰, “historicamente datada e situada”:

De fato, todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de

18 O capital cultural, definido como o “novo capital cultural” corresponde à herança cultural garantida pelo título escolar, bem como à autoridade e legitimidade dela decorrentes. Historicamente vinculada ao Estado, a “nobreza togada”, assenta seu *status* instituindo-se e nomeando-se juridicamente, acabando por constituir-se numa “verdadeira nobreza de Estado” (BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas...**, 1996).

19 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 159.

20 Ao se trabalhar com uma realidade empírica específica, procurou-se ter em conta que: “[...] Se a imigração das idéias, como diz Marx, raramente se faz sem dano, é porque ela separa as produções culturais do sistema de referências teóricas em relação às quais as idéias se definiram” (BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico...**, 2006. p. 7).

Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis.²¹

Ao se tratar das particularidades de uma realidade empírica, tomando como base o contexto de produção intelectual de Bento, David e Brasil, apontou-se para a essencialidade do *espírito de família* na manutenção de uma lógica dominante. O capital fundamentador seria o político, constituído, conforme Bourdieu, por “redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas”.²²

O capital político e o capital cultural, ao operarem numa lógica de reprodução e distribuição, estabelecem uma ideologia oficial do tipo meritocrático, animados pela própria relação entre as “estratégias de famílias”.

Nesse sentido, família pode corresponder ao caráter ideológico de uma representação social meritocrática:

As famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus*, no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios, que é a base das *estratégias de reprodução*, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas.²³

As estratégias de famílias, sejam elas estratégias de fecundidade, matrimoniais, de herança, econômicas, educativas, ou, enfim, intelectuais, constituem-se em estratégias de reprodução. E se as famílias tendem a perpetuar-se enquanto corpos sociais conseguem realmente tal intento, fundamentalmente por situarem-se no pólo do “natural” e que naturalmente apontam para uma pretensão em constituírem-se também pelo aspecto universal. Realiza-se, assim, o ciclo de reprodução da ordem social, promovida

21 BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas...**, 1996. p. 15.

22 BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas...**, 1996. p. 31.

23 BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas...**, 1996. p. 36.

fundamentalmente por um *espírito de família*, e que, de forma estratégica, representa a lógica dominante.

Partindo dessa definição e tomando como referência a questão de poder familiar no contexto político erivateiro, pode-se compreender que as estratégias de reprodução constituem-se pela relação entre as famílias privilegiadas na educação, entre elas as famílias de intelectuais, operando enfim estratégias que nada mais são do que interesses de famílias.

A fundamentação de uma lógica educacional, capaz de cumprir eficazmente o papel formativo da educação enquanto mantenedora das diferenças sociais preexistentes, parte da própria concepção de que as “diferenças de aptidão” são “inseparáveis das diferenças sociais”. Ocorrem, assim, “operações de seleção” entre os “detentores do capital cultural herdado daqueles que não o possuem”.²⁴

Dentre os intelectuais eleitos para o estudo em questão, Bento Munhoz é o que mais corresponde a esse *espírito de família*, tendo em vista que seus discursos pautaram-se em ações políticas e que sua origem familiar estaria mais intimamente ligada à própria estrutura de mando no estado, denotando, portanto, um considerável capital político regional.

Entretanto, a *linguagem autorizada*, reveladora de diferenças de aptidão, implicadas por uma lógica educacional, encontra-se presente na construção discursiva tanto de Bento Munhoz, como em Brasil Pinheiro Machado e David Carneiro, que pertencentes a famílias privilegiadas e ocupando altas posições sociais, foram herdeiros de um capital cultural herdado e detentores de um capital simbólico. Nesse sentido, a eficácia da *linguagem de autoridade* operou-se pelo reconhecimento de suas *visões legítimas* e corroborando, assim, com uma lógica de reprodução e distribuição do capital cultural.

24 BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas...**, 1996. p. 37.

1.2.1 A eficácia do discurso regional e a autoridade do enunciador

A etimologia da palavra 'região' (régio), “[...] conduz ao princípio da di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória na continuidade natural”.

Pierre Bourdieu

O foco de análise pretendido e que toma como ponto central os discursos regionais de formação histórica, social e identitária, ligados à origem, corresponde ao que Bourdieu trata enquanto “classificações”, as quais fazem conhecer e reconhecer a *di-visão* legítima, criando o consenso e a unidade identitária do grupo:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradoiros que lhes são correlativos [...] são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.²⁵

Se “O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e de dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada [...]”, o que sustenta tal discurso é que “A eficácia do discurso performativo que pretende fazer

25 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico...**, 2006. p. 113.

sobrevir o que ele enuncia no próprio acto de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia [...]”.²⁶

Um discurso regional de exaltação identitária certamente corresponde à premissa de que a linguagem autorizada é a linguagem de autoridade. Ou seja: “A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder”.²⁷

Pode-se dizer assim que a eficácia do discurso regionalista está na autoridade de quem o enuncia e que somente se corporifica mediante a cumplicidade que reside simbolicamente no reconhecimento²⁸ do poder desse discurso. E sobre o poder e sua invisibilidade:

[...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.²⁹

O ato de fazer-se reconhecer ou de reconhecer a autoridade de quem o exerce, acaba por estabelecer “categorias” e que no caso regional podem definir-se por “categorias de parentesco”, instituindo uma realidade e “[...] usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objectivação* no discurso”.³⁰

26 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**..., 2006. p. 116.

27 BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 160.

28 Tal reconhecimento pode ser atestado na própria eleição de símbolos e emblemas regionais, como o brasão do estado, que seguiu orientação de Romário Martins; ou também nas festas de comemoração pela emancipação do Paraná, em 1903, pelos 50 anos e em 1953, pelos 100 anos de desligamento político de São Paulo, conforme será detalhado no Capítulo III.

29 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**..., 2006. p. 8.

30 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**..., 2006. p. 116.

O que quer dizer que um possível contraponto a essa objetivação discursiva, calcada numa eficácia simbólica, indica o “aniquilamento da crença” enquanto a *doxa* geradora do consenso e em torno da qual se concebe um discurso, que ao reconhecer-se enquanto identitário toma o caráter de indiscutível, já que se um discurso é legítimo, sua eficácia é proporcional a uma dada “situação legítima” e àqueles a quem ele se dirige, ou seja, aos seus “destinatários legítimos”.

Nesse sentido, se “escutar é crer”, tendo em conta uma “relação de força simbólica baseada numa relação autoridade-crença”, o essencial de um discurso está em “[...] levar em conta as condições de instauração da comunicação, porque as condições de recepção esperadas fazem parte das condições de produção”.³¹

Enfim, para dar conta das condições de produção e das especificidades que dizem respeito ao estudo da linguagem autorizada, ou do discurso legítimo de conformidade com a autoridade do enunciador, optou-se por trabalhar também com a Análise de Discurso enquanto um recurso teórico-metodológico que contempla os processos de significação, possibilitando perceber-se como o discurso regional pode traduzir-se em objetos simbólicos que produzem sentidos, tendo em conta os usos da linguagem e os condicionantes histórico-sociais de utilização das palavras.

31 BOURDIEU, Pierre. **Sociologia...**, 1983. p. 161-163.

CAPÍTULO II

O DISCURSO REGIONAL IDENTITÁRIO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS

2.1 Análise de discurso: a compreensão de um objeto simbólico na produção de sentidos

A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com o sentido e o político.

(Eni Orlandi)

Ao se analisar discursos de intelectuais paranaenses pertencentes à elite regional, tomou-se contato com o universo simbólico que permeia o “ritual da palavra”. Buscou-se, pelos vestígios, apreender o discurso e sua relação com a língua e a ideologia na produção de sentidos, pois “[...] a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas”.³²

A Análise de Discurso está intrinsecamente ligada à produção da memória e ao estudo de seu par, antagônico e complementar, o esquecimento. A memória e o esquecimento trabalham assim, lado a lado, constituindo-se em elemento chave para a compreensão discursiva, ou daquilo que especificamente diz respeito a esse trabalho, ou seja, compreender como os discursos funcionam nos processos de cristalização e institucionalização da memória:

32 ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 16.

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional, que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.³³

A Análise de Discurso aqui tratada é decorrente da vertente teórica francesa³⁴, que articula tanto no campo de conhecimento da Lingüística como no campo das Ciências Sociais e “[...] não se trabalha, como na Lingüística, com a língua fechada nela mesma mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto”.³⁵

Se na perspectiva discursiva, a linguagem somente é linguagem porque faz sentido, e esta só faz sentido porque se inscreve na história, a problemática está então na relação do sujeito com o sentido e da língua com a história. Considerando os processos históricos e as condições de produção da linguagem, a Análise de Discurso traz a concepção de que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia.³⁶

33 ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso...**, 2005. p. 10.

34 No que se refere às especificidades da análise de discurso francesa e da análise de discurso anglo-saxã, pode-se dizer que enquanto a primeira baseia-se no discurso escrito num quadro institucional doutrinário, tendo como propósito textual a explicação e originando-se da lingüística; a segunda baseia-se no estudo oral e na conversação cotidiana comum, tendo propósitos comunicacionais direcionados para a descrição e originando-se da antropologia (MANGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes, 1989. p. 16).**

35 ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso...**, 2005. p. 16.

36 Na perspectiva discursiva, ideologia corresponde à interpelação do indivíduo em sujeito que produz o dizer. A questão da “interpelação” está ligada ao processo de “identificação ideológica”, em que se faz necessário compreender “[...] o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso”. Ao se colocar o “sujeito como origem do sujeito”, se estaria evitando o “efeito Münchhausen” e procedendo a uma análise teórica daquilo que é posto como evidente, revertendo assim a premissa de que a ideologia “recruta” sujeitos em indivíduos (PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1988. p. 157).**

Para Bakhtin³⁷ “[...] a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” e “[...] o modo mais puro e sensível de relação social”. Dessa forma, é fundamental ter em conta que a Análise de Discurso tem como procedimento inicial a seguinte questão: “como” o texto significa, não se apegando somente ao “o que” significa, para tampouco “estacionar” na descrição. Tomando este ponto de partida, ao problematizar questões ao objeto de pesquisa, entende-se que:

Para responder, ela [a Análise de Discurso] não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade.³⁸

A Análise de Discurso Francesa tomou corpo teórico a partir dos anos 60, numa confluência teórica entre a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise e tendo em conta a ruptura epistemológica³⁹ destes três domínios disciplinares com o ideário teórico do século XIX.

Malidier, ao tratar da história da Análise de Discurso (AD) na França, indica que seu nascimento teórico é recorrente dos estudos independentes de Jean Dubois, lingüista, e de Michel Pêcheux, filósofo, que reuniram pesquisadores em ciências humanas e sociais. Tendo como contexto teórico e político os intensos debates marxistas, o triunfo do estruturalismo e a efervescência da política francesa dos anos 1960, a autora aponta que a AD que passa a existir na França “[...] propôs aos lingüistas um modo de abordar

37 BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 36.

38 ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso...**, 2005. p. 18.

39 A abordagem sobre os fundamentos do conhecimento científico moderno, a partir das rupturas epistemológicas que reorganizam a ordenação e a construção do saber, pode ser compreendida por duas grandes descontinuidades na epistême da cultura ocidental: a que se contextualiza na Idade Clássica e a que se sistematiza no limiar da modernidade (FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002).

a relação entre língua e história; fez os marxistas saírem do discurso da filosofia marxista da linguagem”.⁴⁰

Nesse sentido, a Análise de Discurso corresponde a um redimensionamento do objeto da Lingüística compreendendo a relação “linguagem/pensamento/mundo”, reintroduzindo a noção de sujeito enquanto uma contribuição da Psicanálise e apercebendo-se do simbólico, questionando, portanto, os princípios do materialismo histórico.

A Análise de Discurso coloca em questão a interpretação, distinguindo-se da Hermenêutica por não entender que o texto compreende uma verdade oculta, mas sim *gestos de interpretação*. Para tanto, entenda-se que a Análise de Discurso traz um método e a construção de um dispositivo teórico:

A Análise de Discurso visa compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio do simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise de Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação.⁴¹

Nesse ponto, ao se buscar compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, tendo em conta *gestos de interpretação*, cabe abordar acerca do estabelecimento de uma distinção entre interpretar e compreender, pois

Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já se está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem.⁴²

40 MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise de discurso na França. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Pontes, 1997. p. 24.

41 ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**..., 2005. p. 26.

42 ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**..., 2005. p. 26.

O que se constitui como “responsabilidade do analista” está na própria formulação da questão desencadeadora da análise, ou seja, o “dispositivo analítico” é construído pelo analista e estaria encampado pelo dispositivo teórico de interpretação da Análise de Discurso, que objetiva mediar o movimento entre a descrição e a interpretação, apontando para o próprio instrumental teórico disciplinar em que se inscreve o analista.

Na presente pesquisa, ao se tomar contato com *gestos de interpretação*, buscou-se compreender os processos de significação e o sentido discursivo sustentado pela intelectualidade paranaense, tendo como referência as produções de Bento Munhoz da Rocha Netto, David Carneiro e Brasil Pinheiro Machado. A questão formulada e que desencadeia a análise, constituindo-se em dispositivo de análise, está em apreender evidências e possibilidades do discurso regional, que na presente pesquisa tanto se apresentam pela perspectiva de formação social e histórica regional, tendo em conta “estímulos” de ordem nacional, como pelo discurso de formação identitária, produzindo sentidos e correspondendo simbolicamente para a sustentação de relações de poder e produção cultural.

Quanto ao instrumental teórico, tomou-se como referência disciplinar elementos da Sociologia e da História, por um duplo motivo: pelo fato de que os intelectuais eleitos para esse estudo, formularam seus discursos regionais com base em critérios sócio-históricos, enquanto indicadores instrumentais da formação histórica e da identidade paranaense, revelando assim critérios norteadores acerca da própria formação social paranaense; pela formação da autora deste trabalho na área de História e doutoramento na área de Sociologia, cujo recorte teórico-metodológico, nesse estudo, tem como diretriz sociológica o estudo das relações entre *linguagem de autoridade e espírito de família*, tendo em conta as implicações teórico-metodológicas entre as noções de *campo*, *habitus* e *trajetória*.

Certamente que as respostas ao questionamento central, concebidas pela discursividade da problemática em questão, apoiaram-se fundamentalmente nas condições de produção em relação à memória e à ideologia; ou naquilo que se define pelo *já-dito*⁴³ nos processos de enunciação: “O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, e sua relação com os sujeitos e a ideologia”.⁴⁴

O *já-dito* corresponde, nessa pesquisa, às reiteraões de Bento Munhoz da Rocha Netto e David Carneiro acerca da identidade regional. E se não há sentido sem repetição, ateste-se a relação da língua com a ideologia, demarcando o confronto do simbólico com o político e de sua materialização⁴⁵ no discurso, já que: “Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos [...] o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia”.⁴⁶

Dessa forma, o que se buscou referencia-se naquilo que Bourdieu denominou como *linguagem autorizada* correspondente às “condições sociais da eficácia do discurso ritual”, em que:

O poder das palavras é apenas o *poder delegado* do porta-voz cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável, a matéria de seu

43 “A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso...**, 2005. p. 31).

44 ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso...**, 2005. p. 32.

45 Note-se que: “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002. p. 9).

46 ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso...**, 2005. p. 38.

discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da *garantia de delegação* do que ele está investido.⁴⁷

Assim, quando Brasil Pinheiro Machado colocou em cheque a questão da identidade ao paranaense, alegando constituir-se de uma série de “incharacterísticos”, não somente estaria confrontando todo um discurso de construção identitária, mas o próprio trabalho ideológico reiterado pela historiografia tradicional paranaense e pela eficácia do discurso da intelectualidade que dela se valia.

Pode-se dizer então que Brasil Pinheiro Machado quebrava o elo da repetição do dito em relação ao não-dito, já que “[...] ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam”.⁴⁸

Nesse trabalho procurou-se justamente “[...] ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras”.⁴⁹

Não se procurou certamente pelo “sentido verdadeiro” nos discursos de Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado e David Caneiro, mas pela compreensão discursiva regional, entendendo que “[...] o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”.⁵⁰ E os objetos que dizem respeito à Análise de Discurso, acabam por corresponder ao conceito de *formações discursivas*⁵¹, em que os processos de enunciação

47 BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**..., 1996. p. 87.

48 ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**..., 2005. p. 82.

49 ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**..., 2005. p. 59.

50 ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**..., 2005. p. 42.

51 O termo “formações discursivas” foi tomado de empréstimo de Foucault da obra *Arqueologia do Saber*, que define “[...] o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada” (MANGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**..., 1989. p. 22).

estão diretamente ligados às posições sócio-históricas em que os enunciadores se encontram.

2.2 O efeito de sentido num contraponto discursivo entre Bento Munhoz da Rocha Netto e Brasil Pinheiro Machado

Do meu ponto de vista não é tudo essa placidez: há tensão, confronto, reconhecimento e mesmo conflito na tomada da palavra. Há tensão entre o texto e o contexto (social, histórico-social). Há tensão entre interlocutores: tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações. E se há sentido em se falar em dois “eus” é no sentido de que há muito conflito na constituição dos sujeitos.

Eni Orlandi

Na Análise de Discurso os conceitos de “lugar” e “cena” estão intrinsecamente ligados à própria formulação de instâncias de enunciação. A análise discursiva visa assim a uma “topografia social dos falantes”, ou seja, qual o contexto e a posição social dos falantes numa encenação discursiva? Numa análise de processos enunciativos deve-se tomar essencialmente referência aos lugares sociais, para se compreender o alcance das “formações discursivas” e o próprio “efeito de enunciado”:

Em geral, e isto desde seu início, a AD prefere formular as instâncias de enunciação em termos de “lugares”, visando a enfatizar a preeminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que aí vêm se inscrever [...] Este primado do sistema de lugares é crucial a partir do momento em que raciocinamos em termos de formações discursivas; trata-se, então, segundo o preceito de M. Foucault, de “determinar qual é a posição que pode e deve ocupar cada indivíduo para dela ser o sujeito”. Isto equivale a dizer que “a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito *antes que este enuncie*, mas uma teoria da *instância de enunciação* que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado”.⁵²

52 MANGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso...**, 1989. p. 33.

Pode-se dizer então que os atos de enunciação compreendem as circunstâncias e seus possíveis efeitos, sendo que os “atos de fala” correspondem a uma “dimensão constitutiva do discurso”: “É preciso admitir que a 'encenação' não é uma máscara do 'real', mas uma de suas formas, estando este 'real' investido pelo discurso”.⁵³

Orlandi explicita que efeito de sentido e sentido literal estão intrinsecamente relacionados numa análise discursiva, considerando que todo efeito já traz como pressuposto conceitual, possíveis variações de sentido :

Postula-se sempre um sentido literal e seus efeitos. A questão para a análise do discurso incide sobre o estatuto do sentido literal, uma vez que o discurso é definido não como transmissão de informação, mas como efeito de sentidos entre interlocutores (M. Pêcheux, 1969). Se já se considera, de partida, que o contexto, as condições de produção são constitutivas do sentido, *a variação é inerente ao próprio conceito de sentido.*⁵⁴

O discurso de Brasil provocou um efeito de sentido essencialmente pelo lugar social ocupado em seu discurso de enunciação. Dentre seus enunciatários, Bento não somente corresponde ao efeito de enunciado de Brasil como formula sua resposta nessa cena enunciativa que se procurou trazer à tona.

Em fevereiro de 1930 Brasil publicou um artigo na Revista “A Ordem”⁵⁵ sobre “O desnorteamento da união brasileira”, atribuindo em sua análise que

53 MANGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso...**, 1989. p. 34.

54 ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 149.

55 A Revista “A Ordem” fundada em 1921 e o Centro Dom Vital fundado em 1922, com a colaboração do arcebispo do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, tiveram como primeiros diretores Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Tinham como objetivo fortalecer os ideais católicos conservadores em meio às transformações político-sociais da década de 20, propiciadas fundamentalmente pela crescente urbanização, pela fundação do Partido Comunista e pelos condicionantes políticos liberais que precederam a Revolução de 30. No governo Vargas a manutenção da ordem religiosa viria a contribuir para a manutenção da ordem política do seu próprio governo.

tal união brasileira, ainda que tenha se sucedido por fatores inexplicáveis, reticenciava por uma busca em se justificar geograficamente, sem o que, necessariamente, prescindisse da presença humana:

Certamente o caso mais importante do Brasil é o mystério da sua unidade. União mais ou menos inexplicável, se formando como que ajudada pela providencia, n'uma fatalidade inflexível, passando incólume por todos os princípios de fogo que se ateam intermitentemente em um esforço enorme de norte a sul, varando cada vez mais forte, por cima de todos os perigos, sempre n'uma inconsciência indistincta, como se tudo fosse feito pelo acaso, geograficamente, n'uma terra onde não existisse o homem.⁵⁶

Mas é justamente essa “união desarticulante” e desprovida de humanidade que acabaria por legitimar a necessidade de se referenciar a região geográfica de pertencimento: “União tão desarticulante, quanto enubla a vista do observador que tenta abranger-lhe o panorama, como impossibilita a acção do individuo que queira isolar-se em alguma zona do paíz sem invocar ao menos a região geográfica”.⁵⁷

O autor atenta para a “impossibilidade de uma obra synthetica sobre o Brasil” tendo em conta a “impossibilidade do panorama”. Daí atribuir aos trabalhos de autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Mario de Andrade, “apontamentos fragmentados, para a realização total futura” e

56 MACHADO, Brasil Pinheiro. O desnorteamento da união brasileira. **Revista A Ordem**: Órgão do Centro Dom Vital. Rio de Janeiro, fev. 1930. Arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

57 MACHADO, Brasil Pinheiro. O desnorteamento da união brasileira..., fev. 1930.

que por isso Caspitrano⁵⁸ “sentiu-se incapaz de escrever a nossa história synthetica”.

Partindo dessa contraposição entre desarticulação no foco nacional e pertencimento regional, Brasil atribuiu à região do Paraná e às suas características identitárias algumas questões controversas nos meios intelectuais paranaenses e que, portanto, vale transcrever:

Dentro do Brasil já principiado, o Paraná é um esboço a se iniciar. Falta-lhes o lastro dos séculos. Apesar de ser o estado de futuro mais próximo, forma nessa retaguarda característica de incacterísticos. E olhando as oscilações de tudo, dos costumes indo e vindo, nem sempre evoluindo, da vida sem fixação nenhuma da quase totalidade da população, eu poderia afirmar sem errar por muito que o paranaense não existe. Não sob o ponto de vista racial, que seria absurda no Brasil a existência de mais de uma raça definida, quando sob esse aspecto, nem o brasileiro existe. O paranaense não existe, dentro do complexo brasileiro, existe o paulista eloquentemente representado na historia por gigantescos homens de acção pelo brilho dos intellectuaes. Não existe como existe o gaúcho, mais ou menos perfeitamente definido nos seus ideaes. Como o homem do nordeste, affirmado na tragédia da vida nordestina, como o mineiro, o bahiano, tão bem representado nos guias de nossa historia. Sinão vejamos. O Paraná é um estado sem um relevo humano. Em toda a historia do Paraná, nada houve que realmente impressionasse a nacionalidade. Nenhum movimento com sentido consciente mais ou menos profundo. Nenhum homem de estado.

58 João Capistrano de Abreu nasceu em 1853, em Maranguape/CE. O “Heródoto do Povo Brasileiro” foi pioneiro no estudo das identidades do povo brasileiro, “redescobrimdo o Brasil” por elementos como miscigenação, costumes, clima tropical, natureza brasileira, numa busca por valorizar o povo brasileiro. Dentre suas obras, ressalte-se “Capítulos de História Colonial”, publicada em 1907: “Ele não fez uma história exclusivamente político-administrativa ou biográfica, mas procurou apreender a vida humana na multilateralidade de seus aspectos fundamentais. Sua visão da história não atribui predominância a um fator sobre outros; ele a vê como um conjunto complexo de fenômenos humanos. Para ele, como historicista, o historiador deve recriar a vida integralmente, realizar uma compreensão total e criadora do curso histórico. O conceito de “cultura” substitui o de “raça” e, nesse aspecto, ele é precursor de G. Freyre, assim como S. B. de Holanda. Ele valoriza a presença indígena e pensa um Brasil mais mameluco do que mulato, mais sertanejo do que litorâneo. No Capítulos de história colonial, aparecem os caminhos que levam ao sertão e o próprio sertão brasileiro. Adentrando o Brasil, o colonizador se alterou e se tornou uma personalidade distintamente brasileira” (REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 95).

Nenhum sertanista. Nenhum intellectual. Nem ao menos, um homem de letras, que sendo d'elle, representasse o Brasil, como o Maranhão teve Gonçalves Dias, a Bahia, Castro Alves, O Ceará, José de Alencar e Minas Gerais Affonso Arinos, etc.⁵⁹

Suas proposições acerca dos “incharacterísticos” regionais paranaenses encontraram ferrenhos enfrentamentos, especialmente de intelectuais de veia paranista. Bento Munhoz incluiu-se entre os intelectuais que se sentiram desafiados a contrapor a visão de Brasil. No mesmo ano, em abril de 1930, publicou pela Revista A Ordem e pelo Círculo de Estudos Bandeirantes, uma defesa argumentativa intitulada “A Significação do Paraná”:

O Sr. Brasil Pinheiro Machado no numero de fevereiro da revista “A Ordem” do Rio, estudando o desnorteamento da União Brasileira, fixa instantaneos paranaenses, entrevistos não sei por que prisma, que os torna negativos, mesquinhos, humilhantes e – sobretudo – falsos [...] Não posso atinar com o motivo que o leva a assim discordar de quantas cerebrações nacionaes nos tenham visitado, unanimes todas em enaltecer a significação distincta de nossa terra e de nossa gente.⁶⁰

O texto de Bento Munhoz vem dividido em tópicos. O primeiro trata do Paraná enquanto um “Caldeamento de raças”:

É verdade que somos ainda muito novos. Até 1853, eramos São Paulo. A nossa historia foi a daquela grande unidade brasileira. Participamos dos seus lances civilizadores inscriptos na epopéa constructiva das bandeiras. Mas hoje, não somos mais, nem filhos de S. Paulo. Somos nós mesmos. Nem seria recommendavel á capacidade creadora do grande Estado, se allegassemos, a cada passo, a nossa origem. Estamos creando, em aspectos caracteristicos, um pedaço da civilização brasileira. Não temos o typo ethnicamente definido do paranaense – como não existe o typo racial do brasileiro. Mas vae ahi uma grande differença. Fundem-se no Paraná, subordinadas ao elemento disciplinador do nosso poder de adaptar, quasi todas as raças europeas. Como de S. Paulo para o Sul. Como em varias regiões de Minas. Como no Espirito Santo. Só

59 MACHADO, Brasil Pinheiro. O desnorteamento da união brasileira..., fev. 1930.

60 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A Significação do Paraná. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, p. 3-4, abr. 1930.

em futuro muito remoto fixaremos o nosso homem-padrão, homogeneizado por um lento caldeamento de caracteres distintos.⁶¹

Enquanto para Brasil não havia no Paraná “relevo histórico”:

A historia e a geografia não tiveram forças bastantes para affirmarem o estado do Paraná. A historia, porque lá não houve relevo histórico. Ella se resumiu na conquista anonyma da terra e na colonisação paulista. O Paraná e Santa Catarina (terras tão parecidas, para as quaes não há divisas naturaes nem limites humanos) nos tempos heróicos do Brasil representaram simplesmente uma estrada immensa e vasta, por meio da qual os tropeiros costumavam os pampas á grande união brasileira e os paulistas grudavam o sertão do oeste, fazendo o sul todo girar em torno do maior centro de gravitação historica do continente: São Paulo. A historia no Paraná se resume na marcha da colonisação (iniciativa de fora) sobre a selvageria, a semi-civilisação ou o deserto. E depois da epopéa dos bandeirantes ella dormiu até a immigração estrangeira.⁶²

Já Bento Munhoz atenta para “A Significação da Terra”, fundamentada em lutas de caráter heróico e de resistência em território paranaense em nome da integridade nacional:

Temos assim uma significação geographica incontestável, como incontestavel é a nossa significação humana d’ahi consequente. Se a nossa história foi a paulista, o paranaense já provou no alvorecer da Republica a tempera ferrea de sua fibra e a sua comprehensão elevada ao dever, num facto de brilho inolvidavel. Se a nossa evolução historica se desenvolvesse descolorida por entre scenarios indefinidos, bastar-nos-ia a resistencia da Lapa, para plantar – dentro do Paraná – um marco brasileiro. De consideravel projecção nacional, contraopondo-se á marcha dos federalistas sobre S. Paulo, a energia paranaense secundou heroicamente a energia da nação. A Lapa, velha cidade, plantada no concavo das collinas verdejantes, adormecida na sua vida bucolica de pacifismo e de trabalho, enlevada pelo mysticismo das cercanias, accordou a o sibililar dos tiroteios accendidos pela incomprehensão das scissões politicas que ainda hoje nos cruciam. E ella, resumindo o Paraná, soube ser nobre e grande. Sacrificou o mais pujante do seu sangue e offereceu o mais valoroso de sua mocidade. E quando cahiu, já as directrizes geraes

61 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A Significação do Paraná..., p. 4, abr. 1930.

62 MACHADO, Brasil Pinheiro. O desnorreamento da união brasileira. **Revista A Ordem...**, fev. 1930.

do Brasil republicano se orientavam por outros rumos, mais definidos e mais fortes [...] ⁶³

E mais adiante afirma sobre a diversidade do paranaense em relação ao paulista e ao gaúcho como uma “imitação inevitável de tendências”:

Somos diversos do paulista e do gaúcho. Sentimos, como aquelle, a tendência ingênita de construir e dominar. A fascinação das grandes ousadias. Temos, como elle, uma admiração profunda por todas as manifestações viris do esforço e do trabalho [...]

E temos os lances generosos do gaúcho. A galhardia captivante de suas attitudes francas. A linha correcta das conductas elegantes. A coragem de encarar de peito descoberto as situações precarias. E de vencel-as de cabeça ao sol. Mas entre esses dois polos, nós nos apresentamos como um “forte relevo humano”, que nos é garantido pelo ineditismo do nosso aspecto geographico. Por ser o homem expressão do meio. Por haver entre elles uma communhão perfeita de expressões. Uma copia exacta de perfis. Uma imitação inevitavel de tendencias [...]

Tudo isso vem desmentir a asserção do nosso articulista, de que “a história e a geographia não tiveram forças bastantes para affirmarem o Estado do Paraná”. ⁶⁴

É fundamental ressaltar também que para Bento Munhoz “A Significação da Terra” seria tão evidente e demonstrativa de características regionais como a própria “Significação do Paraná”:

Se o paranaense, como grupamento ethnico, não pode assim existir, é inteiramente falso que não tenhamos “uma natureza caracteristica”. Ahi está o pinheiro. Ergue-se rachitico, tímido, hesitante, quando as terras paulistas se nos avizinham. Estende-se largamente pela faixa catharinense até rarear e extinguir-se no território gaúcho. Mas o pinheiro grande, altivo e nobre, é o nosso pinheiro. Grande e nobre como o paranaense, que agasalha o forasteiro com todo o seu carinho, dá-lhe o melhor que tem, apouca-se, desvaloriza-se e não sabe aprender as lições da ingratidão e do despeito [...] Temos portanto um aspecto physico nosso. O pinheiro. O herval; A primazia da Serra do Mar. As cataractas do Iguassú e as do rio gigante que deu o nome ao Estado. Gritam que não formamos “nessa retaguarda incaracteristica de incaracterísticos”. ⁶⁵

63 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A Significação do Paraná..., p. 7, abr. 1930.

64 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A Significação do Paraná..., p. 8, abr. 1930.

65 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A Significação do Paraná..., p. 5-7, abr. 1930.

Entretanto, o intelectual que havia provocado acirradas discussões no artigo sobre o desnorteamento da união brasileira, apontando “incharacterísticos” à região paranaense, indicaria, num Colóquio de Estudos Regionais, Romário Martins como um pioneiro na tematização da história do Paraná. Para Brasil:

[...] Romário Martins estabeleceu a temática da história de uma comunidade, lançando as bases de uma história regional. Nos trabalhos de outros historiadores paranaenses o objetivo de estudo é constituído por fatos isolados do seu contexto, no sentido da pesquisa e da reconstituição documentária. Foram sem dúvida grandes historiadores e suas obras se caracterizam pela erudição. Mas a tematização da história coube a Romário Martins e, embora não expressamente manifestado, o fundamento da tematização tem como núcleo teórico a afirmação de que a história do Paraná, tal como ele a enfoca, é a história de uma comunidade, isto é, de um grupo humano nas suas relações com o meio geográfico.⁶⁶

Certamente que de 1930, quando da publicação do artigo na Revista “A Ordem”, a 1974, no Colóquio de Estudos Regionais, quando proferiu sobre a tematização da história por Romário Martins, houve o amadurecimento e o aprofundamento do autor nas questões regionais, como é próprio dos estudiosos ao longo de sua carreira. Mas o que se pretendeu apontar é que a concepção de história regional por Brasil já demarcava diferenciais daquela história que tinha por base a construção identitária, de cunho paranista e de exaltação regional.

O que se pode perceber na produção de Brasil é que o seu objeto de estudo não se traduzia pelo viés identitário, mas, fundamentalmente, por aspectos que permitissem compreender a formação do Paraná, tendo em conta o estudo de suas “comunidades”, de suas “migrações” ou do “grupo humano e suas relações com o meio geográfico”, o que para o autor constitui-

66 MACHADO, Brasil Pinheiro. A historiografia de Romário Martins na sua “História do Paraná”. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS REGIONAIS, COMEMORATIVO DO I CENTENÁRIO DE ROMÁRIO MARTINS, 1974, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 1974, p. 43.

se num ponto de partida na produção que desenvolveu sobre o estudo regional paranaense.

Já Bento Munhoz trazia em seus discursos o amálgama da identidade, alicerçada por laços de família, calcada na herança do passado, sacralizado em nome do progresso.

Houve tensão entre os interlocutores e conflito na tomada da palavra. Nessa encenação discursiva formularam-se “instâncias de enunciação”, podendo-se perceber uma “topografia social dos falantes”, que, em busca do reconhecimento do “sentido literal” de seus “atos de fala”, acabaram por conceber *efeitos de sentido* em seus discursos autorizados.

CAPÍTULO III

O PARANÁ DE BENTO, BRASIL E DAVID: O SENTIDO SIMBÓLICO E IDENTITÁRIO DE SUAS PRODUÇÕES.

3.1 O ideal identitário paranaense e a instituição de um discurso científico

Muitos momentos de embate identitário podem ser deflagrados no contexto paranaense, especialmente na primeira década do século XX, dos quais se ressaltam as divergências entre David Carneiro e Wilson Martins, professor, escritor e crítico literário. Aliás, foram vários os momentos geradores de choque e de discórdia entre David e Wilson, que serão amostrados no capítulo sobre David Carneiro.

Esse Paraná que vivenciou acirradas discussões sobre a identidade regional é justamente o Paraná que buscava não somente conhecer, mas ressaltar os traços característicos de sua formação social e histórica. Não mais era possível para a intelectualidade, que se espelhava pelo ideal identitário paranaense, aceitar a mera condição de um passado vinculado à condição de Província de São Paulo.

O Paraná deveria assim ser um estado possuidor de sua própria história, com formação social específica, definidora da índole e da estirpe do paranaense. Caberia, então, à própria gente do Paraná, representada por seus expoentes, enaltecer tal junção integradora entre a história e a sociologia paranaenses, escrevendo-a ou revitalizando-a em forma de produções bibliográficas que alçassem para além das fronteiras regionais, mas que essencialmente se fizessem reconhecer em seu próprio território.

Aliás, a procura pela identidade perpassava tanto no plano regional, como no próprio plano nacional. Desde a Primeira República, já se traziam, em

seu seio, incertezas e questionamentos acerca do que era ser brasileiro e do que afinal representava ser um país republicano:

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930). Tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo. Porque foi geral o desencanto com a obra de 1889. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos. Em 1901, quando seu irmão exercia a presidência da República, Alberto Sales publicou um ataque virulento contra o novo regime, que considerava corrupto e mais despótico do que o governo monárquico. A formulação mais forte do desencanto talvez tenha vindo de Alberto Torres, já na segunda década do século: “Esse Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; essa gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos”.⁶⁷

Alguns elementos que viriam com o projeto republicano no Brasil foram fundamentais para a disseminação de ideais intelectuais. Nesse contexto, refutavam-se práticas e ideologias do antigo regime monárquico, adotando algumas formas de pensamento diferenciadas, como o anticlericalismo⁶⁸, já que a idéia de união entre Estado e Igreja era vista como ultrapassada, criando entraves ao tão almejado progresso.

A modernidade se concretizava pela crescente urbanização, desdobrando-se em novos arranjos arquitetônicos que transformavam a

67 CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 32.

68 Sobre o anticlericalismo, saliente-se que: “No Brasil, o combate ao ensino confessional católico foi o cerne da questão anticlerical e vinha na esteira da construção laica da República, rompendo com a tradição imperial de ensino exterior ou em escolas que eram ‘verdadeiras prisões, sem ar e escuras’. A escola republicana deveria inaugurar no ensino brasileiro a educação moderna, pautada no civismo, no humanismo e na democracia, visando ao progresso da Nação e da Humanidade. O desejo pelo progresso era evidenciado mesmo na arquitetura das escolas construídas pela República, que deixavam para traz aquelas prisões escuras e asfixiantes, construindo prédios claros e amplos de acordo com as modernas práticas de higiene. Em Curitiba, não só as escolas públicas pautavam-se pelos princípios da modernidade científico-filosófica, mas também grande parte das escolas particulares (MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Corvos nos galhos das acácias**: o movimento anticlerical em Curitiba, 1896-1912. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 51-52).

paisagem das cidades. Enfim, não somente o sonho da modernidade, mas a própria promessa de progresso pairava no ar e encantava, tanto pelo avanço das técnicas, como pela disseminação cultural que se infiltrava, especialmente via Rio de Janeiro, então capital do país e referência cultural da época.

José Murilo de Carvalho, ao analisar a formação das almas⁶⁹ e o imaginário da república no Brasil, considera que, ainda que os “esforços das correntes republicanas” objetivassem “legitimar o novo regime” que ora se implantava, “não foram capazes de criar um imaginário popular republicano”:

O esforço despendido não foi suficiente para quebrar a barreira criada pela ausência de envolvimento popular na implantação do novo regime [...] Não por acaso, o debate mais vivo gira ainda em torno do mito de origem e das utopias republicanas [...] A falta de uma identidade republicana e a persistente emergência de visões conflitantes ajudaram também a compreender o êxito da figura do herói [...] ⁷⁰

É nesse contexto entre desencanto e procura por elementos de construção da nação, e de seus valores republicanos, que se detectam orientações regionais no sentido de afirmar-se pelo viés identitário, inclusive como forma de garantir fronteiras e de reforçar papéis políticos frente ao próprio Estado nacional.

É fundamental apontar também que, se o processo de assimilação de valores republicanos trouxe à pauta das discussões elementos anticlericais, movimentam-se também, nesse contexto, ideais de uma intelectualidade

69 O cientista político José Murilo de Carvalho justifica que: “A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro [...] Não foi por acaso que a Revolução Francesa, em suas várias fases, tornou-se um exemplo clássico de tentativa de manipular os sentimentos coletivos no esforço de criar um novo sistema político, uma nova sociedade, um novo homem. Mirabeau disse-o com clareza: não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo. Para a revolução, educação pública significava acima de tudo isto: formar as almas” (CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas...**, 1990. p. 10-11).

70 CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas...**, 1990. p. 141.

católica que, imbuindo-se da relação entre os conceitos de Filosofia e Ciência e constituindo-se num “laicato católico”⁷¹, culminaria, no Paraná, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL), processo este do qual Bento Munhoz foi um dos representantes enquanto integrante do Círculo de Estudos Bandeirantes . Segundo Campos:

O processo de constituição da FFCL foi coordenado pelo grupo católico que se reunia desde o final dos anos de 1920 no Círculo de Estudos Bandeirantes. A compreensão deste projeto universitário implica na discussão sobre a presença do pensamento católico tomista, bem como sobre o projeto romanizador da Igreja.

No Paraná, o projeto romanizador foi iniciado de maneira decisiva a partir de 1892, com a criação da diocese de Curitiba. Até então, o Paraná estava vinculado à diocese de São Paulo. Havia grande interesse por parte da Igreja Católica na formação da diocese de Curitiba, pois junto com os imigrantes europeus veio uma diversidade de correntes teóricas e políticas, como, por exemplo, anarquismo, sindicalismo, socialismo, positivismo, liberalismo. Com a criação da diocese, a Igreja acreditava que estava constituindo um importante elemento de reação dos anticlericais que já estavam presentes no cenário cultural curitibano e, acima de tudo, uma instituição que se colocava como portadora da tarefa de organizar o clero e o laicato católico para divulgar a sua doutrina entre os paranaenses.⁷²

71 “A organização do grupo católico começou a se definir a partir de 1926, com a criação da União dos Moços Católicos de Curitiba e com o desenvolvimento da imprensa católica dirigida pelos leigos. Um momento importante no processo de constituição do laicato católico ocorreu em 1929, com a fundação do Círculo de Estudos Bandeirantes. Nesses ambientes de debate cultural e de formação moral e intelectual foram formalizados os planos de ação deste grupo no Paraná. O laicato católico se articulou em torno dessas instituições com objetivos distintos, embora intimamente relacionados. Observamos duas preocupações: na Imprensa e na União de Moços Católicos de Curitiba, o grupo católico expressava a retórica militante sem se preocupar com o aprofundamento no debate das idéias da Igreja Católica. No Círculo de Estudos Bandeirantes, os intelectuais católicos leigos postulavam a necessidade de aprofundar o debate dos problemas sociais, políticos, filosóficos e religiosos à luz da doutrina católica. No Paraná, entre 1926 e 1939, a elite intelectual católica leiga esteve dirigindo um ou mais periódicos, o que indica que se mostrava bem organizada, pois criou uma série de jornais e revistas como, por exemplo, *A cruzada*, *O cruzeiro*, *O luzeiro*, *O alvor* e a *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*” (CAMPOS, Névio. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1950**. 247 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. p. 126-127).

72 CAMPOS, Névio. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade...**, 2006. p. 122.

Partindo desse conjunto de disposições é que, no início do século XX, projetaram-se ideais regionais de cunho identitário ⁷³, que no Paraná viriam a configurar-se como paranismo, o qual, enaltecendo características identitárias paranaenses, inseriu-se num contexto regional político-econômico de ascensão da elite ervateira, majoritariamente urbana, e de decadência da elite rural dos Campos Gerais. ⁷⁴

Nota-se, então, uma relação entre a elite ervateira e os intelectuais que, *interessados* em projetar um ideal de construção identitária, valendo-se de elementos identificadores regionais, contribuíram para a própria afirmação política paranaense:

73 Dentre os ideais regionalistas de cunho identitário, ressalte-se o bandeirantismo em São Paulo, o gauchismo no Rio Grande do Sul e a mineiridade em Minas Gerais. Em estudo de dissertação de mestrado sobre a ideologia da paulistanidade, Cerri aponta que: "O termo 'paulistanidade' surge, pelo que foi possível averiguar, na obra do historiador Alfredo Ellis Jr., intitulado *A nossa Guerra*. Ellis utiliza o termo ao adjetivar o espírito, o sentimento que toma conta dos paulistas e leva-os à guerra civil de 1932 depois dos ultrajes impostos pelo Governo Provisório e as interventorias impostas ao Estado. Ao qualificá-lo de ideologia, a intenção também é ultrapassar essa caracterização vaga de sentimento, simplesmente para enquadrá-lo como algo mais complexo. A paulistanidade é a ideologia produzida pela oligarquia paulista que consiste na criação de uma *identidade* de ordem regional, valorizando a condição de pertencente ao Estado (numa operação de homogeneização, nível das idéias, de seus habitantes), ao mesmo tempo em que institui uma série de *valores* e *características* como próprias da condição de paulista e, para sacramentar essa construção, oferece uma explicação para essa situação por meio do recurso à História Regional, que aponta o bandeirante como ancestral, civilizador, patriarca do paulista" (CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e Nação na Propaganda do "Milagre Econômico". **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100011&lng=pt&nrm=iso>.. Acesso em: 26/05/2009.

74 Em pesquisa de dissertação de mestrado, Corrêa esclarece que: "O Paraná do século XIX contava com duas elites econômicas que detinham o poder político do estado, formando uma configuração composta pelas elites rurais dos Campos Gerais e a burguesia ervateira de Curitiba e do litoral. Esta tomava cada vez mais o espaço daquela, principalmente após a Guerra do Paraguai, quando a produção da erva-mate se expandiu para atender ao mercado platino, aumentando seu capital econômico e político, que viabilizou uma série de investimentos que alteraram a cidade e as redes de sociabilidade local" (CORRÊA, A. S. **Imprensa e política no Paraná**: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. 231 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. p. 30).

Considerando a trajetória histórica em que se estabelece a política paranaense de *favorecimento e conservantismo do ideário do poder central*, compreende-se o contexto cultural em que a intelectualidade paranista concebeu uma identidade regional. O grupo ervateiro, apoiado pela intelectualidade do mate, procurou então fazer valer o apoio incondicional dado às investidas governamentais centrais frente às intenções de comando e controle territorial. Os elementos político-culturais, elaborados no movimento paranista, tornam-se suportes ideológicos fundamentais na construção identitária paranaense, consolidando uma variedade de investimentos culturais patrocinados pela elite ervateira.⁷⁵

Essa política de “favorecimento e conservantismo paranaense do ideário do poder central” justifica-se na tese de Oliveira de que “O Paraná nasceu politicamente em sintonia com a ordem dominante central”:

O Paraná foi uma unidade regional criada pelos estrategistas do Partido Conservador no limiar da conciliação de 1853. A motivação da sua classe dominante, de históricas raízes coloniais nas famílias senhoriais formadas nas sesmarias e cargos municipais nas vilas dos *homens bons* do período colonial, foi estimulada e valorizada por sua lealdade ao centro político do poder nacional. O Paraná se sente profundamente sintonizado com o centro da gravidade da política brasileira [...] O Paraná foi pensado na geopolítica dos construtores do Império, os estrategistas do Estado Nacional, como uma unidade modelo a ser um indicador de tendências políticas brasileiras. Um modelo de organização pública. Um modelo de europeização e ocidentalização do Brasil. Um dos elementos de sustentação do centro de gravidade político do Brasil. A classe dominante paranaense se caracterizou por padrões de continuidade pelos quais a sua história e as suas memórias deveriam ser filtradas. A produção do silêncio faz parte da identidade paranaense [...] poucas regiões do Brasil apresentam continuidades históricas tão expressivas na posse do poder político por parte de grupos familiares tão antigos quanto o Paraná.⁷⁶

A respeito do envolvimento da intelectualidade e da elite ervateira, procurou-se também justificar tal proposição, tendo em conta o questionamento levantado por Bourdieu se “É possível um ato

75 CORDOVA, Maria Julieta Weber. O paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 171, 2007.

76 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001. p. xxvii.

desinteressado?”. O autor ainda esclarece sobre o que lhe parece ser um dos postulados do conhecimento sociológico:

Não se pode fazer sociologia sem aceitar o que os filósofos clássicos chamam de “princípio da razão suficiente” e sem supor, entre outras coisas, que os agentes sociais não agem de maneira disparatada, que eles não são loucos, que eles não fazem coisas sem sentido. O que não significa supor que eles sejam racionais, que têm razão em agir como agem ou mesmo, de maneira mais simples, que eles tenham razão em agir, que suas ações sejam dirigidas, guiadas ou orientadas por essas razões. Eles podem ter condutas razoáveis sem serem racionais; podem ter condutas às quais podemos dar razão, como dizem os clássicos, a partir da hipótese de racionalidade, sem que essas condutas tenham a razão como princípio. Eles podem se conduzir de tal maneira que, em uma avaliação racional das probabilidades de sucesso, parece que eles tinham razão em fazer o que fizeram, sem que tenhamos razão ao dizer que o cálculo racional das probabilidades tenha sido o princípio das escolhas que fizeram.⁷⁷

Assim, compreendeu-se que o paranismo apreendeu não somente o ideal de identidade pretendido pela elite político-econômica em ascensão, mas fomentou “interesses” intelectuais.

Romário Martins⁷⁸ foi por certo uma das figuras centrais na propagação do termo “paranismo”. Ainda que tenha atribuído a Domingos Nascimento⁷⁹ a

77 BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas...**, 1996. p. 140.

78 Alfredo Romário Martins nasceu em Curitiba, no dia 08 de dezembro de 1874. Era filho do Tenente-Coronel José Antonio Martins, natural do Rio de Janeiro e de Dona Florência Severina Ferreira Martins, natural de São Paulo. Em razão do falecimento de seu pai em 1889, quando havia completado 15 anos “[...] começou a trabalhar cedo como tipógrafo do *Dezenove de Dezembro*. Jornalista e funcionário público, esteve envolvido na pesquisa de documentos favoráveis ao Paraná nas questões de *limites* com Santa Catarina. Romário foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Foi deputado estadual por oito vezes, de 1904 a 1928. Foi redator-chefe d’A República, órgão oficial do Partido Republicano Paranaense. Criou a bandeira e o brasão do Estado, o brasão de armas da cidade de Curitiba e propôs o dia 29 de março de 1693 como a data de fundação de Curitiba. Ecologista e apaixonado pela erva-mate, criou o projeto do Código Florestal de Erva-Mate, de Caça e Pesca e da criação de reservas indígenas. Escreveu três edições do seu livro *História do Paraná*, obra ampliada e considerada clássica. Também escreveu sobre vários assuntos ligados à história, à população, aos limites, ao folclore, à natureza, à agricultura e à educação do Paraná. Romário foi casado com Benedita de Menezes Alves Martins, da importante família de descendentes de Francisco Xavier Pinto, Sangerto-Mor e comerciante” (OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores...**, 2001. p. 187-188).

autoria do termo, deu-lhe sua conceitualização⁸⁰, estendendo sua apreensão ao *Programma Geral*, o qual incita à prática paranista:

PROGRAMMA GERAL DO CENTRO PARANISTA

Art. 1.º - Com a denominação de Centro Paranista fica constituída, com séde, fôro e domicilio na cidade de Curityba, uma agremiação que tem por objectivos promover e estimular todas as iniciativas uteis ao progresso e á civilização do Estado do Paraná.

Art. 2.º - O Centro toma a denominação de Paranista na acepção de “amigo do Paraná”, contribuinte do seu progresso, entendendo por paranismo as aspirações e as realizações vizadoras da grandeza do Paraná, em todas as manifestações moraes, intellectuaes e materiaes.⁸¹

Notam-se, em Romário, os princípios positivistas de apelo ao progresso e aos ideais de grandeza moral, intelectual e material. Assim, o *Programma Paranista* estipulava a necessidade do desenvolvimento do que denominava de *theses* acerca dos seguintes itens: *Meio Physico e Vital; Meio Economico; Meio Social; Meio Especialmente Educativo e Intellectual; e Meio Cívico e Moral*. Nesta última *these*, requeria-se o

79 Segundo Romário Martins, o termo paranismo foi primeiramente utilizado em 1906, por Domingos Nascimento (1863-1915), que foi jornalista, poeta, político e militar. Este, quando de regresso a uma viagem ao norte do Paraná, observou que lá fora identificado pelos nascidos no norte do estado, constituídos em sua maioria por paulistas, como “paranista” e não como “paranaense”, diferenciando assim os que eram naturais do Paraná dos que não haviam nascidos no estado (MARTINS, Romário. *Paranística. A Divulgação*. Curitiba, p. 37, fev./mar. 1948).

80 “Paranismo é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense [...] Paranista é simbólicamente aquêle que em terras do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compoz uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore” (MARTINS, Romário. *Paranística. A Divulgação*. Curitiba, p. 38, fev./mar. 1948).

81 INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO PARANÁ; SOCIEDADE DE AGRICULTURA DO PARANÁ . *Programma Geral do Centro Paranista*. Curityba: Livraria Mundial, 1927.

1 e 2 – Estudo das phases historicas dos progressos moraes e civicos da sociedade paranaense.

3 e 4 – Commemorações das datas que assignalam os progressos humanos, brasileiros e paranaenses, e as acções dos homens que concorreram para a civilização do Brasil e do Paraná, na política, nas sciencias, nas artes e nas industrias.⁸²

O estudo de datas históricas e de suas comemorações requeria, portanto, uma simbologia própria, que desse conta de tal intuito moral e cívico. Romário Martins foi um estudioso da heráldica⁸³ e em seus materiais de pesquisa, localizados no Arquivo Público do Paraná, percebeu-se o seu apego por símbolos, como é o caso dessa

ORAÇÃO À BANDEIRA

CAMPOS, Francisco de. AIB. Secretaria Provincial de Propaganda

A Bandeira é um symbolo, a sua commemoração, uma cerimonia. As ceremonias e os symbolos não trazem em si mesmos a sua justificação e o seu sentido. Não basta hastear a bandeira e prestar-lhe a reverencia e juramento. A Bandeira é um signal: ella representa realidades e valores, e os valores e as realidades que ella representa não estão inscriptos no seu quadrilatero, mas no espirito, na vontade e no coração dos homens.⁸⁴

82 INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO PARANÁ; SOCIEDADE DE AGRICULTURA DO PARANÁ . **Programma Geral do Centro Paranista**. Curityba: Livraria Mundial, 1927, p. 15.

83 Romário Martins utilizou-se das seguintes normas heráldicas na idealização do brasão do Paraná: “O sol seria o símbolo americano por excelência; nele, desde a mais remota antiguidade da Ameríndia, os povos do Novo Mundo homenageiam a fonte da vida [...] As montanhas, que foram agrupadas em três picos, simbolizando os três planaltos do território paranaense, o Oriental ou de Curitiba, o Central ou dos Campos Geraes e o Ocidental ou de Guarapuava, ao mesmo tempo lembram as três raças de nossa primitiva formação étnica. A Águia, convenientemente estilizada de maneira a conservar as características da espécie (thresaetus harpia) symbolisa a audácia a liberdade e tem especial cabimento no escudo por ser o Paraná o limite meridional de sua exsurgencia no Brasil. O Lavrador é uma representação expressiva de nossa vencedora actividade agrícola, incrementada pela imigração. O braço vestido de armadura, que sustenta uma lança com a bandeira onde está inscripta a Cruz da Ordem de Christo, nos liga às nossas origens, históricas e religiosas, e especialmente à phase heróica das bandeiras penetradoras do sertão paulista, incorporadoras à unidade brasileira de quasi todo o actual território paranaense. O pinheiro, o egrégio Pinheiro do Paraná foi posto em copa frondejante e, no suporte um ramo de café representativo da nossa mais promissora indústria agrícola, em correspondência com o mate, nossa principal indústria actual” (MARTINS, Romário. **O brasão de Armas do Paraná e os seus symbolos**. Curitiba: APPR, [19--]. [Datilografado]. cx. 10).

84 MARTINS, Romário. **Origem das bandeiras**. Curitiba: APPR. [19--]. cx. 10.

Em dissertação de mestrado sobre a trajetória de Lange de Morretes, Salturi traz à tona um debate sobre a diferenciação entre *paranismo* e *movimento paranista*. Recorre assim a Romário Martins, que já distinguia que enquanto paranismo relacionava-se ao ideal, o movimento paranista em si caracterizaria a sua prática em forma de movimento:

Retomando um pouco o uso feito por Romário Martins, **Paranismo**, estaria mais para um sentimento ligado a um ideal, ou seja, uma “forma de pensar” o Paraná relacionado à identidade regional, seja ela na esfera política, econômica ou cultural, com vistas a um futuro próspero. Decorrente disso, o Movimento Paranista foi uma maneira de colocar em prática esse sentimento, essa “forma de pensar” que, só atingiu o caráter de movimento em meados da década de 1920. Como todo o movimento, o Movimento Paranista é datado. Ele é envolvido por uma ação de um grupo de pessoas. Nesse sentido, é objetivo. Diferentemente, o paranismo, enquanto um sentimento, não é datado, é subjetivo, ele continuou associado às outras ideologias que surgiram no Paraná em períodos subseqüentes e ainda hoje, visto assim, ele persiste”.⁸⁵

Dessa forma, desde o nascimento do termo paranismo à criação do que se pode chamar movimento paranista, é de se notar a própria dinâmica das relações sociais e culturais que se processavam no Paraná.

É também no contexto regional da primeira metade do século XX que uma geração de poetas, “conhecida no cenário das letras nacionais como a dos poetas simbolistas” *inventaram o Paraná*, tendo um núcleo formado por Emiliano Pernetta, Dario Vellozo e Silveira Netto “[...] que dá o tom e a medida da poesia produzida no Paraná entre 1890 e 1920”; juntamente a esse núcleo formou-se um “[...] conjunto heterogêneo de outros poetas, considerados pela

85 SALTURI, Luis Afonso. **Frederico Lange de Morretes, liberdade dentro de limites: trajetória do artista-cientista**. 255 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 83-84.

crítica literária como menos brilhantes, porém igualmente importantes na divisão do trabalho que se molda”.⁸⁶ Assim,

Inventaram o Paraná como integrantes de uma geração que terá sob seu controle o ambiente cultural, aferrado ao manejo dos alicerces que estruturam as letras locais. Ao lado do mundo político e administrativo, o cultural apresentava-se como mercado de trabalho em expansão nas modalidades do jornalismo, dos estabelecimentos educacionais e das organizações literário-científicas. Os simbolistas [...] assumirão posições de destaque em todo esse espaço social, circulando com desenvoltura entre um e outro cenário, passando de professores a deputados, de redatores de jornais a postos de mando no Executivo, de cronistas a fundadores das principais instituições-chaves.⁸⁷

E o que se pode atestar é um florescimento intelectual, cultural e artístico⁸⁸ paranaense, via Curitiba, capital do estado, onde se vivenciavam tanto o sonho simbolista como as manifestações artísticas decorrentes do movimento paranista. Salturi indica que:

86 Para Bega, a geração dos os poetas simbolistas, considerados como “inventores da identidade paranaense ”[...] constituiu-se numa “Geração *sui generis*, como representante letrada e com legitimidade junto aos grupos dominantes, coube a ela dar conta de duas tarefas monumentais: fazer medrar em solo brasileiro, semeado e nutrido pelo Parnasianismo, a poesia simbolista e, ao mesmo tempo, como paranaenses, inventar o Paraná. Entre o Sonho e a Invenção, equilibraram-se e pautaram suas vidas” (BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná...**, 2001. p. 408-409).

87 BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná...**, 2001. p. 405.

88 “Entre 1927 e 1930, o Movimento Paranista vivenciou o seu auge ao atingir os campos das artes plásticas e musicais, passando por um período em que seus ideais estavam organizados e institucionalizados em forma de práticas culturais. O melhor exemplo da manifestação do paranismo nesse período é a revista *Ilustração paranaense*, criada em 1927, pelo fotógrafo e jornalista João Batista Groff. O periódico, que refletia os temas e o ideário em voga naquele momento, tinha uma ótima qualidade gráfica e editorial e contava com a colaboração de artistas e intelectuais. A *Ilustração paranaense* trazia reproduções de pinturas e desenhos de Alfredo Andersen, Lange de Morretes, João Turin, João Ghelfi, Theodoro De Bona, Kurt Freÿsleben, Arthur Nísio, Zaco Paraná e outros, além de fotos de João Batista Groff, que era amigo e agia como um mecenas desses artistas. Na parte textual entre os colaboradores vários escritores: Aluísio França, Ermelino de Leão, Euclides Bandeira, Jayme Ballão Junior, Leôncio Correia, Pamphilo D’Assumpção, Romário Martins, Sebastião Paraná e outros” (SALTURI, Luis Afonso. **Frederico Lange de Morretes...**, 2007. p. 94-95).

Nas artes plásticas, o paranismo apareceu após janeiro de 1923, com a estilização criada por Lange de Morretes, João Ghelfi e João Turin. Esses artistas tiveram como preocupação estética algumas questões que envolviam as representações simbólicas do Paraná, principalmente através de temas da natureza paranaense. Essas representações se deram através de estudos e obras de pintura, desenho, escultura, artes gráficas, arquitetura e moda. Na música e no teatro, o paranismo se manifestou em motivos musicais baseados em canções tradicionais ou em gêneros populares com textos exaltando temas locais nas composições.⁸⁹

A essência do movimento paranista fomentou o sentimento de paranismo, de idealização identitária, de enaltecimento de valores naturais, seja em aspectos físicos ou humanos, seja, enfim, de valores e referências próprias da região. Entende-se que o movimento paranista acaba mesmo por testar a eficácia daquele discurso pretendido por Romário Martins quando da conceitualização do termo paranismo.

Esse sentimento de paranismo é fundamentador também de um discurso sócio-histórico pela via da instituição discursiva no próprio cotidiano da educação. Em dissertação de mestrado sobre a produção da memória do patrimônio tombado na Lapa/PR⁹⁰, já se procurava apontar para a relação entre os enunciadores do discurso paranista e seus enunciatários. Assim, compreendeu-se o paranismo enquanto disseminador de ideais identitários regionais, tomando como elementos de análise a relação entre a produção historiográfica regional e a produção curricular, essencialmente difundida nas séries iniciais da educação escolar.

A veiculação dos ideais paranistas perpassou tanto pelo caráter cultural e artístico difundido pelo movimento paranista do início do século XX, como acabou por determinar conteúdos escolares, fundamentalmente por meio da *inculcação* de símbolos e heróis regionais, atingindo assim a própria narrativa

89 SALTURI, Luis Afonso. **Frederico Lange de Morretes...**, 2007, p. 92.

90 CORDOVA, Maria Julieta Weber. **A produção da memória e o patrimônio tombado na Lapa/PR: perspectivas para o currículo escolar.** Ponta Grossa, 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003.

preservacionista dos patrimônios tombados⁹¹. Esta narrativa preservacionista na Lapa justifica-se ora pela salvaguarda de fatos e feitos históricos nacionais, com especial ênfase ao papel lapeano de defensor da República no episódio do Cerco da Lapa, ora regionalmente, como forma de salvaguardar o sentimento de pertencimento regional demarcado pelo ideal paranista.

Edilberto Trevisan ao escrever sobre “As nascentes do paranismo” denota um caráter flexível ao termo, considerando que:

Como se sabe, através dos tempos, as palavras se transfiguram, mudam de forma, sentido, flexão. No sentido, diminuem de amplitude, especializando-se; ou alargam a abrangência, generalizando-se. Deslizam de uma acepção concreta para uma abstrata. De coisa ou pessoa para um estado de espírito. Imperceptível e espontaneamente. Nas palavras, como nos símbolos, o supremo agente é o povo, que as pratica e lhes estabelece a função, limites, forma e significado. Esses movimentos de restrição ou de extensão das palavras evidenciam, como a respiração nas pessoas, o sinal mais característico de uma língua viva, sujeita sempre aos acontecimentos sociais e culturais de cada época.⁹²

Para Bakhtin, a significação de uma palavra pode variar em tantos quantos “contextos possíveis” ela possa estar inserida:

O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis. No entanto, nem por isso a palavra deixa de ser ela mesma. Ela não se desagrega em tantas palavras quantos forem os contextos nos quais ela pode se inserir. Evidentemente, essa unicidade da palavra não é somente assegurada pela unicidade de sua composição fonética; há também uma unicidade inerente a todas as suas significações [...].⁹³

91 Sobre o patrimônio cultural no Paraná e sua relação com a política preservacionista, sugere-se a leitura da tese de: LUPORINI, Teresa Jussara. **Os “lugares de memória” do Estado do Paraná: demandas e políticas pela preservação do patrimônio cultural**. 1997, 362 p. Campinas, Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

92 TREVISAN, Edilberto. As nascentes do paranismo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 jun. 1991, p. 23.

93 BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 106.

E o termo paranismo evidencia diferenciados sentidos e apreensões em torno de sua significação e de sua abrangência temporal. Assim, surgindo como um sentimento de pertencimento à terra e de apego às questões regionais, o paranismo nasce e floresce, para recrudescer e renascer em outros momentos da história regional, deflagrando assim que o sentido da palavra traz em si variadas significações discursivas, conforme o contexto em que irá se inserir:

O paranismo se urbanizara e da cidade partia agora em busca dos flagrantes de nossa vida agreste e campesina. Deixara de ser quixotesco e assumia a representação melhor de uma época. O papel em que foi impresso o Programa Paranista vinha da Fábrica de Papel de Morretes, feito de lírios das margens do Nhundiaquara. A Revolução de 30 cortou e suspendeu o movimento paranista dos anos 20. Ficaram as raízes ocultas, que iam servir de mergulhos para o ressurgimento mais além, com outros nomes importantes, não há dúvida, mas apenas no campo intelectual, continuadores e sucessores dos pioneiros que haviam conhecido as nascentes do paranismo.⁹⁴

O paranismo, que no início do século movimenta o meio intelectual, cultural e artístico, intimida-se com o projeto de nacionalização da “Revolução de 30”. Posteriormente, em face da onda de redemocratização do país em 1945, o paranismo renasce⁹⁵, desta vez especialmente pela intelectualidade que via no paranismo o alcance histórico da tradição regional, desde os primeiros povoadores à erva-mate, ou seja, demarcando momentos de vínculo às questões de apego à terra, delineadamente enredadas em discursos que buscavam comprovar-se por questões ligadas à formação social e histórica paranaense. Bento Munhoz e David Carneiro foram intelectuais representativos desse contexto de renascimento paranista.

94 TREVISAN, Edilberto. As nascentes do paranismo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 jun. 1991, p. 23.

95 Essa passagem entre a “Revolução de 30” e o renascimento paranista será mais detalhadamente trabalhada no capítulo sobre Bento Munhoz da Rocha Netto.

Conjuntamente ao processo de expansão intelectual, cultural e artística por um lado e de definição de signos e símbolos culturais por outro, o Paraná, até a década de 1960, foi palco de intensos conflitos e de lutas em torno de sua ocupação territorial, pois

[...] freqüentemente, verificou-se a *intrusão*, assim como a formação de *grilos*. Intrusos e grileiros, via de regra, com o concurso de *jagunços*, pistoleiros de ofício, intranqüilizaram posseiros e sitiantes obrigados também, muitas vezes, a reagir à bala, de sorte que muitos capítulos da história da ocupação da terra no Paraná moderno foram escritos com fogo e sangue. Foram particularmente graves os movimentos agrários de Jaguapitã (1947), Porecatu (1951) e do Sudoeste (1957). É preciso observar que, nesta conjuntura, em 1943, foi criado o Território Federal do Iguaçu, havendo o Paraná perdido 47 mil quilômetros quadrados do seu território. Com a redemocratização do país, em 1946, foi extinto o Território Federal do Iguaçu [...]⁹⁶

Entre esse processo de luta pela posse e ocupação territorial e de valorização de princípios legítimos, norteadores de uma identidade regional, denota-se a busca por critérios sócio-históricos nos discursos e nas *lutas simbólicas* que então se travavam, especialmente entre os detentores de capital cultural, seja no seio da academia, seja nos meios literários e artísticos, a fim de que atingissem os enunciatórios legítimos. É nesse ponto que convém atender às tomadas de posições e à pretensão em instituir um discurso que leve em conta o princípio de *di-visão*, em que os intelectuais assumem um “papel preponderante” tanto no campo científico como no campo social:

Compreende-se melhor a necessidade de explicitar completamente a relação entre as lutas pelo princípio e di-visão legítima que se desenrolam no campo científico e as que se situam no campo social (e que, pela sua lógica específica, concedem um lugar preponderante aos intelectuais). Toda a tomada de posição que aspire à “objectividade” acerca da existência actual e potencial, real ou previsível, de uma região, de uma etnia ou de uma classe social e, por esse meio, acerca da *pretensão à instituição* que se afirma nas *representações* “partidárias”, constitui um certificado de *realismo* ou

96 CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Maria Cecília. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Ed. do Chain, 1986. p. 66.

um veredicto de *utopismo* o qual contribui para determinar as probabilidades objectivas que tem essa entidade social de ter acesso à existência.⁹⁷

O discurso científico é consagrador, portanto, de critérios de *divisões* e de *visão das divisões*, e gerador de um *efeito simbólico*:

O efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é inevitável na medida em que os critérios ditos “objectivos”, precisamente os que os doutos conhecem, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a acção simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade [...]⁹⁸

E as produções de Bento, Brasil e David trazem justamente esse *efeito simbólico* do discurso científico proferido essencialmente pelos doutos. Bento e David tomaram posições e recorreram com objetividade aos conceitos de região e identidade, seja por pressupostos sociológicos, como Bento Munhoz ao conceituar o sul do Brasil enquanto a “mancha loira”, ou estabelecendo critérios de identificação às denominações de tinguí ou pioneiro; seja por pressupostos fundamentalmente positivistas como os argumentos de David, que reiteradamente se justificam em episódios que ora tendem a heroificar, ora consagram fatos históricos, com o objetivo específico de demarcar o papel do Paraná frente ao Estado nacional.

Já em Brasil, o *efeito simbólico* do discurso científico percorre justamente o caminho inverso ao de Bento e David, pois para Brasil problematizar a objetividade atribuída aos conceitos de região e identidade, buscando compreender as “incharacterísticas” do paranaense, era justamente ter em conta “estímulos de ordem nacional”. Ou seja, o Paraná deveria ser pensado de fora para dentro, percebendo-se que qualquer característica

97 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**..., 2006. p. 119.

98 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**..., 2006. p. 119-120.

regional paranaense estaria diretamente ligada às características inerentes ao próprio processo de formação brasileira.

Enfim, Bento, Brasil e David demarcaram *lutas simbólicas* em suas *trajetórias*. E os seus discursos científicos acabariam por contribuir para uma dada lógica de reprodução e distribuição do capital cultural, tendo como elemento definidor o próprio capital cultural herdado, alicerçado pelo *espírito de família*.

3.2 *Trajetoira e luta simbólica* nas produções de Bento, Brasil e David

Ao se tratar de *lutas simbólicas* utilizadas para o *conhecimento* ou *reconhecimento* de efeitos simbólicos num discurso científico, a análise, necessariamente, contempla a noção de *trajetoira* enquanto “[...] uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”.⁹⁹

Bento, Brasil e David vivenciaram um mesmo contexto espacial e temporal. Suas *trajetórias* são reveladoras de que as *lutas simbólicas* que então se travavam condiziam com o momento de afirmação regional paranaense.

Muitas das idéias concebidas no meio intelectual paranaense giravam em torno de artigos publicados em revistas de âmbito nacional e regional, como os anteriormente referidos “instantaneos paranaenses” demarcados por um dado “Desnorreamento da união brasileira”, conforme assinalou Brasil na Revista A Ordem, e que acabou por encontrar resposta em Bento que publicou sobre “A Significação do Paraná” tanto na própria Revista A Ordem, como na

99 BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas...**, 1996. p. 81.

Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, denotando assim um indicativo do movimento dos debates que então se instituíam.

O fato é que as discussões germinavam em espaços demarcados e encontravam seus enunciatórios. Assim, seja divulgando o ideal identitário, seja questionando-o, justificavam estudos sobre a formação do paranaense, levada a termo por critérios essencialmente sociais e históricos, que tanto contribuía para o estudo regional como conduzia o debate para a própria afirmação institucional da história e das ciências sociais.

Entretanto, há que se apontar o quanto entram em jogo os capitais sociais, políticos e intelectuais nessas *lutas simbólicas*. Em 1951, no início do seu mandato de governador, Bento nomeou David Carneiro para a direção da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, o que demonstra a relação de proximidade entre Bento e David. E ainda que Brasil se colocasse na contracorrente da exaltação identitária, compunha o grupo dos seletos. Brasil pertenceu ao círculo de amigos de Bento, sendo inclusive seu assessor quando de seu governo estadual. É nesse sentido que:

Em outubro de 1951, a Imprensa Oficial do Estado fica autorizada a imprimir “obras julgadas de grande valor científico ou literário, de autores paranaenses ou aqui radicados”, as quais devem ser selecionadas por uma comissão formada pelo governador, conforme Lei n.º 722 (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO n.º 186, de 19/10/1951). Para o ano de 1952, o governo designa Themístocles Linhares, Wilson Martins e Dalton Trevisan para aquela comissão julgadora.¹⁰⁰

Assim, é de se notar nos prefácios escritos por Bento nas obras de Brasil, Balhana e Westphalen¹⁰¹, o entrelaçamento de *trajetórias* demarcadas

100 KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **A construção do Paraná moderno**: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004. p. 213.

101 As obras História do Paraná e Campos Gerais-Estruturas Agrárias serão detalhadamente tratadas no capítulo que trata de Brasil e sua produção conjunta.

pelo *espírito de família*, tendo como recorrência discursiva a instituição de um discurso regional pela via da argumentação social e histórica.

Bento ao escrever sobre a necessidade de divulgação da história paranaense, em 1969, em *História do Paraná*, reitera-se em dados acerca do *perfil psicológico do paranaense tradicional* face ao crescimento demográfico, à ocupação desordenada do território, ao surto cafeeiro, ao pioneirismo inovador e aos próprios conflitos sociais decorrentes desses processos. E já em 1968, ao prefaciá-lo *Campos Gerais-Estruturas Agrárias*, evidenciava o papel da universidade nesse contexto:

Esse trabalho serve também de exemplo para mostrar como deve ser uma Universidade. Como Universidade, a do Paraná tem de estar integrada no ciclo de civilização a que pertencemos, isto é, o europeu-americano, e não pode deixar de possuir características comuns a todas as Universidades do país, características que nos distingam, afirmando nossa personalidade nacional e nossa cultura, sem que, a Universidade ficaria distanciada da vida. Mas sendo do Paraná, estando situada em nosso Estado, tem, em certo gênero de pesquisas, atentar para o regional, de diferenciar-se justamente aí, para não perder seu sentido dentro da sociedade global brasileira.¹⁰²

É com base nesses argumentos de afirmação regional que se pode estender tal apreensão de sentido para o pensamento de David Carneiro e sua recorrência à história e à propagação positivista de princípios fraternais. David, como um positivista convicto, em *Estudo da Sociedade Contemporânea*¹⁰³, ao que ele chama de “terceira década (1935-1945) do XX^o Século da era católica”, considera como uma “necessidade urgente o conhecimento sistemático da história”, bem como o estabelecimento de “leis de evolução social, afim de se saber para onde caminha a Humanidade”.¹⁰⁴

102 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Prefácio. In: MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais**: estruturas agrárias. Curitiba: UFPR, 1968. p. i.

103 CARNEIRO, David. Teocracia. In: HISTÓRIA Geral da Humanidade através dos seus maiores tipos. São Paulo: Athena, 1939. p. 27.

104 Tais questões foram especificadas no capítulo que trata do pensamento de David Carneiro.

David elabora, ao longo de suas produções, temas recorrentes ao estudo de episódios da história regional, como a Revolução Federalista no Paraná, porém, procurando constantemente dar sustentação ao caráter regional identitário de tais momentos da história. Assim, quando profere um discurso em homenagem a Romário Martins, inicia com a seguinte frase: “Romário Martins: como eu o compreendi”.

David compreendeu Romário Martins, constatando que sua

estirpe e a lei da hereditariedade bastam para justificar a nobre ascensão que depois realizou desde a oficina do “19 de Dezembro” (em que deu seus primeiros passos práticos, a 8 de Outubro de 89) até à situação gosaada na velhice como autor de renome, com trabalhos de real valor e poligrafo de extraordinário brilho e fecundidade exemplar.¹⁰⁵

É pelo valor atribuído na obra História do Paraná, de Romário Martins, que se percebe a luta de David em trazer à tona dados sobre a história paranaense, contra ao que ele chamou de “desconhecimento local”:

Antes de terminar o século XIX, foi publicada a “História do Paraná” em seu primeiro esboço cronológico. Vizara, segundo declarou em prólogo, **“tornar o seu estado conhecido dos próprios paranaenses e do Brasil”** Iniciava-se assim, a luta contra o desconhecimento local, e sobretudo nacional [...].¹⁰⁶

Partindo dessas premissas sobre as *trajetórias* de Bento, Brasil e David e com o objetivo de possibilitar uma visão de conjunto das produções dos intelectuais, foram elaborados três quadros demonstrativos do ano de publicação e do título, esboçando assim os temas por eles trabalhados, o local e o meio em que foram editados. Dessa forma, procurou-se abordar alguns

105 CARNEIRO, DAVID. Romário Martins: como eu o compreendi. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, p. 36, dez. 1948.

106 CARNEIRO, DAVID. Romário Martins..., 1948, p. 40.

dados concernentes às suas produções e às *lutas simbólicas* por eles empreendidas. Seguindo a ordem alfabética pelo primeiro nome, iniciou-se assim com Bento (QUADRO 1):

DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO (continua)			
ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	MEIO EDITORIAL	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
1927	DISCURSO DE ORADOR DA TURMA DE ENGENHEIROS CIVIS DE 1926	Irmãos Guimarães & Cia	PR
1930**	A SIGNIFICAÇÃO DO PARANÁ	Revista A Ordem	PR
1930**	A SIGNIFICAÇÃO DO PARANÁ	Círculo de Estudos Bandeirantes	RJ
1935	NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA	Boletim do Instituto de Engenharia do Paraná	PR
1936	SOBRE O THOMISMO	Círculo de Estudos Bandeirantes	PR
1936	A FUNÇÃO DO HISTORIADOR	Círculo de Estudos Bandeirantes	PR
1936	O CHRISTIANISMO DEANTE ENCRUZILHADA	Revista A Ordem	RJ
1937	MITOS LIBERAIS	Revista O Luzeiro	PR
1937	DOCTRINA E AÇÃO	Revista O Luzeiro	PR
1937	ERROS DO BRASIL	Revista O Luzeiro	PR
1937	NOSSA ÉPOCA	Revista O Luzeiro	PR
1938	FRANCISCO NEGRÃO	Círculo de Estudos Bandeirantes	PR
1938	DOUTORISMO	Revista O Luzeiro	PR
1938	VISOES TACANHAS	Revista O Luzeiro	PR
1939	DIVAGAÇÕES SOBRE A DEMOCRACIA	Círculo de Estudos Bandeirantes	PR
[1940 ?]	DISCURSO DE PARANINHO DOS GRADUANDOS DO INSTITUTO SANTA MARIA, DE CURITIBA, PRONUNCIADO EM 01/12/1940	João Haupt & Cia	PR
1941	DOM FERNANDO TADDEI	Círculo de Estudos Bandeirantes	PR
1941	UM PROFESSOR DE ENERGIA: ESTUDO SOBRE LISÍMACO FERREIRA DA COSTA	Círculo de Estudos Bandeirantes	PR
1943	VARIAÇÕES SOBRE KIPLING	Clube Literário de Paranaguá	PR
1944	ALGUNS TRAÇOS DA PERSONALIDADE DE MUNHOZ DA ROCHA E UM CAPÍTULO DE SUA VIDA	Círculo de Estudos Bandeirantes	PR
1946	O TERRITÓRIO DO IGUAÇU NA CONSTITUINTE	Imprensa Nacional	RJ
1946	O PARANÁ TERÁ DE MUDAR DE NOME?	Revista Diretrizes	RJ
1948	SOLENIIDADE DE ENTRONIZAÇÃO DE CRISTO CRUCIFICADO NO PLENÁRIO/CÂMARA DOS DEPUTADOS-PALÁCIO TIRADENTES	Imprensa Nacional	RJ
1948	UMA INTERPRETAÇÃO DAS AMÉRICAS	José Olympio	RJ
1949	HOMENAGEM PÓSTUMA A JOSÉ FARANI MANSUR GUÉRIOS	Círculo de Estudos Bandeirantes	PR
1953	O SURPREENDENTE PROGRESSO DO ESTADO DO PARANÁ	Rotary Club do Rio de Janeiro	RJ
1953	EUCARISTIA: SOLUÇÃO DOS GRANDES PROBLEMAS FAMILIARES	Secretariado do Primeiro Congresso Eucarístico Provincial do Paraná	PR

DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO (conclusão)

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	MEIO EDITORIAL	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
1954	DISCURSO PRONUNCIADO PELO TRANSCURSO DO JUBILEU DE PRATA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES	Círculo de Estudos Bandeirantes	PR
1957*	AN INTERPRETATION OF THE AMERICAS	Euro-American	RJ / New York/ Port of Spain
1960	PRESENÇA DO BRASIL	José Olympio	RJ
1960	PERFÍS	Ernani Reichmann	PR
1960	RADIOGRAFIA DE NOVEMBRO	Civilização Brasileira	RJ
1961*	RADIOGRAFIA DE NOVEMBRO	Civilização Brasileira	RJ
1961	ITINERÁRIO	Ernani Reichmann	PR
1961*	ITINERÁRIO	Ernani Reichmann	PR
1962	MENSAGEM DA AMÉRICA	UFPR	PR
1962*	MESSAGE FROM AMERICA	UFPR	PR
1962	IMPrensa	Distribuidora Nacional de Livros	PR
1968	TINGUIS	[s.n.]	PR
1968	NOVAS EXPERIENCIAS NOS CAMPOS GERAIS PREFÁCIO: CAMPOS GERAIS - ESRUTURAS AGRÁRIAS (AUTORES: BALHANA, MACHADO E WESTPHALEN)	UFPR	PR
1969	ENSAIOS	Ernani Reichmann	PR
1969	DA NECESSIDADE DE DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA PARANAENSE - PREFÁCIO: HISTÓRIA DO PARANÁ (AUTORES: BALHANA, MACHADO E WESTPHALEN)	Grafipar	PR
1987	DISCURSOS PARLAMENTARES	Câmara dos Deputados	DF
1989	BENTO FALA SOBRE O PARANÁ	Museu da Imagem e do Som	PR
1995	O PARANÁ, ENSAIOS	Prefeitura Municipal de Curitiba	PR
1998	DISCURSOS E CONFERÊNCIAS: 1951-1955	[s.n.]	PR
2006*	DISCURSOS PARLAMENTARES	Chain	PR

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO

FONTE: Círculo de Estudos Bandeirantes e Biblioteca Pública do Paraná

Notas:

* Reedições;

** O artigo "A Significação do Paraná" foi publicado, concomitantemente, na Revista A Ordem e na Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, em abril de 1930;

*** Em concordância com as Normas para apresentação de documentos científicos da Universidade Federal do Paraná, adotou-se s.n. (*sine nomine*) para 'sem editora'.

As *lutas simbólicas* apreendidas em Bento assumem uma ótica identitária regional, mas sua produção repercutiu para além das fronteiras regionais. Publicada em 1948 pela Editora José Olympio *Uma Interpretação*

das Américas foi reeditada em 1957, em língua inglesa, sob o título *An Interpretation of the Américas*, pela Euro-American.

Em 1962, *Mensagem da América* foi reeditada também em língua inglesa como *Message from America*, ambas pela editora da UFPR, o que denota não somente a divulgação, mas a legitimação de suas idéias e a busca por enunciatórios legítimos que equacionassem de forma eficaz seu discurso autorizado.

Mas foi a obra *Presença do Brasil*¹⁰⁷ a que certamente marcou a trajetória intelectual de Bento. Editada em 1960 também pela Editora José Olympio, constitui o n.º 104 da Coleção Documentos Brasileiros, dirigida pelo historiógrafo Octavio Tarquínio de Sousa. Tal Coleção, que tinha como objetivo a divulgação de estudos que compreendessem a “terra” e a “gente” brasileira, foi inicialmente dirigida por Gilberto Freyre (até o n.º 18) e teve a obra *Raízes do Brasil*, em 1936, de Sérgio Buarque de Holanda, como seu primeiro volume.

Fazer parte dessa Coleção, trazendo a marca do regionalismo paranaense enquanto a “mancha loira” do sul do Brasil e invocando diferenciais de formação cultural e social, como o culto da Mãe-Loira em contraponto ao culto da Mãe-Preta, revela não somente o amadurecimento do autor, mas a própria afirmação institucional do estudo regional que se pautava em critérios sociais e históricos.

Outro importante meio de divulgação, em âmbito regional, foi no Círculo de Estudos Bandeirantes, do qual foi sócio-fundador, fazendo dele um intelectual tomista em busca de bandeiras que atestassem por elementos constitutivos da identidade paranaense; Círculo este do qual faziam parte intelectuais que detinham montantes consideráveis de capitais, conforme irá se abordar no capítulo específico sobre Bento.

107 “Presença do Brasil” irá ser trabalhada no capítulo sobre Bento Munhoz, no que se refere à formação social e cultural do sul do Brasil.

Desde 1927, quando da publicação de seu “Discurso de Orador da Turma de Engenheiros Civis de 1926”, nota-se o afinco com que o intelectual trabalhou. Também é de se notar a ênfase aos temas regionais, embora Bento não tenha se restringido ao Paraná como local de publicação, tendo publicado no Rio de Janeiro, Distrito Federal e EUA. Foi um intelectual que trouxe consigo, em suas produções, a vivência política e o *espírito de família*, trabalhando, com precisão e zelo, elementos que se tornaram fundamentais ao estudo da formação social paranaense.

Já a produção de Brasil Pinheiro Machado não apresenta uma variedade de títulos. Certamente, isso se deve porque, ao longo de sua vida, assumiu vários cargos políticos. Foi prefeito com 24 anos, Deputado Estadual com 27 anos e Interventor do Estado com 39 anos, além de assumir por 12 anos, em períodos consecutivos, a direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, dentre outras funções. Mas, por certo, suas obras constituem-se em referências ao estudo regional (QUADRO 2).

DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE BRASIL PINHEIRO MACHADO (continua)			
ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	MEIO EDITORIAL	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
1928	OS QUATRO POEMAS	[s.n.]	[s.l.]
1930	O DESNORTEAMENTO DA UNIAO BRASILEIRA	Revista A Ordem	RJ
1951	SINOPSE DA HISTÓRIA REGIONAL DO PARANÁ	Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná	PR
1963	FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRARIA DOS CAMPOS GERAIS	Boletim da UFPR (Dep. História)	PR
1967	ALGUNS ASPECTOS RELATIVOS AOS ESTUDOS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO	Simpósio de Professores Universitários de História	SP
1968**	NOTA PREVIA AO ESTUDO DA OCUPAÇÃO DA TERRA NO PARANÁ MODERNO	Boletim da UFPR (Dep. História)	PR
1968**	CAMPOS GERAIS: ESTRUTURAS AGRARIAS	UFPR	PR
1969**	HISTÓRIA DO PARANÁ	GRAFIPAR	PR
1971	A PESQUISA HISTORICA NA UNIVERSIDADE DO PARANÁ	Revista de História – USP	SP
1974	A HISTORIOGRAFIA DE ROMARIO MARTINS NA SUA “HISTÓRIA DO PARANÁ”	Boletim da UFPR (Dep. História)	PR

DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE BRASIL PINHEIRO MACHADO (conclusão)			
ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	MEIO EDITORIAL	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
1979	BASE PARA UMA HISTORIA SOCIAL DA SOCIEDADE PROVINCIAL	Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR (Conferência)	PR
1985	PROBLEMÁTICA DA CIDADE COLONIAL BRASILEIRA	Revista da Associação Paranaense de História - APAH	PR
1986	PREFÁCIO (ATLAS HISTÓRICO DO PARANÁ – AUTORES: CARDOSO E WESTPHALEN)	Chain	PR
1987*	SINOPSE DA HISTÓRIA REGIONAL DO PARANÁ	Revista da Associação Paranaense de História - APAH	PR
2001*	POEMAS SEGUIDOS DE DOIS ENSAIOS	Imprensa Oficial do Paraná	PR
2002*	TRES CADERNOS DE HISTÓRIA: IDÉIAS E REFLEXOES	Arte e Letra	PR

QUADRO 2 - DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE BRASIL PINHEIRO MACHADO

FONTE: Biblioteca da Universidade Federal do Paraná e Biblioteca Pública do Paraná

Notas:

* Reedições;

** Produção conjunta;

*** Em concordância com as Normas para apresentação de documentos científicos da Universidade Federal do Paraná, adotou-se s.n. (*sine nomine*) para 'sem editora' e s.l. para 'sem local'.

Brasil iniciou em 1928, escrevendo poemas. Sua ligação com o Grupo Antropofágico demarcou o seu caráter avesso ao provincianismo. Mais tarde, faria parte da Revista Joaquim como tradutor¹⁰⁸. Assim, em Brasil, a *luta simbólica* se deu na contracorrente da exaltação identitária.

Publicou essencialmente no Paraná. Entretanto, como professor de pós-graduação, dos três intelectuais em estudo, foi o que apresentou mais rigor metodológico, pautando-se pelo estudo estrutural e assentando seus escritos pela veia teórico-metodológica, levada a termo na academia pelo princípio científico interdisciplinar dos *Annales*.

Produziu em conjunto com Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen, também professoras do Departamento de História da

108 Sua veia poética e sua participação na Revista Joaquim será trabalhada em capítulo específico a Brasil Pinheiro Machado.

Universidade Federal do Paraná; além de interagir com outros professores, tanto da UFPR como de outras Faculdades e Escolas do Paraná, conforme irá se esboçar quando se abordar sobre a publicação da obra História do Paraná, por Balhana, Machado e Westphalen, em capítulo sobre a produção conjunta de Brasil.

Já David Carneiro apresenta uma produção extensa e de grande fôlego. A partir de 1928, quando publicou *Fragmentos de Carta* e *O Problema do Mate Brasileiro*, David trabalhou continuamente. O Paraná é o grande foco de seus estudos, centrando-se em aspectos específicos da formação social e histórica regional e apoiando-se na teoria positivista para delinear os fundamentos da identidade paranaense (QUADRO 3).

DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE DAVID CARNEIRO (continua)			
ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	MEIO EDITORIAL	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
1928	FRAGMENTOS DE CARTAS	João Haupt & Cia	PR
1928	O PROBLEMA DO MATE BRASILEIRO: CONTRIBUIÇÃO PARA A SUA SOLUÇÃO	Graf. Paranaense	PR
1929	CONSTITUIÇÃO INDUSTRIAL E TEORIA DA PROPRIEDADE	Plácido e Silva & Companhia	PR
1929	FREDERICO VIRMOND E SUA VIDA	J. B. Groff	PR
1929	MUSEUS	João Haupt & Cia	PR
1930	HIPOCRATES E A LOCAÇÃO DAS CIDADES	J. B. Groff	PR
1934	O CERCO DA LAPA E SEUS HERÓIS: ANTECEDENTES E CONSEQUENCIAS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA NO PARANÁ	Ravaro	[s.l.]
1934	CASOS E COISAS DA HISTORIA NACIONAL	Alba Mendes Silva	[s.l.]
1936	A MARCHA DO ATEÍSMO	Graf. Paranaense	PR
1937	ENSAIO DE INTERPRETAÇÕES MORAIS	Athena	RJ
1937	OS FUZILAMENTOS DE 1894 NO PARANÁ	Athena	RJ
1938	BIOGRAFIA DO CEL. DAVID CARNEIRO E CARTAS ESCRITAS POR ELE A SEUS FILHOS	[s.n.]	RJ
1938	O DIA DA PATRIA	Of Graf. A Cruzada	PR
[1938?]	HISTORIA DE PALMEIRA EM SEUS ANTECEDENTES E TRADIÇÕES	Mundial	PR
1939	CIVILIZAÇÃO MILITAR	[s.n.]	[s.l.]
1939	DR. JOAO CANDIDO	Of Graf. A Cruzada	PR
1939	EVOLUÇÃO GREGA	Athena	SP
1939	DUAS HISTORIAS EM TRÊS VIDAS: O TIRO RIO BRANCO ATRAVES DO SEU PATRONO E DO SEU FUNDADOR	Universal	PR
1939	HISTÓRIA GERAL DA HUMANIDADE ATRAVÉS DOS SEUS MAIORES TIPOS	Athena	SP

DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE BRASIL PINHEIRO MACHADO (continuação)

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	MEIO EDITORIAL	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
1940	CIVILIZAÇÃO CATOLICO FEUDAL - DESENVOLVIMENTO SENTIMENTAL: PUREZA E ALTRUISMO	Athena	SP
1941	CIVILIZAÇÃO MODERNA	Athena	SP
1941	O DRAMA DA FAZENDA FORTALEZA	D. Plaisant	PR
1942	O PARANÁ EM 1872	Graf. Paranaense	PR
1942	O PARANA NA HISTORIA MILITAR DO BRASIL	João Haupt & Cia	PR
1943	ORGANIZAÇÃO DA NOVA PAZ	Rotary Club	PR
1943	TRANSIÇÃO REVOLUCIONARIA: APENDICE SOBRE JULGAMENTOS EM HISTORIA	Athena	SP
1944	HISTORIA PSICOLOGICA DO PARANA	João Haupt & Cia	PR
1944	O PARANÁ E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA	Athena	SP
1944	DISCURSO EM HOMENAGEM A ROMÁRIO	Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense	PR
1945	BARBARA HELIODORA: A MULHER NA INCONFIDÊNCIA MINEIRA	Marinha	[s.l.]
1946	HISTORIA DA GUERRA CISPLATINA	Nacional	SP
1946	TIRADENTES	Gerpa	PR
1948	ROMÁRIO MARTINS: COMO EU O COMPREENDI	Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense	PR
1949	BIOGRAFIA DO CONSELHEIRO AGOSTINHO ERMELINO LEAO	João Haupt & Cia	PR
1950	O INCIDENTE CORMORAN E A REPRESSAO AO TRAFICO DE ESCRAVOS	Universal	PR
1950	O VISCONDE DE GUARAPUAVA	Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense	PR
1951	AFONSO BOTELHO EM CURITIBA	Tipografia Dep. Investigações	SP
1951	AFONSO BOTELHO E AS VILAS DO SUL DA CAPITANIA DE SAO PAULO	Tipografia Dep. Investigações	SP
1951	AFONSO BOTELHO E A PARTE SUL DA CAPITANIA DE SAO PAULO	Tipografia Dep. Investigações	SP
1951	AFONSO BOTELHO DE SAMPAYO E SOUZA	Requião	[s.l.]
1951	A HISTORIA DO PARANA NA EVOLUÇÃO SUL DO BRASIL	[s.n.]	[s.l.]
1951	POMBAL, O MORGADO DE MATEUS E DOM AFONSO BOTELHO	Tipografia Dep. Investigações	SP
1951	SÃO PAULO E CURITIBS NO SECULO 18	Tipografia Dep. Investigações	SP
1952	BANDEIRAS CURITIBANAS DO SÉCULO XVIII	Tipografia Dep. Investigações	SP
1952	AFONSO BOTELHO EM GUARAPUAVA	Tipografia Dep. Investigações	SP
1952	A AÇÃO CULTURAL DE AFONSO BOTELHO NO PARANA	Tipografia Dep. Investigações	SP
1952	DESCOBRIMENTO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA	Tipografia Dep. Investigações	SP
1952	COMO AFONSO BOTELHO FOI JULGADO POR SEUS COEVOS	Tipografia Dep. Investigações	SP
1952	A HISTORIA DA HISTORIA DO PARANA	[s.n.]	[s.l.]
1952	NOBILIARQUIA PARANAENSE	Lítero-Técnica	PR
1952	MARILIA: UM NOVO JULGAMENTO DA INSPIRADORA DE GONZAGA	[s.n.]	[s.l.]
1954	HISTORIA DA EMANCIPAÇÃO DO PARANA	Escola Técnica	PR
1954	HISTORIA DA EMANCIPAÇÃO DO PARANA	Inst. Pesquisas Hist. Arqueológicas	PR
1958	CICLOECONOMIA	Faculdade Ciências Econômicas	PR

DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE DAVID CARNEIRO (continuação)

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	MEIO EDITORIAL	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
1960	AULA INAUGURAL DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAGUA.	Graf. M. Roesner	PR
1960	ASPECTOS DA VIDA E DA OBRA DO CONS. CARRAO	Biblios	[s.l.]
1961	TROFEUS NA HISTÓRIA DO BRASIL	Biblioteca do Exército	RJ
1962	FASMAS ESTRUTURAIS DA ECONOMIA DO PARANÁ	Ed. UFPR	PR
1962	JOHN HENRY ELLIOT E OUTROS PIONEIROS AMERICANOS NO PARANÁ	Serviço Divulgação / EUA	PR
1963	GALERIA DE ONTEM E DE HOJE	Vanguarda	PR
1964	ELITE, LIDERANÇA E MASSAS: AS NAÇÕES SUBDESENVOLVIDAS	E. UFPR	PR
1970	BRASÍLIA E O PROBLEMA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	Ed. UFPR	PR
1971	RASTROS DE SANGUE	Max Roesner	PR
1972	EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE E HISTÓRIA DA PRIMEIRA UNIVERSIDADE DO BRASIL	[s.n.]	[s.l.]
1975	MY SOJOURN IN OHIO	Miami University	Ohio/EUA
1976	BIOGRAFIA DE FREDERICO GUILHERME VIRMOND	A. M. Cavalcanti	PR
1976	EFEMERIDES PARANAENSES	A. M. Cavalcanti	PR
1976	O SISTEMA INTEGRADO UNIVERSIDADE-GOVERNO-EMPRESA: AÇÃO E POSSIBILIDADES ATUAIS	ADESG/Delegacia do Paraná	PR
1976	PRUSSIANO PACIFISTA	Imprensa Oficial do Estado	PR
1977	A VIDA GLORIOSA DE JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE E SILVA E SUA ATUAÇÃO NA INDEPENDÊNCIA	Civilização Brasileira	RJ
1978	COMO CHEGOU O POSITIVISMO NO PARANÁ	[s.n.]	PR
1981	PERFIL HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ E GALERIA DOS PRESIDENTES	Repro-set	PR
1982*	O PARANÁ E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA	Secret. Cultura/EspORTE	PR
1983*	HISTÓRIA DA GUERRA CISPLATINA	Ed. UnB	DF
1984	HISTÓRIA ESQUEMÁTICA DA EDUCAÇÃO E DAS UNIVERSIDADES NO MUNDO: SURTO DA PRIMEIRA UNIVERSIDADE DO BRASIL	Ed. UFPR	PR
1984	NILO CAIRO: BIOGRAFIA	Ed. UFPR	PR
1984	O PROBLEMA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	Progresso	[s.l.]
1986	AFONSO BOTELHO DE SÃO PAULO E SOUZA	Lítero-Técnica	PR
1991*	O CERCO DA LAPA E SEUS HERÓIS: ANTECEDENTES E CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA NO PARANÁ	Biblioteca do Exército	RJ
1993	POSITIVISMO E HUMANISMO	Centro do Positivismo	PR
1994	HISTÓRIA BIOGRÁFICA DA REPÚBLICA NO PARANÁ	BANESTADO	PR
1994	HISTÓRIA DO PERÍODO PROVINCIAL DO PARANÁ: GALERIA DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA	BANESTADO	PR
1995*	O PARANÁ NA HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL	Travessa dos Editores	PR
2003	A ESPETACULAR VIAGEM DE D. PEDRO II AO PARANÁ	Gazeta do Povo (5 v.)	PR
2004*	O CERCO DA LAPA E SEUS HERÓIS: ANTECEDENTES E CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA NO PARANÁ	Imprensa Oficial	PR
[19--]	AFONSO BOTELHO E A HISTÓRIA DA FORTALEZA DE PARANAGUA	Universal	PR
[19--]	D. PEDRO II NA PROVÍNCIA DO PARANÁ	[s.n.]	[s.l.]
[19--]	DUAS CONFERÊNCIAS SOBRE A VIDA E A OBRA DE AFONSO BOTELHO DE SAMPAIO E SOUZA	Universal	PR

DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE DAVID CARNEIRO (conclusão)			
ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	MEIO EDITORIAL	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
[19--]	EVOLUÇÃO MODERNA	Athena	SP
[19--]	GOMES CARNEIRO E A CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICA	[s.n.]	[s.l.]
[19--]	TEOCRACIA	[s.n.]	[s.l.]
[19--]	VERALINDA	Universal	PR

QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE DAVID CARNEIRO

FONTE: Biblioteca Pública do Paraná e Círculo de Estudos Bandeirantes

Notas:

* Reedições;

** Em concordância com as Normas para apresentação de documentos científicos da Universidade Federal do Paraná, adotou-se s.n. (*sine nomine*) para 'sem editora' e s.l. para 'sem local'.

Em David, a *luta simbólica* traduz a perda do poder ervateiro no Paraná. Seus temas regionais constituem-se em apelos aos valores do Paraná, buscando na história e na sociologia elementos que distinguissem os paranaenses dos outros estados da nação. Ao se tomar contato com a produção de David, depara-se com o sentimento paranista e que ponto a ponto, revela a missão de fazer de um passado heróico o futuro da gente do Paraná, que sem descanso não deixou de dar bons exemplos de patriotismo, de luta armada e de gratidão ao Estado nacional, ainda que este não tenha correspondido à altura das pretensões paranistas.

David publicou intensamente e suas obras encontraram ampla circulação no âmbito regional, publicando também no Rio de Janeiro e em São Paulo e apresentando uma publicação nos EUA. Os trabalhos de David denotam precisão e fidedignidade às fontes, utilizando-se também de fontes diferenciadas como diários, cartas e jornais. É certamente uma das referências maiores no estudo regional paranaense. Na História do Paraná, de Balhana, Machado e Westphalen são citadas 29 obras de David.

No que diz respeito à Revolução Federalista no Paraná, além de um profundo conhecedor da causa, é seu autor mais representativo, dando mesmo vida aos combates mortais que foram deflagrados no período, salientando que a Lapa “[...] foi teatro da luta mais sangrenta de toda a campanha federalista”. Para David, havia a necessidade de referenciar os heróis paranaenses, que, conforme o título de sua obra publicada em 1971, deixaram “Rastros de Sangue” e vivenciaram tal história com “glória e atos de bravura intensa”. Restaria então “Imitar os heróis e evitar as violências dos quadros apresentados na história desse período intenso da vida republicana”.¹⁰⁹

Tal procedimento de análise encontra-se em outras de suas obras que tratam da participação do Paraná em episódios históricos de luta armada em favor da causa nacional. Para fins de viabilidade analítica e tendo em conta a extensão de sua produção, procurou-se, dentre outras produções, dar ênfase às obras *História Psicológica do Paraná*, publicada em 1944, *O Paraná na História Militar do Brasil*, em 1942, e *O Paraná na Guerra do Paraguai*, em 1940, por constituírem-se em marcos de seu pensamento e de sua ótica identitária regional.

Enfim, optou-se por abordar, nos capítulos que se seguem, cada um dos intelectuais, separadamente, procurando compreender a especificidade discursiva de cada um, incluindo um capítulo sobre a produção conjunta de Brasil, por entender como fundamental para a compreensão do alcance interdisciplinar do recorte regional por ele tratado.

Bento e David apresentam uma produção bibliográfica mais volumosa do que Brasil. No entanto, as produções dos três intelectuais são frutos de uma vida de pesquisas e experiências calcadas na vida acadêmica e política. Não se pretendeu esgotar os temas trabalhados pelos intelectuais; buscou-se, sim, discutir sobre o sentido de suas produções, especialmente no que concerne às

109 CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista**. 2 ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982. p. 293; 363-364.

suas diretrizes teórico-metodológicas, procurando essencialmente perceber-se de suas contribuições ao estudo regional paranaense.

Assim, ao se tratar das produções de Bento, Brasil e David, estará se adentrando em questões norteadoras ao estudo da formação social e histórica paranaense. Daí a opção em tratar dos contextos paranaenses que permeiam suas obras, na medida mesmo em que se abordou a produção e a *trajetória* de cada um, tendo em conta que assim o estudo sobre os seus discursos possa ser compreendido pelos seus *efeitos de sentido* e ser apreendido em torno das *lutas simbólicas* que então se instituíam no estudo social e histórico regional.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO IV

BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO E O DISCURSO DE FORMAÇÃO SOCIAL PARANAENSE

4.1 O *espírito de família* no discurso e nas ações políticas de um intelectual da elite¹¹⁰ familiar ervateira no Paraná

A análise da trajetória intelectual de Bento Munhoz da Rocha Netto, político atuante e uma das personalidades da história política paranaense que trabalhou intelectualmente discursos sobre a formação de uma identidade regional, permite que se vislumbre uma representação do que Bourdieu definiu como *espírito de família* e suas decorrentes estratégias de reprodução e manutenção da lógica dominante.

Ao se analisar os discursos de Bento Munhoz, especialmente quando este se refere às questões ligadas ao *progresso* paranaense e à construção

110 No presente trabalho, a utilização do termo “elite” não pretendeu tomar como ponto de referência, especificamente, as formulações centrais da Teoria das Elites, mas procurou-se compreender a relação entre a formação de uma elite e o sentido de sua ação numa dinâmica social, considerando, para tanto, possíveis identificações sociais decorrentes dos processos políticos em questão. Ressalte-se, portanto, que: “Uma das vantagens das abordagens clássicas do fenômeno das elites políticas é a vinculação que fazem entre elite e dinâmica social. Tanto a classe política de Mosca como a elite dirigente de Pareto surgem e desaparecem em função de processos sociais mais amplos. Para Mosca, a classe política constrói e mantém o domínio na medida em que suas habilidades possuam algum sentido social, na medida em que controle alguma “força social” (dinheiro, terra, conhecimento, religião) que seja predominante. Modificada a distribuição de forças, a classe política desaparece para ceder lugar a outra que controle a nova força dominante. A elite dirigente de Pareto também está em perpétuo fluxo, dependente da distribuição dos resíduos, e de sua incapacidade de manipular ao mesmo tempo força e persuasão. A distribuição dos dois resíduos principais – força e persuasão – está por sua vez vinculada a ciclos econômicos e intelectuais, embora não à maneira de causa-efeito” (CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 25).

identitária regional, deve-se tomar como contexto o fomento à economia cafeeira e à expansão territorial paranaense, bem como apreender a relação familiar de Bento Munhoz com a elite tradicional ervateira no poder:

Talvez Bento tenha sido o maior representante político e o mais refinado intelectual orgânico de sua classe no século XX. Bento era filho de um igualmente Presidente do Paraná durante a República Velha (Caetano Munhoz da Rocha), assim como também foi Presidente do Paraná o seu sogro (Afonso Alves de Camargo), pai de sua esposa Flora. O bisavô de Bento foi o tenente-coronel Caetano José Munhoz, senhor de um dos primeiros engenhos de erva-mate [...] Em verdade, Bento descende diretamente de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis, fundadores de Curitiba em fins do século XVIII. Em pessoas e famílias como as de Bento Munhoz da Rocha Neto encontram-se o destino e a responsabilidade da classe dominante e dirigente do Brasil e do Paraná.¹¹¹

Pretendeu-se questionar, portanto, de que forma os discursos de Bento Munhoz acabaram por corroborar com o próprio discurso de poder político da elite¹¹² ervateira, na qual a família Munhoz da Rocha se inseria enquanto um corpo social estruturado e estruturante, calcado por estratégias de reprodução.

Os discursos de Bento Munhoz foram fundamentais na idealização de uma identidade paranaense, alicerçando princípios estratégicos familiares calcados na reprodução estrutural e na manutenção da lógica dominante.

111 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores...**, 2001. p. 10.

112 Sobre a Teoria das Elites e sua “genealogia consagrada”, vale esclarecer ainda que, remete, necessariamente, ao pensamento dos italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto e do alemão Robert Michels (fins do séc. XIX – início do séc. XX). O contexto de suas análises, ainda que se distanciem em aspectos fundamentais traz “[...] questões e problemáticas centrais, e interligadas, que são comuns aos três autores e bastante características do contexto político, social e intelectual da virada do século XIX. Trata-se, basicamente, da igualdade, da democracia, da soberania popular, da representação política, do sufrágio universal e também do socialismo.” Segundo a visão do historiador Arno Mayer, os autores elitistas “[...] estavam na contracorrente da democracia e dos movimentos sociais, negando-os através da crítica à idéia de igualdade. Para eles, a democracia, tal como proposta, e por extensão o próprio socialismo, que levava ao paroxismo a noção de igualdade, não apenas eram uma metafísica, uma abstração sem base real, como também operavam como uma forma de legitimar o poder, este sim real, de uma minoria” (GRYNSZPAN, Mario. *A Teoria das Elites e sua genealogia consagrada. Boletim Informativo Bibliográfico*, Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 41, p. 40-41, 1996).

Partindo das especificidades do contexto intelectual paranaense, ou seja, das particularidades de uma realidade empírica, mas “historicamente datada e situada”, Bento Munhoz correspondeu, portanto, ao que Bourdieu definiu como *espírito de família*, tanto na “objetividade das estruturas sociais”, quanto na “subjetividade das estruturas mentais”:

Assim, a família como categoria social objetiva (estrutura estruturante) é o fundamento da família como categoria social subjetiva (estrutura estruturada), categoria mental que é a base de milhares de representações e de ações (casamentos, por exemplo) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva. Esse é o círculo de reprodução da ordem social. O acordo quase perfeito que se estabelece então entre as categorias subjetivas e as categorias objetivas funda uma experiência do mundo como evidente, *taken for granted*. Nada parece mais natural do que a família: essa construção social arbitrária parece situar-se no pólo do natural e do universal.¹¹³

Assim, se a família é estrutura estruturante, pois se estabelece socialmente por relações objetivas, ela também é uma categoria mental, que se constrói pelos aspectos subjetivos, e constitui, portanto, estruturas estruturadas, estabelecendo um “círculo de reprodução da ordem social”.¹¹⁴

O intelectual procurou, pelo discurso identitário e pelas palavras, o senso comum: “Quando se trata do mundo social, as palavras criam as coisas, já que criam o consenso sobre a existência e o sentido das coisas, o senso comum, a *doxa* aceita por todos como dada”.¹¹⁵

Os discursos de Bento Munhoz atentaram tanto para a necessidade de se buscar o progresso paranaense, contextualizado pelo próprio fomento à

113 BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas...**, 1996. p. 128.

114 Considera-se assim que a família e seu papel invariante numa teoria da ação passam a evidenciar, a partir de princípios de construção do social, mecanismos de reprodução. Dessa forma, compreende-se que uma teoria relacional consiste em trabalhar relações complexas entre estruturas objetivas e construções subjetivas, em que o capital é elemento definidor de traços distintos e distintivos, a partir mesmo da posição assumida numa lógica de manutenção da classe dominante.

115 BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas...**, 1996. p. 127.

economia cafeeira no Paraná, quanto para a construção identitária regional, calcada na relação familiar de Bento Munhoz com a elite política ervateira.

Assim, Bento Munhoz, detentor de um considerável capital político, ressaltou a relevância das produções intelectuais paranistas na exaltação dos caracteres identitários no Paraná :

O Paraná constitue hoje um centro intellectual dos mais bem pronunciados do Brasil, fortemente orientado por linhas definidas de um caracter proprio.

Meio universitario e cultural, Curitiba não se limita a assimilar as producções do pensamento e da arte que surgem além. Mas assimila-as para crear. Não me consta que em outro Estado brasileiro exista tão definida geração de artistas, que nos interpretam victoriosamente, numa modalidade toda nossa e da nossa gente.

Profundos artistas, creadores de belleza, sensiveis á inspiração ambiente que lhes dá personalidade, que os ensina a ser, delineando-lhes a independencia e a antonomia dos processos, artistas nossos, paranaenses e paranistas, têm tido e continuam a ter, nos grandes centros europeus, onde as selecções multiseculares tornaram impossiveis as mediocridades, o premio do seu talento e da sua dedicação.¹¹⁶

E, certamente, um discurso de identidade regional, unificador de princípios e pretensamente natural, já que supostamente indiferente às posições sociais, tornou-se tão sedutor nos discursos de cunho paranista desse intelectual, herdeiro de um *espírito de família*, que defendeu uma história regional comum a todos os paranaenses, já que para Bento Munhoz “O Paraná é, sobretudo, o encanto da terra que nos absorve, nos prende e nos fascina”.¹¹⁷

116 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A Significação do Paraná..., p. 10, abr. 1930.

117 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **O Paraná, Ensaios**. Curitiba: Farol do Saber, 1995. p. 48.

4.2 O caminho para a política e a herança do passado

A produção intelectual de Bento Munhoz da Rocha Netto está intrinsecamente relacionada com sua trajetória política. Entende-se, portanto, que não há como separar o político do intelectual ou o intelectual do político, mas que ambos se entrecruzam e conduzem-se num caminho que se pretendeu trazer à tona, tendo por finalidade discutir, pois, as idéias do intelectual, mas contextualizadas certamente por sua vivência política.

Ao se dizer que Bento Munhoz é o filho primogênito de Caetano Munhoz da Rocha, não se objetivou repetir uma frase tida como lugar comum, mas revelar o clima político em que Bento Munhoz cresceu e conviveu, bem como a relação familiar paranaense com o mando de governo no Paraná.

Bento Munhoz nasceu em Paranaguá em 17 de dezembro de 1905. De acordo com pesquisa levantada por Kunhavalik:

Seu pai, Caetano Munhoz da Rocha, casou-se por três vezes, tendo sido viúvo por duas vezes. Bento Munhoz é filho do primeiro casamento de Caetano, com Olga Souza Munhoz da Rocha. Com a primeira esposa, Caetano Munhoz teve dez filhos, além de ter tido um filho com Domitilla Almeida Munhoz da Rocha, sua segunda esposa, e mais um filho, com sua terceira esposa, Sylvia Braga Munhoz da Rocha. Os avós maternos de Bento Munhoz são o Major Manoel Francisco de Souza e Francisca Carneiro de Souza. Seus avós paternos são o Tenente Coronel Bento Munhoz da Rocha, que foi Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, falecido em 1896, e Maria Leocádia Munhoz da Rocha. Seus bisavós, pais do Tenente Coronel Bento Munhoz da Rocha, são Manoel Martins da Rocha e Maria Licia Munhoz, sendo que os pais de Maria Leocádia Munhoz são o Tenente Coronel Caetano José Munhoz e Francisca Candida de Assis.¹¹⁸

Tais dados sustentam-se na obra “Genealogia Paranaense” de Francisco Negrão, confirmando o pertencimento familiar de Bento Munhoz à elite regional estreitamente ligada ao ramo ervateiro no Paraná.

118 KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Netto..., 2004. p. 145.

Oliveira refere-se ao peso da “tradição política paranaense” e atenta que: “[...] poucas regiões do Brasil apresentam continuidades históricas tão expressivas na posse do poder político por parte de grupos familiares tão antigos quanto o Paraná”.¹¹⁹

A pesquisa de Oliveira acerca da relação de poder familiar e a classe dominante no Estado do Paraná aponta que a família Munhoz da Rocha constitui-se em uma “família histórica do Paraná” no que se refere ao núcleo “formador” e “gestor” das estruturas fundadoras do poder político paranaense. Em seu estudo, Oliveira analisa a relação entre a genealogia, a classe dominante e o Estado no Paraná. Referencia-se nos estudos de Francisco Negrão¹²⁰, que deixou um legado para o estudo regional paranaense em suas pesquisas sobre a genealogia de poder das famílias paranaenses, dentre as quais a família Munhoz, tanto no que concerne à procedência e ao período de estruturação, bem como ao título de vinculação concedido pela Coroa Portuguesa às “famílias históricas do Paraná”:

Munhoz, Cadis-Espanha/ fins do século XVIII. O primeiro Munhoz no Paraná foi Bento Antonio Munhoz, que emigrara da Espanha, com sua mulher Michelina Assumpção. Seu filho, o tenente Florencio José Munhoz, natural de Paranaguá, casou-se com Luiza Licia de Lima, descendente de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis, sendo os pais do tenente-coronel Caetano José Munhoz, nascido em Paranaguá em 1817. Era grande ervateiro e foi um dos pioneiros na introdução do vapor no beneficiamento do mate. Casou-se com Francisca de Assis de Oliveira (Franco). Sua neta casou-se com Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Paraná em 1912. Seu outro neto foi o Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do

119 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores...**, 2001. p. xxviii.

120 A obra “Genealogia Paranaense”, cujo primeiro volume foi publicado em 1926 e o sexto e último em 1950, constitui-se segundo Oliveira numa ‘formidável visualização da classe dominante do Paraná’: “A obra está dividida por títulos genealógicos, cada um deles representa a descendência de um personagem socialmente importante para o Paraná. O título é o retrato da evolução de uma rede de parentesco, a partir da família do titular, em um efeito progressivo, em cascata. Todos os personagens de um título têm vínculos de parentesco, ou ancestrais em comum, por mais distantes e remotos que sejam. Negrão nos oferece vários títulos genealógicos, demonstrando a sua evolução demográfica até o século XX” (OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores...**, 2001. p. 271).

Paraná em 1920. Bento Munhoz da Rocha Neto, filho de Caetano, igualmente foi governador do Paraná e ainda ministro de Estado. Outro membro da família foi José Munhoz de Mello, prefeito de Londrina e deputado federal constituinte de 1946. Laertes Munhoz foi deputado estadual. Em 1953, três Munhoz ocupavam as chefias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Paraná.¹²¹

Caetano Munhoz da Rocha formou-se em 1902 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas clinicou em Paranaguá somente durante três anos. A partir de então, foi deputado do Congresso Legislativo Estadual, pelo Partido Republicano, permanecendo de 1904 a 1909, quando ocupou o cargo de vice-presidente do Congresso Legislativo de 1910 a 1917, para posteriormente tornar-se Presidente do Congresso. Exerceu concomitantemente, de 1908 a 1915, o cargo de Presidente Municipal de Paranaguá, já que no período da República Velha a política eleitoral permitia o acúmulo de cargos. Foi vice-presidente do Estado de 1916 a 1920, na presidência do Estado de Affonso Alves de Camargo. Sucedeu este último, ficando na Presidência do Estado de 1920 a 1924 e reelegendo-se de 1924 a 1928.¹²²

Pode-se então perceber que o Paraná viveu de 1916 a 1930, um revezamento de poder das famílias Camargo e Munhoz, com Caetano Munhoz da Rocha e Affonso Alves de Camargo no executivo do Estado, demarcando, pois, um período de dominação oligárquica familiar paranaense durante a República Velha. Affonso Alves de Camargo governou o estado nos períodos de 1916-1920. Caetano Munhoz da Rocha governou por dois mandatos consecutivos: 1920-1924 e 1924 a 1928. Posteriormente, num revezamento de governo, Affonso Camargo voltou ao governo em 1928, permanecendo até a tomada do poder pelos “revolucionários” em 1930.

121 NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, v. 1, 1926. p. 235-263.

122 Dr. CAETANO Munhoz da Rocha. Dados Biográficos. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, tomo II, n. 3, out. 1944. p. 271.

À época de Caetano Munhoz da Rocha, a economia ervateira encontrava-se em plena ascensão. A elite do mate já havia contribuído sensivelmente para a produção cultural do movimento paranista, com o objetivo claro de forjar uma identidade ao paranaense e definitivamente instaurar símbolos, como o próprio brasão do Estado, de tal forma que proporcionassem ao Paraná o grau de unidade necessário para sua legitimação histórica.¹²³

Até final da República Velha, a elite ervateira dominou o poder executivo do Estado, situação esta que mudaria sensivelmente com a tomada do poder pelas forças de Getúlio Vargas em 1930, destituindo do poder tal elite no Paraná. Tanto Caetano Munhoz da Rocha teve seu mandato de Senador cassado como Affonso Camargo foi destituído do poder.

No Paraná, a “Revolução de 30” foi vivida como um grande momento de crise, especialmente pela elite ervateira:

Desde dias áureos do memorável feito que ora empolga o Paraná todo, o espírito publico estava como que suspenso e numa attitude interrogativa, porque algo de anormal se passava, o que bem o demonstravam as severas medidas adoptadas pelo governo ora deposto. No dia 4, á noite, ganhou vulto a expectativa do espírito público, pois o governo federal decretára a medida extrema do estado de sítio. Então uma affirmativa era unânime: A Revolução, cuja aberta propaganda vinha sendo feita em todo o Brasil, estava prestes a estourar ou já se teria objectivado. – Effectivamente, o Rio Grande, Minas Geraes e a pequena Parahyba haviam se rebelado contra as hostes do Cattete, e, na manhã do vibrante discurso, incitou a tropa á rebellião, assumia o commando dessa unidade. – Depois deste feito, isto é, por volta das 3 horas, as tropas rebelladas, sob o commando geral do Snr. major Plino Tourinho, se assenhoreavam da capital recebendo, como dissemos, a adesão das forças estadoaes.¹²⁴

123 CORDOVA, Maria Julieta Weber. O paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense..., p. 151-190, 2007.

124 A REVOLUÇÃO no Paraná. **Ilustração paranaense**, Curitiba, out. 1930. Biblioteca Pública do Paraná. 1 bobina de microfilme.

Quando por ocasião do falecimento de Caetano Munhoz da Rocha, o Círculo de Estudos Bandeirantes, do qual era sócio benemérito, lançou, em 1944, a Revista de n.º 3, totalmente dedicada ao seu nome. Dentre as homenagens prestadas, ressalte-se o depoimento de Bento Munhoz sobre esse período tão marcante para a elite familiar ervateira, em que, seu pai, Caetano: “Não cooperaria nunca com a avalanche revolucionária onde tantas existências se atolaram, negando e traíndo um passado dedicado à sustentação da ordem, num país mordido pela tentação da desordem”.¹²⁵

No mesmo discurso em homenagem a Caetano Munhoz da Rocha, Bento deixa transparecer uma profunda mágoa pelos últimos anos de Caetano, os quais foram marcados por graves preocupações de ordem financeira.

Caetano, após a Revolução de 1930, ocupou ainda o cargo de Deputado à Assembléia Constituinte de 1935 a 1937 e foi Presidente do Conselho do Departamento Administrativo do Estado de 30/06/1939 a 01/06/1940.¹²⁶

Afora isso, pode-se dizer que sua situação financeira piorava de ano a ano, especialmente tendo em conta sua numerosa família. Conforme o próprio Bento Munhoz:

É o capítulo doloroso para um chefe de família numerosa – a morte o encontrou aos 65 anos, com 11 filhos menores – das dificuldades materiais prolongando-se sem solução [...] responsável pela subsistência de tantos seres ao ver os recursos minguarem na mesma proporção em que cresciam os encargos.¹²⁷

Certamente que, após 1930, a situação da família Munhoz já não era a mesma daqueles períodos áureos em que revezavam o poder estadual com a

125 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Alguns traços da personalidade de Munhoz da Rocha e um capítulo de sua vida. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, n. 3, tomo II, p. 311, out. 1944.

126 Dr. CAETANO Munhoz da Rocha..., p. 272, out. 1944.

127 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Alguns traços da personalidade de Munhoz da Rocha e um capítulo de sua vida..., p. 334, out. 1944.

família Camargo. Bento Munhoz assim desabafou em algumas notas sobre este episódio:

15 de Dezembro de 1933. Cheguei há dois meses do Rio. Estamos passando na Vila Olga. Depois do almoço, vamos à cidade, de bonde. Papai, eu e Gabriel. Descemos na Praça Tiradentes e dirigimo-nos para casa de Vovó, na rua Saldanha Marinho. É pouco mais de uma hora da tarde no relógio da Catedral. Papai só tem 3\$500 no bolso. E não tem de onde sacar. Disse-me que em tôda a sua vida, é a primeira vez que se encontra em tal situação. “Nem quando estudante fiquei assim”.¹²⁸

No início da década de 1940, a situação tornou-se cada vez mais alarmante. Caetano Munhoz da Rocha, vivendo basicamente de empréstimos e da venda de seus bens, substituiu a Vila Olga pela Vila Silvia, situada na Avenida Iguaçú: “[...] mais perto da cidade, mais acessível, residência confortável mais muito mais modesta que a Vila Olga”.¹²⁹

A Vila Olga representava justamente os dias de glória na época áurea de Caetano e que Bento Munhoz não deixa de lembrar:

Ficou gravado para sempre na minha retina o espetáculo que a Vila Olga apresentava no Natal, com as missas na sua capela e em seguida a cêia a que acorria tôda a família. Vejo ainda a assistência à missa ajudada por êle, e todos se aproximando contritos da mesa da comunhão, filhos, netos, parentes, empregados, parentes de empregados. Todos com aquêle respeito das famílias antigas, patriarcais, respeito que se sente em tudo, nas mínimas atitudes, da velha gente que tem passado. “Eu sentia, entretanto, que aquele era um estilo de vida que estava agonizando na nossa época ligeiríssima”.¹³⁰

Chama realmente a atenção a veemência com que Bento, através destas notas sobre o desamparo financeiro de Caetano Munhoz da Rocha,

128 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Alguns traços da personalidade de Munhoz da Rocha e um capítulo de sua vida..., p. 340, out. 1944.

129 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Alguns traços da personalidade de Munhoz da Rocha e um capítulo de sua vida..., p. 339, out. 1944.

130 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Alguns traços da personalidade de Munhoz da Rocha e um capítulo de sua vida..., p. 340, out. 1944.

tende a ressaltar a importância da tradição, do passado e certamente com isso a vivência de dias de glória numa fase de ascensão familiar ervateira. Mais incompreensível ainda para Bento foi a materialização desta perda de poder. Fato bem significativo foi a venda de uma placa de ouro oferecida em homenagem a Caetano quando de sua gestão municipal em Paranaguá:

11 de junho de 1942 [...] Hoje êle me disse que vendeu ontem por intermédio do Leônidas, ao Pericás da Ótica Americana, a placa de ouro e a esmeralda com brilhantes do bronze que Paranaguá lhe ofereceu em 1914, por ocasião do abastecimento de d'água [...] É a parte de menor valor do conjunto. Restam a coluna de mármore e bronze [...] Eu lhe disse que isso não resolvia. E êle me respondeu que auxiliava a viagem à Paranaguá e me perguntou: Não é o melhor benefício que me poderia dar, permitindo-me os meios de defender a minha saúde?" De fato, os seus munícipes em 1914, não poderiam imaginar que 28 anos depois, uma pequena parte do presente que lhe deram, serviria para financiar uma viagem de saúde, a êle que consumiu 30 anos de sua vida, em cargos públicos.¹³¹

A mesma placa passa a ter significados diferentes para dois momentos distintos da história política paranaense. Um mesmo objeto para duas objetivações sociais. O que em 1914 representou o poder, na década de 40 representaria a destituição deste poder.

Bento Munhoz entraria efetivamente na vida política para disputar a eleição de Deputado Federal pelo Estado do Paraná aos 40 anos de idade, em 1945, um ano após o falecimento de seu pai, Caetano Munhoz da Rocha. Em sua trajetória política ocupou os cargos de Deputado Federal Constituinte em 1946, Governador do Estado do Paraná de 1951-1954, Ministro da Agricultura de 1954-1955 e novamente Deputado Federal de 1959-1963.

Bento Munhoz ingressou pelo Partido Republicano Paranaense - PRP, no qual permaneceu fiel, inclusive quando o PR filiou-se à União Democrática Nacional - UDN. O PRP, fundado por Vicente Machado, foi o mesmo partido

131 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Alguns traços da personalidade de Munhoz da Rocha e um capítulo de sua vida..., p. 342, out. 1944.

que havia mantido Affonso Alves de Camargo e Caetano Munhoz da Rocha no poder. No entanto, Bento ao disputar as eleições estaduais de 1947, fica em segundo lugar com 29% dos votos, perdendo para Moysés Lupion com 59%¹³² e garantindo a continuidade política de Manoel Ribas com o Partido Social Democrático – PSD, o qual representou uma força política atuante no período do Estado Novo.

Mas o período de redemocratização de 1946, ainda que não tenha alterado a estrutura de mando no governo, demarcou-se pelo anseio democrático. Em 1950, Bento candidatou-se ao governo do Estado, concorrendo com Ângelo Lopes, do PSD. Lupion, nesse período, foi alvo de especulações fraudulentas¹³³. Bento vence as eleições, representado por uma Frente Democrática coligada pelo Partido Republicano - PR, União Democrática Nacional – UDN, Partido Social Trabalhista – PST, Partido da Representação Popular – PRP e Partido Libertador – PL:

A gestão de Bento é considerada pela maioria dos intelectuais da época como produtora de idéias. Confere ao Paraná sua primeira identidade e insere-o no contexto nacional, onde conquista ainda para o Estado dois cargos federais: a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil (CREAI) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC). Suas iniciativas não chegam a investi-lo de popularidade, particularmente no interior do Estado. Em face de uma rede de funcionários herdada de Ribas e Lupion e do crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sua gestão será considerada pela opinião pública como excessivamente elitista, porque fortemente dedicada à cidade de Curitiba, em prejuízo dos investimentos ao “homem do campo”.¹³⁴

132 MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná**: política e governo. Curitiba: SEED, 2001. p. 56. (Coleção História do Paraná).

133 No governo de Ney Braga, abriu-se um processo de inquérito contra Moysés Lupion por denúncias referentes à sua segunda gestão como governador do Paraná (1955-1960), resultando no confisco de seus bens (MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná**: política e governo..., 2001).

134 MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná**..., 2001. p. 56.

Bento Munhoz, ainda que herdeiro de uma família tradicional ervateira e dominante no Paraná, pode ser considerado como um político de perfil modernizador, mas alicerçado por uma formação familiar arraigada por princípios morais e elitistas. Bento teve uma formação profundamente católica. Caetano Munhoz da Rocha já havia financiado a implantação de dois bispados no Paraná. Isto em meio à propagação do movimento simbolista no Paraná, anticlerical, que divulgava idéias acerca do “livre-arbítrio” e da “liberdade de expressão”, tendo Dario Velozzo¹³⁵ como um de seus principais representantes.

Na gestão de Bento Munhoz o catolicismo não foi elemento de conflito, mas seus discursos reiteraram-se em defesas ardorosas aos princípios cristãos. Em discurso proferido em 1948, na “Solenidade de Entronização de Cristo Crucificado no Plenário” da Câmara dos Deputados, Bento assim se pronunciou:

A nossa democracia se perverteu pelo poder político do dinheiro. O espírito público desertou do trato com os assuntos coletivos. Os egoísmos são mais acirrados do que nunca. E quanto mais intensa é a convivência social, menos solidariedade existe. Os interesses rondam, de tôda a parte, insaciáveis. Os homens perderam todo o espírito de sacrifício, tôda a capacidade de renúncia, tão comuns na fase heróica das civilizações, dominados pelo imediatismo que os faz esquecer do Cristo.¹³⁶

135 Bega em estudo sobre a geração simbolista no Paraná, esclarece que: “Dario Persiano de Castro Vellozo é uma figura que oscila entre a poesia hermética e esotérica, de difícil assimilação, voltada aos iniciados, e a batalha diária em jornais e revistas posicionando-se frente às questões da atualidade da cidade, do estado e do país, tendo como princípios o livre-arbítrio e a liberdade de expressão. Professor de História, fez da cátedra espaço privilegiado para divulgação de suas idéias e com o carisma que todos os seus contemporâneos são unânimes em afirmar, arrasta as gerações de jovens que freqüentam o Ginásio Paranaense nas décadas de 1890 e nas duas primeiras do século XX, para a ‘aventura literária de cunho espiritual’, o Simbolismo” (BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e Invenção do Paraná...**, São Paulo, 2001. p. 215).

136 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Solenidade da Entronização de Cristo Crucificado no Plenário**. Palácio Tiradentes. Câmara dos Deputados. Curitiba: Imprensa Nacional, 1948, p. 18.

Para Bento, os novos tempos, caracterizados pelo processo de redemocratização, traziam a marca do imediatismo, pondo fim ao passado demarcado pelo reconhecimento às tradições. E ao recorrer-se aos princípios cristãos, cita que “[...] o cristianismo trouxe a mensagem de igualdade” e que poderia funcionar como um “[...] contra-veneno das exasperações nacionalistas do nosso tempo, herança pagã”.¹³⁷

E será sob essa ótica cristã que fundamentou uma determinada concepção democrática, na qual irá combater ardorosamente o que ele mesmo denominou de “ideologia comunista” enquanto “deturpação do verdadeiro universalismo”:

O cristianismo corrige essas exasperações e ao situar-se em algum grupo nacional, não desvirtua, não exige a extinção de suas características próprias. É universal, mas conserva e respeita o que distingue as nações como unidades de cultura.¹³⁸

Aliás, pode-se dizer que seus ideais cristãos encontram suporte já na sua formação juvenil no Ginásio Diocesano dos Padres Lazaristas, em Curitiba, onde teve uma formação tomista e que muito influirá na sua participação no Círculo de Estudos Bandeirantes¹³⁹, do qual foi eleito presidente em 1939, dez anos após sua inauguração, sendo posteriormente nomeado ainda por mais três mandatos de presidente.

137 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Solenidade...**, 1948, p. 21.

138 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Solenidade...**, 1948, p. 21.

139 O Círculo de Estudos Bandeirantes foi fundado em 12 de setembro de 1929, tendo como principal idealizador o Padre Luiz Gonzaga Miele. Citem-se também mais dez idealizadores: Antonio de Paula Rodrigues, Benedicto Nicolau dos Santos, Carlos Araujo de Britto Pereira, José de Sá Nunes, José Farani Mansur Guérios, José Loureiro Ascensão Fernandes, Liguaru Espírito Santo, Pedro Ribeiro Macedo da Costa, Valdemiro Augusto Teixeira de Freitas e Bento Munhoz da Rocha Netto, que foi presidente de 1939 a 1943. A inauguração da sede social, situada à Rua XV de Novembro, 1050, ocorreu em 12 de setembro de 1945. O Círculo abriga um acervo bibliográfico que conta com centenas de obras raras dos séculos XIX, XX e algumas do século XVIII.

Para Bento Munhoz, a essência dos princípios cristãos estaria no tomismo, fonte de inspiração filosófica, calcada em princípios de Aristóteles e São Tomaz:

Ora, é precisamente a philosophia do genio pagão de Aristóteles, illuminada e completada pela philosophia do gênio christão de Santo Thomaz que poderá vencer a nossa inquietação, responder a todas as nossas interrogações, saciar todas as anciedades deante dos mysterios que o mundo nos offerece e restabelecer o prestigio vulgarizado das pesquisas methaphisicas, tão desacreditadas ellas ficaram, com as contradições dillacerantes dos philosophos mais conhecidos e divulgados, que se substituem com as modas e os recursos materiaes das épocas em que viveram.¹⁴⁰

O propósito do Círculo de Estudos Bandeirantes centrava-se na “formação filosófica da intelectualidade paranaense” pelos princípios filosóficos tomistas e é com este intuito que a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná (FFCL) foi projetada:

A FFCL foi pensada por essa intelectualidade paranaense como principal mecanismo de sistematização dos diferentes saberes estabelecidos pelas áreas científicas. Para os católicos, somente a filosofia tomista poderia desenvolver tal atividade, pois a ciência moderna reduziu a natureza e a sociedade àquilo que pode ser estudado empiricamente. No pensamento católico, essa redução implicou na separação entre a realidade e a verdade. A verdade consistia na compreensão da totalidade do real; a ciência falava do particular, já a filosofia tomista compreendia as particularidades científicas sem ignorar a totalidade. O laicato católico acreditava que uma rígida formação intelectual estava integrada a um sistema educativo integral dos indivíduos. Postulava-se a relação entre Ciência e Metafísica [...].¹⁴¹

Quanto à carreira universitária de Bento Munhoz, este ingressou na Universidade do Paraná, no curso de Engenharia Civil, quando Caetano Munhoz da Rocha terminava seu primeiro mandato como governador. Formou-se com 21 anos. Em seu discurso como orador da turma de formandos de

140 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Sobre o Thomismo. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, n. 3, tomo I, p. 243, set. 1936.

141 CAMPOS, Névio. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade...**, 2006. p. 150.

Engenharia Civil em 1926, assim se pronunciou o engenheiro então recém formado:

Ora, o Engenheiro representa nesse surgimento de novas energias, um papel admirável de envergadura e pertinácia. Ele irradiará pelo Brasil a dentro, na tarefa difficilima de construir, e no deserto esteril pela irrigação transformadora, fará surgir um prado florescente; na floresta inhospita e hostil, ao epinicio sonoro da locomotiva, conduzirá ao sertanejo extasiado a civilização fulgurante; e nas cidades de lógico traçado, recamadas de arrojados de architectura e de officinas titanicas de trabalho, há de vencer a noite e fomentar a energia dynamica das raças fortes, com essa força maravilhosa aprisionada nas catadupas revoltadas.¹⁴²

Em suas palavras já se denota o entusiasmo radiante pela transformação urbana que o progresso poderia operar, assim como pelo espírito civilizatório da vida nas cidades.

Seguindo a carreira da engenharia, foi nomeado em 1936, com 31 anos de idade, para o cargo de engenheiro da Caixa Econômica Federal. Deste cargo, adquiriu experiência profissional e conhecimento da área urbana de Curitiba. Tal experiência contribuiu para que, quando de seu mandato de governador do Estado, apresentasse um projeto de renovação da área central curitibana, como a construção do Centro Cívico, do Teatro Guaíra e de uma nova Biblioteca Pública.

Entretanto, o ideal de transformação urbana não compreendia somente o aspecto material de construção. Bento Munhoz preocupou-se sobremaneira com o homem e com seu meio histórico e social. E embora fosse engenheiro por formação, dedicou-se fundamentalmente às áreas de Sociologia e História, sendo sua produção intelectual acentuadamente voltada para estas áreas.

142 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Discurso de Orador da Turma de Engenheiros Civis de 1926**. Curitiba: Faculdade de Engenharia do Paraná; Palácio do Congresso Legislativo do Estado, 09 abr. 1927, p. 10.

Quando governador proferiu o seguinte discurso sobre a sociologia paranaense, no I Congresso de Sociologia no Paraná, realizado no Salão Nobre da Faculdade de Engenharia:

O Paraná é um livro aberto de Sociologia. Temos aqui todos os exemplos de aculturação. A cultura brasileira está enriquecendo regionalmente no Paraná com a incorporação de traços culturais não portugueses, que enriquecem o nosso modo de ser regional, enriquecendo a cultura brasileira.¹⁴³

Ao contrário de Caetano Munhoz da Rocha, Bento valorizou essencialmente o aspecto regional, constituindo-se, inclusive, em fundamento de suas análises sociológicas. No governo de Caetano ocorrera uma supressão dos símbolos estaduais em 1922, como o hino e a bandeira estaduais. Bento Munhoz irá sustentar justamente o contrário, incentivando um movimento de renascimento paranista, justificando, no entanto, as ações governamentais de Caetano, as quais foram tomadas, segundo Bento, fundamentalmente pelo seu “nacionalismo” e em prol da “unidade territorial”:

É êsse o significado do seu gesto de 22, quando como Presidente do Paraná, suprime os símbolos estadoais, apelando, numa campanha de larga repercussão nacional, para que todos os Estados abolissem suas bandeiras, seus hinos e seus escudos, e um culto que ao Brasil se devia, ainda mais entusiasmado e vibrante quando se iniciava o segundo século de sua vida independente, só os símbolos nacionais lembrassem constantemente aos brasileiros, a pátria comum e grande, símbolos nacionais, bem nobres e amplos para agasalhar tôdas as tradições, tôdas as côres e tôdas as aspirações do Brasil.¹⁴⁴

Por certo que o contexto vivido por ambos revela que a inspiração nacionalista de Caetano Munhoz da Rocha deve-se especialmente ao fato de que o governo do final da República Velha incentivava correntes

143 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. O Paraná é um livro aberto de Sociologia. **Estado do Paraná**, Curitiba, 17 jun. 1954, n. 746, p. 1.

144 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Alguns traços da personalidade de Munhoz da Rocha e um capítulo de sua vida..., p. 322, out. 1944.

nacionalistas¹⁴⁵, em vista do próprio desmantelamento do governo central, face aos conflitos subjacentes deste processo histórico¹⁴⁶. Quanto à busca pelas características identitárias regionais na época de Bento, fomentou-se num contexto de redemocratização social, em que o regionalismo voltava a ressurgir após um longo processo de centralização getulista.

Assim, inversamente de Caetano Munhoz da Rocha, Bento apoiou-se em ideais paranistas, construindo um discurso idealizador acerca da identidade paranaense. Em homenagem a Francisco Negrão em sessão do Círculo de Estudos Bandeirantes, note-se em suas palavras o apelo à vertente paranista:

É preciso mais orgulho regionalista, mais pudor e ciúme do que é nosso. Enfim mais paranismo, para usar a expressão de Romário Martins. Francisco Negrão foi um professor de paranismo [...] Nós somos exageradamente pouco paranaenses e não seremos nunca bons brasileiros si não fômos bons paranaenses.¹⁴⁷

145 Segundo Dante Moreira Leite “A maior dificuldade para uma explicação coerente do nacionalismo é o fato de apresentar formas e origens muito diversas, de acordo com a época e o país em que se manifesta [...] De um ponto de vista rigorosamente lógico, o nacionalismo implica em exaltação das qualidades de um povo, o que leva inevitavelmente à comparação com outros, então considerados inferiores. É que o nacionalismo, entendido como força política, nunca pode ser uma análise objetiva das características nacionais e, além disso, suporia sempre uma afirmação de poder e grandeza. De outro lado, nem todos os nacionalismos tiveram, na realidade, essa afirmação de poder, o que levou Max Weber a dizer que nesse caso não estamos diante do nacionalismo verdadeiro ou integral” (LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1983. p. 10-11).

146 Dentre os conflitos surgidos no período da República Velha (1889-1930), citem-se as revoltas de caráter político religioso de Canudos (1892-1896), no interior da Bahia e do Contestado (1912-1916), na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina. Outras manifestações sociais também foram deflagradas, como a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910), movimento da Marinha do Brasil, ambas ocorridas no Rio de Janeiro.

147 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Francisco Negrão. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, tomo I, n. 5, p. 348, abril 1938.

A recorrência à história será uma de suas linhas mestras nessa construção discursiva. E assim Bento discorreu sobre a função do historiador numa homenagem a Pedro Calmon:¹⁴⁸

O historiador penetrando e distinguindo, vae reviver os costumes e viver um ambiente. Vae sentir o isolamento do luso, reduzindo em numero, deante da immensidade americana e a fatalidade invencivel por mais de um factor, da alliança com o brasileiro pre-cabralino, para vencer a natureza e conquistar a terra. Vae comprehender a funcção civilizadora do latifúndio, a fusão racial á sombra das casas grandes, o seu meio patriarchal, com beneficios e prejuizos na nossa formação. Vae bemdizer a demora do ouro em descobrir-se do seu envoltório multi-milenar, permitindo ou auxiliando na gloria das entradas, a demarcação das fronteiras e o recuo do meridiano convencional. Vae medir a repercussão e o papel das investidas estrangeiras ao longo do littoral, fomentando o primeiro germen da nacionalidade, no collono do sul e do norte, que assim se aperceberam que havia entre elles um élo commum e contra elles, uma ameaça comum. Vae admirar a épopéa magica do Jesuíta, na catequese e na protecção do índio, na cultura do branco e na implantação da semente eterna do Christianismo. E vae exaltar a grande missão historica do Império, que as gerações nascidas quando a Republica já se consolidára, podem bem aquilatar na unidade nacional [...].¹⁴⁹

Era necessário recorrer à história para matizar a tradição como algo impenetrável e indestrutível, mesmo frente ao progresso, necessário e pioneiro, mas que deveria reverenciar um passado construído e já escrito.

Bento lecionou por mais de 30 anos, sendo professor tanto na área de Engenharia quanto na área de Ciências Sociais e História, ministrando aulas de História da América na Universidade do Paraná e de Sociologia na

148 Pedro Calmon Moniz de Bittencourt nasceu em Amargosa/BA em 23/12/1902. Filho de Pedro Calmon Freire Bitencourt e Maria Romana Moniz de Aragão Calmon Bittencourt. Foi professor, político, historiador, ensaísta e orador. Diplomou-se em Direito, em 1924, pela Universidade do Rio de Janeiro, tendo iniciado seus estudos superiores na Faculdade de Direito da Bahia. Dentre sua extensa produção bibliográfica, cite-se o seu primeiro trabalho jurídico, de 1926, inicialmente destinado a Tese de Doutorado, intitulado “Direito de Propriedade” e “História da Civilização Brasileira”, de 1932, produção esta que se seguiu à criação da Cadeira de História da Civilização Brasileira, quando habilitou-se como Conservador do Museu Histórico Nacional (BIOGRAFIA de Pedro Calmon. Disponível em: <http://www.forum.ufrj.br/biblioteca/biografia_calmon.html>. Acesso em: 12 jul. 2008).

149 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A função do historiador. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, tomo 1, n. 3, p. 243, set. 1936.

Universidade Católica do Paraná. Também atuou na área do Direito, do qual foi homenageado professor honorário da Faculdade de Direito de Curitiba. Foi professor no Instituto de Teologia do Paraná, na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná e na Escola de Altos Estudos de Administração Internacional.

Enfim, Bento Munhoz, ao fundamentar seu discurso identitário na história e na sociologia, acabou por contribuir para a própria afirmação institucional do conhecimento histórico e sociológico, com ênfase ao estudo regional paranaense.

4.3 A luta pelo território paranaense

O primeiro mandato de Bento Munhoz como Deputado Federal Constituinte em 1946 foi profundamente marcado pelas discussões em torno da reintegração de terras ao Paraná, tendo em vista a criação do Território Federal do Iguaçu em 1943. Em sessão de 09/07/1946, Bento assim defendeu a reintegração de terras ao Paraná:

Quero ainda uma vez insistir neste ponto: a supressão do Território do Iguaçu parece situar-se, para os que advogam a sua permanência, num plano em que o critério das decisões não seja considerar acima de tudo o Brasil. Nada mais distante da nossa realidade do que assim enxergar o nosso caso, em que coincidem os interesses gerais da Nação e os particulares do nosso ciclo provincial. Somos o povo menos regionalista do Brasil, e o somos por uma explicação sociológica evidente: o Paraná é hoje possuidor de várias regiões pioneiras, onde, pelo próprio sentido da vida, não se indaga da origem nem da naturalidade de ninguém. Em várias cidades e localidades de minha terra, o habitante que vive nelas há 10 anos é considerado veterano [...] Somos portanto a negação do regionalismo estreito e tacanho. E se é evidente que possuímos nesta reivindicação um sentimento de ordem regional, nada mais justo que assim seja, pois não o fazemos atritar-se com o sentimento de outra ordem, em que somos tão ciosos – o sentimento nacional [...] Aqui,

ambos convergem na mesma direção, quer se considere a parte emocional, quer se considere a realidade econômica.¹⁵⁰

Bento Munhoz, ao evidenciar no Paraná a existência de várias regiões pioneiras, referia-se ao caso do Território do Iguazu à chamada “fronteira guarani”, que no início do século XX constituía-se de uma população predominantemente guarani e argentina:

Na década de 1920, a partir de Catanduvas para oeste, a língua dominante era o espanhol. Nas casas de comércio só se falava nessa língua [...] Em Foz do Iguazu o português era falado apenas pelos funcionários públicos. O dinheiro circulante era o peso argentino. O mil réis era praticamente desconhecido. A própria prefeitura, o correio e a receita federal cobravam taxas e impostos em moeda argentina. Quando estas repartições precisavam enviar o dinheiro para Curitiba, primeiro enviavam o peso argentino até Posadas. Nesta cidade argentina, o cônsul brasileiro fazia o câmbio para a moeda brasileira, para em seguida ser a mesma remetida, via Argentina, para Curitiba.¹⁵¹

A fronteira guarani apresentava-se de tal forma “desnacionalizada”, que após a Revolução de 1930 foram necessárias medidas para a nacionalização da fronteira, pelo então interventor, o general Mario Tourinho, dentre as quais que todos os documentos da Prefeitura passassem a ser redigidos em português, bem como os anúncios comerciais, e que doravante os impostos e taxas fossem cobrados em moeda brasileira. A retomada da construção do ramal rodoviário Ponta Grossa-Guarapuava também foi ponto primordial enquanto medida reguladora da fronteira.

No entanto, tais medidas não foram apreciadas pelo governo getulista. O Território Federal do Iguazu fora criado no mandato de Manoel Ribas com a finalidade de aglutinar terras, favorecendo à formação de uma “extensão cultural gaúcha”:

150 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Discursos Parlamentares**. Curitiba: Ed. do Chain, 2006. p. 118.

151 WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995. p. 234.

Entretanto não convinha, ao grupo político liderado por Getúlio Vargas, o fato de serem essas medidas nacionalizadoras tomadas pelo próprio governo do Paraná. Outros eram os planos de Getúlio Vargas para esta região. Pretendia-se criar na região da *fronteira guarani* um território federal. Era pensamento do grupo liderado por Getúlio Vargas aglutinar as terras do oeste de Santa Catarina, sudoeste e oeste do Paraná e formar uma nova unidade da federação.

Capitalistas gaúchos, juntamente com o governo federal, queriam essas terras para realizarem vantajosos negócios imobiliários. Paralelamente, planejavam escoar para a região o excedente de mão de obra agrícola já detectado no Rio Grande do Sul. Seria portanto o Território Federal do Iguaçu uma extensão cultural do próprio Rio Grande do Sul. Seria também um mercado garantido para os produtos industrializados naquele Estado da federação [...] Com a revolução de 1930 e a subida de Getúlio Vargas ao poder, divisaram os gaúchos uma oportunidade de voltarem a liderar a política brasileira. Esta retomada de influência poderia ocorrer sobretudo ao nível de sul do Brasil. Por isso, o interventor Mário Tourinho foi demitido. Getúlio Vargas nomeou para o lugar seu amigo pessoal Manoel Ribas.¹⁵²

Bento enquanto deputado federal fez suscitar o debate de temas como o regionalismo e o nacionalismo, a herança política lusitana e o ideal laborioso decorrente da imigração, a reforma agrária e a pequena propriedade, a democracia e o anticomunismo. Temas esses recorrentes e que serão aprofundados ao longo da trajetória intelectual e política do intelectual. Teve uma atuação destacada na constituinte de 1946, sobressaindo-se na questão da supressão do Território Federal do Iguaçu.

No segundo mandato de Deputado Federal, em 1959, criticou com veemência o conceito de reforma agrária, o comunismo e defendeu a não estatização da educação. Criticou também reformas de base defendidas por João Goulart e defendeu critérios de formação de pequenas propriedades. Em sessão de 14/06/1962 declarou:

Sou pela pequena propriedade. Acho que a pequena propriedade agrícola é uma garantia de paz, uma garantia de ordem social. Toda a zona do sul, sobretudo no meu estado, Santa Catarina e no Rio Grande, região de pequenas propriedades, é um oásis de paz social,

152 WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná...**, 1995. p. 236-237.

no ambiente caótico do Brasil. Defendo a pequena propriedade, como extensão da personalidade do lavrador. Acho, entretanto, uma contradição, em toda projeção da reforma agrária, que se parta desse princípio da divisão da propriedade, quando toda a técnica moderna, quando toda a exigência atual da técnica é a agregação das propriedades. No sul, chegamos já a um mal muito pior que o latifúndio, que é o minifúndio, a propriedade agrícola em dimensões tais, que perdem todo o valor econômico.¹⁵³

Note-se que Bento Munhoz se referiu à pequena propriedade no sul como uma característica de seu povoamento:

Paralelo a estas fazendas-sesmarias, que tendiam a se desmembrarem com as heranças, existiam também na região os chamados sítios. Estes eram pequenas propriedades realmente exploradas e ocupadas por seus posseiros. Localizavam-se nas proximidades dos povoados inclusive dentro das próprias fazendas [...] Ao lado pois do latifúndio criatório, coexistia nos Campos Gerais o minifúndio, voltado inclusive para a agricultura rudimentar.¹⁵⁴

É certo que não se vivia num oásis, ao contrário. Os conflitos surgiam em razão mesmo daquela região paranaense estar passando por um período de povoamento e colonização. Mas o que se pode compreender é que Bento Munhoz, ao ressaltar a importância da pequena propriedade ou do cooperativismo enquanto herança do processo imigratório no sul do Brasil, estabelece um contraponto ao próprio processo histórico de distribuição de terras pelo governo lusitano na então colônia brasileira na forma de concessões de sesmarias pela Coroa Portuguesa¹⁵⁵.

Bento Munhoz também priorizou a defesa da propriedade privada, mas não a “coletivização da propriedade” que segundo o intelectual, caracterizaria o objetivo “marxista-leninista”. Dessa forma, quando cita que a “técnica

153 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Discursos Parlamentares...**, 2006. p. 250.

154 WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná...**, 1995. p. 77.

155 Nesse ponto Bento Munhoz diferia do que Brasil Pinheiro Machado compreendia, tendo em conta “estímulos” de ordem nacional, de conformidade com seu estudo sobre a formação histórica da estrutura agrária dos Campos Gerais e que irá se abordar no Capítulo sobre Brasil Pinheiro Machado e sua produção conjunta.

moderna leva à agregação dessas propriedades”, argumenta que a grande saída seria o cooperativismo. Ou seja: a pequena propriedade aliada às técnicas modernas pode levar à agregação de propriedades. Para Bento, a solução para a crise agrária seria o cooperativismo, ainda que não o tenhamos herdado da política lusitana de distribuição de terras:

Então, o grande remédio seria o do cooperativismo, para o qual, infelizmente, nós, brasileiros – eu iria mais longe, nós, latinos de modo geral –, não estamos preparados, sobretudo psicologicamente. Há o caso típico, que já citei desta tribuna, da Colônia de Entre Rios, em Guarapuava, no meu estado, que foi povoada por tchecos, mas de cultura alemã. Eram súditos que, depois da guerra, em vista do socialismo implantado na Tchecoslováquia, emigraram de sua terra, porque tinham amor à gleba. Vieram para Guarapuava, que constitui, hoje, colônia muito próspera. Mas trouxeram o seu espírito de cooperativismo, de modo que cada colônia tem apenas um hectare. Um hectare não é propriedade agrícola; é quase propriedade urbana. Mas o campo, em grande área para que possa ser trabalhado pela mecanização, pelos tratores [...] o campo é de propriedade da cooperativa. Eles trazem, porém, essa educação na sua herança sociológica.¹⁵⁶

Um dos problemas cruciais que Bento enfrentou na sua gestão como governador foi o problema da ocupação territorial paranaense no novo Paraná que se despontava, o chamado Paraná moderno. O conflito de Porecatu, em 1951, é particularmente simbólico, configurando-se num dos casos de luta de posseiros de considerável repercussão nacional. O movimento dos colonos em Porecatu encontrou, no Partido Comunista, argumentos de luta contra a ocupação de terras por empresários, bem como formas de enfrentamento ao governo do Estado que havia prometido lotes e infra-estrutura para o trabalho rural, e que, no entanto, revelava-se como gerador da intranqüilidade rural, utilizando-se constantemente da força para despejá-los de suas posses.

156 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Discursos Parlamentares...**, 2006. p. 251.

Machado, que foi assessor de governo de Bento Munhoz, pronunciou-se de forma favorável à sua gestão, considerando-a voltada ao “preceito constitucional do interesse social”, pois

A posse do novo Governador do Estado, em 31 de janeiro de 1951, possibilitaria diálogo com os posseiros. O Govêrno, de imediato, constituíra Comissão Especial para a questão de terras na área em litígio, concedendo os títulos definitivos passíveis de localização nas terras ocupadas, e transferindo, mediante indenização, para terras de igual valor econômico, os demais posseiros [...] A 15 de março, o Govêrno do Estado já declarara de utilidade pública as terras litigiosas de Porecatu, Jaguapitã, Araongas, cujos títulos haviam sido irregularmente expedidos pela administração anterior [...] Foi esta, aliás, a primeira desapropriação, havida no Brasil, com base no interesse social.¹⁵⁷

Silva, em estudo sobre a Guerrilha de Porecatu¹⁵⁸, aprofunda o tema, alertando que o caráter demagógico constituía-se num indicativo político nessas questões litigiosas de terras:

Em março de 1951, o novo governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Netto, – que não foi o candidato do Lupion – prometeu uma

157 WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, n. 7, p. 37-38, jun. 1968.

158 Silva aponta que: “A guerrilha de Porecatu não foi um combate contra moinhos de vento. De um lado alia favoreceu o desenvolvimento ulterior do sindicalismo rural no Paraná; de outro lado, esteve na origem de toda uma série de lutas e conflitos sociais que se disseminaram no Paraná, ao longo dos anos 50 e no começo dos anos 60, sem que se possa, no entanto, estabelecer esquematicamente relações de causalidade. Aliás, naqueles tempos a nação inteira estava sensível à atmosfera de mobilização social crescente. Particularmente no meio rural, os confrontos pela posse da terra e as greves de assalariados se sucediam. Lá onde a temperatura social era mais elevada, e à medida que o desenvolvimento econômico e urbano avançava – primeiro no norte do Paraná depois no oeste e sudeste –, os conflitos sociais surgiam. Geralmente, um litígio estava na origem dos conflitos em relação à posse da terra. A ocupação de terras devolutas, a invasão de propriedades particulares, a falsificação de títulos de propriedade e a venda do mesmo terreno a várias pessoas era moeda recorrente. Característica recorrente era a violência física praticada por todos os protagonistas – evidentemente, por aqueles que tinham os meios – revelou-se um ingrediente indispensável. Todas as histórias relatando o período de ocupação demográfica do Paraná descreve, incansavelmente, episódios assustadores: companhias de colonização, bandos de jagunços, pistoleiros sanguinários, posseiros expulsos de suas plantações, assassinatos violentos e, sempre, corpos que boiavam nos rios [...]” (SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006. p.166-167).

ação de impacto: o confisco de todas as terras da região conflagrada. De fato, no dia 14 de março, Bento Munhoz ratificava, “por razões sociais”, a Medida Provisória 149 que desapropriava os proprietários das terras em litígio no eixo Porecatu-Jaguapitã-Arapongas. O plano governamental previa a avaliação das instalações construídas pelos posseiros e a sua “justa indenização”, doando para cada um 20 alqueires de terra em Campo Mourão, Iporã ou Umuarama. Essa medida teve, pelo menos, o mérito de ser a primeira desse gênero na história do Brasil contemporâneo. Por ingenuidade ou para encorajar os combatentes, ou ainda para demonstrar boas intenções, os rebeldes consideraram o decreto como “uma vitória” – ainda que aquém de suas demandas –; segundo eles, suas lutas tinham obrigado o governo a “reconhecer que as terras pertenciam aos posseiros”. Apesar da pouca reação dos fazendeiros, o decreto ficou sem efeito, revelando o seu caráter político-demagógico. Na opinião dos críticos da época, o governador não podia ou não tinha “a força para desapropriar os latifundiários”, dentre os quais havia algum de seus “amigos pessoais”. Mas o decreto era “voluntariamente confuso”. Resultado: nenhum fazendeiro foi desapropriado.¹⁵⁹

Ainda que suas ações governamentais não se materializassem, conforme a pretensão do discurso proferido, Bento pautou-se pela unidade territorial do Paraná, contra a desapropriação indevida e a violência gerada desse processo, mas criticando ideais comunistas e evidenciando questões em prol de um nacionalismo que possibilitaria integrar a questão do regionalismo em suas adversidades.

Nesse sentido, um dos temas que realmente chama a atenção nos discursos e na produção intelectual de Bento Munhoz e que marcou profundamente sua gestão como governador do Estado, é justamente a marcha pioneira do café no Norte e da implantação do minifúndio no Sudoeste do estado.

Bento, como um representante da classe ervateira e da herança do passado, construiu um discurso em favor da permanência e da necessidade de apego às tradições. Ao mesmo tempo, Bento Munhoz constituía-se em um político de perfil moderno, entendendo que o café traria divisas fundamentais para trazer o Paraná ao centro da economia do país. E o café foi um tema profundamente discutido em sua gestão no Ministério da Agricultura.

159 SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz...**, 2006. p. 89.

Alíás, Bento Munhoz já havia delineado seu discurso em prol do progresso desde quando criticou a criação do Território do Iguçu, no seu primeiro mandato como Deputado Federal. Desde essa época assim enfatizou seu posicionamento em relação à perda daquelas terras: “Não queremos o nosso oeste, para apenas desenhá-lo na nossa carta geográfica. Não queremos a extensão pela extensão. Queremo-la para o progresso”.¹⁶⁰

Entre a marcha pioneira do progresso e a herança do passado, Bento idealizou uma identidade paranaense, calcada em princípios paranistas. Foi um intelectual idealizador, buscando conciliar o progresso do café e a herança da tradição ervateira.

4.4 Um intelectual bandeirante: o regionalismo e sua diversidade como fundamento de análise

Nenhuma região brasileira, tanto quanto a paranaense, exige, atualmente, não apenas a ampliação das pesquisas de sua História, de que Romário Martins plantou os marcos definitivos, mas, sobretudo, sua divulgação intensiva.

Bento Munhoz

A produção intelectual de Bento Munhoz denota uma profunda inspiração aos aspectos regionais. Ainda que sem deixar de exaltar a nação, o seu viés analítico tende a evidenciar fundamentalmente os elementos regionais na formação nacional em contraponto a uma formação regional caracterizada por elementos gerais de nacionalidade.

160 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Discursos Parlamentares...**, 2006. p. 118.

Pode-se dizer então que o fundamento de análise para Bento está centrado no regionalismo: “O Brasil sem regionalismo, seria incompreensível”.

161

E embora Bento ressalte o regionalismo como fundamental para a composição nacional, referencia a necessidade de um “regionalismo orgânico” avesso ao “regionalismo isolacionista e pretencioso”. Assim:

Nação e região, nacionalismo e regionalismo não entram necessariamente em conflito. Brigam, sim, as suas exasperações. Entram em conflito o regionalismo vesgo, o regionalismo exclusivista, o regionalismo mundo fechado e o nacionalismo centralista e igualitário.¹⁶²

Bento ainda reforça que:

Só a perversão dos conceitos pode atritar região e nação [...] O mais ardoroso regionalismo se pode combinar com o mais exaltado nacionalismo. É questão, unicamente, de compreender os ciclos mais amplos ou mais restritos da vida social, e os comportamentos que, sucessivamente e igualmente legítimos, se assumem, nas várias formas de convivência. Foi no Rio Grande do Sul, a região brasileira em que, por circunstâncias geográficas e históricas, mais se acentuou o regionalismo, e foi nessa mesma área, onde, pelas mesmas circunstâncias, se harmonizou a consciência regional com a nacional.¹⁶³

A perversão dos conceitos, a que Bento se refere, evidencia-se em seus discursos sob a forma daquele nacionalismo imposto, como já ocorrido em 1930. E para Bento seria mesmo um contra-senso ser nacional sem valorizar os aspectos da terra e os aspectos regionais. Bento ainda reitera que: “Há uma

161 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1960. p. 53.

162 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 53.

163 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 53-54.

filosofia no regionalismo político e na sua justificação, que volta sempre. Vez por outra, parece desaparecer, mas volta sempre”.¹⁶⁴

E a produção de Bento centrou-se especificamente no regionalismo sócio-político paranaense, de apego à tradição e à paisagem¹⁶⁵ simbolizada pelos capões de pinheiros e pelo planalto paranaense:

Nada mais legítimo nem mais humano do que o amor à paisagem de todo dia, ao cenário da querência, com a sua marca própria que, para exemplificar, é constituída no planalto paranaense, pelos capões de pinheiros. Sem estes, o planalto seria amputado de uma característica que lhe é própria e perderia um motivo de acolhimento com o qual, seus habitantes se acostumaram.¹⁶⁶

No prefácio do primeiro volume de *História do Paraná*¹⁶⁷, Bento escreve acerca “Da necessidade de divulgação da história paranaense”. Mas é com o

164 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 59.

165 Bento Munhoz utilizou-se da geopolítica para exaltar o regionalismo aos moldes paranistas. Romário Martins já havia enfatizado a relação da história paranaense e do seu meio geográfico, alertando, inclusive, sobre o extrativismo desenfreado no Paraná: “O campo e a floresta, não somente decidiram de nossa existência como de nossa índole. Nos primeiros tempos fomos criadores e tropeiros e todas as nossas antigas cidades do planalto tiveram origens nessas atividades dos nossos antepassados. O nosso homem do campo, porém, encontrou na floresta mais fácil exploração de riquezas e se fez extrator de erva-mate e, depois, também de madeiras. Em todas essas atividades fizeram-se fortunas. Mas as explorações extrativas requerem cuidados e previsões que não temos tido e, assim, os pinheiros cada vez ficam à maior distância e suas explorações se vão tornando anti-econômicas e os hervaís nativos entraram em crise de exploração após terem constituído a nossa maior riqueza em movimento [...] A Geografia Humana ou das Regiões Geo-humanas, é ciência nova, que se encontra ainda em estado de elaboração [...] A simples explanação dos fatos já observados e admitidos por essa nova ciência, divide as regiões geográficas pelas possibilidades que elas concedem ou negam aos seus habitantes. Em síntese: o trabalho humano é um contato com a terra” (MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Guairá, [19--]. p. 10).

166 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 54.

167 Publicada em 1969, a obra “História do Paraná” foi composta por quatro volumes, sendo autores do primeiro volume Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen. A referida obra será abordada de forma mais detalhada no capítulo referente a Brasil Pinheiro Machado, já que constitui uma das obras referenciais deste autor.

olhar de descendente de uma família tradicional ervateira que ressalta as heranças das gerações passadas na construção da história paranaense:

O Paraná povoou-se súbitamente, diante de nossos olhos. De repente ficou cheio, numa geração que pôde assistir o coroamento da longa preparação, com que as lideranças do passado, com plena consciência das possibilidades paranaenses, foram delineando a realidade de hoje.

Tôda a atual expansão paranaense estêve antes na mente dos homens que tiveram as responsabilidades, tanto políticas quanto sociais e econômicas, em nosso Estado.

Nada mais do que se tem feito deixou de ser previsto, numa quase intuição da gente de vanguarda, em nosso passado.¹⁶⁸

E se a paisagem tradicional do pinheiro, da erva-mate e da geada entrou em contraste com a paisagem do norte pioneiro, da terra vermelha e do café, para Bento muito se deve às mudanças demográficas ocorridas no período:

Parece-me impossível obter uma visão panorâmica do processo histórico do Paraná, sem acompanhar seu crescimento demográfico que, êste, só por si, já serve para indicar sua evolução sócio-cultural e as conseqüências necessárias em todos os setores, principalmente no econômico e no político. Talvez o crescimento extraordinariamente rápido, evidenciado pelos últimos recenseamentos, tenha tomado de surpresa suas elites e exigido delas um largo trabalho de adaptação a novas perspectivas nacionais impostas, desde então, ao Estado, justificando alguns tropeços inevitáveis. A integração no ciclo econômico do café foi mais fácil.¹⁶⁹

Quando o café tomou parte na história do Paraná, Bento quis deixar claro que não éramos uma “tabula rasa”. E nem o café constituía-se num produto genuinamente paranaense, pois viera como uma extensão paulista:

O surto cafeeiro do Paraná só poderia atingir o seu clímax, quando São Paulo, que possuía a tradição de suas lavouras, tivesse esgotado as próprias reservas, como a província fluminense

168 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Prefácio. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1, p. 11.

169 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Prefácio. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná...**, 1969. v. 1, p. 14.

esgotara as suas e, em menor escala, o Estado de Minas [...] O Paraná, atingindo em 1959-1960, a liderança da produção brasileira do café, adquiriu uma característica que não lhe é própria, que não estava em suas heranças nem nos estilos com que iniciou sua civilização [...] Foi um fato notável que o Paraná pode viver, por sua diversidade.¹⁷⁰

Assim Bento concebe a diversidade: com argumentos de apelo à história tradicional já delineada, argumentos que valorizam o elitismo nas decisões do Estado, argumentos que reforçam o peso da tradição, pois “A gente nova do Paraná precisa conhecer a história da terra que adotou, o passado que não passa, mas explica.”¹⁷¹

A argumentação que Bento constrói fundamentada nos aspectos regionais, toma como base momentos da história nacional em que se delineiam ações acentuadamente regionais. Como exemplo cita o Movimento Constitucionalista de 1932 e a própria Revolução de 1930:

[...] Mas o Movimento Constitucionalista de 32, movimento de quase tanta repercussão nacional, como o de 30, teve também a sua base regional.

Foi a guerra de São Paulo.

Foi uma guerra que estava nas aspirações políticas do mais fundo da consciência nacional, mas não se deflagraria, sem a condição de um fundamento regional do valor e da importância de São Paulo.

O Presidente Vargas em novembro de 30, quando assume a chefia do Governo Provisório, saúda “de dentro do Palácio do Catete o Rio Grande do Sul”. É a saudação do chefe de um movimento nacional à sua região, ao grupo que o amparou, que o inspirou, que o fez partir, ao grupo de sua confiança, de suas dedicações e solidariedades certas.¹⁷²

170 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Prefácio. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná...**, 1969. v. 1, p. 13.

171 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Prefácio. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná...**, 1969. v. 1, p. 17.

172 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 57-58.

Entretanto, Bento Munhoz argumenta que a “Revolução de 1930” acaba por se converter em um movimento “profundamente popular e nacional”, mas “anti-regionalista”, de favorecimento a “interesses de classes”:

O movimento revolucionário, entretanto, pela própria dialética do seu desenvolvimento, tornou-se o mais nacionalista, o mais anti-regionalista, de quantos sistemas ou orientações políticas já se tentaram no Brasil. Coincidiu com o populismo e o jôgo das grandes massas eleitorais, unidas estas, não mais pela referência à solidariedade estadual, mas pela exigência ideológica de partido e de legenda, em que ecoam, pela primeira vez, em grande estilo, fortes indícios de interesses de classes. Não se identifica a naturalidade de interventores, por suas funções neste ou naquele Estado. Os símbolos estaduais se extinguem. O retrato do chefe da Nação se pendura por tôda a parte, às vêzes, desrespeitosamente, mas é um elemento de integração nacional. Os grupos estaduais se encolhem. A unidade partidária nacional parece consolidar-se. O populismo recentemente incorporado à vida política nacional não se limita aos hábitos e tradições estaduais. Desconhece-os e faz suas conquistas, como atitude partidária.¹⁷³

Bento não se deixava seduzir pelas causas tidas como populares que demarcaram a “Revolução de 30”, por motivos inclusive familiares, haja vista a deposição de poder tanto dos Munhoz da Rocha quanto dos Alves de Camargo, quando da tomada de poder no Paraná. Mas a característica que certamente não lhe agradava no movimento getulista centrava-se no nacionalismo exacerbado, sem espaço para as latências regionais.

Sendo um intelectual de considerável representatividade na vida política do Paraná, Bento não somente atentou para os aspectos essenciais do discurso regional, mas tornou-o fundamentador no tocante à diversidade regional que se despontava especialmente com o surto paranaense do café.

Em sua *trajetória* não há como não perceber um misto de permanência à tradição e de busca ao progresso inovador. O intelectual certamente acabou por definir o próprio caráter de construção de uma história tradicional do Paraná. Ou seja, a identificação tradicional aliada à imagem do homem

173 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 58.

trabalhador, aquele que se desnuda diante do progresso, mas que permanece fiel às suas origens enquanto representativas de um *espírito de família*.

É justamente este *espírito* que fundamenta a vida intelectual de Bento Munhoz. Certamente que a política sempre se fez presente no intelectual idealizador e atento às características identitárias regionais. O intelectual está, pois, inserido num contexto político, caracterizando o diferencial que faz de Bento enquanto político, também o intelectual preocupado com os aspectos identitários do Paraná; como aquele que quer deixar marcado o ideal de formação de um povo e de uma tradição que não pode desaparecer frente a desbravações pioneiras. O Paraná já teria a sua história e a “gente nova” do Paraná precisava conhecê-la e absorvê-la. Mais do que simplesmente superá-la, precisava perpetuá-la:

É preciso dizer à gente nova do Paraná que superação não é negação pura e simples, nem negação de tudo, mas antes, desde que o sentido dialético está implícito em sua inspiração – ainda que com seu desconhecimento – a superação é negação mas, ao mesmo tempo, absorção.

A gente nova do Paraná precisa conhecer a formação da terra que é sua, e é, sobretudo, a terra de seus filhos. Precisa saber porque o Paraná atraiu, chamou com tanta força, em determinado momento. Precisa conhecer a diversidade do Paraná para compreendê-lo como ele é. Para compreender a síntese que o Paraná representa.¹⁷⁴

Bento Munhoz como descendente da elite do mate cresceu num cenário político, numa geração preocupada em demarcar identidades, objetivando mesmo a permanência de uma estrutura política calcada por vínculos familiares.

Bento sempre reforçou a identificação com os laços familiares. Em seus álbuns¹⁷⁵ várias são as matérias que tratam de Caetano Munhoz da Rocha,

174 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Prefácio. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná...**, 1969. v. 1, p. 17.

175 Estes álbuns do acervo pessoal de Bento Munhoz da Rocha Netto, constituem-se como fonte primária de pesquisa e encontram-se arquivados no Círculo de Estudos Bandeirantes como uma doação de Flora Camargo Munhoz da Rocha.

das quais o intelectual as grifa detidamente, numa busca por valorizar tais acontecimentos.

Bento Munhoz foi um intelectual bandeirante e como tal procurou pautar seus discursos. Representou ativamente os objetivos do Círculo de Estudos Bandeirantes, o qual seguia fielmente os princípios católicos e tinha como uma de suas principais finalidades, cultivar as tradições paranaenses:

Somos um núcleo que abre caminho com a energia indomável das bandeiras. Fazemos entradas. E como os bandeirantes, acreditamos. Acreditamos que vale a pena e que além do que está à vista, existem regiões a conquistar [...] Vamos seguindo as nossas idéias e os nossos programas, agradando e desagradando, não importa, mas guardando uma fidelidade inquebrantável aos nossos intentos. Nós sabemos ao que vamos. Nesta casa, olha-se para o futuro, sem temê-lo, porque aqui se abrigam as nossas verdadeiras tradições, cristãs e católicas. Porque aqui se abrigam o verdadeiro sentido da nossa brasilidade e o grande caminho para atingi-la que é o mais decidido apêgo ao rincão paranaense e aos seus valores.¹⁷⁶

A obra intelectual de Bento Munhoz demonstra uma procura em trazer dados fundamentais concernentes à formação do sul do Brasil e em especial a dos paranaenses. A idéia que Bento procura reforçar é a de que esses dados, num primeiro momento, poderiam aparentar-se como novos, mas que estavam lá e como que numa busca bandeirante acabariam-se por descobrir novos horizontes acerca da formação social paranaense e da construção de sua identidade.

Bento busca reiteradamente pelo *efeito de sentido*, tomando como força simbólica a questão identitária, a qual está intrínseca em seu discurso autorizado, sacralizado pelo *espírito de família*.

176 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Homenagem póstuma a José Farani Mansur Guérios. *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, Curitiba, tomo II, n. 4, p. 558-559, out. 1949.

4.5 Entre ser tinguí¹⁷⁷ ou ser pioneiro: o mate e o café antagonizam-se em terras paranaenses

Antes éramos poucos, mas éramos nós mesmos. (Havia nosso isolamento de ilha). Hoje somos muitos, mas continuamos poucos. (Pagamos o tributo do progresso rápido demais. Convivemos com gente que se desconhece mutuamente e desconhece as origens de todos e o sentido da obra comum: característica invariável do pioneirismo). Amanhã seremos muitos e seremos nós mesmos. Todos terão alma tinguí. Todos seguirão os caminhos que Artur Franco percorreu duramente, ainda ontem, no terceiro dia da criação de nosso Estado, quando a terra era informe e o horizonte vazio do poder criador do homem, época em que os paranaenses mais antigos já dominavam e delimitavam nosso território.

Bento Munhoz

Bento governou o Paraná de 1951 a 1954 e um tema que não poderia deixar de estar na pauta de discussões tanto do governador, como posteriormente no seu mandato de Ministro da Agricultura no governo de Café Filho, em 1955, foi o tema sobre o café.

177 Sobre os Tinguís: “Dominavam, no século do descobrimento do sertão, os Campos de Curitiba, a partir da encosta ocidental da Serra do Mar. (São José dos Pinhais, Piraquara, Campo Largo, Araucária, Tamandaré, Colombo, Campina Grande e Rio Branco). Os Tinguís ('Tin' 'guí', – nariz afilado) não hostilizaram os aventureiros pesquisadores e exploradores de ouro que se estabeleceram com arraiais em Atúba e na chapada do Cubatão, inícios da formação de Curitiba. Deixaram-se ficar pelas imediações desses primeiros núcleos de população branca e foram serviçais das explorações auríferas, dos sítios de criação de gado, etc. Seus mestiços ainda constituem parte da população de vários municípios acima citados e se ufanam de sua ascendência. Não vai longe o tempo em que o caboclo de Araucária e de Tamandaré avisava o contentor nas suas rixas: - 'Cuidado, que eu sou Tinguí!'. Tindiquera é a antiga denominação da atual Vila de Araucária, e quer dizer 'buraco do Tinguí', - pois estes índios tinham suas habitações em covas abertas no chão, em pleno campo. Os mapas espanhóis os denominavam Mbiazais, localizando-os nas mesmas posições indicadas acima” (MARTINS, Romário. **História do Paraná...**, [19--]. p. 32).

O café constituía-se na principal atividade econômica brasileira, tanto no que se refere aos investimentos da economia interna quanto aos negócios externos do Estado brasileiro. E se o café foi a nossa “moeda nacional”, geradora de divisas, ressalte-se o interesse político regional paulista do capital cafeeiro:

Era justamente em função dessa importância do café para as atividades da economia interna e para a saúde financeira do Estado brasileiro que a fração hegemônica da economia agroexportadora e seus representantes políticos foram capazes de desenvolver um discurso que identificava os interesses particulares dessa classe com os interesses gerais do bloco no poder. A base real e concreta para essa transformação do particular em geral era, justamente, a importância nacional adquirida pelo café. Foi esse significado para todo o país que permitiu a compatibilização entre um “interesse regional”, isto é, o interesse do grande capital cafeeiro, com o “interesse nacional”, isto é, os interesses de outras frações dominantes no bloco do poder nacional.¹⁷⁸

No Paraná, o início da década de 1950 viria justamente demarcar um período de expansão cafeeira e de inserção aos interesses nacionais, com o emergente cultivo nas terras do Norte do estado:

Já desde a segunda metade do século XIX, era conhecido o potencial paranaense para a produção cafeeira que vinha em decênios, se arrastando timidamente. Mas a partir de 1927, antes ainda da grande crise, começa a acentuar-se, para acelerar-se nos 40 e atingir intensidade de verdadeira corrida na década dos 50, dando-nos em 1960, a liderança nacional.¹⁷⁹

É um momento da história paranaense que se pode caracterizar como um divisor de águas, pois, na medida em que houve expansão cafeeira, a economia ervateira já havia entrado em seu período de declínio e esgotamento. A erva-mate apresentava índices cada vez menos concorrentes no mercado, especialmente após a auto-suficiência ervateira argentina. A erva-

178 PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 234.

179 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís**. Curitiba: [s.n.], 1968. p. 11.

mate enfrentaria agora seu momento de declínio e esgotamento, interferindo sobremaneira na estrutura de mando e na formação política do estado.

No entanto, a economia ervateira já havia contribuído sensivelmente para a urbanização das cidades do Paraná, tendo se constituído no maior produto paranaense de exportação do século XIX: "O século XIX caracterizou-se no Paraná como um período de profundas transformações sócio-econômicas, provocadas sobretudo pela exploração da erva-mate em larga escala para exportação". De 1829 a 1889 "[...] assistiu-se à emergência e consolidação de processos de industrialização e urbanização que, conjuntamente com a desagregação econômica dos Campos Gerais, iriam transfigurar a sociedade paranaense".¹⁸⁰

Assim como o processo de exportação da erva-mate em grande escala alterou profundamente o quadro sócio-econômico antes dominado quase que exclusivamente pela sociedade campeira¹⁸¹, o café possibilitaria uma outra transformação, desta vez alterando a hegemonia ervateira de poder familiar no Paraná.

Mas se o café foi um elemento definidor de limites na estrutura de mando familiar no Estado, também se constituiu em ponto determinante para sua expansão frente ao governo central. E Bento compreendeu este momento histórico sem deixar, no entanto, de representar a visão de um dos membros da elite ervateira:

Eu compreendi o novo Paraná e, ao iniciar o Gôverno do Estado, em 1951, pude afirmar que 'filho, neto e bisneto de industriais de erva-mate, sabia que era necessário assimilar e difundir a mentalidade cafeeira'. Esta significava o fim de nosso isolamento ou alheamento das decisões nacionais, pois o café sendo ainda o grande produto cuja responsabilidade tem desgraçadamente compensado tôdas as

180 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889. Curitiba: UFPR, 1996. p. 177.

181 Sobre a "sociedade campeira", será tema de estudo de Brasil Pinheiro Machado, tratado no capítulo sobre o estudo das estruturas agrárias.

faltas-de-juízo do país, é assunto nacional, de decisão nacional, e exige, em consequência, intervenção e soluções nacionais.¹⁸²

Ao mesmo tempo em que o Paraná obtinha uma oportunidade real de sair de seu estado de isolamento ou de “ilha” para competir com o mercado nacional exportador do café, os paranaenses poderiam, segundo Bento, estar incorrendo num grande equívoco ao não compreenderem a relevância e o peso político de sua história regional.

Certamente que a história regional para o intelectual estaria diretamente vinculada à história da erva-mate no Paraná e de como as elites paranaenses, caracterizadas essencialmente pelo vínculo familiar, participaram da formação territorial do Paraná. Assim, os novos desbravadores do café deveriam conhecer a tradição ervateira do Paraná, bem como a historicidade dela decorrente:

Entretanto, mais do que em qualquer fase de nossa evolução, é preciso acentuar o caráter próprio da terra e da gente do Paraná, começando pela divulgação de nossa história regional como fez Artur Franco, e ensinar como começamos, como nossos ancestrais prepararam o presente, como estruturaram o dia de hoje, como meditaram longamente e o anteviram; como o Paraná não começou com a fase pioneira do nosso século, não começou porque os pioneiros atuais o descobriram. Só com a compreensão de nossa história regional, se evitará o marginalismo social da expansão pioneira, marginalismo que é a sua doença, a sua ameaça, a sua contrafação; marginalismo que compreende suas raízes humanas.¹⁸³

O fator preocupante para Bento era o fato de que no Norte e no Sudoeste esta escrita da história não condizia com a realidade que lá se instalava:

O pioneiro que veio para o Paraná, na crista da onda cafeeira, processou, em poucos anos, uma radical transformação em nossa paisagem e em nosso ambiente social e econômico, utilizando a mais extensa faixa contínua de terras férteis em todo o Brasil, com a experiência adquirida no passado, em lutas e sofrimentos.

182 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 12.

183 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 15.

A mentalidade cafeeira toma conta do Paraná e, com esta, a atitude pioneira. As cidades proliferam e se improvisam, como só a lavoura do café distribuída em média e pequena propriedade, possui o dom de construir e alastrar.¹⁸⁴

O pioneirismo do café não somente expandia como criava uma nova mentalidade acerca da paisagem e do novo ambiente que se projetava:

É comovente, em cidades com população já de várias dezenas de milhar, ouvir-se de muitos habitantes, a afirmação de que foram seus fundadores. Isso só pode acontecer em áreas pioneiras, como só em áreas pioneiras se constroem muitas igrejas. Ouí de um bom mineiro que é também um bom paranaense, que só no Paraná, êle assistiu à construção de igrejas, pois em Minas, todas as igrejas possíveis já haviam sido construídas.¹⁸⁵

Até mesmo o clima seria idealizado de forma divergente daquela difundida pela ideologia paranista:

A mentalidade cafeeira empolga o Estado que se torna temeroso das geadas, benefício permanente para nossas regiões temperadas, que classicamente nos definiram e eram nossa paisagem costumeira, mas castigo para as áreas do café [...] Mas a predominância econômica do café alterou a psicologia paranaense que começou a temer indistintamente a geada.¹⁸⁶

Partindo dessas premissas, pode-se compreender o anseio de Bento em reconstruir o discurso de veia paranista em meio à corrente pioneira desbravadora de terras no Paraná, ou como o intelectual mesmo denominou “a avalanche pioneira”.

184 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 12.

185 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 12.

186 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 11.

Nesse ponto, note-se no teor discursivo de Bento, o apelo ao *efeito de sentido*: ser tinguí significava a busca veemente de identificação com a terra; daí Artur Franco¹⁸⁷ se constituir para Bento como um “tinguí de primeira água”.

Integra Artur Franco aquele grupo admirável de paranaenses que dialogaram com a terra e, em troca, receberam suas confidências; grupo admirável do qual emergem Ermelino, Francisco Negrão, Sebastião Paraná, Aluízio França, e o maior deles, Romário, o que conversou com Guairacá, e teve mais do que ninguém o sentimento telúrico do Paraná.

O Paraná está precisando do que eles fizeram, pensaram e escreveram.¹⁸⁸

A relação familiar com a terra também é argumento reiteradamente retratado pelo intelectual:

É notável a freqüência com que Campo Largo deu velhos nomes que ilustram a História Social do Paraná; Campo Largo, como as cidades do litoral onde o Paraná começou, e Palmeira, Lapa, Guarapuava, Castro, e mais raramente Curitiba e Ponta Grossa. Seria interessante organizar um quadro dos homens da vanguarda, no primeiro século de nossa vida provincial, para dar-se conta da concentração e fixação das populações paranaenses, e de sua diversa expressão econômica.¹⁸⁹

187 Arthur Martins Franco, membro integrante do Círculo de Estudos Bandeirantes, proferiu discurso em homenagem prestada à memória de Caetano Munhoz da Rocha, no 30º dia de seu falecimento, em 23/05/1944, assim se pronunciando: “Quem quer que se disponha a analisar a par dos serviços prestados nos variados setores em que exerceu a sua atividade, o feito de seu caráter e a influência dêste no decorrer da sua vida pública, hade convir que a sua diretriz foi uma só, sem variações, nem retornos, porque essa diretriz foi orientada sempre pelos dictames da honra e do dever, inspirados por uma consciência serena e um sadio patriotismo, sobrepondo-se a quaisquer outras influências que não se conjugassem com os interesses da coletividade. É que Caetano Munhoz da Rocha recebera desde o bêmço os rudimentos da moral cristã, em que se alicerçaram tôdas as suas virtudes cívicas e morais. Provindo, por ambos os costados, da velha estirpe peninsular, foram seus pais o Coronel Bento Munhoz da Rocha e Dona Maria Leocádia Munhoz, portadores, ambos, de uma fé robusta e de excelsas qualidades de espírito e de coração [...]” (FRANCO, Arthur Martins. Dr. Caetano Munhoz da Rocha. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, tomo II, n. 3, p. 276, out. 1944).

188 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 16.

189 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 4.

Assim, se foi a partir da história tradicional do Paraná que se construiu a identidade paranaense, o Norte e o Sudoeste também deveriam se incorporar a esta escrita da história, já delineada e legitimada pela tradição ervateira. E mesmo que “conflitos de mentalidade” revelassem tons bem acentuados, ainda assim se constituiria em mais um caráter da identidade paranaense, pois o paranaense seria aquele que desde sua formação incorporou elementos estranhos, o que, inclusive, constituiu a sua nacionalidade:

E obtiveram os paranaenses êxito total ao incorporar populações estranhas, criando como etapa necessária do processo de assimilação nacional, a evidência regional, o sabor regional, a versão regional da cultura luso-brasileira que exprime o cerne de nossa nacionalidade.¹⁹⁰

Note-se mais uma vez que a diversidade foi para Bento o fundamento de análise regional, promovendo inclusive critérios de nacionalidade, pois tanto a diversidade serviria de justificativa à unidade identitária regional entre o tinguí e o pioneiro, como apontaria critérios de brasilidade entre as diversas regiões que compõem o Brasil, tendo em vista certamente os diferenciais regionais culturais. Ou seja, a nacionalidade brasileira seria inconcebível sem os diversos regionalismos que a compõem. E que no caso paranaense atestaria ainda mais a sua diversidade em relação ao ambiente considerado como generalista ao brasileiro:

O contraste do meio paranaense tradicional do planalto, com as características gerais e mais significativas do ambiente brasileiro em sua visão global, trouxe ao paranaense a consciência de sua diversidade e, portanto, de sua afirmação regional dentro dos quadros da nacionalidade.¹⁹¹

Entretanto, o foco da diversidade paranaense permeava-se no que Bento definia como um “conflito de mentalidades”. Esta questão era o ponto

190 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 10.

191 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 6.

fundamental de reconhecimento por parte do “antigo paranaense” ou do não reconhecimento pelo “pioneiro” de sua identidade paranaense, tão almejada e referenciada pelos ideais paranistas:

Conflitos bem definidos surgiram com choques de mentalidade entre as classes dominantes nos altos escalões econômicos. De um lado, a gente do velho Paraná, de situação econômica estabilizada, bem plantada em suas atividades tradicionais, sem esperar grandes surpresas ou modificações ponderáveis do dia de amanhã. De outro, a gente do café, trazendo seus hábitos de Minas e sobretudo de São Paulo, usando o crédito em larga e ousada escala, sacando contra o futuro e dêle esperando tudo. O conflito de mentalidade tinha de consumir-se, com a gente do café julgando-se superior, considerando-se erroneamente num estágio mais adiantado, quando apenas usavam métodos diferentes consagrados pela atividade cafeeira, a mais importante em todo o Brasil agrícola, a começar do século XIX.¹⁹²

E o conflito teria como alavanca principal a forma de compreender o papel do Estado frente ao pioneirismo que se insurgia. O pioneiro, qualificado por Bento como o “desbravador afoito”, não via motivos nem laços que o fizessem acatar o “*status quo*” estabelecido:

Tal conflito tinha de originar-se não apenas no fato de ser no Estado a nova atividade agrícola desconhecida em grande escala, pela gente paranaense, mas também pela atitude específica do desbravador afoito.

O desbravador da zona cafeeira do Paraná, por sua estrutura psicológica, mixto de bandeirante e pioneiro, é o inconformado diante de qualquer **status quo**, de qualquer aceitação de rotina, não podendo, portanto, ater-se ao já provado, ao já estabelecido e, sobretudo, ao já estabilizado. Pretende facilidades [...].¹⁹³

O “antigo paranaense” estaria acertado em numa dada situação de estabilidade, não idealizando possibilidades de interferir na estrutura social já firmemente alicerçada por uma economia amparada pelo quesito segurança:

192 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 13.

193 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 14.

O comportamento do homem de nosso planalto frio, sem lavoura extensiva de produto de exportação, definindo-se por uma compreensão econômica em que a poupança e a prudência eram fundamentais – e nisso imitava os exemplos do imigrante europeu do século XIX com seus hábitos de parcimônia e segurança – tinha de chocar-se com o ímpeto aventureiro do homem do café.¹⁹⁴

Alie-se a isso o fato de que o “pioneiro” não via necessidade de contatos maiores com o poder público, a não ser para regularizações formais que se dariam no início de sua instalação em terras paranaenses, o que certamente representou uma afronta a um Estado já acostumado como sendo o definidor de atitudes e comportamentos ao homem paranaense:

De qualquer forma era inevitável o conflito de mentalidades [...] O pioneiro, em seus primeiros contactos, só travou conhecimento com os poucos paranaenses que eram enviados para a região, como representantes do poder público (fisco e polícia). Fez, por isso, do paranaense a idéia errônea de gente despreparada para o seu programa de expansão econômica.¹⁹⁵

A “avalanche pioneira”, embora tenha trazido o Paraná para uma posição de destaque nacional, trouxe também muitos problemas, tanto de ordem econômica e social, quanto de ordem ambiental¹⁹⁶:

Secas, erosão, pragas de insetos e geadas, combinaram-se para reduzir drasticamente a produção nos últimos anos. O resultado foi diminuir continuamente a importação mundial de café, embora os

194 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 13-14.

195 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 14.

196 A questão do desmatamento no Paraná já era alertada por Temístocles Linhares quando da publicação em 1953 da primeira edição da obra *Paraná Vivo*: “A ação do homem se dirige no sentido de restringir o domínio da floresta. Não precisamos sair do Paraná para verificar até onde conduz a necessidade de espaço. Na zona cafeeira, essa necessidade assume proporções trágicas com a derrubada de árvores. Gigantescas árvores muitas delas centenárias, que nem sequer chegam a ser aproveitadas, com as dificuldades de transporte, mas que, arrancadas de suas raízes, deitadas no terreno, semelham mais a destroços de imensos mastros ali recolhidos, depois de renhida batalha. A idéia que se tem também é a de um cemitério de troncos, cujos restos, convertidos em cinzas mais tarde, irão fertilizar aquela terra que não pode esperar e precisa ser aproveitada” (LINHARES, Temístocles. **Paraná Vivo**: um retrato sem retoques. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. p. 89).

cafeicultores estejam constantemente tentando aumentar a produção [...] Enquanto isso, terras virgens apropriadas para a cultura do café, já não são tão abundantes como antes. Já houve tempo em que era mais fácil plantar terras novas do que tentar rejuvenescer terras velhas. Hoje, em muitas regiões, o café tem que ser cultivado em terras velhas e cansadas. E os preços das terras novas elevaram-se muito.¹⁹⁷

O custo da produção também foi fator de extrema relevância na produção do café:

O fator de alto preço de custo de produção está também prejudicando o que os técnicos consideram essencial em muitas regiões produtoras: fertilização e irrigação. Muitos cafeicultores estão compreendendo que a adubação é essencial para contra atacar o declínio da produção do cafeeiro e também a irrigação é vital, se tiver que ser evitado o prejuízo causado pelas secas. Entretanto, o custo de ambas as operações é extremamente elevado, e muitos cafeicultores não podem executá-las, embora um número cada vez maior deles, compreenda a importância de tais recursos.¹⁹⁸

A deficiência com os transportes também era fator de preocupação, denotando a carência de infra-estrutura no interior do estado naquele contexto paranaense:

O crescente custo da mão de obra e dos transportes são duas outras sérias “dores de cabeça” para os produtores. Não só há grande falta de mão de obra rural em certas regiões – em consequência da contínua emigração para as áreas urbanas onde os salários industriais são mais elevados – como também há grande falta de meios de transporte em muitas regiões. Em algumas dessas regiões os embarques de café têm que ser feitos por caminhões, por não existir estradas de ferro e o custo do transporte rodoviário é aproximadamente o dobro do ferroviário.¹⁹⁹

197 PROBLEMAS da Economia Cafeeira. **Estado do Paraná**. Curitiba, n. 746, ano III, jan.1954, pag. 1.

198 PROBLEMAS da Economia Cafeeira. **Estado do Paraná**. Curitiba, n. 746, ano III, jan.1954, pag. 1.

199 PROBLEMAS da Economia Cafeeira. **Estado do Paraná**. Curitiba, n. 746, ano III, jan.1954, p. 1.

Outra questão tratada por Bento assentava-se nos diferenciais sociais daqueles que se dedicavam ao trabalho assalariado do café e que demarcavam novamente diferenças com o trabalho que se vinha realizando no sul:

Nas regiões de cultura de clima temperado, a regra nas pequenas lavouras coloniais é o trabalho do proprietário e de sua família. O trabalho assalariado é a exceção. Na região cafeeira, mesmo em pequenos sítios, inovação que o Paraná começou a viver sem maiores conflitos, o trabalho assalariado é a regra.²⁰⁰

Enfim, para Bento Munhoz, o perfil psicológico do paranaense havia sido traçado por um “comportamento tradicional de tendência às acomodações”. Mas este perfil caberia ao paranaense do Paraná da erva-mate. Contudo, o Paraná do café apresentaria um “comportamento antagônico” à tradição paranaense, já devidamente idealizada e estruturada.

Mas se a história tradicional paranaense fora escrita pelas ações de alguns nobres “tinguís de primeira água”, em que medida Bento Munhoz foi um tinguí²⁰¹ e de que forma sua luta foi dimensionada com o intuito de defender a

200 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 13.

201 Ainda segundo Romário Martins, segue o detalhamento da definição de Tinguí: “Após a escarpa do Mar, no altiplano de Curitiba, o Tinguí senhoreava campos e pinheirais. Milhares de arcos lhe garantiam essa posse, milhares de covas abertas no seio fecundo do solo eram os seus lares, resguardados em meia-água por tendais de palha de Butiá com face para os ventos, para a chuva e para as neblinas caminhantes do oceano. Por cem léguas em torno dos acampamentos, ecoavam a fama das suas armas e a tradição dos seus heróis. O Carijó encurralado no litoral, jamais subira a Serra que a não descesse em fuga, dizimado a flechadas. Fora disso era o Tinguí pacífico e laborioso. Ninguém fazia melhores os machados e os utensílios de pedra, que ainda se encontram nos “tindicuêras” de Araucária, Atuba, Purunã, Caguirí, Cajuru, Pacutuba, Timbú, Capiara, Xaxiem, em zona que abrange vários municípios de agora. As suas obras pacíficas, com a sua defesa indomável, provinham do seu amor à terra, aos campos largos e luminosos, aos pinheirais eris, generosos de frutos e belos de formas singulares entre as espécies florestais de todo o mundo. O Tinguí amava, pois, a beleza. Para a defender, combatia os seus terríveis combates vitoriosos [...] Sejamos, também nós, como o Tinguí, nosso antepassado na posse desta encantadora terra do Paraná: amemos a beleza como o melhor bem da Terra! – e para a amar como a devemos amar, atiremos bem alto, para o azul infinito, as flechas multicores dos nossos ideais” (MARTINS, Romário. Tinguí. In: **ÁLBUM do Natal do Centenário do Paraná. A Divulgação**. Curitiba: Velox Propagadora, v. 7, p. 133, dez. 1953).

construção de uma identidade regional comum a todos os paranaenses e inserida num contexto histórico apropriado de formação social paranaense?

A resposta a tal questionamento certamente está em compreender, pelos *gestos de interpretação*, os processos de significação que darão sentido à construção simbólica de um discurso científico, calcado no futuro e no progresso que o passado já havia delineado. O passado não cessaria assim de figurar de forma comum a todos os paranaenses.

4.6 A formação social e cultural no sul do Brasil: a *mancha loira do Brasil*

Sentir a presença do Brasil nas suas
contradições e nas suas afirmações,
nas suas grandezas e fragilidades,
representa, de algum modo, o
itinerário e a experiência de cada um.
Uma experiência inalienável e, por
vêzes, dramática. Assemelha-se a um
instantâneo que depende da
sensibilidade do observador e do seu
ponto de vista.

Bento Munhoz

Um dos temas profundamente tratados na produção intelectual e que se configuram nos discursos de Bento Munhoz foi sobre a formação social e cultural brasileira, acentuadamente como esta se processou no sul do Brasil.

Casa Grande & Senzala foi uma das obras referenciais em que Bento apoiou-se para discutir e demarcar critérios acerca da formação social e cultural no sul do Brasil. Aliás

Pensar os avatares na consagração de Gilberto Freyre e do livro nodal em sua história intelectual permite analisar momentos centrais na construção da autonomia do campo das ciências sociais no Brasil. Os significados de Casa-grande & senzala são marcantes na trajetória intelectual de seu autor, do *pensamento social brasileiro*, e na história da edição no Brasil. Pensado por Freyre para transmitir uma novidade “científica” para interpretar o Brasil, este livro passou, ao longo de

suas numerosas reedições em diversas línguas, por diferentes tamises de percepção e classificação que, condicionados pelas categorias de apreciação possíveis em cada momento [...] provocaram sentidos da recepção que descrevem a construção das forças dominantes no campo da circulação da palavra escrita, especificamente nas disciplinas sociais. Desde o lançamento do livro no Rio de Janeiro, em 1933, até sua 14ª edição, em 1996, o autor escreveu prefácios recolocando *Casa Grande & Senzala* como aposta de valores diferentes em um mesmo jogo. São documentos carregados de representações sobre os diferentes momentos na circulação do livro.²⁰²

É seguindo a orientação regionalista de *Casa Grande & Senzala* e tendo em conta as diferenciadas representações em diferentes contextos de circulação da obra, que se compreende que *Presença do Brasil*²⁰³, escrita por Bento Munhoz, corresponde a um momento de fundamentação e consagração intelectual do autor na demarcação de critérios acerca do regionalismo sulista.

E, conforme frisou o próprio Bento, dependeu da “experiência de cada um”, do “ponto de observação” e da nitidez possível das “linhas divisórias”, as quais traçam o itinerário do político, do professor e do intelectual:

Nem sei se foi conveniente a escolha do ponto de observação e se são nítidas as linhas divisórias. Mas tem a intenção de compreender e fazer compreender, sem buscar nenhum fator predominante nem descobrir nenhuma explicação exclusivista. É um instantâneo do país em marcha, da nacionalidade em transformação, num momento angustiado de sua vida. É uma indicação dos seus processos e, portanto, dos seus movimentos, mas também de suas raízes inalteráveis e de sua permanência.²⁰⁴

202 SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de *casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 36, fev. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 16 jun. 2009.

203 De conformidade com o que já se expôs no Capítulo III, a obra “*Presença do Brasil*”, publicada em 1960 pela Editora José Olympio, corresponde ao número 104 da Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Octavio Tarquinio de Sousa. A Coleção tinha como objetivo divulgar estudos sobre o Brasil desde 1936. Inicialmente dirigida por Gilberto Freyre (até o n.º 18), teve como primeiro volume a publicação de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

204 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 2.

Estas palavras, escritas no prefácio da obra, evidenciam certamente um “momento angustiado”, demarcado já pela vasta vivência política. Bento enfatiza o apego às raízes e à permanência, ainda que num “instantâneo”, pois as raízes seriam “inalteráveis”.

O fato é que *Presença do Brasil*, pelas suas argumentações acerca da formação regional paranaense face ao clássico modelo de *Casa Grande & Senzala*, representa um marco da sociologia paranaense, justamente por discutir o regionalismo paranaense frente a um modelo de proposição sociológica nacional: “É claro que compreendemos *Casa Grande & Senzala* como sabemos que não estamos incluídos na obra [...]”.²⁰⁵

Para o intelectual, a questão da miscigenação foi ponto fundamental para a formação social e cultural no sul do Brasil: “É fascinante o problema da miscigenação no Brasil. Salta das páginas dos estudiosos brasileiros, dos nossos sociólogos, enclausurando-se numa preocupação permanente e nunca ultrapassada”.²⁰⁶

E será justamente a questão da miscigenação²⁰⁷ o elemento diferenciador daquele grande modelo abordado por Gilberto Freyre, que se considerou o mestiço como o brasileiro por formação.

205 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Ensaio**. Curitiba: Edições ER. 1969. p. 50.

206 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 65.

207 Wilson Martins publica, em 1955, “Um Brasil Diferente”, atentando que “Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de tôdas as outras”. Tal obra, ao ser dedicada ao então governador Bento Munhoz da Rocha Netto, confirma o vínculo de reações entre os dois intelectuais. A obra referida foi alvo de algumas polêmicas por definir o Paraná “[...] Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira” [MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: Anhembi, 1955. p. 468]. Outros estudos, como os de Cecília Maria Westphalen e Octávio Ianni, dentre outros, atestariam a presença da escravidão no Paraná, certamente de forma específica ao contexto histórico paranaense.

Cardoso na introdução da 51.^a edição de *Casa-grande & senzala* atenta para o caráter mítico da obra e de referência essencialmente à história portuguesa e negra:

É essa característica de quase mito que dá à *Casa-grande & senzala* a força e a perenidade. A história que está sendo contada é a história de muitos de nós, senhores e escravos. Não é por certo a dos imigrantes. Nem a das populações autóctones. Mas a história dos portugueses, de seus descendentes e dos negros [...].²⁰⁸

Bento compreendeu que a teoria do mestiçamento processou-se no sul do Brasil de forma diferenciada, correspondendo mesmo quase que ao inverso do que foi abordado por Gilberto Freyre, já que para o intelectual “O sul é branco. É mesmo a mancha loira do sul do Brasil” e elaborando a seguinte nota sobre o mestiçamento brasileiro:

O mestiçamento brasileiro estabelece um contraste com as populações do Sul. Provoca uma atitude de reserva. Dá a essas populações a consciência da sua diversificação em face da normalidade brasileira e uma vaga intuição de que influência cultural implique necessariamente em influência racial, como na Europa.²⁰⁹

Para o intelectual o considerável fluxo de imigrantes²¹⁰ que desembarcou no sul do país alterou profundamente a estrutura social e as características alusivas a uma dada “normalidade brasileira”. Assim, o sul seguiria mais para

208 CARDOSO, Fernando Henrique. Apresentação. Um livro perene. In: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006. p. 22.

209 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil**..., 1960. p. 73.

210 Romário Martins já atentava no ano de 1941 para a questão do fluxo imigratório no Paraná, com a obra “Quantos somos e quem somos: dados para a história estatística do povoamento do Paraná”, publicada pela Gráfica Paranaense.

o modelo europeu²¹¹ do que para o africano, tendo em conta a diversidade de contato com culturas européias:

Nós do sul somos, de algum modo, homens de fronteira. De fronteira, no sentido de que estamos permanentemente em contacto com gente de outras culturas em procura permanente do Brasil.²¹²

Entretanto, ao mesmo tempo em que o intelectual aponta caminhos para que se revelem outros critérios de brasilidade no sul em face de outro olhar sobre a cultura, acaba por reforçar o ideal lusitano de brasilidade. Em artigo que expõe algumas “Reflexões sobre a cultura luso-brasileira”, Bento Munhoz assim considera sobre as “heranças sociológicas”:

O Brasil é luso-brasileiro. A sociologia indica o verdadeiro caminho, o grande e único caminho de explicar o Brasil e sua unidade. O das culturas, isto é, das heranças sociológicas, dos sistemas de valores, das maneiras de ser, dos estilos de vida.²¹³

Em sessão do I Congresso de Sociologia no Paraná, Bento reforça seus argumentos no que se referem ao predomínio do elemento português na formação cultural do Brasil:

[...] o elemento português foi um predomínio e um predomínio em meio da tremenda miscigenação, da tremenda aculturação do Paraná. O elemento português deu as diretrizes fundamentais da civilização

211 Em *Mensagem da América*, Bento assim define os “Europeus da América”: “Nós americanos; nós europeus da América, bem o compreendemos. Soubemos aprender as lições européias, em toda a sua plenitude. Assimilamos, intensamente e rapidamente, seus ensinamentos. Só assim se explica que, ao fim dos setecentos nos Estados-Unidos e ao início dos oitocentos entre os latino-americanos, nossos países ainda de tão pouca expressão demográfica, econômica e política, tivessem alcançado suas independências nacionais. A Europa preparou a América para a autonomia. Ensinou-lhe auto-governo. Transmitiu-lhe um espírito [...] Fomos, na verdade, grandes discípulos. Honramos a herança européia [...] Devemos continuar as funções do continente europeu, conservando a altura de sua missão. Temos o poder de nos desvencilhar de todas as deformações do espírito europeu. De todos os seus ismos que cometem devastações” (ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Mensagem da América**. Curitiba: UFPR, 1962. p. 86-87).

212 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Ensaio...**, 1969. p. 52.

213 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **O Paraná, Ensaio...**, 1995. p. 81.

brasileira, da cultura brasileira, e deu-as com tal intensidade que a nossa cultura se denomina, legitimamente, cultura luso-brasileira.²¹⁴

Aliás, saliente-se a defesa de Bento Munhoz pela língua brasileira no debate que se instituiu na Constituinte de 1946 quanto ao fato de considerá-la brasileira ou portuguesa. Para Bento Munhoz, esta se constituía em uma questão fundamental na formação do caráter nacional. Em sessão de 10/07/1946, assim se declarou: “Ora, um dos elementos fundamentais da cultura luso-brasileira é a língua. Pretender solapá-la, se é possível fazê-lo com leis e decretos, e talvez o seja, é comprometer essa obra-prima da unidade que é o Brasil, herança portuguesa”.²¹⁵

Bento conviveu com Gilberto Freyre na Constituinte de 1946, demonstrando em seus apontamentos sobre o autor um referenciado respeito. No artigo intitulado “Um sociólogo na correnteza política”, Bento escreveu sobre a atuação de Gilberto Freyre não somente enquanto um parlamentar constituinte, mas deste enquanto um intelectual brasileiro de reconhecimento internacional e considerado por Bento como o “nosso maior sociólogo”, o qual inclusive “tanto tem valorizado o regional”:

Gilberto sabe que o Brasil não seria compreendido em sua verdadeira dimensão, sem penetrar seus regionalismos, e mais do que ninguém êle os valorizou e tão humanamente que, quanto mais regional, mais brasileiro. Reabilitou nossas raízes culturais luso-africanas, e só por isso seria o mais brasileiro de nossos escritores.²¹⁶

A produção intelectual de Bento, em variados momentos, reitera a necessidade de se valorizar os aspectos regionais paranaenses. Seguramente porque para o intelectual o regionalismo paranaense ainda não fora

214 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. O Paraná é um livro aberto de sociologia. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 17 jan.1954, p. 1.

215 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Discursos Parlamentares...**, 2006. p. 323.

216 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Ensaio...**, 1969. p. 51.

reconhecidamente valorizado como havia sido o regionalismo nordestino. O Paraná ocupava, portanto, uma situação marginalizada perante outras culturas regionais.

Nesse ponto, compreende-se a busca incessante de Bento em identificar elementos diferenciais na formação social e cultural do sul do Brasil. Daí sua afirmativa de que o sul não estaria presente em *Casa-grande & senzala* de forma plena como o nordeste. E que se no sul não se tem obra à altura deste clássico nacional é porque este reconhecimento nacional da cultura regional nordestina muito se deve ao próprio alcance e veiculação da produção de autores que retratam a cultura nordestina.

Em face desses argumentos, entre o ideal lusitano de brasilidade e a questão ímpar da miscigenação ocasionada pelo movimento imigratório ocorrido desde o início do século XIX no sul do Brasil, Bento procurou discutir qual seria então a *Presença do Brasil* no Paraná?

Bento irá se deter demoradamente nos conceitos de raça e cultura declarando que: “Não há como não confundir, nestas alturas dos conhecimentos sociológicos e antropológicos, raça e cultura”.²¹⁷

Assim, tanto na Europa quanto na América, a questão da imigração corresponderia a um fator de apreensão do conceito de raça e cultura. Enquanto nos países americanos o que se procurava era a “superação da raça pela cultura” com vistas a se formar “unidades culturais”, na Europa aconteceria o inverso: a “coincidência de uma cultura nacional com um grupo étnico, com uma raça”. É o *jus sanguinis*²¹⁸ que o povo europeu adotou como realidade jurídica e que tanto diferirá da cultura luso-brasileira, adotada e

217 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil**..., 1960. p. 72.

218 Sugere-se a leitura da tese de: MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. **Alemanha, mãe-pátria distante**: utopia pangermanista no sul do Brasil. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

legitimada juridicamente através do *jus solis* com a instalação da república no Brasil.

Bento argumentou, inclusive, sobre o perigo da propaganda nazista em terras brasileiras, decorrente do próprio processo de aculturação do sul do Brasil:

No entanto, a propaganda nazista bem organizada vinha dizer-nos também que éramos luso-brasileiros em contraposição aos descendentes de alemães, êstes, teuto-brasileiros, tão bom brasileiros quanto os luso-brasileiros, misturando como era de seu gosto e de sua doutrina, os conceitos de raça e cultura. Inspirou-se nessa perturbação do processo de aculturação no sul trazida pela política nazista com a doutrina dos **haussland deutsch** [...].²¹⁹

Ao defender a língua portuguesa em face das discussões acerca da instauração de uma língua aos moldes brasileiros, Bento atentou para o aspecto lingüístico dos descendentes de imigrantes:

Destruir a referência portuguesa da língua nacional seria um desserviço notável prestado à unidade brasileira. Seria uma preparação psicológica a ajudar um atentado perigoso à nossa formação. É o caso da propaganda nazista, e eu aqui faço justiça aos alemães e aos seus descendentes, tão bons brasileiros quanto os melhores e que resistiram tenazmente, e até heroicamente, à sua infiltração. A propaganda nazista pleiteava uma igualdade de direitos entre teuto-brasileiros e luso-brasileiros. Coisa aparentemente inofensiva, uma vez que não existem diferenças nem separações entre brasileiros de quaisquer origens. Mas a medida, pleiteando a igualdade de tratamento e direito entre luso-brasileiros e teuto-brasileiros, trazia no bojo, partindo da ideologia nazista, apenas isto: igualdade de direitos entre as línguas portuguesa e alemã. O fato demonstra o quanto devemos à cultura portuguesa e ao seu elemento fundamental, que é a língua, na preservação da nossa unidade.²²⁰

Assim, o critério lingüístico deveria atestar padrões culturais da herança lusitana na formação identitária de brasilidade. Se não fosse essa identidade lingüística herdada dos lusitanos, outras correntes imigratórias, a exemplo dos

219 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Ensaio...**, 1969. p. 50.

220 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Discursos parlamentares...**, 2006. p. 323.

teutos, acabariam por provar serem bons cidadãos brasileiros, ainda que falassem o idioma alemão.

É nesse sentido que o intelectual apontava para a ocorrência de uma formação diferencial no Sul do Brasil pelo considerável fluxo imigratório. Bento indicou que justamente por isso o sul também teria um comportamento diferente quanto à “reação diante do estrangeiro”, tendo em conta “[...] uma maior de compreensão e simpatia diante do estrangeiro”. E sendo assim: “A convivência das regiões de imigrantes que são no Brasil, as do Sul, condiciona outro comportamento distinto das zonas brasileiras sem imigração: a reação diante do estrangeiro”.²²¹

A visão do estrangeiro no Sul irá demarcar um outro olhar, diferente daquele em que via o estrangeiro como um invasor ou um estranho em terras brasileiras, pois no sul seria o loiro aquele que moureja, que trabalha e que sofre as adversidades em uma nova terra:

O loiro é o que moureja de sol a sol; o que corre os riscos da agricultura e amealha duramente os seus pecúlios. Loiro é o operário, o criado, o subordinado, o pobre, o humilde. O loiro é o que se fixa e tem as suas aspirações e os seus ideais limitados à região, e perdeu suas ligações com outros continentes, onde o prendem, apenas, justas mas longínquas afinidades de ordem emocional.²²²

Entretanto, no artigo “Reflexões sobre a cultura luso-brasileira”, o intelectual demonstra superar o conceito de raça, reforçando o ideal de cultura para as proposições que tratam da formação do sul do país e justificando a predominância do elemento lusitano em relação ao negro e ao índio:

Era substituir o conceito de raça pelo de cultura, ficar na mesma realidade brasileira e ainda mais perto dela, apontando a predominância do contingente cultural português, o contingente menor do negro e o ainda menor do índio [...] E com esse conceito de cultura muito mais exato do que o racial e biológico, ressurge em toda a sua

221 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 61-63.

222 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 62.

pujança a nitidez da cultura luso-brasileira, onde não conta a contribuição racial.²²³

A experiência de tantos anos na docência trouxe ao intelectual certa vivência para tais afirmações nacionalistas baseadas na herança lusitana. Segundo ele, “Éramos todos luso-brasileiros pela cultura” ao nos identificarmos com “[...] a vitória da tradição que herdamos dos primeiros homens brancos que nos conquistaram a terra”:

Não somente pelos sistemas de idéias que haveriam de ser os mesmos, uma vez que todos tínhamos freqüentado as mesmas escolas e aprendido nos mesmos livros, mas pela cultura, pelo espírito, pelo modo de viver, de sentir, de reagir, de ver as coisas, de interpretá-las.²²⁴

E ainda contemporizou que:

Aos meus alunos eu não poderia falar em luso-brasileirismo em termos biológicos, mas pude falar e com êxito, iniciando um programa de profundo nacionalismo, defendendo o luso-brasileirismo, em termos de cultura. E pude demonstrar que era tão luso-brasileiro o que possuía como principal elemento racial o português, como o italiano de sobrenome sonoro, o alemão de sobrenome duro, o polonês e o ucraniano de sobrenomes cheios de consoantes e uma ou outra vogal timidamente escondida.²²⁵

O argumento de brasilidade levantado por Bento apoiou-se em diferenciais regionais, comentando que se a obra de Gilberto Freyre correspondeu a critérios de formação do regionalismo nordestino, tais critérios denotariam uma “influência cultural e não racial”:

A asserção de Gilberto Freyre é perfeita ainda para essa região, quanto à influência cultural e não racial (é êsse o verdadeiro sentido da asserção) e ele enxergou, como ninguém, a extensão em que a cultura negra penetrou o Brasil.

223 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **O Paraná, Ensaios...**, 1995. p. 81.

224 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **O Paraná, Ensaios...**, 1995. p. 82.

225 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **O Paraná, Ensaios...**, 1995. p. 82.

O problema no Sul é de outra ordem. É um problema de assimilação, de reação psicológica [...].²²⁶

Em correlação à elaboração conceitual do sul enquanto a *mancha loira* do Brasil, Bento tratou de um conceito tomado como um conceito fundamentador na cultura nordestina, que é a reverência ao culto da Mãe Preta:

Todo o Brasil dedica culto carinhoso à Mãe Preta. Reconhecem-se assim os méritos de sua dedicação sem limites na formação da família brasileira.

Desde os ambientes das Casas-Grandes e dos Sobrados, até a versão sulina de ambos, muita coisa muda de aspecto, menos a vigilância incansável da Mãe Preta.²²⁷

Mas para o intelectual o sul condiz mais ao culto à Mãe-Loira. Assim "Mãe Preta" X "Mãe Loira" sintonizariam com a formação própria de cada região:

A área da Mãe Preta é todo o Brasil. Mas no Sul, desde algumas gerações, a persistência no afluxo de correntes loiras, trouxe, com a manutenção da Mãe-Preta, outra figura igual em dedicações e desvelos: - a Mãe Loira, a de olhos claros em que se refletem distantes paisagens de neve, enquadradas num mundo historicamente em tudo diferente do atual. A Mãe Loira embala o filho dos patrões brancos, mas de cabelos e olhos pretos; embala-os na cadência que a tradição luso-africana ensinou. Realiza esforço maior do que a Mãe Preta, porque tem de adaptar-se ao que lhe era estranho e já estava nos hábitos de educação do país. Só quando os pais exigem, e quando o fazem é mais por esnobismo, a Mãe Loira ensina sua própria língua e algumas canções de clima diferente. A Mãe Preta podia ser mais espontânea no modo de ser [...].²²⁸

A questão do mestiçamento elaborada por Gilberto Freyre será exaustivamente discutida por Bento Munhoz. E se para o reconhecimento da identidade brasileira era necessário que se fosse mestiço ou mulato, então

226 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 72.

227 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 63.

228 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 64.

Bento levantou a questão de que o inverso significaria que quanto mais loiro se fosse, menos brasileiro se seria:

O mulato é autenticamente brasileiro. E existe, nas mais profundas raízes de algumas atitudes brasileiras, inspirada justamente, numa autojustificação psicológica das camadas mais mestiçadas, a convicção de que o brasileiro autêntico é necessariamente mestiço ou mulato e quanto mais mestiço e mais mulato, mais brasileiro. Não seria difícil inverter os termos da proposição, e concluir que quanto mais loiro, menos brasileiro [...].²²⁹

Essa inversão de proposição pode ser motivadora de profundos conflitos teóricos identitários acerca da brasilidade. Afinal, conforme Bento, o loiro também queria ser e deveria ser um autêntico brasileiro. Assim, o intelectual discordou desse ponto de vista abordado por Gilberto Freyre, já que no sul, diferentemente do que foi no nordeste, não se conceberia o mulato como o genuíno brasileiro, pois a brasilidade estaria demarcada por outros pressupostos que não fundamentalmente a herança negra – ainda que o mestiçamento fosse entendido pelo viés teórico de ênfase à origem cultural em detrimento de uma concepção racial:

Enraizou-se no Brasil a convicção de que o mestiço, o mulato, é indiscutivelmente brasileiro. E, de fato, é. Esta convicção tem motivação muito mais cultural, que racial. A brasilidade do mulato e do negro é suprema e indiscutida. Eles próprios não saberiam explicar-se de outro modo. Sabem eles de suas origens africanas. Mas perderam o sentido cultural de tais origens e a capacidade de comparar seus valores, como aqueles que, atualmente, os caracterizam. Essa é uma atitude diferente da assumida pelo brasileiro da mancha loira que tem presente a sua origem e compara, pela tradição que chegou até êle, transmitida verbalmente ou através da escrita, os valores culturais de seu passado com os que atualmente o estão definindo. O julgamento e a comparação se agravam com a consciência da miscigenação brasileira.²³⁰

229 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 73.

230 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 72-73.

Bento procurou fundamentar a acepção de que o sul enquanto “mancha loira” constitui um diferencial às origens brasileiras apontadas por Gilberto Freyre, e, ao longo de sua produção, aponta fragmentos comprobatórios dessa teoria. E assim declarou: “A imigração européia, não latina, do século XIX, deveria ter acentuado ainda mais essa consciência. Muito da introspecção paranaense deve originar-se do clima e da contribuição cultural dos povos que o próprio clima atraiu”.²³¹

O clima interagia, inclusive, na própria forma de ser, tanto de quem nasceu no Nordeste quanto daquele que nasceu no planalto paranaense:

Quem conhece nosso litoral quente e sobretudo o Nordeste brasileiro, de temperatura constante de Janeiro a Dezembro, pode bem aquilatar a influência do clima no comportamento e na psicologia das gentes [...] Não há linha divisória fechada entre a rua e ‘lá dentro’. O calor intensifica a convivência. Todo o mundo procura a rua. Já em nosso planalto, em noites de inverno e na maior parte do ano, as ruas são desertas. O clima obriga ao recolhimento. As fachadas das casas parece que se distanciam da rua. Escondem a hospitalidade cordial que é seu hábito. Mas lá dentro, resguardada da visão do grande número, desabrocha a convivência. Há uma linha divisória bem riscada entre a rua e o lar, entre o mundo e o ‘home’ que à primeira vista não aparenta acolhimento, mas só à primeira vista. Coração aberto, não de acesso fácil ao primeiro encontro, mas fiel e sem reservas, depois que a linha divisória é consentidamente transposta.²³²

E o que demarcaria os diferenciais culturais em regiões de climas tão diversos, seriam as peculiaridades de cada regionalismo, o qual para Bento configuraria um elemento definidor de fronteiras culturais. E no Sul é o processo de aculturação que confere o grau de nacionalidade, de acordo com as suas diversidades:

Nas áreas para onde convergem populações de várias culturas, como o Sul do Brasil, o regionalismo possui uma função altamente nacionalizante.

231 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 6.

232 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Tinguís...**, 1968. p. 6.

Os processos da aculturação pelos quais se assimilam essas populações, e se nacionalizam, adotando os comportamentos e atitudes que caracterizam a cultura luso-brasileira, se realizam na região, com as suas diversidades e meios próprios.

A função nacionalizante do regionalismo é mais uma demonstração da compatibilidade entre Nação e região, e regionalismo e nacionalismo. A região é a primeira etapa para a Nação e a assimilação pela região, o passo inicial para a assimilação da Nação.²³³

Nesse ponto, Bento ressalta a importância do regionalismo no “processo de assimilação nacional”:

A simples extensão territorial do Brasil é uma condição de diversidade regionais. A imigração européia, começada na primeira metade do século XIX, ainda mais se ampliou.

E é pela própria região, que os brasileiros, novos pela cultura, são incorporados culturalmente à grande unidade nacional.²³⁴

E mais adiante ainda reforça:

Paranaenses de tôdas as origens culturais se sentem igualmente paranaenses; julgam-se progressivamente iguais aos outros da sua convivência diária, das suas ligações, de sua solidariedade, de suas afinidades, à gente, enfim, da sua região brasileira. O mesmo acontece em São Paulo, em Santa Catarina e no Rio Grande.

Ser paulista, paranaense, catarinense ou gaúcho, sentir-se prêso ao seu meio, onde se situa o centro de todos os seus interesses, preocupações e aspirações, é, para a gente de poucas gerações de Brasil, o grande e verdadeiro caminho de inteira assimilação pela cultura nacional.²³⁵

Mais uma vez o regionalismo demarcaria o grau de nacionalidade e de formação social e cultural no Sul do Brasil, ainda que pelo olhar de um loiro, que trabalha de sol a sol, que se espelha no culto à Mãe Loira e se expressa na língua nacional, na língua portuguesa.

233 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 60.

234 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 60.

235 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 61.

Bento procurou assim deixar claro que para “sentir a presença do Brasil” era necessário senti-la em suas afirmações e contradições, ressaltando que o estudo regional traz diferenciais e que o conceito de nacionalidade somente poderia ser definido em sua plenitude se levasse em conta a relevância das histórias regionais, onde o simbólico encontraria sentido em características específicas à sua formação social e cultural.

4.7 Curitiba: “expressão e orgulho de um grande Estado”

O que se fizer no Paraná, deve ser feito em grande escala, ou então não ser feito. Fazer com timidez, fazer com acanhamento, fazer com mediocridade, será um crime contra o futuro do Paraná. É preciso ter a coragem de realizar em tal escala que as construções, que as realizações quando terminadas, já não estejam envelhecidas, já não estejam superadas, já não estejam caducas e já não pertençam ao passado. À nossa geração cabe este papel, cabe esta missão de realizar, de planejar para o futuro.

Bento Munhoz

A Festa do Centenário da Emancipação no Paraná constitui-se numa fonte de estudo fundamental no trabalho de construção de um objeto simbólico com dimensões discursivas de caráter político.

Assim, em matéria da edição de maio e junho de 1952, a Revista “A Divulgação” registrou a construção do Centro Cívico em Curitiba e que acomodaria num mesmo conjunto arquitetônico as diversas repartições públicas da administração estadual.

A matéria intitulava-se “O Centro Cívico – expressão e orgulho de um grande Estado”. Entretanto, ao citar o Centro Cívico como referência para o Paraná, acabava-se mesmo por referenciar a cidade de Curitiba como foco de

expressão e orgulho paranaense, projetando-a além da esfera regional e nacional, tendo em conta uma construção de referência ímpar na América do Sul:

Curitiba será a primeira cidade da América do Sul, e uma das primeiras do mundo, a centralizar suas repartições públicas num conjunto arquitetônico de gigantescas proporções como o do Centro Cívico [...] A coragem do atual governo em realizar obra tão grandiosa, deve ser ressaltada, ainda, pela indiscutível projeção internacional do Centro Cívico e a demonstração pujante da capacidade administrativa daquele chefe de Estado.²³⁶

Bento Munhoz, ao projetar a construção do Centro Cívico, reforçou a imagem de Curitiba como capital do estado e valeu-se de sua inauguração como um dos pontos altos da Festa da Emancipação promovida na gestão do governo de Bento Munhoz em 19 de dezembro de 1953 e comemorando 100 anos de desligamento político do Paraná.

Não foram medidos esforços para os preparativos da tão grandiosa festa, criando-se já no início de seu mandato como governador, em 1951, uma Comissão Especial de Obras do Centenário – CEOC:

No início dos trabalhos, a Comissão deliberou que fossem feitas pesquisas no Arquivo Histórico de São Paulo e fotocopiados os documentos relativos ao Paraná. Contratou-se um especialista no assunto, do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, para orientar essa coleta. A fim de divulgar as belezas naturais do Estado, como Vila Velha, Serra do Mar e Cataratas do Iguaçu, se pensou em organizar visitas e filmar esses pontos turísticos. Foram previstas edições comemorativas de várias publicações enfocando estudos históricos, etnológicos, biográficos e geográficos sobre o Paraná, ficando o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense incumbido de elaborar a “História do Paraná” e a “Galeria dos Presidentes”. Obras inéditas do compositor Brasília Itiberê estavam para ser divulgadas. A criação de museus, na Lapa e em Paranaguá, também constava no programa dos festejos. Temos aqui, então, uma série de objetos

236 O CENTRO Cívico – expressão e orgulho de um grande Estado. **A Divulgação**, Curitiba, Ano V, p. 32, maio/jun. 1952.

criados ou direcionados para eternizar o centenário e a visão do Paraná que se pretendia divulgar.²³⁷

O povo paranaense, mais especificamente o curitibano, deveria ir às ruas para participar de tal acontecimento promovido em seu governo. Bento Munhoz simbolizaria a tradição começada com Zacarias de Góes e Vasconcellos, primeiro presidente da Província do Paraná.

Governadores dos mais distintos estados vieram prestigiar a Festa da Emancipação do Paraná, bem como o presidente Getúlio Vargas. Inaugurou-se a “Praça 19 de Dezembro” ostentando alguns projetos governamentais, dentre os quais se destacaram os projetos do Centro Cívico, da Biblioteca Pública e do Teatro Guairá:

Para presidir às solenidades de abertura dos festejos, o presidente da República, Getúlio Vargas, desembarcou em Curitiba em 18 de dezembro. Acompanhado de Munhoz da Rocha e demais autoridades, Getúlio inaugurou, nesse mesmo dia, o Grupo Escolar Tiradentes, e visitou o monumento a Zacarias de Vasconcelos localizado na praça do mesmo nome. Como decoração, foi feita uma base ao monumento formando o mapa do Paraná em relevo, com sua divisão administrativa, confeccionada com flores naturais. Na parte de trás dessa base, foi inscrita a Lei 704²³⁸ de 29 de agosto de 1853, com a firma de D. Pedro II. Escudos e armas da República ornamentavam suas laterais [...] A participação da população em todos os segmentos dos eventos, seja na organização, na decoração de ruas e clubes, ou no comparecimento nas cerimônias conferiram uma legitimidade às comemorações do centenário.²³⁹

Enfim, as comemorações do Centenário de Emancipação trouxeram fortes elementos simbólicos. A partir da Festa da Emancipação pode-se exprimir muito do que representou o governo de Bento Munhoz da Rocha Netto.

237 BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. Símbolos e monumentos: as comemorações de emancipação política do Paraná nos logradouros de Curitiba. **Publicatio UEPG**: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes. Ponta Grossa, p. 14, 1993.

238 A Lei N.º 704/1853 elevava o Paraná do status de Comarca para Província do Paraná.

239 BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. Símbolos e monumentos..., p. 16, 1993.

Mas tão grandiosa Festa não deixaria de amargar muitas críticas, especialmente porque na visão de alguns críticos tal desfile ostentava o luxo da imagem de uma capital moderna e progressista e não deixava margens para realidades menos favorecidas como o próprio interior do estado.

Outro ponto que chama a atenção está no desfile das etnias. Dentre as etnias participantes da Festa da Emancipação, não se registrou espaço nem para a cultura negra, nem para a índia.

Embora o contexto social das primeiras décadas do século XX demarcasse um acentuado grau de idéias racistas, endossadas pelas concepções eugênicas e neolamarckistas²⁴⁰ acerca de raça e cultura, o discurso de Bento Munhoz pode ser considerado inovador dentro dos padrões discriminatórios da época. Afirmava não somente o sofrimento, mas os obstáculos encontrados pelos “homens de cor” e defendendo igualdade de oportunidades:

O Brasil é uma democracia social. A ausência de discriminação racial é uma das expressões mais altas da dimensão humana do seu caráter. Não quer isso dizer que haja absoluta igualdade de oportunidades para os homens de cor, em relação aos brancos. Devia haver, mas não há. O homem de cor luta com maiores obstáculos do que o branco ou do que passa por branco.²⁴¹

240 Sobre os ideais racistas pode-se dizer que “As discussões sobre eugenia emergiram no Brasil durante as décadas de 1910 e 1920, associando-se diretamente às preocupações nacionais quanto a estado de saúde, saneamento, higiene e da situação racial da população [...] Convencidas do poder da ciência em estabelecer uma nova ordem ao mundo, a elite brasileira entendia que a eugenia poderia desempenhar um papel importante no sentido de auxiliar a regeneração nacional, orientando o Brasil a seguir o trilho do progresso e do tão almejado 'concerto das nações civilizadas’”. Seguindo essa orientação, enquanto “[...] o neolamarckismo postulava que as condições do meio transformavam-se em caracteres que seriam herdados hereditariamente – o que era uma concepção corrente durante as primeiras décadas do século XX – os eugenistas acreditavam que os 'males sociais' transformavam-se em verdadeiros 'venenos sociais’” (SOUZA, Vanderlei Sebastião de Souza. **A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras.** <<http://www.anpuh.uepg/xxiiisimposio/anais/textos/Vanderlei%20Sebasti%C3%A3o%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em 28/10/2008).

241 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil...**, 1960. p. 69.

Mas em outro artigo, cujo título já reflete muito do pensamento do intelectual, em que elaborou algumas “Reflexões sobre a cultura luso-brasileira”, o intelectual assim se refere à contribuição cultural no sul do negro e do índio:

A contribuição do índio é minguada como a do negro, pois a ausência de cultura extensiva e intensiva nos tempos da colônia – a pecuária foi nessa época a grande atividade – não exigiu a importação do braço escravo, na mesma intensidade que nas zonas onde se estabeleceu, por primeiro, o eixo da economia brasileira.²⁴²

Essa idéia de ausência de cultura extensiva e intensiva no sul do Brasil foi trabalhada pelo intelectual como ponto de diferenciação da formação social e cultural no sul do Brasil em relação a outras regiões do país.

Mas o entendimento dessa diferenciação regional assentava-se, necessariamente, na busca por evidenciar o orgulho de ser paranaense. Curitiba figuraria como a expressão desse orgulho. O Centenário de Emancipação veio a elucidar esse momento do governo de Bento Munhoz, que seria lembrado como o período em que se fundamentaram os elementos que já haviam sido definidos pelo paranismo acerca da identidade paranaense. O renascimento paranista vinha para ficar. A Festa de Emancipação demarcou seu momento de apogeu e cristalização. O homem paranaense passaria a se reconhecer em cada dia 19 de dezembro e em cada caminhada pelo Centro Cívico de Curitiba como o semeador do futuro, vindo de um passado longínquo e definido por uma história tradicional paranaense.

242 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **O Paraná, Ensaio...**, 1995. p. 80-81.

4.8 Bento, “um amigo cem por cento”

Amigo Bento, um amigo cem por cento
 De coragem e de talento
 Sempre amigo do trabalhador
 Paz, justiça e fé em Deus
 E esperança para os filhos seus
 Se você é minha fã
 Ajude hoje o governo de amanhã!

(Refrão de campanha)

Optou-se por discutir esse item sobre a última campanha de Bento ao governo do Estado, procurando compreender em que medida as idéias do intelectual buscam pelo *efeito de sentido* em seus discursos de campanha política, já que esta última campanha encerra períodos acumulados de sua vivência tanto no campo intelectual e acadêmico, quanto no campo político. Dessa forma, o capital cultural e o político entram em cena, demarcando uma série de *já-ditos* pelos próprios *atos de fala* e justificando-se, por certo, em seu *discurso de autoridade*.

Bento Munhoz vivenciou três campanhas políticas para a gestão de governador. Em 1947 ficou em segundo lugar, concorrendo com Moysés Lupion, herdeiro político de Manoel Ribas:

O empresário Moysés Lupion, que foi amigo do interventor Manoel Ribas procurou articular sua candidatura ao governo do Estado. Devido às disputas internas no PSD, Lupion não encontrou, inicialmente, facilidade para estabelecer a sua pré-candidatura pelo PSD. Estabelecendo relações com o PTB, Lupion procurou estreitar seus laços com o presidente Dutra, visando sua aceitação pelo PSD [...] A candidatura de Moysés Lupion acabou sendo defendida pelo PTB, pelo PSD, pela UDN, e também pelos comunistas e integralistas. Herdando, portanto, a estrutura política montada por Manoel Ribas, dificilmente Moysés Lupion perderia as eleições para o governo do Estado, que seriam realizadas em janeiro de 1947.²⁴³

Em 1950, concorreu com Ângelo Lopes, também do PSD, que havia sido nomeado prefeito de Curitiba em 1947. Bento saiu vitorioso, pela Frente

²⁴³ KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto..., 2004. p. 182.

Democrática representada pela coligação PR-UDN-PST-PRP-PL, quebrando a hegemonia política de Manoel Ribas, que se sustentara no Paraná desde 1930 e assumindo o governo em 31 de janeiro de 1951. Segundo Kunhavalik:

Deve-se observar que o PRP, Partido de Representação Popular, é constituído pelos integralistas [...] Além destes partidos, Bento Munhoz recebe o apoio de parte dos políticos do PTB. O Partido Social Progressista, PSP, era presidido pelo Coronel Plínio Alves Monteiro Tourinho, líder da 'Revolução de 30' no Paraná. Este partido não apoio a candidatura de Bento Munhoz, afinal, representante do velho Partido Republicano Paranaense. Realizadas as eleições, Bento Munhoz saiu vitorioso das urnas. O governo Bento passou a receber apoio de alguns integrantes do próprio PSD. Dentre os políticos deste partido que passaram a apoiar o governo encontram-se: Brasil Pinheiro Machado, Aramis Athayde, Fernando Flores, Oscar Lopes Munhoz, João Chede e Flávio Guimarães.²⁴⁴

Em 1965, Bento Munhoz voltaria a se candidatar ao governo do Estado, desta vez concorrendo com Paulo Pimentel. O resultado final foi extremamente apertado, constituindo-se num dos pleitos mais acirrados da história eleitoral paranaense.²⁴⁵

Embora Bento não tenha saído vitorioso da sua derradeira campanha política ao Estado, o resultado apertado é demonstrativo de que o enunciador encontrou seus enunciatários, e dos três intelectuais tratados nessa pesquisa, Bento é o que possibilita que se trabalhe com tais dados discursivos no universo simbólico de uma disputa ao pleito eleitoral no ápice de sua maturidade intelectual e política.

244 KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto..., 2004. p. 183.

245 Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, a diferença entre Paulo Pimentel e Bento Munhoz da Rocha Netto foi de 59.689 votos. Paulo Pimentel obteve 518.971 votos e Bento Munhoz 459.282 votos. Somente a eleição, em segundo turno, entre Roberto Requião e Osmar Dias, em 2006, apresentou-se como a mais disputada da história eleitoral paranaense, até o momento. Roberto Requião foi reeleito com 2.668.611 votos e Osmar Dias obteve 2.658.132 votos; diferença, portanto de 10.479 votos. A diferença com relação ao eleitorado estadual, é que em 1965 contava-se com aproximadamente um milhão de eleitores. Atualmente registram-se 7.121.257 eleitores (PARANÁ teve a eleição mais disputada da história. **Par@ná Eleitoral**. Curitiba, 30 out. 2006. Disponível em <http://www.paranaeleitoral.gov.br/noticia.php?cod_noticia=1528>. Acesso em 25/5/2009).

A compilação de sua campanha política em um disco de vinil²⁴⁶ intitulado “Show da Vitória” é demonstrativa desse teor político e da eficácia discursiva de Bento Munhoz. Num contexto em que a novidade das eleições era a cédula única²⁴⁷, Bento colocou-se como um “candidato do povo”, amigo do trabalhador e em prol do progresso e do futuro do Paraná: “Dia três de outubro na cabine eleitoral, com a cédula única na mão, você tem um encontro marcado com o futuro do Paraná.”²⁴⁸

Bento discursou para o agricultor, para a juventude, para as crianças, para as mulheres, para o pioneiro, louvando o progresso, o futuro e o novo:

Antigamente e mesmo aqui agora era possível governar ao ritmo embalador das valsas dolentes. Nesta sonolência era como um dizer-se: este governo vai dar valsa. A valsa é suave, dançante, envolvente. Mas hoje, dentro dos quadros das dificuldades atuais, da diminuição do poder aquisitivo, da luta pela sobrevivência diária, é impossível governar neste compasso.

Hoje, o ritmo tem que ser outro. Tem que ser o ritmo do progresso que todos reclamam, o ritmo do futuro, o ritmo das fábricas e das estradas novas. O ritmo das usinas modernas e das indústrias de base, da energia e dos transportes, o ritmo da construção e do crescimento. Este, este será o nosso ritmo de governo.²⁴⁹

246 O disco de vinil em questão foi lançado pela Cia. Industrial de Discos. Dividido em quatro faixas “Juventude”, “Governo Bossa Nova”, “Pioneiros” e “Encerramentos”, contou com a colaboração de cantores do rádio de renome como Elizete Cardoso, Ivon Cury, Emilinha Borba, Elza Soares, Jorge Veiga, Sérgio Murilo e Duo Paranaense (“para você que é do sul”).

247 A Lei n.º 2.582/55, que instituiu a “cédula única de votação”, foi elaborada primeiramente visando as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República. Eram impressas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais, mas facultando ainda aos partidos a impressão e distribuição de cédulas do mesmo modelo, respeitando a quantidade suficiente para todos os eleitores, conforme os termos da lei (BRASIL. **Lei N.º 2.582, de 30 de agosto de 1955.** Institui a Cédula Única de Votação. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=110566>>. Acesso em: 24/06/2008).

248 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Show da vitória**. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Discos, [1965?]. 1 disco sonoro, 331/3 rpm. [Refrão de campanha]

249 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Show da vitória...**, [1965?]. 1 disco sonoro, 331/3 rpm. [Discurso de Bento]

Certamente que ao citar o ritmo do progresso, Bento quis ressaltar suas realizações no governo anterior, como a política de energia com criação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel²⁵⁰, a política dos transportes que visou a construção de estradas que interligassem o interior do estado, como a Rodovia do Café²⁵¹, que se constituiu num marco para a expansão estadual, bem como as construções de grande porte como o Centro Cívico, a Biblioteca Pública do Paraná e o Teatro Guaíra, que ainda que não tenham sido totalmente concluídas, marcaram época na sua gestão.

O progresso era assim anunciado em um dos refrões de sua campanha:

É preciso mudar
 É urgente mudar
 É indispensável mudar
 O futuro do Paraná exige
 um governo moderno e dinâmico ²⁵²

250 A criação da Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) foi assinada por Bento Munhoz da Rocha Netto através do Decreto n.º 14.947, de 26 de outubro de 1954. Desde 14/08/1979 passou a denominar-se apenas Companhia Paranaense de Energia (**História da Copel**). Disponível em < <http://www.copel.com/hpcopel/root/index.jsp>>. Acesso em: 30/09/2008).

251 A Rodovia do Café fazia parte do Plano Rodoviário do Paraná, elaborado em 1951, no início do governo de Bento Munhoz, tendo como diretor do DER o General Luiz Carlos Pereira Tourinho. Num primeiro momento, foi prevista a execução de construção das estradas para a ligação da região de Apucarana com a capital e o Porto de Paranaguá, tendo em vista um projeto de integração do Paraná (KUNHAVALIK, José Pedro. In: OLIVEIRA, R. C. de. (Org.). A construção do Paraná Moderno..., 2004). Nesse momento, também foi assegurada a ligação entre o Norte e o Sul do estado nos trechos Apucarana-Mello Peixoto, Apucarana-Ponta Grossa e União da Vitória-Curitiba. No governo Lupion, na gestão de 1956-1961, priorizaram-se os trechos Maringá-Apucarana-Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá, Mello Peixoto-Londrina-Apucarana-Jandaia do Sul, Ponta Grossa-Castro-Jaguariaíva-Sengés-Itararé e Curitiba-Lapa, garantindo assim, pela construção e conservação de tais trechos, o escoamento de safras como o café e viabilizando o contato do Norte com a capital paranaense. Já a ampliação da Rodovia do Café, entre Paranaguá e Paranaíba, iria se concretizar no governo de Ney Braga, entre 1961 e 1965, iniciando-se ainda outras duas obras fundamentais como a Rodovia do Sudoeste e a Transversal do Paraná, entre Paranaguá e Foz do Iguaçu (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba, 1989).

252 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Show da vitória...**, [1965?]. 1 disco sonoro, 331/3 rpm. [Refrão de campanha]

Em outro refrão, Bento é apresentado como um representante do povo, um trabalhador como o homem do campo:

Homem do campo
 Agricultor e criador
 Construtor da grandeza do Paraná
 Tenham um representante de sua classe no governo do Estado
 Elejam um homem justo e humano
 Trabalhador e honrado como os senhores
 Votem em Bento Munhoz da Rocha.²⁵³

O discurso que Bento dirigiu ao agricultor foi deste enquanto o próprio povo, aquele que faz a fartura e a riqueza do estado, mas que sofre percalços, especialmente pela burocracia causada pela “politicagem” dos governos anteriores:

Lavrador, laborista, empreiteiro, formador do café, agricultor, criador, homem do campo, que faz a fartura, mas por quem a fartura nada fez. É preciso inicialmente acabar com o monopólio. É preciso distribuir semente, mas na época. E semente mesmo! É preciso que o Estado forneça o adubo, inseticida, irrigação, financiamento prático, na hora, sem burocracia, nem politicagem. É preciso que se faça o escoamento das mercadorias e se garanta o preço mínimo. Não é possível mais desperdiçar as fabulosas riquezas do Paraná. Vamos fazer o governo do povo. Vamos com a sua ajuda colocar o povo no governo.²⁵⁴

Exaltando reiteradamente o progresso, Bento ressalta o papel tanto do jovem como da criança com o futuro do Paraná:

As crianças não votam, mas estão aqui representadas porque constituem a preocupação maior do meu governo. Meu pequeno amigo, já temos pronto e estruturado o plano que vai cobrir todo o estado com uma rede de escolas, postos de saúde e centros de recreação. No meu governo não ficará uma só criança sem estudar, sem se tratar e sem brincar. Para vocês, filhos e netos. Para vocês!

253 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Show da vitória...**, [1965?]. 1 disco sonoro, 331/3 rpm. [Refrão de campanha]

254 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Show da vitória...**, [1965?]. 1 disco sonoro, 331/3 rpm. [Discurso de Bento]

Para vocês, os futuros dirigentes do Paraná, precisamos construir um Estado à altura do seu tempo.²⁵⁵

A herança do passado também é elemento preponderante em seus discursos para o jovem, que assim como Bento, desde a sua maturidade, deveria conviver com a expectativa da gerência no futuro:

Jovens eleitores do Paraná: vocês que vão votar pela primeira vez, comecem bem, votando bem, pelo bem do Estado, pelo bem da sua consciência. Dentro da cabine eleitoral, na indevassável soberania do direito do voto, nada será maior do que a sua decisão. E lembrem-se, **um dia um de vocês será o futuro governador**. Seu voto é a sua participação neste e nos futuros governos [...] Rapazes que estão começando a luta, moças que estudam e trabalham, universitários do meu imenso afeto, hoje pelo seu voto, amanhã pelo seu governo, o muito obrigado do seu amigo Bento Munhoz da Rocha Netto. [grifo nosso]²⁵⁶

A mulher foi representada enquanto um ícone de paz, justiça e religiosidade. Assim se pronunciou sua esposa Flora Munhoz da Rocha:

Mulher paranaense! Minha amiga de tantas horas incertas. Esposa e mãe como eu. Aqui estou mais uma vez para pedir não apenas o seu voto, mas a sua ajuda, a sua colaboração. Essa eleição vai ser decidida pelo voto das mulheres, pelo nosso voto, pelo seu voto. Peça aos seus parentes, peça às suas amigas que votem em Bento. Bento será um governo de paz e de progresso [...] Bento será um governo do povo. Você precisa ajudar o povo a assumir o seu governo.²⁵⁷

255 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Show da vitória...**, [1965?]. 1 disco sonoro, 331/3 rpm. [Discurso de Bento]

256 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Show da vitória...**, [1965?]. 1 disco sonoro, 331/3 rpm. [Discurso de Bento]

257 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Show da vitória...**, [1965?]. 1 disco sonoro, 331/3 rpm. [Discurso de Flora]

A campanha trazia também o ritmo da bossa nova²⁵⁸:

É preciso governar com bossa nova. Bossa nova na administração. Fazer estradas moderníssimas, usinas bacaníssimas e muito campo de aviação. Modernizar, pavimentar e eletrificar todo o estado de lado a lado. Fazer escola, muito estudo na cachola. Ensinar a jogar bola para o estudante ser também um campeão. Botar água na cidade e exigir honestidade senão a bossa nova não funciona não.²⁵⁹

Mas um dos aspectos centrais de sua campanha foi o pioneiro. Bento, que já havia vivenciado politicamente questões conflituosas referentes à posse de terras no Norte e no Sudoeste do estado, ressalta o café na música central de sua campanha:

Bento meu voto é Bento
Que Bento vai governar com fé
O meu Paraná é Bento
Bendita terra do meu café
Paraná
Quem é Bento vai ganhar
Paraná
Todo o povo vai votar
Paraná
Isso aqui vai melhorar
Paraná
Quem é Bento vai ganhar²⁶⁰

Em seu discurso, Bento evidencia o pioneiro como sinônimo do progresso paranaense:

Pioneiro que veio de Minas. Pioneiro que veio de São Paulo. Pioneiro que chegou do Nordeste. Pioneiro que chegou do Sul. Vocês que ajudaram a construir a grandeza do Paraná! Eu conto mais uma vez com sua preciosa e indispensável ajuda. Vocês que ajudaram a semear terras e famílias, tradições e progresso, vão agora ajudar a

258 O ano de 1958 pode ser considerado como a estréia da bossa nova com o lançamento da canção "Chega de Saudade" de autoria de Tom Jobim e Vinícius de Moraes e interpretação de João Gilberto.

259 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Show da vitória...**, [1965?]. 1 disco sonoro, 331/3 rpm. [Refrão de campanha]

260 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Show da vitória...**, [1965?]. 1 disco sonoro, 331/3 rpm. [Refrão de campanha]

decidir o futuro do nosso estado. Afirmo-lhes que o meu governo será o governo de vocês. O Palácio do governo será o Palácio de todos. Pela grandeza dos pioneiros, pela certeza do seu voto, o obrigado do seu amigo Bento Munhoz da Rocha Netto.²⁶¹

Note-se como foram significativos os refrões de sua campanha, quando se refere aos “Pioneiros do Paraná, construtores da grandeza do nosso estado. Votem com o povo. Votem em Bento Munhoz da Rocha Netto”, ou então “Vote bem pelo bem do povo. O futuro do Paraná agradece o seu voto. Para governador Bento Munhoz da Rocha Netto”. Bento reiteradamente trata do futuro, do novo e do progresso paranaense, mas sem deixar de ressaltar a herança do Paraná. Nem o pioneiro escaparia mais dessa herança, pois ao inovar acabou por construir seu próprio passado e sua herança, que ao final seria também uma herança paranaense, ou seja, de um passado paranaense.

* * * * *

Bento Munhoz da Rocha Netto trabalhou com questões pertinentes à formação social paranaense, procurando reiteradamente reforçar a idéia de construção de uma identidade paranaense.

A questão regional identitária foi o fundamento em suas análises. Como um intelectual bandeirante, trouxe ao âmbito da academia princípios tomistas e procurou levar em suas plataformas políticas a honra de ser um *tinguí* e a necessidade de trazer ao seu convívio o pioneiro, que em terras vermelhas antagonizava com os princípios ditos tradicionais.

261 ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Show da vitória...**, [1965?]. 1 disco sonoro, 331/3 rpm. [Discurso de Bento]

Sua herança familiar ervateira esteve presente em seus discursos, fazendo de Curitiba, na Festa de Emancipação do Centenário do Paraná, o ápice do orgulho tradicional paranaense.

Entretanto, Bento participou ativamente das lutas de expansão do território paranaense, num contexto em que o Paraná não havia consolidado suas fronteiras e em que questões como grilagem, posse indevida de terras e carência de estradas que interligassem o interior do estado, eram uma constante na pauta das discussões políticas e econômicas. Não foi acaso que em sua primeira gestão como parlamentar teceu ardorosos discursos contra a criação do Território Federal do Iguazu, entendendo constituir-se enquanto uma perda infundada de uma parte considerável do território paranaense.

Consagrou-se quando da publicação de *Presença do Brasil*, na *Coleção Octavio Tarquinio de Sousa*, trazendo para o cerne da discussão nacional, o conceito de “mancha loira” ao sul do Brasil, onde se cultua a *Mãe-Loira* em contraponto à *Mãe-Preta*. É com esse teor que Bento discutiu, fundamentado em instâncias de uma *linguagem autorizada*, sobre a formação social e cultural do sul do Brasil.

Numa outra ótica, Brasil Pinheiro Machado propõe um estudo sobre a formação paranaense, tendo como referência, princípios históricos e estruturais de análise. Nesse intelectual, o *espírito de família* não se evidencia como foi possível demonstrar em Bento Munhoz. Em Brasil, o discurso autorizado se faz legítimo e científico pela instituição de um discurso de rigor acadêmico, que justamente por este prisma, tende a contrapor o discurso de exaltação identitária regional. É o que irá se abordar no próximo capítulo.

CAPÍTULO V

BRASIL PINHEIRO MACHADO E O DISCURSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA PARANAENSE

5.1 Um intelectual nascido na Princesa dos Campos²⁶²: os traços da imigração no Paraná

Brasil nasceu em 12 de dezembro de 1907, no interior do Paraná, na cidade de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, onde cursou somente o primário, no Colégio Becker e Silva²⁶³. O secundário fez no Liceu dos Padres Salesianos, no Estado de São Paulo. Diplomou-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.²⁶⁴

262 Por sua tradição campeira, Princesa dos Campos é o nome referenciado à cidade de Ponta Grossa, especialmente na fala de intelectuais da região, que assim se expressavam via imprensa ponta-grossense. Sugere-se a leitura de: Zulian, Rosangela Wosiack. A Victorious Rainha dos Campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 37-76, 1998.

263 Segundo Joselfredo Cercal de Oliveira, do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em estudo sobre os 'Educadores ponta-grossenses: 1850-1950': "Na década de 1910, o ensino público do Paraná dividia-se em jardim de infância, ensino primário, escola normal e ensino secundário. Para atender aos requisitos da instrução pública paranaense, Ponta Grossa acompanhou o novo processo educacional com a criação de várias escolas particulares" (OLIVEIRA, Joselfredo Cercal de. **Educadores ponta-grossenses: 1850-1950**. Ponta Grossa: UEPG, 2002. p. 35).

264 A Universidade do Rio de Janeiro que havia sido criada em 1920, com a finalidade de reunir as escolas superiores existentes na cidade, passou a ser chamada Universidade do Brasil em 1937, seguindo uma proposta do ministro Gustavo Capanema de centralização do ensino superior e reunindo, portanto, quinze Escolas ou Faculdades, 16 Institutos, incluindo o Museu Nacional. Transformou-se em Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1965.

Retornou a Ponta Grossa para dar início a sua vida docente, ministrando aulas de História do Brasil e História Universal no Ginásio Regente Feijó²⁶⁵ no ano de 1930, exercendo também a direção do Ginásio. Foi nomeado prefeito de Ponta Grossa pelo interventor Manoel Ribas²⁶⁶, em 1931. Tinha então 24 anos. Posteriormente, em 1934, foi eleito Deputado Estadual aos 27 anos, pelo Partido Social Democrático-PSD, reassumindo a docência somente em 1937 e em 1938 a direção do Ginásio. Em 1939 deixou de atuar no Colégio.

Passou a morar em Curitiba, onde exerceu as funções tanto de professor, gestor universitário e político. Foi professor catedrático de História do Brasil na Universidade Federal do Paraná, integrando a partir de 1972 o quadro de docentes no Programa de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná. Brasil exerceu as funções de diretor da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, por 12 anos, em períodos consecutivos de 1939 a 1951, e por mais 4 anos, de 1968 a 1971, sem contar o tempo em que atuou como vice-diretor.

Quando foi nomeado, em 1946, Interventor Federal do Paraná, tinha 39 anos. Ou seja, Brasil iniciou com 24 anos sua carreira de gestor, que se

265 O Ginásio Estadual Regente Feijó foi inaugurado em 1927, no governo estadual de Caetano Munhoz da Rocha e no governo municipal do “coronel” Victor Antônio Baptista. Foi criado com o objetivo de atender à demanda estudantil estadual, tendo em vista o aumento do número de alunos matriculados no Ginásio Paranaense de Curitiba e encontrando respaldo “[...] no Decreto 16.782, de 13 de janeiro de 1925, que regulava o ensino secundário e superior da República e que proibia a existência de dois ginásios oficiais, na mesma cidade, com nível de instrução equiparado ao do Colégio Pedro II” (OLIVEIRA, Joselfredo Cercal de. **Educadores ponta-grossenses...**, 2002. p. 81).

266 Manoel Ribas, nascido em Ponta Grossa em 1873, inicia sua carreira política no ano de 1927 como prefeito de Santa Maria no Rio Grande do Sul. Foi nomeado por Getúlio Vargas como interventor do Paraná no período de 1932 a 1935 e eleito governador de 1937 a 1945. No seu governo, de cunho populista, manteve estreitas ligações com Getúlio Vargas. Também conhecido popularmente como “Maneco Facão”, pertencia à classe dominante dos Campos Gerais: “Manoel Ribas era um típico herdeiro do poder das famílias históricas do processo de formação da sociedade paranaense. Descendia de famílias presentes da fundação de Curitiba e com longa preponderância política desde o século XVII. Era neto do Brigadeiro Manoel Ferreira Ribas, descendentes dos fundadores de Pitanguí-Ponta Grossa.[...]” (OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **A construção do Paraná Moderno...**, 2004. p. 19).

intensificou ao longo de sua vida, chegando a ser nomeado para cargos de extrema confiança como o de Procurador Geral da Justiça, Chefe do Ministério Público e Presidente do Tribunal de Contas do Paraná. Certamente por isso Brasil não escreveu em abundância, mas em sua produção pode-se notar o rigor científico da academia, pautando-se em referenciais teóricos como Max Weber e Fernand Braudel. Dentre seus trabalhos, dedicou-se ao estudo dos Campos Gerais e de suas estruturas agrárias, tendo como base elementos constitutivos da formação agrária e do processo de imigração nos Campos Gerais.

Brasil pertenceu a uma “família tradicional” da classe dominante no Paraná. Oliveira, em seu estudo sobre a participação das famílias históricas paranaenses na formação e gestão das principais estruturas do poder político regional reitera que:

Apenas a firme pesquisa empírica pode detectar em que nível a presença de atores políticos vinculados aos títulos genealógicos centrais na formação da classe dominante do Paraná forma a composição do poder paranaense.²⁶⁷

Tendo como base a obra *Genealogia Paranaense* de Francisco Negrão, a pesquisa de Oliveira apontou que a família Pinheiro Machado corresponde ao Título “Cardoso de Lima”, uma das “matrizes centrais da formação da classe dominante do Paraná”:

Título Cardoso de Lima (Volume 5, 37-155). É a descendência do Sargento-Mor Domingos Cardoso de Lima, natural de São Veríssimo de Paranhos, Bispado do Porto. Chegou no Paraná em meados do século XVIII. Possuidor de minas de ouro em Morretes e Anhaia. Possuía grandes cabedais. Tinha uma banda de música composta de escravos que triunfalmente o acompanhavam quando ia de Morretes a Paranaguá. Vereador em Paranaguá. Foi indicado em 1765 para ser Capitão-Mor de Paranaguá, conjuntamente com o seu genro, Manoel Nunes de Lima, sendo o último o escolhido. Principais famílias: Gonçalves Cordeiro, Ricardo dos Santos, Miró, Loyola, Pinto Rebello,

267 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores...**, 2001. p. 297.

Garcez, Borges de Macedo, Gonçalves, Guimarães, Pinheiro Machado.²⁶⁸

Filho de uma família²⁶⁹ tradicional da região dos Campos Gerais, Brasil por certo pode ser considerado como um intelectual que não permaneceu nas fronteiras da cidade interiorana. Enfatizou, porém, que o provincianismo não se restringia somente às cidades interioranas, mas ao próprio Paraná, enquanto um estado fora do que se podia considerar como um grande centro do país.

Sua ligação com o Grupo Antropofágico²⁷⁰ demonstra que suas ironias, com relação às questões interioranas, revelam a postura do autor de forma avessa ao caráter provinciano, passível de requintes mitificadores, inerentes

268 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores...**, 2001. p. 273-274.

269 Brasil Pinheiro Machado era filho de Brasil Ribas Pinheiro Machado e Maria Eugênia Guimarães Pinheiro Machado. Teve como irmãos Theodoro, Joaquim, Gastão, Odete, Lígia e Ismênia. Destes, ressalte-se, a atuação de Ismênia Pinheiro Machado como professora de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Raul Pinheiro Machado como advogado, professor e diretor do Ginásio Regente Feijó de Ponta Grossa, fundador do Curso de Direito na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, bem como professor do Colégio Estadual do Paraná e do Colégio da Polícia Militar (OLIVEIRA, Joselfredo Cercal de. **Educadores ponta-grossenses...**, 2002. p. 185).

270 As idéias sobre Antropofagia disseminam-se a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, para se firmar com mais ênfase enquanto movimento em 1928, tendo como um dos objetivos centrais o questionamento à identidade brasileira. Oswald de Andrade, no 'Manifesto Antropófago' parodia Shakespeare com o trocadilho: "Tupi or not tupi, that is the question", revelando-se num dos mais expressivos intelectuais da Antropofagia. De acordo com Oswald de Andrade a definição de 'Anthropofagia' não era tarefa fácil e remontava o cerimonial antropófago do aborígine autóctone: "A Antropofagia é o culto à estética instintiva da Terra Nova. Outra: É a reação a cacarecos, dos ídolos importados, para a ascensão dos totens raciais. [...] Nós importamos no bojo dos cargueiros e dos negreiros de ontem, no porão dos transatlânticos de hoje, toda a ciência e toda a arte errada, que a civilização da Europa criou. Importamos toda a produção dos prelos incoerentes do Além-Atlântico. Vieram, para nos desviar, os Anchieta escolásticos, de sotaina e latinório: os livros indigestos e falsos. Que fizemos nós? Que deveríamos ter feito? Comê-los todos. Sim, enquanto esses missionários falavam, pregando-nos uma crença civilizada, de humanidade cansada e triste, nós devíamos tê-los comido e continuar alegres. Devíamos assimilar todas as nati-mortas tendências estéticas da Europa, assimilá-las, elaborá-las em nosso subconsciente, e produzirmos coisa nova, coisa nossa [...] A Antropofagia é uma revolução de princípios, de roteiro, de identificação" (ANDRADE, Oswald. **Os dentes do dragão**. São Paulo: Globo. Secretaria de Estado da Cultura, 1990. Obras Completas de Oswald de Andrade. p. 43-44; 50).

aos processos de identificação. Assim, em sua única produção na forma de poemas, Brasil se refere à visita de um provinciano à cidade do Rio de Janeiro:

Meu Deus que sol quente! Que calorão!
 E o Pão de Açúcar!
 E o Corcovado!
 O mar verde como se atira brincahã na areia cheinha
 de banhistas!
 E toda a gente pára um pouco para ver as pernas daquela
 moreninha que não tem medo das ondas.
 [...] E o provincianinho que vem de longe
 Com os bolsos cheios de boladas que juntou por dez anos
 de trabalho duro no sol de Minas, do nordeste,
 nas geadas do sul
 O provincianinho pára meio bobo meio com vergonha
 das calças malfeitas
 Olhando a moreninha que brinca despreocupada [...]
 Ele se detém na humildade de suas roupas malfeitas
 De suas mãos queimadas num sol que não bate em praias
 de banho
 E de seus gestos duros como peroba
 Que parecem que dão na vista.
 Tristeza de ser um provinciano
 De ter nascido lá nas montanhas de Minas, nos descampados
 do Piauí, nos pinhais do Paraná....²⁷¹

Segundo Florenzano, a obra poética de Brasil “Os quatro poemas”²⁷², de 1928, demarca um período da juventude do autor em que esteve ligado ao Grupo Antropofágico. E ainda que não tenha dado continuidade à atividade poética: “Sua poesia data dessa época e revela bom gosto e equilíbrio, sem os exageros experimentais que caracterizaram a fase, adquirindo, em consequência, sempre atualidade”.²⁷³

271 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. p. 36-37.

272 A obra referida foi reeditada em 2001 pela Imprensa Oficial do Paraná, sob o título “Poemas Seguidos de Dois Ensaios”.

273 DICIONÁRIO Histórico e Geográfico dos Campos Gerais. Disponível em <<http://www.uepg.br/oquee.htm>> . Acesso em: 25/01/2008.

E foi com esse espírito poético que Brasil expõe sua idéia sobre a Princesa dos Campos, uma cidade interiorana paranaense, no poema sobre a:

PAISAGEM DE MINHA TERRA

Manha de domingo de sol reto.
A grande igreja sem estilo
Decorada por dentro por um batismo de Cristo
Feito por um pintor ingênuo
Que quis ser clássico e foi primitivista

Missa internacional
Com gente de todas as raças
Ouvindo o padre alemão rezar em latim.

A gente nem tem vontade de olhar o crucifixo desolado
Nem de rezar
Porque tem lá dentro tanta menina bonita
Que não reza também
E fica sapeando a gente com meiguice...

Só os polacos de camisa nova por ser domingo
Que vieram com as famílias de carroça lá das colônias
Rezam fervorosamente
Enquanto nos seus quintais
Os chupins malvados e alegres
Comem todo o centeio
Cantando glórias pro sol de domingo. ²⁷⁴

Ao refletir sobre as estrofes do poema, não há como não perceber que para o autor o “pintor ingênuo” corresponde mesmo à incipiente noção artística de que as cidades interioranas demonstravam em suas construções e decorações arquitetônicas.

Ponta Grossa, como uma típica cidade interiorana do Paraná, construiu suas casas, clubes, igrejas e edifícios públicos. Enfim, toda sua constituição arquitetônica diz respeito ao contexto histórico das construções interioranas do

274 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios...**, 2001. p. 48-49.

século XIX²⁷⁵, conforme os recursos materiais e humanos disponíveis. E na falta de um estilo artístico próprio, certamente que o ecletismo, com toques neoclássicos²⁷⁶, correspondeu aos moldes arquitetônicos da época.

Quanto ao padre alemão rezar em latim é a própria representação da imigração alemã no Paraná, configurando diferenciais de brasilidade. Os padres alemães que pertenciam à religião católica rezavam, portanto, em latim, conforme a tradição eclesiástica católica daquele contexto. Enquanto que as celebrações luteranas professavam-se em língua alemã.²⁷⁷

Os “polacos”, representando a imigração polonesa, de extrema devoção católica, rezavam e trabalhavam fervorosamente nas terras paranaenses. Mas diferiam sensivelmente daquela tipicidade brasileira que invoca a sensualidade. Sanches Neto traduz essa passagem do poema “Paisagem da minha terra”:

Há aqui uma distinção entre a sensualidade, tipicamente brasileira, e religiosidade polonesa. O poeta está numa “missa internacional / com gentes de todas as raças”, e tudo que sente, como a grande maioria, é uma vontade de olhar as moças: “Só os polacos de camisa nova / que vieram com as famílias de carroça lá das colônias / rezam fervorosamente”.²⁷⁸

275 O Bairro de Ponta Grossa elevou-se à Freguesia em 15 de setembro de 1823: “A autonomia religiosa veio acompanhada de alguns privilégios que até então só cabiam à Vila de Castro. Daquele momento em diante, elevando-se à Freguesia, podia-se contar com um juizado de paz e cartório local”. Posteriormente foi elevada à Vila em 1855 e à Cidade em 1862 [CORDOVA, Maria Juieta Weber. **Demolição do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana**, 97 f. Monografia (Especialização em História e Região) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1999. p. 17].

276 O neoclassicismo corresponde a um “Movimento intelectual surgido na Itália nos fins do séc. XVIII e começo do XIX, que preconizava o retorno do estilo clássico na arte e na literatura” (NEOCLASSICISMO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1188).

277 SEYFERT, Giralda. A Liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis. **História: Questões e Debates**. Revista da Associação Paranaense de História – APAH, Curitiba, p. 113-155, jun-dez 1989.

278 SANCHES NETO, Miguel. Traduzindo o Paraná. **Jornal de Poesia**. Curitiba. 12 jan. 1998. Disponível em <<http://jornaldepoesia.jor.br/msanches20.html>>. Acesso: em 28/08/2008.

Enfim, Brasil ao ressaltar os traços da imigração no Paraná reitera também os diferenciais históricos da imigração paranaense em relação à formação do brasileiro em geral:

[...] O brasileiro nortista que chegava
 Dizia que aquilo não era Brasil
 Que aquilo era uma aldeia russa

Que o verdadeiro Brasil estava lá no Amazonas
 Lá no Nordeste
 Lá no sertão ensolado de Canudos
 Onde os homens eram de bronze
 O ano todo era verão
 E as casas todas tinham linhas curvas.
 Que não podia ser Brasil onde houvesse geada até o meio-dia

Onde em vez do caboclo meio bronze mulato
 Andassem polacos fazendo barganhas de porco e plantando mandioca

Onde os bandoleiros em vez de usarem roupa de couro dos cangaceiros

E cantarem modinhas tristes de negros e índios
 Usassem bombachas largas e boleadeiras e cantassem
 (meu Deus!) em castelhano.

Só que o brasileiro do norte que chorava a desbrasilidade do sul
 Não notou que quando parava o seu fordinho na estrada esburacada
 E apeava pra pedir água ou comprar fruta na chacinha em frente
 O polaquinho
 O russinho
 O alemãozinho
 O italianinho
 Nascido ali
 Traduzia o pedido do viajante pro pai e do pai pro viajante
 Numa língua igualzinha à dos caboclos de cor de bronze amulatado
 Sem regra de gramática portuguesa, graças a Deus!²⁷⁹

Dentre variados aspectos que denotam a diferença de valores e de cotidiano, a “desbrasilidade do sul” não apresentava outros traços além daqueles trazidos pelas variadas correntes imigratórias advindas ao Paraná. A

279 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios...**, 2001. p. 23-25.

questão da imigração foi para Brasil fonte de estudo e pesquisa regional²⁸⁰. Assim como a brasilidade nascente das gerações posteriores, que, conforme notou o autor, ao apelarem para o fator lingüístico, constituíram uma das bases que fundamentarão a própria constituição social paranaense.

Se a vida poética de Brasil pode ser considerada curta²⁸¹, porém expressiva, o trabalho do pesquisador, ainda que não seja vasto, é um marco referencial, especialmente no estudo regional. Para fins de delimitação de análise da bibliografia do autor, optou-se, estrategicamente, em abordar, nos itens a seguir tratados, alguns temas que se entendeu como significativos na sua produção intelectual.

E Brasil foi além dos traços da imigração no Paraná enquanto seus elementos formadores. Como exemplo disto, o autor analisou a formação da

280 Machado, Balhana e Westphalen, ao longo de suas trajetórias como docentes de ensino superior, produziram intensamente sobre o tema da imigração no Paraná, o que se procurou abordar no item sobre as suas produções conjuntas. No entanto, vale destacar que, a ênfase dada por Machado aos estudos sobre a imigração, certamente encontra eixo norteador na noção histórica de Martius e ao que este denomina de “mito da democracia racial brasileira”, associando à identidade brasileira uma singularidade incomum e propiciada por uma mescla de raças.

281 Machado colaborou em trabalhos de cunho literário na Revista Joaquim. A referida Revista teve seu primeiro número, com tiragem de 1000 exemplares, em abril de 1946, publicando até o número 21 em dezembro de 1948. Situada em Curitiba, na Rua Emiliano Pernetá, n.º 476, tinha sob direção Dalton Trevisan, Antonio F. Wagner e Erasmo Pilotto, dentre outros intelectuais colaboradores. Intitulava-se como um “Manifesto para não ser lido” em que “Os versos são experiências e é preciso ter vivido muito para escrever um só verso”. Dentre os autores nacionais que colaboraram com a Revista Joaquim, citem-se: Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Wilson Martins, Temístocles Linhares, Antonio Candido, Paulo Mendes Campos e José Paulo Paes; dentre os ilustradores Poty Lazzarotto e Guido Viaro. A Revista contava especialmente com a tradução de textos de autores como John Dewey, Franz Kafka, André Gide; Brasil Pinheiro Machado consta como colaborador nas traduções de Jean Paul Sartre, Virginia Woolf e M. Merleau. “Em homenagem a todos os joaquims do Brasil”, a produção literária da Revista Joaquim alcançou o reconhecimento de autores de renome. José Lins do Rego traduziu este alcance quando assim se pronunciou: “O que caracteriza a geração que se chamou, assim de Joaquim, é o seu poder crítico, a sua capacidade mais analítica do que lírica. Os rapazes que lêem Kafka, nada tem de homens abafados em seus pesadelos, são lúcidos e cristalinos, e quando se entregam ao enlevo poético não se deixam arrastar pelas enchentes retóricas” [REVISTA JOAQUIM. Curitiba: Imprensa Oficial: 2001. (Coleção Brasil Diferente, nov. 1947)].

cidade colonial brasileira enquanto um “fenômeno urbano” e como tal correspondente ao contexto regional em que se insere.

5.2 Uma análise da cidade colonial: “o fenômeno urbano em termos teórico-conceituais”

Agora, as cidades se transformam, com suas câmaras, Ordenanças, milícias e caminhos e vão se constituir, mesmo, em garantia dos latifúndios.

Brasil Pinheiro Machado

Para Brasil Pinheiro Machado, o estudo sobre o “fenômeno urbano” no Brasil estaria intrinsecamente ligado ao processo histórico decorrente da colonização portuguesa.

Seguindo o método tipológico de Weber, que consistia em analisar o contexto de transformação das cidades e suas “relações causais” com o desenvolvimento do capitalismo, Machado atenta que, ao se estudar as problemáticas do fenômeno urbano da cidade colonial brasileira, não basta recorrer, conforme orientação weberiana, ao modelo da cidade ocidental, gerador do capitalismo metropolitano, mas buscar as “relações causais” entre a cidade colonial e o capitalismo colonial.

Ou mais especificamente, não buscar “explicações conceituais” apenas pelo viés do capitalismo central, mas dos possíveis arranjos decorrentes de capitalisms periféricos, como seria o caso da cidade colonial brasileira: “Nosso projeto de trabalho tem por conteúdo a problemática da ‘cidade colonial

brasileira', formada no período histórico do capitalismo mercantil, ou seja, do mercantilismo".²⁸²

O estudo histórico da cidade para Brasil deveria, necessariamente, seguir o método comparativo, porém tendo em conta o contexto social em que a cidade estaria inserida, conforme o seu tempo e lugar. Não definiu, assim, um "conceito unificado de cidade", mas levou em conta as "variações motivacionais da colonização", que, para o autor, tanto poderia contribuir para uma "explicação histórica do Brasil", como pela identificação do tipo da cidade colonial brasileira.

Partindo dessa ótica é que Brasil, em artigo sobre a "Problemática da Cidade Colonial Brasileira"²⁸³, coloca em questão a análise do fenômeno urbano essencialmente pelo viés teórico-conceitual. Para o intelectual, o estudo conceitual do fenômeno urbano carecia de um maior aprofundamento teórico, sem, contudo, restringir-se às especificidades científicas de cada área:

O estudo do fenômeno urbano pelas várias disciplinas que com ele se preocupam ainda se ressentem da falta de uma problemática que supere o simples levantamento descritivo e quantitativo. A história, a geografia, a sociologia, a antropologia, a demografia, a ecologia, a economia, procedem transferindo para a população dos agregados urbanos os procedimentos gerais de suas preocupações científicas.²⁸⁴

282 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates...**, p. 12, 1985.

283 Neste artigo, Machado referencia duas obras de Weber: *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, edição de 1967, da Editora Pioneira; e *Economía e Sociedad*, editado pela Fondo de Cultura Económica, no México, em 1944.

284 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates...**, p. 3-4, jun. 1985.

E tendo em conta um princípio interdisciplinar no estudo sobre o urbano, Brasil atenta que, “[...] apesar dos numerosos estudos empíricos e críticos, ainda permanece a pergunta: que é cidade?”²⁸⁵

Para responder à pergunta, o intelectual, apoiando-se fundamentalmente²⁸⁶ nos estudos de Max Weber, analisa a cidade por um “processo de tipificação”, ao estabelecer categorias de análise e de apreensão de elementos gerais num quadro repleto de especificidades. Ou seja, tal processo de tipificação possibilitaria que se definisse a cidade de variadas “formas históricas”, pois determinados elementos dessa definição corresponderiam a diferenciais de análise das cidades:

Weber procede a uma longa e minuciosa análise histórica, construindo quatro tipos de cidade: a cidade asiática, a cidade antiga, a cidade medieval e a cidade ocidental.

A cidade aparece, então, como sendo não um produto unificado, mas um conjunto de elementos, traços, aspectos que, embora não essenciais para uma definição geral, são denotativos de diferenças, por serem essenciais num tipo e não em outros.

O interesse de Weber é o de construir o tipo-ideal da cidade ocidental, para procurar as suas relações causais com o capitalismo.²⁸⁷

Seguindo a linha de pensamento de Weber, Brasil afirma que “Toda a cidade, pois, tem uma política econômica urbana”. Assim, o conceito de cidade deveria se valer não somente do plano econômico, mas do universo político: “Além de ser uma localidade, uma localidade-de-mercado, o conceito de

285 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. In: **História: Questões e Debates...**, p. 4, jun. 1985.

286 Machado ao escrever artigo sobre a cidade colonial brasileira, também se apóia em outros autores, dentre os quais se ressaltam Ruth Glass; Gideon Sjoberg; Max Sorre e Philip Hauser.

287 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates...**, p. 5, jun. 1985.

cidade se completa com o conceito de localidade de mercado com quadro político-administrativo”.²⁸⁸

Brasil ainda reforça que, para Weber, o estudo da cidade estaria essencialmente ligado ao processo de disseminação do capitalismo²⁸⁹, denotando tipos diferenciais entre a cidade ocidental e a cidade asiática: "Além da 'cidade ocidental' que foi a finalidade de sua pesquisa, na tipologia de Weber, extrema-se o tipo da 'cidade asiática', que vai ter um particular interesse para a tipificação da cidade latino-americana".²⁹⁰

A partir de uma tipificação da cidade latino-americana é que Brasil irá partir para a análise sobre a cidade colonial brasileira e procurar apreender não somente aspectos reveladores do mercado em que a cidade encontrava-se inserida, mas de sua estrutura político-administrativa, já que uma localidade somente poderia se tornar município à medida que se estruturasse jurídica e militarmente.

E pela problematização sobre a cidade colonial brasileira, Brasil trabalhou com a possível diferenciação entre os termos "burguesia" e "nobreza", atentando que este último seria o termo preferido pelos historiadores: "Na cidade colonial brasileira, a autonomia jurídico-administrativa nasce junto com a fundação da cidade, por disposição legal previamente existente, e a usurpação do poder é praticada pela nobreza da terra e não pela burguesia".²⁹¹

288 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates...**, p. 6, jun. 1985.

289 Machado indica estudo de Herbert Lüthy, um dos críticos de Weber sobre a ética protestante: *Controverse sur Max Weber, Preuves*, set.1964.

290 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates...**, p. 10, jun. 1985.

291 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates.....**, p. 14, jun. 1985.

Para o autor, a diferenciação entre os dois termos residia justamente pelos diferentes contextos inerentes ao processo de desenvolvimento do capitalismo à época da colonização, tendo em conta a própria formação da cidade colonial brasileira:

Embora seja válida, em princípio, a hipótese de que o município brasileiro colonial foi um transplante do município português do seu tempo, ele se transformou no Brasil em face do próprio processo da colonização, dentro do qual ele se caracteriza, afinal, como a cidade colonial brasileira.²⁹²

Assim, para Brasil a cidade colonial brasileira estaria estreitamente ligada aos laços colonizadores, enfatizando a colonização portuguesa como uma “vasta empresa comercial”. Com o objetivo de abastecer o mercado europeu e tendo o comércio internacional apoiado na concentração da produção agrícola colonial, o caráter de “empresa comercial” evidenciava-se ao propiciar a “valorização da terra” pelo latifúndio, bem como a “classificação social de seus produtores”:

Fundada sobre uma economia rural e comercial, pois, a colonização portuguesa no Brasil tem como apoio organizatório interno a grande propriedade rural, sobre a qual se constrói uma configuração econômica, social e política. É o que a historiografia brasileira denomina de latifúndio, isto é, a unidade de produção econômica que alimenta o comércio externo da colônia e o comércio interno de abastecimento de região para região. O latifúndio cria o padrão da formação social brasileira colonial, pois é ele que mobiliza a força econômica da colonização, segundo a finalidade que lhe era assinalada como parte funcional da estrutura econômica capitalista mundial. Nesse sentido, o latifúndio era funcional: organizou a produção, possibilitando a inserção das regiões brasileiras na estrutura econômica mundial, segundo os colonizadores esperavam da colônia.²⁹³

292 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates...**, p. 14, jun. 1985.

293 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates...**, p. 10, jun. 1985.

Brasil indica que a atribuição pela historiografia ao termo “nobreza” ao invés de “burguesia” é justamente pelo entendimento de que o papel desta última no período colonial brasileiro teria sido incipiente, não se constituindo enquanto elemento integrante da sociedade brasileira naquele período:

A burguesia que dirigia o comércio colonial do Brasil, e que sobre ele tomava decisões, não era elemento integrante da sociedade brasileira. Não residia na Colônia. Eram comerciantes das cidades de Lisboa, Porto, Viana e, mesmo, de cidades da Holanda, que tinham interesses em algumas transações com produtos coloniais. Esquemáticamente, o mercantilismo comercial era este: comerciantes de cidades européias enviavam para o Brasil seus prepostos que aqui ficavam durante um certo tempo formando uma “população flutuante”.²⁹⁴

E mais adiante ainda reforça que:

A ascensão da burguesia na cidade ocidental está correlacionada com o desenvolvimento do comércio. A colonização portuguesa no Brasil, se foi uma empresa agrícola, com muito mais profundidade foi uma empresa comercial. Seria lógico, portanto, que ao lado do “nobre” senhor da produção agrícola se desenvolvesse a classe do burguês dominador dos fluxos comerciais. Tal, porém, não se deu. E deve-se esse fato à própria estrutura monopolística do comércio colonial.²⁹⁵

Para o autor, o fato da cidade colonial brasileira não participar da “direção dos fluxos comerciais que partiam da colônia em direção aos mercados europeus, e muito menos dos fluxos da produção européia que demandavam os mercados coloniais”, constituía-se em ponto fundamental para a marginalização da cidade colonial, e que inclusive tal marginalização era o que justificaria o próprio sentido da colonização.

294 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates...**, p. 15-16, jun. 1985..

295 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates...**, p. 15, jun. 1985.

Daí atribuir ao conceito de burguesia, na historiografia brasileira, como "uma extrapolação", já que: "[...] Não houve, pois, um capitalismo organizado na Colônia, mas apenas uma ação do capitalismo europeu sobre a Colônia, daquele tipo que Max Weber chamou de "capitalismo flibusteiro, a face anversa da ética protestante".²⁹⁶

Ademais, a cidade colonial brasileira constituía-se fundamentalmente como garantia do latifúndio:

Dada a organização administrativa do município, constituído pelo rocio e seu termo, todas as propriedades rurais e urbanas, e seus detentores, se encontravam sob a jurisdição da Câmara Municipal. Mas dentro do espaço geográfico e jurisdicional do município, os detentores da propriedade e do latifúndio constituíam a classe mais poderosa. Eles eram os homens bons, os "nobres", que chefiavam uma grande família, que possuíam uma clientela, que eram donos dos escravos e da produção e que executavam o sentido econômico da colonização. A esse poder que lhes vinha da própria estrutura da colonização, juntaram, desde o início, o poder político, pelo domínio das Câmaras Municipais.²⁹⁷

A análise de Brasil sobre a cidade colonial brasileira constituiu-se em um estudo extenso desde a posse e a ocupação da terra, da abertura de caminhos e do povoamento de núcleos locais no sul do país. E o que o autor aponta como característica fundamental na constituição das cidades coloniais é justamente a formação do elo destas com a posse da terra. Ou seja, à medida que as cidades organizavam-se política e administrativamente, mais se garantia o poder e o domínio da terra na forma de latifúndio. E os caminhos viriam a ser o elemento-chave da conquista e ocupação da terra, possibilitando a posse efetiva pela circulação da terra desconhecida como o estabelecimento de fronteiras políticas à colônia.

296 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates...**, p. 15-16, jun. 1985.

297 MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates...**, p. 15, jun. 1985.

Entretanto, embora definindo a cidade colonial como um fenômeno urbano capitaneado por elementos regionais, tais considerações não configuravam para Machado como características históricas regionais, mas inseridas e demarcadas por características inerentes de um contexto nacional de formação colonial.

5.3 O modelo de explicação histórica de Brasil Pinheiro Machado

A busca por um modelo de explicação histórica em Brasil encontra apoio teórico tanto na proposição braudeliana que se identifica pelo estudo das estruturas, das permanências e da longa duração como pela procura em estabelecer uma tipificação weberiana como forma de apreender os fundamentos gerais de uma história que tivesse como eixo norteador o estudo das migrações populacionais.

A “comunidade” seria o núcleo central das indagações do autor e, como no caso da história regional paranaense, o modelo de explicação fundamentaria-se a partir de “células fundamentais”. Assim, o Paraná Tradicional constituiria-se em resultado da migração paulista, considerando a história das migrações em nível nacional. Partindo desse pressuposto, a história regional delineava-se por critérios de uma “história espontânea”, tendo em conta o cotidiano específico das comunidades.

O modelo de explicação histórica foi publicado originalmente em 1951²⁹⁸, conforme se tratará no tópico a seguir. Neste estudo, Brasil lança os fundamentos para a investigação de uma história regional, buscando uma explicação histórica calcada na expansão do território paranaense, a partir de pressupostos históricos nacionais em “quatro séculos e meio” de “posse contínua” e pelo “contínuo adaptar de uma cultura”.

5.3.1 Uma sinopse da história regional do Paraná

Brasil, ao esboçar em 1951²⁹⁹ uma sinopse da história regional, certamente fez jus ao significado do termo “sinopse”³⁰⁰, lançando uma visão de conjunto acerca do que entendia como ponto essencial ao estudo da história regional do Paraná.

Para tanto, o estudo histórico deveria estar tomado de um espírito de superação e não de veneração do passado:

298 Em 1978, Machado expõe em conferência pronunciada no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR uma proposta de pesquisa que se assentava sob o título “Bases para uma História Social da Sociedade Provincial”. Nesse estudo, a comunidade continuaria a ser o ponto de partida, procurando, no entanto, as especificidades dos grupos sociais como agentes históricos participantes de atividades cotidianas. O foco de análise partia de grupos que compusessem a estrutura dominante, tendo como eixo norteador a categoria de “Senhor X Escravo”. Sugerem-se as leituras de: RITTER, Marina Lourdes Ritter. **Caminhos para a história do Paraná**: Brasil Pinheiro Machado e o modelo de formação das comunidades, IHGB, Estante Paranista, 14, Banestado, 1882, p. 437-455; e de CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. **História: Questões e Debates...**, p. 5-13, jun. 1981.

299 “Esboço de uma Sinopse de História Regional” foi publicado originalmente em 1951 pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Posteriormente, foi publicado pela Revista História: Questões e Debates, n. 8, jul-dez. 1987. O texto aqui utilizado é uma republicação do original na obra: Poemas seguidos de dois ensaios, publicada pela Imprensa Oficial do Paraná, em Curitiba, no ano de 2001.

300 De acordo com Ferreira, do grego synopsis, pelo latim synopsis, significa: “Golpe da vista lançado sobre uma ciência, um objeto de estudo ou de pesquisa” (SINOPSE. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa...**, 1986. p. 1592).

Tendo a profunda consciência de que é um ser histórico, o homem moderno cada vez mais perde a atitude de venerador do passado para fazer de centro de suas aspirações vitais as esperanças no futuro, e se convencer, cada vez mais, de que a construção do futuro é uma libertação do passado, que depende de seu discernimento, de seu esforço, de sua ação e, conseqüentemente, da compreensão da própria história.³⁰¹

Dessa forma, para a compreensão da história de um povo, o ponto inicial seria sobre sua formação e como esta estaria enredada pela conquista e pela posse contínua do território. A partir daí constituiriam-se as bases para o estudo da história regional do Brasil: “A história nacional do Brasil é, antes de tudo, a história da formação de um povo, da transmissão de uma cultura, sobre a conquista de um território, pelo estender de uma posse contínua [...]”.³⁰²

Tais princípios históricos apoiavam-se na história delineada por Martius³⁰³, quem, segundo Brasil “[...] lançou as idéias fundamentais para a compreensão da história da formação brasileira”.³⁰⁴

Martius alertava para a divisão da história em épocas, evitando assim o tipo de história regional ou local que até então se produzia e que ao ver de Martius era “própria dos cronistas e eruditos”. Para ele, as questões históricas nacionais deveriam sobrepor-se às histórias regionais, superando a visão de que a história nacional constituía-se em um apanhado geral de histórias regionais. Assim, Martius não somente denunciava “localismos exagerados”,

301 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios...**, 2001. p. 53.

302 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios...**, 2001. p. 54.

303 Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), viajante alemão, com formação em botânica, foi premiado em 1840, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, com a melhor escrita sobre a História do Brasil. A monografia “Como se deve escrever a História do Brasil” foi publicada na Revista do IHGB, em 1845, caracterizando-se como um grande projeto histórico, capaz de estabelecer linhas mestras e garantir a identidade brasileira: “Surgiu de seu projeto a interpretação do Brasil, do primeiro Brasil-nação, que se entranhou profundamente nas elites e na população brasileira” (REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...**, 1999. p. 26).

304 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios...**, 2001. p. 54.

tendo em vista a "desunião" das províncias, mas alertava que as histórias locais e regionais acabavam mesmo por constituir a "história básica da formação nacional".³⁰⁵

Ao historiador caberia, portanto, ser, tal como Martius, um viajante, conhecedor da vida e dos costumes nas diversas províncias que compõem o Brasil. O historiador deveria ser capaz de reunir as diferenças provinciais encontradas, em prol de um "Brasil unido, monárquico, cristão [...] contra a desconfiança entre as províncias, contra a fragmentação do território e a agitação republicana".³⁰⁶

O projeto de Martius reforçava mesmo os laços políticos do jovem Imperador ao "Brasil-nação" que ora se formava e que desdobrava seu alcance político às elites provinciais. Tomando o poder do Imperador como foco, as histórias regionais deveriam ser escritas e ter, fundamentalmente, o objetivo de reforçar a escrita de uma história única, nacional. E à unidade almejada era imperativo que se dissipassem as diferenças regionais:

Von Martius, além de enfatizar a mescla de raças que singularizava o Brasil, embora privilegiando a raça branca, considera que o historiador do Brasil deverá fazer uma história da unidade brasileira. A história do Brasil deverá ser centralizada no imperador. Apesar da variedade de usos e costumes, dos climas, das atividades econômicas, das raças e da extensão territorial, o historiador deverá enfatizar a unidade. À diferença, ele deverá dar um tratamento comum. Como a extensão territorial dificulta essa unificação, ele propõe que se façam histórias regionais que garantam uma direção à centralização. Por exemplo: as histórias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás são convergentes; as histórias do Maranhão, Pará, Amazonas também convergem; as histórias da Bahia, Pernambuco, Ceará convergem igualmente. Assim, as histórias regionais mais amplas diminuiriam as diferenças locais, e se tenderia progressivamente a uma história nacional.³⁰⁷

305 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios...**, 2001. p. 55.

306 REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...**, 1999. p. 28.

307 REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...**, 1999. p. 28.

E para Brasil, João Ribeiro³⁰⁸ foi “o mais profundo continuador” da diretriz histórica de Martius:

Sua pequena mas inestimável obra *História do Brasil* apareceu em 1900. Aí o historiador declara ser o “primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese”, que muito se distinguia dos precedentes autores, que não seguiram outro caminho senão “o da cronologia e da sucessão de governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por *múltiplos estímulos em diferentes pontos*.”³⁰⁹

Considerando certamente os diferentes contextos históricos de Martius e de Brasil e com isso as diferentes projeções teóricas do próprio campo de conhecimento da história ao longo das décadas que os separam, pode-se notar que, conforme referencia o próprio Machado, assim como Martius lançou um projeto de história nacional calcado numa visão de unidade a ser reforçada pela convergência das histórias regionais, Brasil encontra inspiração e propõe diretrizes para uma história regional do Paraná, tendo em conta o contexto nacional de formação do povo e a posse contínua do território.

Brasil reforça ainda mais a atenção para a obra de João Ribeiro, como aquele quem “[...] estabeleceu definitivamente as bases fundamentais da história interna no rumo delineado por Martius”. E o que Martius delineou como

308 João Ribeiro, nascido em Sergipe em 1860, ao publicar “História do Brasil” em 1900, pode ser considerado como um inovador doutrinário na historiografia nacional. Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre e Euclides da Cunha, são alguns dos nomes de estudiosos do Brasil que referenciaram a obra de João Ribeiro. A produção histórica de João Ribeiro apontava para os princípios da *Kulturgeschichte*. Tal movimento historiográfico alemão, ao evidenciar estudos culturais, renovou a visão tradicional da história – que enfatizava essencialmente aspectos políticos e administrativos, numa história que ficou conhecida como a dos grandes vultos e dos grandes nomes. Joaquim Ribeiro, filho de João Ribeiro, ao prefaciar a 18. edição de História do Brasil atenta que: “João Ribeiro algebriza a formação do povo brasileiro, fixa as tendências e as características da nossa coletividade e formula as linhas gerais do nosso destino histórico, além de subordinar a nossa história aos liames que nos ligam à cultura ocidental. Nenhum historiador, antes dêle, havia traçado tal configuração cultural do nosso passado e, antes dele ainda, nenhum outro historiógrafo havia aplicado ao Brasil a metodologia da *Kulturgeschichte*” (RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 18. ed. revista e completada por Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 196 4, p, v).

309 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios...**, 2001. p. 56.

“história interna” do Brasil e seus fundamentos, pode-se definir como o “conjunto de histórias regionais” ou a “[...] história que se faz, *ao mesmo tempo, em diferentes pontos* do território, e por *múltiplos estímulos*”.³¹⁰

É nesse sentido de “história interna”, que Brasil irá formular capítulos para a história regional paranaense, de acordo com “múltiplos estímulos” e em “diferentes pontos”, processando-se na própria história nacional.

Ao estabelecer em capítulos, tópicos referenciais para o estudo da história regional paranaense, Brasil esclarece que são dois os planos de expansão demográfica no Brasil (QUADRO 4).

CAPÍTULOS DA HISTÓRIA REGIONAL PARANAENSE* (continua)	
1.º	<i>Dos primeiros estabelecimentos portugueses na costa sul do Brasil, visando o domínio dos caminhos que levavam à bacia do paraná, e conseqüente exploração do ouro de lavagem que propiciou a fundação de Paranaguá e, mais tarde, transpondo a serra, a fundação de Curitiba.</i>
2.º	<i>Da expansão espanhola, tendo como centro Buenos Aires e Assunção e formação das províncias castelhanas e reduoes jesuíticas, até aos ataques dos bandeirantes paulistas e conseqüente guerra que findou em Mboror em 1641.</i>
3.º	<i>Deve compreender a história diplomática da conquista das fronteiras do sul do Brasil, desde o decreto do rei português Pedro II, de 12 de novembro de 1678, até o final da questão da Cisplatina. E deve abranger as guerras que ocasionou no sul, que tem como início a fundação da Colônia do Sacramento e como resultado a conquista do Ro Grande do Sul.</i>
4.º	<i>Versará sobre as transformações políticas que tiveram início no século XVIII, desde o governo de Rodrigo Cesar de Menezes, que assinala a passagem do predomínio grupal e das Câmaras Municipais para o domínio do capitão-general e da província e conseqüente predomínio do Estado organizado.</i>
5.º	<i>Será o da transformação do Paraná com a abertura da estrada de Laguna, em 1731, que ligou as populaoes do Ro Grande às de São Paulo, através de Curitiba. É o tempo das tropas e tropeiros, do intenso comércio de gado e da intensa militarização da Capitania de São Paulo. É o tempo da expansão da população pelos Campos Gerais e da fundação das fazendas de criar. E é a ocasião de se estudar a figura de Cristovm Pereira de Abreu.</i>
6.º	<i>Deve compreender a época do governo do Morgado do Mateus e as diretrizes da política de fronteiras na segunda metade do século XVIII. Deve compreender a ação de Afonso Botelho na execução dessa política no Paraná e o estudo das expedioes que entraram pelos ros e sertões nessa época, e seus resultados. E deve ser rematado pela expedição de Diogo Pinto ao sertão de Guarapuava, de que resultou o definitivo povoamento desses campos.</i>

310 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios...**, 2001. p. 56-57.

CAPÍTULOS DA HISTÓRIA REGIONAL PARANAENSE* (continuação)

7.º	<i>Deve compreender o estudo dos primeiros caminhos naturais de penetração e o desenvolvimento das estradas, suas direções e influências no desenvolvimento e variação das populações.</i>
8.º	<i>Será o da história da idéia autonomista; sua origem, sua evolução, as razões de sua necessidade, os acontecimentos que o fortaleceram e tornaram-na possível. Útil será, também, o estudo comparativo com a forma pela qual se fez a autonomia de outras províncias que se desgarram dos blocos regionais.</i>
9.º	<i>Poderá ser o da conquista da terra pelo proprietário privado, a história geral do seu aproveitamento e do tipo de vida rural do século XIX.</i>
10.º	<i>Deve ser a história da vida política da Província, dentro do conjunto da vida política do Império e com as peculiaridades que a caracterizam. A história e a evolução das instituições provinciais e municipais. As grandes diretrizes administrativas. As organizações partidárias e suas lutas eleitorais e programáticas.</i>
11.º	<i>Investigar-se-á a atitude da Província nas grandes questões internacionais do Império: a do tráfico de escravos, as questões platinas e a guerra do Paraguai.</i>
12.º	<i>Poderá ser a história da estrutura econômica da população, com o sistema de produção sobre a escravidão. Deverá investigar o regime real de escravidão negra, sua origem, seu desenvolvimento e sua influência e efeitos da abolição.</i>
13.º	<i>Poderá compreender a atitude do Paraná nas agitações políticas dos últimos anos do Império, da guerra do Paraguai em diante. Da proclamação da República e da instalação dos primeiros governos republicanos e suas atitudes em face das grandes dificuldades do momento.</i>
14.º	<i>Deverá ser o da história da revolução de 1894, com seu desenvolvimento ideológico e suas conseqüências no campo político.</i>
15.º	<i>Deve ser a história política do Paraná sob o regime da República constitucional de 1891, desde a Consolidação até a revolução de 1930. Seu sistema de chefias, estadual e municipal. Seus grandes rumos administrativos. O funcionamento prático de suas instituições estaduais e municipais.</i>
16.º	<i>Versará sobre as questões de limites interestaduais, especialmente a questão do Contestado. Suas origens, desenvolvimento, solução e conseqüências históricas.</i>
17.º	<i>Deve ser a história da revolução de 1930 no Estado. Suas origens presas ao desenvolvimento da política nacional e suas peculiaridades locais. Seus acontecimentos, a instalação dos governos das interventorias. Os reflexos da revolução paulista de 1932, a constitucionalização de 1935, o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, o governo do "Estado Novo", o golpe de 29 de outubro de 1945.</i>
18.º	<i>Deverá compreender a evolução da vida econômico-social da população, nos seus vários ciclos, nas suas conseqüências históricas, estabelecendo determinados tipos de vida e criando as "aristocracias" do ouro, do gado, da erva, da madeira, das terras e do café.</i>
19.º	<i>Deverá versar sobre a reorganização do trabalho livre sobre o influxo da imigração estrangeira. Deverá estudar as origens das correntes imigratórias, sua localização no território; a experiência de sua adoção; sua marginalidade inicial; seu crescimento e assimilação; sua influência sobre a velha sociedade luso-brasileira que ao seu contato se modificou. As grandes famílias que dela surgiram e a conquista da igualdade social entre luso-brasileiros e os descendentes dos antigos imigrantes.</i>

CAPÍTULOS DA HISTÓRIA REGIONAL PARANAENSE* (conclusão)	
20.º	<i>Deve ser o da história do desbravamento do norte do Paraná, fundação e desenvolvimento de suas cidades e de sua vida econômica e social.</i>
21.º	<i>Deverá ser a história da corrente migratória proveniente do sul do país, que vai penetrando pelo sudoeste do Estado e se espraiando em direção norte. Deverá estudar sua origem, seus precedentes, a fundação dos novos núcleos que tem produzido seu tipo de vida e trabalho e seu contato com as velhas populações.</i>
22.º	<i>Deverá o historiador do Paraná estudar, de maneira geral, a diretriz política e administrativa dos governos estaduais desde 1930, e a posição que o Paraná conquistou na Federação.</i>

QUADRO 4 - CAPÍTULOS DA HISTÓRIA REGIONAL PARANAENSE

Fonte: MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

Nota:

* Dados retirados, na íntegra, de “Esboço de uma sinopse regional da história do Paraná”.

Num primeiro plano, ocorrem fundações de núcleos enquanto “células fundamentais”. A expansão desse núcleo pode se dar por “processo natural”, sem uma finalidade expressamente política, seguindo “múltiplos estímulos” de uma expansão demográfica “natural” e constituindo-se no “Brasil Brasileiro”, ou no “sedimento” da nacionalidade, tendo por eixo geográfico o rio São Francisco:

O processo, em largos traços, é este: primeiro se fundam núcleos, de onde parte a expansão para o interior. São as *células fundamentais*. A expansão que daí parte é a expansão natural de uma população que vai se assenhoreando das regiões geográficas mais próximas, num movimento natural de expansão demográfica, sem finalidade política, sem finalidade nenhuma, mesmo, a não ser a sua própria subsistência, na cultura da cana, na criação do gado, na procura do ouro, na caça ao índio. São os *múltiplos estímulos* a que se refere João Ribeiro. Essa expansão é espontânea, puramente popular, sem as peias nem as tiranias do longínquo e ausente governo e, por isso mesmo, é inteiramente brasileira. A vasta área geográfica conquistada por essa expansão espontânea e livre de coações governamentais tem por eixo o rio São Francisco, e constitui a camada sedimentar da nacionalidade, que João Ribeiro chamou de “Brasil brasileiro”.³¹¹

311 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios**..., 2001. p. 57.

Um outro tipo de expansão apontada por Brasil Pinheiro Machado, que não é a espontânea e compreende a área em que está inserida, o Paraná é aquela que constitui o Brasil que não é o “Brasil Brasileiro”:

[...] obra delineada pelos estadistas portugueses, ministros do reino, vice-reis do Brasil e capitães-generais, impelindo a população a se distender num plano político previamente traçado, para atingir as fronteiras naturais do Brasil que estavam na bacia do Prata-Paraná-Paraguai e na bacia do Amazonas.

Este movimento de povoamento político e oficial, com a coação do governo, acabou por conquistar, pela posse e pelos tratados diplomáticos, a extensa área distante do rio São Francisco e que é constituída pelo interior dos atuais Estados do Paraná, Santa Catarina, por todo o Rio Grande do Sul e, ao norte, pelo Estado do Amazonas e interior do Pará.

Esse é um Brasil que não é o brasileiro.³¹²

O “caso da formação do Paraná” compreende expressamente o processo de povoamento do Brasil que não é o “Brasil Brasileiro”, constituindo-se pelo delineamento político português, a partir de “células fundamentais”. Brasil Pinheiro Machado demarcou a formação histórica regional paranaense desde quando se esboçava enquanto um núcleo de expansão paulista até a sua consolidação política regional, quando conferia ao subnúcleo paulista de Curitiba o centro de irradiação de conquista e posse territorial:

Primeiro, o atual território do Paraná estava compreendido nos rumos da expansão espontânea do núcleo paulista, por meio da qual se formaram os subnúcleos do litoral, pelo estímulo do ouro de lavagem, e Curitiba, no seu início, pelo mesmo estímulo.

E pelo estímulo da caça ao índio, são rechaçados os jesuítas espanhóis do oeste.

A expansão espontânea dos paulistas em território hoje paranaense pára aí.

Vem logo, no século XVIII, o segundo grande processo de expansão, que é o oficial, e que leva a conquista, pela posse, até o domínio da bacia do Paraná-Paraguai.

É nessa fase que o pequeno subnúcleo paulista de Curitiba adquire sua autonomia e se torna centro de irradiação da conquista de uma

312 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios...**, 2001. p. 57.

parte do território, que iria, afinal, constituir a Província e o Estado do Paraná.³¹³

Partindo desses fundamentos de análise, Brasil Pinheiro Machado considera que a história regional do Paraná é mais um dos capítulos da história regional do Brasil, mas que, pelo viés regional, adquiriu “individualidade distinta”.

* * * * *

Essa compreensão da formação histórica paranaense do autor justifica sua *trajetória* de caráter avesso ao provincianismo e de *luta simbólica* demarcada pela contraposição aos *já-ditos*, que reiteradamente tendem a evidenciar discursos eficazes acerca das características identitárias regionais.

A busca de um “modelo de explicação histórica” e do “fenômeno urbano em termos teórico-conceituais” revelam que, ainda que Brasil não tenha seguido o caminho poético, mas fundamentado seus estudos na área da história, muitos de seus posicionamentos advêm de suas experiências partilhadas tanto no Grupo Antropofágico como na Revista Joaquim.

E se o Paraná trazia em sua formação uma série de “incharacterísticas”, Brasil encontrou fundamentação teórico-metodológica para tal proposição. Para tanto, produziu, de forma conjunta, estudos sobre a estrutura agrária e a formação histórica dos Campos Gerais, bem como sobre o processo de posse e ocupação do Paraná Tradicional e do Paraná Moderno. É o que se irá abordar no próximo capítulo.

313 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios...**, 2001. p. 58.

CAPÍTULO VI

BRASIL PINHEIRO MACHADO E SUA PRODUÇÃO CONJUNTA

6.1 A produção conjunta de “Balhana, Machado e Westphalen” e a produção historiográfica do Departamento de História da UFPR

Brasil Pinheiro Machado, Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen podem certamente ser considerados autores de considerável relevância para o estudo da história regional do Paraná.

A produção conjunta de “Balhana, Machado e Westphalen” constitui-se em referência à própria produção historiográfica paranaense. Dentre as obras mais referenciadas em estudos que envolvem temas sobre o Paraná, optou-se por delimitar esse estudo para as seguintes produções, consideradas marcos da historiografia paranaense: “Campos Gerais - Estruturas Agrárias” (1968) e “História do Paraná” (1969).³¹⁴ Também se abordou sobre a publicação de dois artigos no Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, enquanto estudos anteriores às obras referidas, que são “Contribuição ao estudo da história agrária no Paraná” (1963) e “Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno” (1968).

A abordagem do contexto teórico dessa produção conjunta partiu, necessariamente, de uma análise sobre a produção historiográfica do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, que, afinal, foi um núcleo gerador em que se desenvolveram pesquisas sobre o Paraná e a esse núcleo somem-se os trabalhos de Brasil Pinheiro Machado, Altiva Pilatti

314 Atente-se que nas duas primeiras obras o prefácio é de Bento Munhoz da Rocha Netto, em que expõe uma compilação de estudos regionais acerca da história paranaense, conforme tratado nos capítulos sobre o referido autor.

Balhana e Cecília Maria Westphalen, que, atuando por mais de três décadas neste departamento, alicerçaram uma gama de pesquisas acerca do regional, constituindo-se em marcos referenciais no estudo da história do Paraná.

A fim de compreender a produção intelectual da academia como uma representação da intelectualidade no Paraná tomou-se como ponto de análise o levantamento realizado pelo professor Euclides Marchi do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, trabalho este que se origina do projeto de pesquisa “Perfis Historiográficos: Avaliação da Produção Científica do Departamento de História da UFPR – 1959-1989”.

O recorte temporal do projeto teve como referência a criação do Departamento de História em 1959, logo após seu desmembramento do Departamento de Geografia e o início de um processo acelerado de aposentadoria dos professores do departamento a partir de 1989.³¹⁵

Foram identificados três eixos temáticos de pesquisa: História Demográfica (população, imigração, família e fecundidade), História Econômica (agricultura, indústria, extrativismo, transportes, finanças, preços, abastecimento e mercado) e História Social (trabalho, escravidão, sindicalismo, cultura, religião e saúde).

Foi verificado que, na década de 1950, as pesquisas giravam em torno da História do Paraná:

Identificando-se com algumas questões teóricas levantadas pela História Demográfica, História Econômica e fazendo recortes geográficos e metodológicos em torno da História Regional. Bento Munhoz da Rocha, Homero de Barros, Brasil Pinheiro Machado, Cecília M. Westphalen, Altiva P. Balhana e Odah R. G. Costa

315 O autor utilizou o seguinte critério metodológico: “[...] organizou-se a leitura obedecendo a uma tipologia da produção assim definida: teses, dissertações, artigos e outras modalidades de textos. Essa tipologia permitiu conhecer as pesquisas básicas, fazer o cruzamento de dados, estabelecer recortes temáticos, verificar as opções metodológicas e os posicionamentos teóricos das obras e de seus respectivos autores” (MARCHI, Euclides. Perfis historiográficos: avaliação da produção científica do Departamento de História da UFPR – 1959/1989. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 5., 1997, Ponta Grossa: ANPUH-PR, 1997, p. 413).

realizaram estudos que priorizaram temas como Estruturas Agrárias, Campos Gerais, Povoamento do Paraná, Imigrações e Imigrantes, Comércio e Transportes. Na década de sessenta, a eles se somaram os professores Odah Regina Guimarães Costa, Rui C. Wachowicz, Oksana Boruszensko, Jayme Antonio Cardoso, que despontavam no cenário da produção científica paranaense com diversos títulos que exploravam temas regionais.³¹⁶

Note-se que o recorte regional foi tema de estudo acentuadamente nas décadas de 1950 e 1960, seguindo critérios da história demográfica e econômica, buscando pautar-se pela relevância aos aspectos econômicos e sociais paranaenses.

Ainda sob a ótica demográfica e econômica foram enfocadas as pesquisas da primeira turma de mestrado, em 1972, com inspiração teórica francesa e inglesa, tendo como referencial as propostas do *Institut National d'Études Demographiques* e do “grupo de Cambridge”. Os trabalhos realizados pelas propostas da História Demográfica:

[...] estiveram voltados mais para as técnicas de realização das pesquisas do que propriamente para as questões metodológicas. Neles destaca-se o uso de fontes primárias, especialmente das listas nominativas de habitantes, registros paroquiais e cartoriais, de impostos, balanços de importação e exportação. O tema da família (casamento, filhos, mortalidade, etc) mereceu a atenção da maior parte dos historiadores.³¹⁷

Segundo ainda o Professor Euclides Marchi, os historiadores da História Econômica, ao seguirem as indicações teórico-metodológicas de Fernand Braudel e de seu discípulo Frédéric Mauro, irão dar especial fundamentação à questão metodológica enquanto finalidade prática, atentando-se para a compreensão de questões relacionadas ao desenvolvimento econômico das regiões pesquisadas.

316 MARCHI, Euclides. Perfis historiográficos..., 1997, p. 414.

317 MARCHI, Euclides. Perfis historiográficos... 1997, p. 415.

Foi também na década de 1970 que o Departamento de História empenhou-se em atribuir às suas pesquisas enfoques interdisciplinares, tendo como base teórica, fundamentalmente, a renovação teórico-metodológica da história propiciada pela Escola de *Annales*.

Somente a partir da década de 1980 é que os professores do Departamento de História romperam com os pressupostos demográficos e econômicos, enfocando pesquisas a partir de critérios da História Social:

Esta transição deu-se especialmente no momento em que os pesquisadores passaram a freqüentar outros centros para fazer seus doutorados. A História Social passou a predominar na década de 80 inspirada sobretudo nos trabalhos de Thompson e Foucault. Suas preferências temáticas foram a família, imigração, saúde e doença, escola e educação, escravidão, vigilância e punição.³¹⁸

Os cruzamentos analíticos da produção historiográfica do Departamento de História da UFPR, tendo em conta recortes temáticos, cronológicos e geográficos, bem como as concepções teórico-metodológicas predominantes em cada contexto, indicaram que, no decorrer de trinta anos de história do departamento, o estudo sobre o regional apresentou a seguinte característica:

O cruzamento dos dados geográficos revelou que a preferência incidu sobre o Paraná nas seguintes porcentagens: 16,82% trataram do Brasil, 55% referiam-se ao Paraná, 19,66% a Curitiba, 4,5% à Região Sul do Brasil e 4,1% abordaram assuntos gerais. O fato de a preferência geográfica e temática incidir sobre o Paraná e majoritariamente Curitiba, com algumas incursões sobre a Região Sul do Brasil, pode ser explicado por dois fatores. Em primeiro lugar a disponibilidade de fontes e arquivos e, em segundo, a valorização do regional.³¹⁹

Nesses estudos, que se pautavam pela valorização do regional, atentou-se ainda que, dentre os autores mais citados, encontravam-se Brasil Pinheiro

318 MARCHI, Euclides. Perfis historiográficos..., 1997, p. 416.

319 MARCHI, Euclides. Perfis historiográficos..., 1997, p. 420.

Machado, Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen, consistindo mesmo em influências teórico-metodológicas e que representaram fundamental contribuição na produção da História Regional do Paraná.

Destaque-se, ainda, a influência teórico-metodológica dos *Annales* na produção historiográfica regional, acentuadamente trabalhada nos cursos de pós-graduação promovidos pelo Departamento de História da UFPR.

6.1.1 A Escola dos *Annales* e o contraponto de gerações

A reflexão acerca dos processos epistemológicos da história permite a apreensão de estudos historiográficos. Ao se buscar compreender o contexto em que a Revista dos *Annales* foi publicada, cuja primeira edição é de 1929, faz-se necessário buscar conhecer os caminhos epistemológicos da história e suas historiografias.

Segundo a visão teórico-metodológica dos *Annales*, os estudos que se pautavam tanto pela História Tradicional quanto pela vertente positivista, careciam de ser revisitados. Pode-se atribuir uma sinonímia entre Positivismo e História Tradicional, certamente porque ambos correspondem aos critérios políticos da ordem constituída. No entanto, enquanto a História Tradicional de Ranke escrevia sobre o eventual, os grandes feitos e personalidades marcantes, os seguidores de Comte repudiavam a história dos ínfimos detalhes e defendiam uma história sem nomes, mas que acentuadamente corroboraram para a construção de mitos e heróis enquanto símbolos de identificação coletiva.

Já a Escola dos *Annales* e suas três gerações vinham com novas e possíveis propostas de apreensão do conhecimento. E de seus desdobramentos historiográficos ressaltou-se sua postura de enfrentamento teórico à visão tradicional da história pelos argumentos de uma “história-

problema”, incitada pelos historiadores da 1.ª Geração, Marc Bloch e Lucien Febvre. De Fernand Braudel, da 2.ª Geração, que inaugurou a trilogia dos tempos sociais (estrutura, conjuntura e acontecimento), possibilitando a explosão dos estudos seriados. Da “História em Migalhas”, que trabalhou com a fragmentação de objetos no estudo histórico e que caracterizariam os estudos da 3.ª Geração dos *Annales*.³²⁰

Atente-se, ainda, que a partir dos *Annales*, abriram-se possibilidades de interações interdisciplinares da história com as ciências sociais. Assim, os estudos que se seguiram às novas argumentações de pesquisa, calcadas em uma perspectiva interdisciplinar frente ao paradigma da História Tradicional que enfatizava a história política calcada em fontes oficiais, possibilitou-se o delineamento de uma história que doravante partisse de problemáticas individuais e/ou sociais, ou seja, de uma história em movimento, facultando ao pesquisador a utilização de variadas fontes e de novos métodos.

A história já vinha, desde a década de 1930, com Marc Bloch e Lucien Febvre, buscando uma renovação científica, capaz de apreender uma “história-problema”, envolvida com a história presente. Interrogava-se sobre a validade única das fontes oficiais, questionando a forma positivista e historicista da história factual praticada pela Escola Metódica.³²¹

320 Segundo François Dosse: “A história em migalhas visava em parte à desconstrução da escrita histórica preconizada por Pierre Nora em sua coleção *Bibliothèque des Histoires*, da Gallimard. Mais uma vez, é necessário um deslocamento do olhar pois, com recuo, percebi a fecundidade desse questionamento dos esquemas globais que era preciso desconstruir, já que todos postulavam um sentido pré-existente da história, que dava respostas antes de fazer perguntas à experiência histórica. Por outro lado, o próprio Pierre Nora, depois de saudar e participar desse esfacelamento da história, lançou-se do imenso trabalho de *Les lieux de mémoire* (Os lugares da memória), que pode ser percebido como uma retomada de sentido, um sentido que vem depois da desconstrução e que reinsere a perspectiva de apropriação em uma dimensão pluralizada [...]” (DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 25).

321 Contrariando ao que Langlois e Seignobos defendiam em seu manual sobre o método em história, Marc Bloch afirmou que “o ‘stock de documentos’ de que a história dispõe não é limitado; sugere não utilizar exclusivamente os documentos escritos e recorrer a outros materiais: arqueológicos, artísticos, numismáticos, etc.” (BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Ed. Europa, América, 2000. p. 125).

Mas nas décadas de 1960 e 1970 a história se identifica com o estudo das estruturas³²², deixando mesmo de se interrogar para se autoafirmar enquanto ciência, face às ciências sociais, possuidoras de um corpo científico e dotadas de metodologias que referenciavam estudos estruturais acerca do social.

Fernand Braudel, ao enfatizar o tempo longo na história, acaba por responder à crítica de Levi-Strauss de que a história era incapaz de ser uma ciência, pois não era detentora de rigor científico.

A análise braudeliana, que se funda na temporalidade enquanto objeto fundamental da história, afirmou-se pelo viés estrutural, trazendo consigo a idéia de história serial, que caracterizaria os trabalhos da 2.^a Geração dos *Annales*. A história passaria então a ser fundamentalmente pautada pelas análises quantitativas e demográficas³²³, voltada para um projeto de história total, firmado por regularidades.³²⁴

322 O estruturalismo emergiu como um modelo teórico que iria contra o paradigma existencialista, que predominava enquanto uma teoria da filosofia do sujeito desde a década de 40. Já a partir da década de 50, e com mais rigor nas décadas de 60 e 70, novas formas de se conceber as ciências foram pouco a pouco substituindo o pensamento existencialista, para esquematizar-se num paradigma reinante, que foi o estruturalismo. Se com o existencialismo o cerne dos debates teóricos refinavam-se filosoficamente, com o estruturalismo cedeu-se lugar ao rigor científico das ciências sociais.

323 A grande lacuna que pode ser apontada nos estudos que se pautaram pelo viés teórico-metodológico dos *Annales* foi o abandono aos aspectos políticos da história, tornando-se inoperante em vista dos grandes acontecimentos do século XX, que demarcaram profundas transformações no campo político e social. Em contrapartida, sucedia-se uma renovação epistemológica da história pelas correntes historiográficas estrangeiras como a história italiana, a guinada lingüística americana ou a história social inglesa, já que a partir dos anos 80 efervesce a fenomenologia e o pragmatismo, valorizando o estudo do subjetivo, do intencional, do cognitivo.

324 O Mediterrâneo na época de Felipe II fundamentou-se numa história quase imóvel, lentamente ritmada, estrutural: “A obra, característica do espírito dos *Annales*, volta as costas à tradição da “história historizante”. O personagem central não é Felipe II, um homem de Estado, mas o Mediterrâneo, um espaço marítimo. F. Braudel impregnou-se das lições da geografia humana: no Quadro da França de P. Vidal de la Blanche, nas teses regionais de R. Blanchard, de J. Sion, ou de A. Demangeon, que davam conta da formação das paisagens ao considerarem as evoluções históricas. F. Braudel também se inspirou na experiência de L. Febvre, que iniciara o diálogo entre a geografia e a história em *A Terra e a Evolução Humana*” (BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas...**, 2000. p. 125).

Ainda nos anos 1970, uma Nova História, também conhecida como Antropologia Histórica, passaria a caracterizar o que se pode chamar de uma 3.ª Geração dos *Annales*. Os objetos da história, neste momento, estariam estreitamente ligados a objetos antropológicos, pelos quais os historiadores sofrerão pesadas críticas por uma suposta inconsistência teórica em estudos tradicionalmente tratados pela antropologia.

Focalizavam-se, assim, estudos estruturais sobre casamento, parentesco, família, alimentação, rituais, bem como temas ligados a emoções, simbologias, sentimentos, bruxarias... Enfim, iniciava-se uma nova era que acabaria por se reverter ao estudo do fragmento anticronológico, do qual François Dosse alertaria com a obra *História em Migalhas*, nos anos 1980, acerca de uma considerável fragmentação de objetos nas produções históricas.

No entanto, a análise proposta sobre a produção conjunta de Brasil Pinheiro Machado, Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen, toma como ponto de referência especialmente a ótica teórico-metodológica da 2.ª Geração dos *Annales*, que se orienta pelo viés estrutural e interdisciplinar, utilizando-se do foco regional como forma de apreender o estudo das estruturas agrárias.

6.2 Contribuições de Brasil Pinheiro Machado ao estudo da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais

Em 1963, cinco anos antes da publicação de “Campos Gerais – Estruturas Agrárias”, Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana publicam o artigo “Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná”, que se constituiu num direcionamento teórico referencial aos estudos sobre a estrutura agrária regional que se sucederam, especialmente em trabalhos de pós-graduação do Programa em História do Brasil da UFPR³²⁵.

Altiva Pilatti Balhana tratou do tema da “Mudança na Estrutura Agrária dos Campos Gerais”, enquanto Brasil Pinheiro Machado inicia o artigo com a “Formação Agrária Tradicional dos Campos Gerais”³²⁶, que irá se abordar neste item.

325 As revistas da Associação Paranaense de História – APAH trazem sem seus apêndices relação das dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, nas quais se constata que o tema sobre as estruturas agrárias no Paraná foi reiteradamente tratado enquanto tema de pesquisa histórica.

326 O autor apresenta uma vasta listagem de referências documentais utilizadas na elaboração do artigo, dentre as quais citem-se: Relatórios de Presidentes de Província de São Paulo e do Paraná, Boletins do Arquivo Municipal e da Câmara de Curitiba, Ms. do Arquivo Colonial de Lisboa, Ms. da Câmara Municipal de Castro, Ms. do Arquivo de Manoel Marcondes, Cartas do Barão do Tibagi, Carta do Ouvidor Pardiniho, Carta do Administrador das minas de Paranaguá, Carta Régia de Vieira dos Santos, Carta do Capitão General Pimentel ao Rei, Inventários do Cartório de Castro, Relatório ao Presidente de Estado pelo Secretário de Finanças, Dr. Javert Madureira de 1904.

Brasil, já no começo do artigo, referencia Capistrano³²⁷ e o seu apelo para a necessidade de se trabalhar monograficamente a História do Brasil, discordando dos parâmetros da História Geral do Brasil proposta por Varnhagen.³²⁸

O autor comenta sobre a atuação de Pedro Calmon no I Simpósio de Professores de História de Nível Superior³²⁹, enfatizando sobre seu comentário neste evento de que estaríamos em condições de realizar uma síntese geral da formação histórica brasileira. Para Brasil, tal proposição acabava por se

327 José Carlos Reis em seu trabalho sobre as identidades do Brasil faz uma distinção metodológica entre os autores considerados enquanto “descobridores” e os que “redescobriram” o Brasil. A primeira corrente, representada de Varnhagen a Gilberto Freyre, compreendia o Brasil essencialmente pelo viés da tradição portuguesa. Os segundos representados tanto por autores que adotaram uma linha teórica de cunho historicista como Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda, como por autores considerados marxistas como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, representariam a corrente que redescobriu o Brasil, dando preferência em seus estudos ao Brasil moderno, ao Brasil do futuro, priorizando as características do povo brasileiro. Dessa forma, enquanto Varnhagen figuraria como o “Heródoto brasileiro”, Capistrano seria considerado como o “Heródoto do Povo Brasileiro” e de suas especificidades enquanto povo dentro da unidade brasileira (REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...**, 1999).

328 Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) era filho de um oficial alemão que trabalhava no Brasil e de uma portuguesa. Em sua produção, denota-se a influência de Ranke. Foi o iniciador da pesquisa metódica sobre o Brasil em arquivos estrangeiros. Defendia um “Brasil português”. A obra “História Geral do Brasil” data de 1850 refletindo “[...] uma preocupação nova no Brasil com a história, com a documentação sobre o passado brasileiro, que o recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro representava”. Saliente-se ainda o apoio do jovem Imperador do Brasil a Varnhagen, reconhecido no próprio objetivo de criação do IHGB: “Era preciso encontrar no passado referências luso-brasileiras: os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e brilhantes qualidades, enfim, os luso-brasileiros exemplares, cujas ações pudessem tornar-se modelos para as futuras gerações” (REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...**, 1999. p.23; 25).

329 A Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH foi fundada em 19 de outubro de 1961, em Marília/SP, com o objetivo de profissionalizar o ensino e a pesquisa na área de história. Para tanto, opunha-se à tradição de uma historiografia não-acadêmica e autodidata, predominante na época. Em 1993, passa a denominar-se Associação Nacional de História, preservando o acrônimo de identificação (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.anpuh.org.br>>. Acesso em: 22 maio 2008.

constituir numa restrição metodológica para quem se propusesse a trabalhar com a história local e regional.

Brasil acentua que o seu trabalho orientava-se, já neste momento da publicação do artigo “Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná”, como um “tópico da história regional”, entendendo ser este o caminho para que se apreendesse o que entendia como o cerne da pesquisa histórica do Brasil, ou seja, a história das “comunidades” e de sua posse e ocupação do território.

Por meio do estudo das migrações populacionais é que seria possível compreender a diversificação de “estímulos” na ocupação da terra e do seu sucessivo povoamento, acabando mesmo por chegar ao que Brasil delinea enquanto estudo da formação social tradicional das estruturas agrárias:

Estou convencido de que o aspecto dominante da formação histórica brasileira, não está na região geográfica ou administrativa com sua conseqüente influência sobre a população, mas no fato de que mais ou menos indiferentemente à geografia e à administração, a sociedade brasileira histórica se organizou sempre em grandes “comunidades” humanas e sociais. E que o instrumento de captação dessa realidade social-histórica – a comunidade – é a estrutura social com que essas comunidades se apresentaram, e pela qual se individualizaram, espacial e temporalmente.³³⁰

E a estrutura social das comunidades estaria diretamente ligada à “envolvente estrutura nacional”, possibilitando pôr à prova as teorias gerais da história do Brasil:

Na obra de nossos historiadores, há, já delineadas, teorias gerais da história do Brasil. Essas teorias devem sofrer mais elaboração, por meio dos trabalhos empíricos da investigação histórica. Noutras palavras, essas teorias, como teorias e não como doutrinas, devem ser testadas pelos historiadores monográficos.³³¹

330 MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo de história agrária do Paraná. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, n. 3, p. 4, jun. 1963.

331 MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais..., p. 5, jun. 1963.

Esse pôr à prova teorias gerais da história do Brasil por meio de trabalhos monográficos requeria a especificação de aspectos regionais. Assim, o “lombo de burro” caracterizaria-se num ponto fundamental na investigação histórica das comunidades paranaenses enquanto parte integrante de uma dada estrutura econômica e social de interesse nacional, como se deu com a mineração, a criação de gado e o tropeirismo:

No trabalho que apresento, em primeiro lugar se constata que o segmento principal da população se integra numa estrutura econômica e social baseada no aproveitamento das áreas de campo limpo, para a criação de gado; que o estímulo dessa organização foi o mercado oferecido pelas regiões de mineração do centro do Brasil, Minas Gerais e Goiás em especial. Mais tarde um pouco, mas conjuntamente com a criação de gado, o comércio de muars proveniente do Rio Grande, constitui uma segunda forma do uso da terra, com as atividades que se denominam de tropeirismo [...] Não se pode diminuir a importância do mear na organização econômica do Brasil dos séculos XVIII e XIX. Todo o sistema de transporte do ouro, do café e de outros produtos fundamentais, se fazia em lombo de burro.³³²

E no lombo de burro ou a cavalo um “sistema de caminhos” constituía-se no elo entre as cidades e as fazendas, criando-se “pontos de convergência para a sociabilidade das populações fazendeiras”. Seja pelo Caminho do Viamão ou pela Estrada das Tropas, fundavam-se cidades paranaenses como Castro, Lapa, Ponta Grossa, Palmeira, Guarapuava e Palmas.

O autor atenta inclusive para a justificativa da concessão de monopólio no século XVIII para criação de muars pelo Rio Grande do Sul, sendo proibida a criação de muars em outra Capitania, como forma de “[...] dar ao Rio Grande um motivo forte pelo qual essa região pudesse se integrar e se incorporar realmente no Brasil, solicitado como estava permanentemente pela

332 MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais..., p. 6, jun. 1963.

atração platina”.³³³ Tal monopólio seria, portanto, um fator preponderante na constituição da “base material da unidade brasileira”.

Brasil identifica, no estudo regional paranaense, fundamentalmente, as migrações populacionais de Paranaguá e de Curitiba como pontos de ocupação e expansão histórica paranaense. Paranaguá, no litoral, tendo como estímulo inicial a procura do ouro; Curitiba enquanto centro de organização social e de formação de um núcleo político dominante, responsável doravante pela ocupação territorial nos séculos XVIII e XIX:

De um movimento de expansão paulista nos meados do século XVIII, nasceu, em Paranaguá, um núcleo de população, que aí se organizou, tendo como base de suas atividades econômicas a lavra de ouro dos rios. Com igual motivação, a população se distendeu até o planalto, onde logo depois se constitui numa sociedade politicamente organizada, ao redor da vila que afinal se criou, de Curitiba.

Em breve esta vila se tornou o centro de uma expansão populacional em direção ao norte, ao oeste e ao sul, que se efetivou por todo o século XVIII e continuou pelo seguinte. A expansão se fez pela região dos campos naturais, sendo, na organização da vida social, os matos apenas serventias da vida campeira. Nessa área de expansão, tendo como centro dominante a cidade de Curitiba, estruturou-se uma sociedade regional.

Naquela expansão, a comunidade curitibana ocupou os campos de Curitiba; incorporou as fazendas mais antigas, paulistas, dos Campos Gerais; atravessou os matos da Serra da Esperança, ocupando os campos de Guarapuava; daí, atravessou as matas do rio Iguaçu, ocupando os campos de Palmas; marchando mais para o sul, entrou nos campos de S. João, de onde retrocedeu, por encontrar a expansão em sentido contrário dos fazendeiros do planalto catarinense. De Palmas ocupou o Campo Erê, de onde, em procura de um caminho em direção às Missões, região produtora de muares, atravessou o Passo de Goiô-En sobre o rio Uruguai; chegando até Santo Angelo, com uma primeira ocupação dos campos de Nonoái.³³⁴

A estrutura social, desde os primeiros povoadores, foi marcada por uma “rígida estratificação dominada pela relação senhor-escravo”: “Nem o objeto da

333 MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais..., p. 6, jun. 1963.

334 MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais..., p. 6-7, jun. 1963.

exploração econômica, nem o ambiente geográfico, nem outro fator qualquer, afetou a estrutura tradicional, até o final do século XIX”.³³⁵

Uma característica regional, preponderante na expansão e ocupação territorial paranaense, levantada por Brasil, constitui-se na formação das “famílias fazendeiras”:

Encasteladas nos seus campos, as famílias fazendeiras criaram uma economia quase autárquica, acentuaram suas relações patriarcais, lutaram sozinhas contra os bugres que invadiam suas terras e incentivavam seus paços. Com o algodão que vinha da região de Sorocaba e com a lã de seus próprios carneiros, em rodas de fiar e teares, manejados pelas mulheres, fabricavam o pano de sua roupa. Com a madeira de seus capões, construíram suas casas, suas mobílias, suas cercas, seus galpões. Com o ferro em barra armazenado, reparavam seu instrumental de trabalho. Do couro de suas crias faziam os aperos de seus cavalos, os arreios, lombilhos, xergas, laços, buçais, sinchas, botas. Em 1798, respondendo ao Capitão General a Câmara de Castro dizia que todos os artigos europeus seriam “de serventia”, mas de necessidade eram apenas “o aço e o sal”.³³⁶

Contavam também com trabalhos de artesanato escravo, dentre os quais oficiais de carpinteiro, de sapateiro e de alfaiate, roupeiros, cozinheiros, arrieiros, domadores campeiros. No entanto, outra camada social compunha o grupo social da fazenda: eram os “agregados”, que a partir da abolição irão assumir uma nova função social, como “camaradas”, assalariados, mas ligados essencialmente por “laços de lealdade” à “classe senhorial” descendente da primeira geração de portugueses vindos ao Brasil:

Essa camada social da sociedade adquire novas funções depois da Abolição. Em geral, com a libertação, os escravos abandonaram em massa as fazendas e foram para as cidades. Os camaradas os

335 MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais..., p. 11, jun. 1963.

336 Para tal referência Machado utilizou como fonte Ms. da Câmara Municipal de Castro (MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo de história agrária do Paraná. **Boletim da Universidade Federal do Paraná...**, p. 12, jun. 1963).

substituíram, e a relação social tradicional do Brasil, senhor-escravo, passou a ser de “patrão-camarada”. Em geral caboclos, mas não excluindo negros e mulatos, os camaradas assumiram inteiramente a sua nova função pelos princípios do século XX. Peões, domadores, caseiros, servidores domésticos, suas relações com os patrões representavam ligeiras alterações do patriarcalismo brasileiro. Com suas famílias, moravam em casas de madeira ou ranchos, espalhados pelos campos das fazendas: mantinham relações de compadrio com seus patrões; suas filhas e filhos menores, alguns deles, eram criados pelos fazendeiros nas casas destes, onde executavam serviços domésticos. Não se chamavam mucamas nem moleques, mas cumpriam a mesma função. Eram castigados pelo padrinho com castigos corporais nos raros momentos de rebeldia. E fugiam de casa, como os escravos, sendo necessário às vezes a polícia para os reconduzir. Quando cresciam, eram os camaradas, assalariados, mas presos por certos laços de lealdade que não se rompiam facilmente.³³⁷

O autor também aponta para os princípios da desagregação da sociedade campeira, que se assentava tanto “no capítulo fonal da ocupação de terras do campo” como pela necessidade da procura de outras fontes de renda pelos novos membros da grande família fazendeira, tendo em vista a crise econômica da pecuária, a baixa renda gerada pela propriedade e a dispersão da família fazendeira: “O processo de desestruturação do patrimonialismo da grande família é acompanhado de tensões que seguem a decadência da velha classe em face das classes novas em ascensão, como, por exemplo, a dos imigrantes”.³³⁸

337 MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais..., p. 16, jun. 1963.

338 MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo de história agrária do Paraná. **Boletim da Universidade Federal do Paraná...**, p. 24, jun. 1963.

6.3 As estruturas agrárias enquanto campo de estudo regional

O tema de estudo sobre as estruturas agrárias no Paraná foi amplamente trabalhado em pesquisas do Departamento de História da UFPR, especialmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, seguindo um critério teórico de pesquisa estrutural.

Dessa forma, a publicação de *Campos Gerais – Estruturas Agrárias*³³⁹, em 1968, pela Imprensa da UFPR vem a consolidar algumas das pesquisas que já vinham sendo realizadas pelo Departamento de História daquela Universidade, assim como serviriam de referência a estudos posteriores.

Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen haviam publicado em 1963 artigo já referido e intitulado “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná”, em que os autores atestam enquanto um ensaio preliminar do projeto que sustentaria a obra *Campos Gerais – Estruturas Agrárias*, de cunho monográfico e fundamentado por fontes de ordem diversas.³⁴⁰

O foco de análise da obra foi a Colônia Witmarsum. Os autores apontam na Introdução o objetivo geral do trabalho, que seria:

Obedecendo orientação voltada para a história econômica e social, este Departamento incluiu entre os seus Projetos de pesquisa, a análise das condições da formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais e da mudança estrutural que se vem processando naquela área, desde o século XIX.³⁴¹

339 Prefaciando a obra, Bento Munhoz da Rocha Netto aborda sobre o papel político da experiência agrária da Colônia Witmarsum enquanto modelo referencial em contraposição à crise da reforma agrária no Brasil.

340 Sobre a diversidade de fontes em que se apoiaram os pesquisadores envolvidos na confecção da obra, saliente-se: “[...] a documentação existente no arquivo da Cooperativa Mista Agro-Pecuária Witmarsum Limitada, em depoimentos de membros da comunidade ou de pessoas ligadas à colonização menonita, bem como de bibliografia especializada referente à história dos menonitas” (MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais**: estruturas agrárias. Curitiba: UFPR, 1968. p. 11).

341 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais**..., 1968, p. 7.

A obra foi dividida, seguindo um critério pluridisciplinar de estudo (QUADRO 5).

CAMPOS GERAIS - ESTRUTURAS AGRÁRIAS		
DIVISÃO DA OBRA	AUTOR	ÁREA
Prefácio	Bento Munhoz da Rocha Netto	Ciências Sociais
Introdução	Altiva Pilatti Balhana Brasil Pinheiro Machado	História História
Meio Natural (Situação; Fisiografia; Clima; Geologia [a-Formação de Furnas, b-Subgrupo Itararé]; Solos; Revestimento Florístico).	João José Bigarella	Geologia*
Formação Histórica (Povoamento dos Campos Gerais; Sociedade Campeira; Colonização Recente; Fazenda Cancela).	Brasil Pinheiro Machado	História
Colônia Witmarsum (Formação da Colônia; Tipo de Povoamento; Organização da Comunidade).	Altiva Pilatti Balhana	História
Estrutura Demográfica (Composição da População; Distribuição da População; Padrão de Vida).	Altiva Pilatti Balhana	História
Estrutura Econômica (Organização Econômica; Atividades Econômicas; Cooperativa).	Cecília Maria Westphalen Luiz Antonio de Camargo Brasil Pinheiro Machado Altiva Pilatti Balhana	História Economia História História
Estrutura Agrária (Generalidades; Evolução das Áreas Cultivadas; Estágios Agro-Econômicos; Sistema Agrário Clímax; Efetividade Crono-Areal das Culturas).	Heloisa Barthelmess	Geografia
Organização Religiosa (Antecedentes; Organização da Igreja Menonita; Organização da Igreja Menonita Evangélica Livre; Entidades e Atividades das Congregações Reunidas; Financiamento dos Programas da Igreja; Organização da Igreja Irmãos Menonitas; Calendário Religioso; Filiação Religiosa; Mudanças Religiosas no Brasil).	Herbert Minich (Universidade da Flórida)	Sociologia
Estrutura Social (Estratificação Social; Organização da Família; Padrões de Relacionamento).	Galbas Milléo Altiva Pilatti Balhana	Ciências Sociais História
Organização Educacional Filosofia Educacional; Sistema Educacional; Nível de Instrução).	Cecília Maria Westphalen Altiva Pilatti Balhana Oksama Boruzzenko	História História História
Conclusões**	Altiva Pilatti Balhana Brasil Pinheiro Machado	História História

QUADRO 5 - CAMPOS GERAIS - ESTRUTURAS AGRÁRIAS

Fonte: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais**: estruturas agrárias. Curitiba: UFPR, 1968.

Notas:

* Estudo com base em levantamentos do Instituto de Geologia da Universidade Federal do Paraná;

** Ao final da obra listam-se resumos dos artigos nela constantes nos idiomas inglês, alemão e francês.

De forma geral, foram dois os focos de análise da obra, seguindo a mesma delimitação de temas já tratados no artigo anterior citado: a formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais e a mudança estrutural, caracterizada enquanto um processo de desagregação, em virtude, essencialmente, das transformações sócio-econômicas do século XIX. E o imigrante seria o elemento central na caracterização de uma “dicotomia estrutural” nos Campos Gerais, definida pela intermediação de “[...] uma estrutura em desagregação e uma estrutura nova em integração”.³⁴²

O eixo temático de estudo girou em torno, basicamente, de duas questões: primeiro, saber se uma estrutura social passa por um processo de transformação ou de substituição; segundo, indagar até que ponto os imigrantes integram-se em novas estruturas econômicas, seja como produtores ou consumidores de bens e serviços.

Para responder a tais questões, os autores valeram-se de um “estudo de área” da Colônia Witmarsum, com a finalidade de estabelecer um “quadro de referências” que pudesse se estender às outras comunidades dos Campos Gerais, numa busca por apreender uma “totalidade regional”.

A procura pela “totalidade” denota o caráter epistemológico das pesquisas que se vinham realizando, enfocando os aspectos estruturais sociais de uma história total, aos moldes da produção historiográfica da geração de Braudel.

Mas enfim, ao objetivar-se equacionar questões de âmbito geral, não se deixou de tratar de questões específicas da vida da comunidade em estudo. Assim, dentro da especificidade da Colônia Witmarsum, ressaltaram-se três fatores constitutivos do grupo étnico em questão: quanto à sua reorganização

342 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 7.

comunitária³⁴³, quanto aos obstáculos de integração e quanto ao estabelecimento de diferenciações estruturais na própria colônia:

1º – Sendo Witmarsum uma colônia do tipo de povoamento voluntário organizada espontaneamente por reimigrantes pertencentes às mesmas denominações religiosas menonitas, e possuidores de anterior experiência comum em núcleos coloniais, procurou caracterizar-se a medida em que o fator religioso foi responsável pela sua reorganização em vida comunitária.

2º – Sendo a colônia Witmarsum constituída por um grupo étnico-religioso que, no decorrer de uma história de sucessivas migrações, tem desenvolvido mecanismos de preservação de suas características étnico-religiosas, foi analisada a medida em que os mesmos têm criado obstáculos à integração do grupo na comunidade de adoção.

3º – Como na oportunidade da instalação da Colônia, as propriedades eram de áreas semelhantes e havia similitude nas possibilidades econômicas da região, verificou-se a medida em que surgiram condições para o estabelecimento de diferenciações na estrutura econômica e social da comunidade.³⁴⁴

Ao trabalhar com um grupo étnico isolado, os autores formularam a hipótese de que “[...] a assimilação de imigrantes está na direta dependência da sua integração econômica”.³⁴⁵

Pode-se considerar que o objetivo dos organizadores da obra foi de estabelecer “acepções básicas”, através de um “quadro de referências passível de aplicação às demais comunidades de imigrantes da área dos Campos Gerais”, bem como servir de referência mesmo aos estudos que contemplassem o tema das estruturas agrárias no Paraná.

Dentre as várias pesquisas realizadas posteriormente à publicação da obra Campos Gerais – Estruturas Agrárias, citem-se os trabalhos que abordam o tema das “Estruturas Agrárias de Curitiba – Paraná”, por Odah Regina Guimarães Costa e das “Estruturas Agrárias do Norte do Paraná”, por Francisco Moraes Paz.

343 Quanto à reorganização comunitária, citem-se as migrações dos menonitas de Witmarsum oriundos da Rússia, Santa Catarina e Paraná.

344 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 9.

345 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 8.

Ambas as pesquisas foram teses de doutorado desenvolvidas nas Universidades de Paris X e Paris III, respectivamente, sob orientação do Professor Frédéric Mauro, em consonância com os estudos do *Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine*.

Costa, professora titular do Departamento de História da UFPR, aborda o objetivo de sua pesquisa indicando que:

O estudo das estruturas agrárias é indispensável ao conhecimento e à composição de um quadro da economia e da sociedade, com suas instituições e seus sistemas dominantes. A história das estruturas agrárias de Curitiba – Paraná, no período de 1850-1900, é ainda pouco conhecida, donde a necessidade de explorar esse tema. Há alguns trabalhos que analisam aspectos mais gerais, mas não existe a preocupação de uma análise qualitativa e quantitativa local mais profunda e completa. Nesse sentido, os problemas são muito grandes, principalmente em relação às fontes. Se elas existem, elas não são organizadas, o que vai exigir uma pesquisa quase artesanal, o que representa um grande desafio para o historiador.³⁴⁶

À citação sobre os trabalhos que analisam aspectos mais gerais, a autora faz referência tanto à obra *Campos Gerais - Estruturas Agrárias*, quanto à publicação em 1968 do artigo no Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, intitulado “Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno”.

Paz, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá e Professor do Mestrado em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná, reafirmava a busca pela compreensão das estruturas agrárias e suas transformações, cujo foco de pesquisa foi o Norte do Paraná:

Os estudos sobre a estrutura agrária do Norte do Paraná dedicam-se, na sua maioria, à fase de ocupação e distribuição das terras, enfatizando a preocupação das companhias colonizadoras em dotar a região de uma infra-estrutura adequada às necessidades dos colonos.

346 COSTA, Odah Regina Guimarães Costa. Estruturas agrárias de Curitiba - Paraná: 1850-1900. **História**: Questões e Debates. Revista da Associação Paranaense de História – APAH, ano 3, n. 5, dez. 1982.

O sentido empresarial destas empresas e a dinâmica do capital nem sempre constituem-se em objeto de atenção.

O estudo que se pretende realizar propõe-se, através de um diálogo da História com a Sociologia, a Economia, a Geografia, a Estatística e a Demografia, a analisar, a partir da região de Maringá, as transformações da estrutura fundiária, nos anos 60 e 70, e suas implicações políticas e sociais.³⁴⁷

Para Paz o diálogo com outros campos de conhecimento tinha o significado de “fugir dos limites do quantitativismo e do economicismo”, fazendo jus à perspectiva interdisciplinar dos *Annales*.

6.4 A formação histórica da estrutura agrária dos Campos Gerais

Brasil, ao trabalhar a questão da formação histórica da Colônia Witmarsum, acabou por traçar um mapeamento histórico da ocupação e do povoamento dos Campos Gerais, bem como o estabelecimento do que denominou de “sociedade campeira”.

O autor identifica contextos distintos na ocupação e no povoamento dos Campos Gerais, especialmente em relação à ocupação realizada anteriormente pelos paulistas:

A primeira ocupação das terras dos Campos Gerais foi feita pelos homens ricos de São Paulo, Santos e Paranaguá, nos princípios do século XVIII. Não no sentido de colonização e povoamento, como aconteceu nos Campos de Lages e Laguna, em que o povoador transportava-se para o novo lugar com toda a sua família, escravos, bens, animais, parentes e clientes, visando a instalação de uma nova sociedade.³⁴⁸

347 PAZ, Francisco (Org.). Estruturas agrárias do norte do Paraná. **História: Questões e Debates**. Revista da Associação Paranaense de História – APAH, ano 5, n. 8, p. 101-102, jun. 1984.

348 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 29.

Ao apontar que não houve um sentido de colonização e povoamento, Machado opõe-se ao estudo que havia sido levantado por Oliveira Vianna quando este analisou que a expansão paulista se deu pela “bandeira de povoamento”, dando origem à demarcação de terras no Brasil Meridional³⁴⁹.

Para Brasil, o modelo de análise de Vianna não seria válido para os Campos Gerais, tendo em vista que:

Êsse modelo não é valido para os Campos Gerais do Paraná. As posses iniciais, nessa área, são feitas pelos ricos e poderosos habitantes de São Paulo, Santos, Paranaguá, não como um meio de transladar-se uma sociedade inteira, mas simplesmente como um negócio a ser explorado comercialmente, tendo em vista o abastecimento de São Paulo e, principalmente, das regiões mineradoras do século XVIII.³⁵⁰

Nessa ótica, o objetivo era a posse da terra, que sob a forma de sesmarias, era administrada por um “fazendeiro”, sem que houvesse o estabelecimento de vínculos familiares dos reais proprietários de terras nessa ocupação:

Entre 1725 e 1744, mais de noventa sesmarias foram requeridas, alegando ocupação anterior, por pessoas de São Paulo, Santos e Paranaguá [...] Esses sesmeiros não se deslocavam com a família, seus escravos e bens. A fazenda ficava sob a administração de um capataz que tinha a denominação de “fazendeiro”.³⁵¹

Outro ponto ressaltado por Brasil é a extrema ligação das sesmarias com São Paulo, atribuindo à Câmara de Curitiba uma “situação de isolamento econômico”:

A população e a produção dessas sesmarias ligavam-se apenas a São Paulo e, por intermédio dêste, aos centros consumidores. Viviam

349 OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Populações Meridionais do Brasil e Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982 (Biblioteca do Pensamento Político Republicano – 14).

350 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 30.

351 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 30-31.

completamente alheios de Curitiba, embora alguns de seus donos fossem residentes em Paranaguá.³⁵²

Um elemento fundamental nesse contexto foi o levantamento de Brasil sobre o pertencimento das terras, com base em informações do Arquivo Histórico Ultramarino Português³⁵³. Esta documentação possibilitou a constatação de que um mesmo proprietário o era muitas vezes de várias fazendas:

Num levantamento, procedido em 1772, das fazendas do Paraná, foram recenseadas vinte nove grandes fazendas, desde o rio Pitangui, hoje município de Ponta Grossa, até o rio Itararé. Ressalta nesse documento que alguns possuidores o eram de muitas fazendas, ao mesmo tempo. Assim, o Coronel Francisco Pinto do Rego, residente em São Paulo, possuía seis, São Bento, São João, Carambei, Socavão, Boa Vista e Pinheiros. Ana Siqueira, viúva do Coronel Domingos Teixeira de Azevedo, residente em Santos, possuía duas, Cambijú e Itaiacoca. Os herdeiros da “defunta Dona Antônia” eram detentores de seis fazendas, cujas terras iam desde Palmeira até Ponta Grossa, Papagaios, Cancela, Butuquara, Porcos de Cima, Lago e Santa Cruz. O Sargento-Mor Cristovão Pinheiro de França, residente em Paranaguá, tinha quatro, Santo Amaro, Tabor, em Castro, e Canguiri e Porcos de Baixo, perto de Palmeira. O Convento do Carmo, de Itú, possuía cinco fazendas, cujas terras iam desde Campo Largo até Palmeira, os Carlos, São Luiz, Capão Redondo, Conceição do Tamanduá e Sant’Ana. Nestas sesmarias, os padres de Itú, possuíam 4.000 cabeças de gado vacum, 200 éguas, 200 ovelhas, 40 escravos, e tudo tinha um valor superior a 80.000 cruzados.³⁵⁴

Tal condição de posse de terra é reveladora de variados aspectos na estrutura agrária que se formava nos Campos Gerais, essencialmente no que concerne ao contraste estabelecido entre a riqueza dos latifundiários com a pobreza que se generalizava, inclusive da população curitibana, o que teria gerado uma oposição e que se estabelecera já desde a abertura da estrada do Viamão:

352 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 31.

353 O autor utilizou cópia do documento citado, arquivado no Instituto Geográfico e Etnográfico Paranaense – docs. ns.º 368, 1056 e1057.

354 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 31.

Ao pedir a cooperação dos curitibanos para os trabalhos da estrada, o Capitão General de São Paulo procurava convencê-los de que para eles só haveria vantagens em trazer gado das Vacarias da Serra para os campos paranaenses, onde os paulistas, donos das sesmarias, detinham o monopólio da criação do gado que abastecia as Minas Gerais, onde um boi alcançava altíssimos preços, a troco de ouro em pó.³⁵⁵

No entanto, embora se constate uma considerável concentração de terras pertencentes aos mesmos donos, a forma de ocupação da terra não se caracterizou somente por latifúndios, mas por sítios de pequenas propriedades:

Nem tôda a extensão dos Campos Gerais estava coberta pelos latifúndios. Na “Relação das Fazendas”, de 1772, ao lado dos 29 latifúndios da parte norte dos Campos Gerais, existiam 10 sítios, pequenas propriedades realmente exploradas, ao longo da estrada Curitiba-São Paulo. Na parte central, a mesma “Relação” assinala 12 grandes fazendas e 13 sítios. Em resumo, no ano de 1772, em tôda a extensão dos Campos Gerais, desde Itararé aos campos da Lapa, tendo por eixo a estrada das tropas, existiam 50 grandes fazendas e 125 sítios.³⁵⁶

E tendo em conta esse processo de posse e ocupação de terras, a formação da “sociedade campeira” assim se constituiu:

Entregues à vida campeira, continuidade dos grupos paulistas de que descendiam històricamente, vivendo numa região que se constituiu em “zona de passagem”, entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, no período das tropas, de que participaram intensamente, estabelecendo um contínuo contato com os paulistas e riograndenses, os habitantes dos Campos Gerais tinham sobretudo costumes de gaúchos.³⁵⁷

Esse misto de herança histórica paulista e convívio com gaúchos, que vinham do Rio Grande do Sul com destino a São Paulo, tornou-se

355 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 33.

356 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 34.

357 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 38.

característica da sociedade campeira³⁵⁸, que ao participar ativamente do movimento tropeiro, adquiriu costumes gaúchos, sem, no entanto, deixar de pertencer, pelo que se pode compreender, a uma preponderante herança paulista, que se deu sobre a constituição familiar, haja vista a “classe senhorial” que se formou aos moldes de uma vida latifundiária nos Campos Gerais:

No correr das primeiras décadas do século XIX, a sociedade fundada nos latifúndios dos Campos Gerais, apresentava-se estabilizada, com a grande família residindo nas fazendas, à base do trabalho escravo, e com a mocidade encontrando, nas atividades do tropeirismo, a sua forma de participação na ordem social.³⁵⁹

Brasil atenta para a existência de duas populações nos Campos Gerais: a permanente e a ocasional. Se a primeira dependia da segunda era em razão mesmo de que a própria existência de cidades ou vilas se dava pela sua localização na estrada das tropas, reforçando a função econômica das fazendas de criação de gado e da movimentação das tropas de muares.

Mas, embora as famílias fazendeiras constituíssem a “parte socialmente mais importante dessas cidades” e nas quais exerciam o seu poder político, somente habitavam tais cidades durante um pequeno período do ano, especialmente em períodos santos e datas comemorativas, residindo mesmo na maior parte do ano em suas fazendas.

Eram essas famílias fazendeiras as que detinham as grandes fortunas da província e que representavam o poder político local. Aliás, saliente-se que o “localismo do poder” encontrou sustentação já desde o período da Independência, tendo em conta que durante o período colonial essa “classe senhorial” não havia encontrado amparo político para suas largas ações locais:

358 Conforme se abordará ao final deste capítulo, esse é um dos traços distintivos do pensamento entre Brasil Pinheiro Machado e Bento Munhoz da Rocha Netto.

359 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 39.

Durante o século XVIII, ela sofrera violentas restrições ao seu poder por parte do Estado Colonial português, representado pelo Capitão General [...] Os ideais da Independência representavam para as classes dominantes do Brasil, uma expectativa de retomada do poder, e não apenas uma separação do governo português. Como notou Saint-Hilaire, os ideais de liberalismo no Brasil despertaram a vontade de derrubar todos os poderes que se sobreponham ao pequeno poder local.³⁶⁰

No Paraná, a questão do “localismo do poder” cristaliza-se no momento da Emancipação Política do Paraná, com especial atenção aos fazendeiros dos Campos Gerais:

Obtida a emancipação da Província do Paraná, em 1853, o poder local é inteiramente restituído às classes superiores locais e, especialmente, à classe dos fazendeiros dos Campos Gerais, que passam a exercer o poder político da Província, principalmente através da liderança das famílias fazendeiras dos Marcondes e dos Araujos. De fato, a liderança política exercida pelos fazendeiros se processa sob a forma de oligarquias.³⁶¹

No entanto, a crise nos “negócios de invernagem” foi demarcada por uma severa crise econômica, a partir das últimas décadas do século XIX, delimitando o campo de ação da “classe senhorial” que se fortificara com a criação de gado. Diversos fatores contribuíram para a crise da invernagem, dentre os mais marcantes ressaltem-se o surgimento das estradas de ferro e as sucessivas partilhas hereditárias.

360 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 42.

361 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 42.

Nesse contexto, a erva-mate e a madeira³⁶² se constituirão em novos elementos político-econômicos e que até então não faziam parte da sociedade campeira:

Além dos “ervateiros” que, desde data mais antiga, pela exportação, criaram o principal negócio sôbre que se apoiavam os alicerces da economia da Província, mas cuja base geográfica não se encontrava nas comunidades dos Campos Gerais, surgiu a indústria da madeira. Com a extensão das estradas de ferro, possibilitando o transporte pesado para os portos de Paranaguá e Antonina e para São Paulo, as serrarias de pinheiro alastraram-se por todos os pontos onde existiam florestas de araucárias.³⁶³

Partindo dessa contextualização, que se constituiu num histórico sobre a formação da estrutura agrária dos Campos Gerais, é que Brasil trata do tema da imigração: “Foi num dêesses ambientes de mudanças econômicas e sociais da área, que se resolveu introduzir a colonização estrangeira [...] Vieram os alemães do Volga que foram distribuídos em colônias, pelos campos de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa, de 1887 em diante”.³⁶⁴

Para o autor, a chegada desses imigrantes na região dos Campos Gerais representava “um episódio de desagregação da velha estrutura”. E se o esforço dos chamados “russos” foi falho, num primeiro momento, na agricultura, por outro lado “entrosaram-se na estrutura econômica”, criando um sistema de transporte, através dos carroções, que acabou por alicerçar o próprio funcionamento da economia do mate.

362 A extração da madeira e a expansão das lavouras cafeeiras figuram entre as principais causas do desmatamento das florestas de cobertura primitiva no Paraná, a partir do início do século XX, dentre as quais se destaquem: a Mata de Araucária, estendendo-se na parte de terras com altitude acima de 500 metros e de clima frio e a Floresta Tropical, que ocupava a parte norte do terceiro planalto, caracterizada por solos férteis de terra roxa. Já em 1980, contavam-se apenas 5% de florestas primitivas ainda não devastadas dos 17 milhões de hectares anteriormente existentes. Entre 1985 a 1990 registrou-se somente 2,6% de matas remanescentes (CIGOLINI, Adilar; MELLO, Laércio de; LOPES, Nelci. **Paraná** - Quadro natural, transformações territoriais e economia. Curitiba: Renascer, 1998).

363 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 43.

364 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 44-45.

Mas, embora o transporte de carroças tenha perdurado até a década de 1930, foi deixando de ser utilizado com a gradativa queda da produção do mate, tendo em conta a concorrência estabelecida com a crescente produção de erva argentina, bem como a introdução da tecnologia automotora no país. Os chamados “russos” também se adaptariam em setores que envolviam a venda e a compra de produtos agrícolas de pequenos produtores, inclusive incorporando-se “às classes dominantes das cidades”, na condição de “grandes comerciantes”:

O sistema de colonização estrangeira no Paraná, desde o tempo da Província, pretendia estabelecer no Estado uma “civilização” camponesa, à maneira da Europa [...] Os colonos, que eram camponeses europeus, deveriam aqui desenvolver a mesma atividade que exerciam em seus países de origem, com as mesmas técnicas. Sabe-se, hoje, porém, que, inserindo-se num contexto diferente, esse tipo de “civilização” camponesa que se almejava, não vingou. Embora tenham esses colonos exercido uma influência marcante no meio social paranaense, de modo, mesmo, a alterar profundamente a velha tradição brasileira, o fato é que essas comunidades se adaptaram a um nível social e econômico existente, e por meio de processos aculturativos se integraram nas estruturas tradicionais.³⁶⁵

Enfim, para Brasil, foi a partir do contexto da erva-mate e da madeira, e da própria introdução do imigrante na sociedade paranaense, que ocorreu uma “desagregação” no sentido de “transformação” da “antiga classe dominante”³⁶⁶, a qual procurou se readaptar em face dessas novas mudanças na estrutura econômica e social dos Campos Gerais:

365 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 51.

366 Para Machado, o embate de questões referentes à nacionalidade e à integração da cultura luso-brasileira enquanto uma “cultura monolítica” diante do “mosaico cultural brasileiro” não faz sentido no que tange às diretrizes dominantes de desenvolvimento, com vistas à integração econômica e à modernização. Assim, “[...] a problemática relevante não é mais a questão da aculturação de imigrantes, mas o processo pelo qual eles se inserem dentro do próprio processo da integração nacional” (MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 52).

Grandes fazendeiros e latifundiários do período provincial, membros da elite política do período monárquico e seus descendentes, abandonavam a terra e dirigiam-se para outras atividades.

É interessante neste ponto, como um documento significativo, o inventário do Conselheiro Jesuino Marcondes, processado em 1904. O Conselheiro era de uma família de fazendeiros e tropeiros dos áureos tempos dessa atividades. Na descrição dos bens inventariados, o que chama desde logo a atenção é a insignificância dos imóveis rurais. Rebento de uma notável família dos Campos Gerais, líder político provincial, o Conselheiro, nos fins do século XIX, não possuía mais terras, abandonara a tradição da família, não era mais fazendeiro. Sua renda provinha de investimentos em títulos da vida pública.³⁶⁷

Aliado a isso, Brasil comenta que, nas primeiras décadas do século XX, houve um gradativo empobrecimento dos fazendeiros da região, tendo em conta uma baixa na produção dessas fazendas.

E foi nesse contexto de desagregação da estrutura econômica e social que os alemães menonitas se instalaram nos Campos Gerais, fundando a Colônia de Witmarsum. A fazenda denominada de “Cancela” insere-se no que Machado denomina de “uma das etapas da evolução social rural dos Campos Gerais”.

6.5 A ocupação do Paraná tradicional e do Paraná moderno: as “três ondas de povoamento”

Uma das contribuições mais marcantes no estudo regional de Brasil Pinheiro Machado foi o de identificar historicamente as três ondas de migrações e de povoamento do território paranaense. No prefácio à segunda

367 MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais...**, 1968. p. 47.

edição do Atlas Histórico do Paraná³⁶⁸, elaborado por Jayme Antonio Cardoso e Cecília Maria Westphalen, Machado assim define o povoamento do território paranaense:

O território representado nos mapas que compõem este **Atlas** é uma unidade social ainda em formação. Daí a intensidade de sua história. Mas é, também, e na base de tudo, o resultado ainda não acabado de três grandes migrações movimentadas em tempos diferentes, uma do século XVII e as outras duas do século XX. Três migrações que produziram, num território, três tipos de colonização, contíguas e conflitantes entre si, mas contidas numa unidade por um mesmo Poder Administrativo.³⁶⁹

Se antes a história do Paraná podia ser compreendida pela história do “domínio de grupos decorrentes da primeira grande migração”, tal compreensão histórica mudaria necessariamente com a “presença de sociedades autônomas, provenientes das últimas migrações, com novos tipos de colonização”. E o diferencial seria justamente os “movimentos de novas formas de acomodação e de conflito”, revelando outras lutas pelo poder.

As três ondas de povoamento trazem em si formas diferenciadas de ocupação do território e de formação de suas comunidades e que podem ser identificadas pelo que se convencionou denominar historicamente de Paraná tradicional e de Paraná moderno:

A História do Paraná tem sido a história da ocupação do seu território e da formação das comunidades paranaenses, conforme ensina Brasil Pinheiro Machado. Três foram as ondas povoadoras que, em

368 A publicação em 1980 da primeira edição do “Atlas Histórico do Paraná”, teve como base a orientação de Jacques Bertin, então diretor do Laboratoire de Graphique da École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris. Utilizou-se da neográfica como proposta fundamental para “[...] converter o “gráfico ilustração” em “imagem viva”, transformar a costumeira “imagem figurativa” em “imagem operacional”. Utilizando convenientemente as variáveis visuais, a neográfica permite que se beneficie do poder da percepção visual, e mais, oferece novos meios de tratamento da informação” [BALHANA, Altiva Pilatti. Prefácio 1. ed.. In: CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Maria Cecília. **Atlas Histórico do Paraná**. 2 ed. rev. ampl. Curitiba: Ed. do Chain, 1986].

369 MACHADO, Brasil Pinheiro. Prefácio 2. ed.. In: CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Maria Cecília. **Atlas Histórico do Paraná...**, 1986.

conjunturas diversas e com motivações distintas, realizaram esta ocupação e formaram as comunidades regionais que hoje constituem o Paraná. Assim, a História do Paraná compreende a formação de três comunidades regionais: a do **Paraná tradicional**, que se esboçou no século XVII, com a procura do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva-mate e da madeira; e as do **Paraná moderno**, já no século XX, sendo a do **Norte**, com a agricultura tropical do café e que, pelas origens e interesses históricos, ficou, a princípio, mais diretamente ligada a São Paulo, e a do **Sudoeste e Oeste**, dos criadores de suínos e plantadores de cereais que, pelas origens e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul.³⁷⁰

Em 1968 Brasil já havia apontado para a questão das diferentes ocupações do território paranaense em artigo intitulado “Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno”. Num primeiro momento, identificou neste artigo características da comunidade formadora da sociedade paranaense tradicional:

A comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto curitibano, ocupou tôdas as terras de campo que, em largas faixas cercadas por imensas florestas, vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais, campos de Guarapuava, campos de Palmas, até as atuais divisas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Explorou ervais e as florestas de araucárias a elas associados. Baseada nos latifúndios campeiros da criação do gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serranias dos pinheiros, formou a sociedade paranaense tradicional, que criou o sistema da Província monárquica e do Estado republicano. Mas não chegou a ocupar todo o território do Paraná.³⁷¹

Nessa área tradicional dos Campos Gerais, a ocupação e a propriedade das terras se deram, assim como havia sido em todo o Brasil, através da concessão de sesmarias. Mas, conforme atentou Brasil Pinheiro Machado, a

370 CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Maria Cecília. **Atlas Histórico do Paraná...**, 1986. p. 9.

371 WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Departamento de História, Curitiba, n. 7, p. 2, jun. 1968.

comunidade de formação histórica não ocupou todo o território paranaense, entrando em processo de desagregação a partir do final do século XIX:

Os campos, sobretudo os Campos Gerais, tinham sido área predominante na estrutura social e econômica, mas essa estrutura se estava desagregando e, desde o final do século XIX, outras regiões do Estado estavam iniciando a sua ascensão dentro de novas estruturas que começam a se formar.³⁷²

Dentre as novas estruturas que começavam a se formar, Brasil relatou sobre a Mensagem do Presidente do Estado do Paraná em 1892, solicitando ao Congresso Estadual uma lei que protegesse as terras situadas na extensão do vale do Paranapanema, de tal modo que as protegesse da invasão de fazendeiros paulistas plantadores de café, impedindo que as tomassem enquanto extensão de seus territórios, terras estas ambicionadas por paulistas e mineiros desde 1862 e que seriam denominadas posteriormente de “Norte Velho”:

Desde 1862, a vanguarda de mineiros e paulistas penetrara no Norte do Paraná, pela região hoje denominada de Norte Velho, fundando fazendas e criando cidades, nos vales do Paranapanema, do Cinzas e do Jataí. Aí apareceram as cidades de Tomazina, Colônia Mineira (hoje Siqueira Campos) e Jacarèzinho, a qual, depois de 1910, se tornou o centro da região. A ocupação dessa área se estende até as margens do Tibagi e se completa no decênio de 1920.³⁷³

O Norte Novo teve também como característica de colonização a cultura cafeeira, expandindo-se em pequenas propriedades de policultura:

Fundara, em Londres, em 1925, a Paraná Plantations Limited e, em consórcio com a Companhia de Terras Norte do Paraná e com a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, executou o plano de colonização das terras obtidas do Governo paranaense. Foram estas planificadamente divididas em lotes agrícolas, construiu-se a estrada de ferro e fundaram-se cidades, entre as quais, sobressaem as de

372 WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno..., p. 2, jun. 1968.

373 WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno..., p. 3, jun. 1968.

Londrina, centro da região chamada Norte Nôvo, fundada em 1931, e Maringá, fundada em 1947.³⁷⁴

A colonização do Norte Novíssimo daria-se pela venda de lotes agrícolas, numa busca por acentuar a ação do Estado contra grileiros e intrusos:

Mais além das terras da Companhia de Terras Norte do Paraná, o Governo do Estado, desde a década de 1930, numa acidentada ação contra os grileiros e os intrusos, dividiu o seu imenso patrimônio de terras devolutas, na região do chamado Norte Novíssimo, promovendo também a colonização pela venda de lotes agrícolas. A cidade de Paranaíba, a partir de 1944, polarizaria esta região.³⁷⁵

Brasil argumentou então para um outro processo de deslocamento de populações em terras paranaenses, nas regiões do Sudoeste e do Oeste, num primeiro momento nas cidades de Palmas e de Foz do Iguaçu, em que os rio-grandenses adotariam a forma de ocupação pelo minifúndio.

Ressalte-se que anteriormente à ocupação do assim chamado Paraná Moderno, tanto a exploração da erva-mate como a da madeira em 1880 “[...] havia, desde o final do século, chamado a atenção para as matas do Iguaçu e do Paraná”.³⁷⁶ No entanto, as áreas coloniais ocupadas pelos rio-grandenses tinham sua característica própria de povoamento, como a criação de suínos e o cultivo de cereais:

[...] desde as primeiras décadas do século XX, formaram-se companhias de colonização, no Rio Grande do Sul, que adquiriram terras de mata, ainda não ocupadas, primeiro no Noroeste do próprio Rio Grande do Sul, ao longo do rio Uruguai, depois no Oeste catarinense e, em continuidade, no Sudoeste do Paraná. Planificaram a colonização dessas terras, e venderam os lotes agrícolas aos agricultores excedentes das velhas zonas coloniais do Rio Grande do

374 WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno..., p. 3, jun. 1968.

375 WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno..., p. 3, jun. 1968.

376 WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno..., p. 4, jun. 1968.

Sul. Desde, mais ou menos, 1900 a 1930, as matas foram desaparecendo com a formação de lavouras de cereais e com a criação de suínos e com o aparecimento de cidades e municípios novos [...].³⁷⁷

O que chama a atenção na forma de ocupamento do Paraná Moderno, especialmente do Norte Novo e do Norte Novíssimo é a autonomia frente ao governo do Estado e à própria comunidade tradicional paranaense.

Assim é que Brasil relatou sobre a questão da legislação, a política agrária regional paranaense e o trato com os movimentos agrários insurgidos na ocupação e na posse do Paraná Moderno, demarcando a presença da “intrusão” e da “grilagem” nesse momento histórico regional:

Intrusos e grileiros, via de regra, com o concurso de **jagunços**, pistoleiros de ofício, intranquilizavam posseiros e sitiante, obrigados também, muitas vezes, a reagir à bala, de sorte que muitos capítulos da história da ocupação da terra do Paraná moderno, foram escritos com fogo e sangue.³⁷⁸

Dentre os movimentos agrários registrados por Brasil citem-se os movimentos armados de Jaguapitã e Porecatu³⁷⁹, colocando a ocupação de terras no Norte do Paraná como assunto de repercussão nacional:

Em Jaguapitã, milhares de lavradores, integrando cerca de 1500 famílias, posseiros de terras devolutas, ou intrusos em terras particulares, desde 1946, passaram a viver em estado de alarma, face aos problemas de terras, e sobretudo o comportamento do Governo do Estado ante os mesmos. Muitos foram esbulhados em suas posses, em favor de grandes proprietários, outros despejados com violência. Gravíssimas ocorrências registraram-se a partir de agosto de 1947, quando um grupo armado tentou ocupar as terras da Fazenda Guaracy, e os sitiante reagiram à bala, deixando um saldo de vários mortos e inúmeros feridos. O tiroteio prolongara-se por

377 WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno..., p. 6, jun. 1968.

378 WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno..., p. 26, jun. 1968.

379 Sobre o movimento armado de Porecatu, ver no capítulo IV quando se abordou sobre a atuação de Bento Munhoz da Rocha Netto no governo do Estado.

alguns dias. Os caboclos enviaram suas famílias para recantos mais longínquos e permaneciam atocaiados pelos picadões, com o dedo no gatilho, a fim de defender suas posses contra novos assaltos.³⁸⁰

A propriedade da terra, ou o “domínio pleno da mesma pelos proprietários da terra” é apontada por Brasil como o grande problema agrário do Paraná Moderno. O regime de pequena propriedade, considerado enquanto uma revolução agrária paranaense desde o início do século XX até a sua efetiva ocupação em 1960, foi apontado como uma implantação “dura e penosa” tanto no que se refere à sua plena ocupação quanto às próprias condições de trabalho do meio rural.

Nessa nota prévia, foram enfatizados problemas de ocupação da terra, fundamentalmente do Paraná Moderno, como a explosão de movimentos agrários pela ocupação colonizadora da terra sob a forma de pequenas propriedades, resultando na implantação de um tipo de reforma agrária que apresentava dentre suas características principais uma “densidade demográfica elevada” e “classe média rural”, demarcando assim a formação de uma mentalidade assentada na luta pela direito à terra:

Reforma agrária presente, até certo ponto, na mentalidade e na ação dos empresários de grandes companhias que colonizaram o Paraná moderno, e de alguns dos seus governantes, concretizada, porém, pela numerosa presença de posseiros e pequenos lavradores que, às duras penas, defenderam sua oportunidade e o seu direito de acesso à terra.³⁸¹

Enfim, Brasil, ao tratar da ocupação do Paraná Moderno, delineou três ondas de povoamento ao Paraná, perpassando pelo Paraná tradicional, que demarcou sua expansão desde o século XVII e despontou-se pela criação de gado, pela indústria da erva-mate e da madeira, para então perpassar pelo Paraná Moderno, seja na ocupação e povoamento dos Nortes Velho, Novo e

380 WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno..., p. 33, jun. 1968.

381 WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno..., p. 51, jun. 1968.

Novíssimo, que se despontaram pela “agricultura tropical” do café, com origem e interesses históricos ligados a São Paulo; seja pelo Sudoeste e sua típica “agricultura de subsistência” enquanto plantadores de cereais e criadores de suínos, com origem e interesses históricos ligados ao Rio Grande do Sul.

Na década de sessenta, o território paranaense já se encontrava plenamente ocupado. A problemática governamental certamente residia na busca por estratégias de integração dessas três comunidades distintas e com diferentes núcleos de centralização, constitutivas da formação social e histórica paranaense.

6.6 A obra “História do Paraná” e a divulgação da história paranaense

Publicada em 1969 pela Gráfica Editora Paraná Cultural – Grafipar, a obra “História do Paraná” representa um marco bibliográfico no estudo regional³⁸². A obra teve um alcance científico considerável, tanto em termos de pesquisa como no que concerne à abrangência das áreas que a compõem.

Tal intento abrangente teve como organizador o Professor Faissal El-Khatib, diretor editorial da Grafipar, que, juntamente com mais 12 professores, estudiosos de temas que envolviam o estudo paranaense, compuseram os quatro volumes da obra.

O primeiro volume voltou-se para o campo da história paranaense, tendo como autores Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen. Neste primeiro volume, Bento Munhoz da Rocha Netto discorre no

382 Destaquem-se estudos preliminares e que se constituem em referências essenciais para estudos regionais sobre o Paraná, como as obras de Romário Martins, dentre as quais: História do Paraná (3 ed.). Curitiba: Editora Guairá, s/d; Quantos somos e quem somos: dados para a história estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1941.

prefácio sobre a finalidade da obra que remetia à necessidade da divulgação da história paranaense.

Os outros três volumes abordaram temas variados acerca do estudo regional, corroborando com o projeto maior da obra, que seria a possibilidade interdisciplinar de trabalho científico entre diferentes áreas de conhecimento, tendo em conta a diversidade da formação acadêmica de seus autores (QUADRO 6).

HISTÓRIA DO PARANÁ – VOLUMES II, III e IV**			
AUTOR	TÍTULO / FORMAÇÃO ACADÊMICA	ÁREA TRABALHADA NA OBRA	INSTITUIÇÃO PERTENCENTE
VOLUME II			
Riad Salamuni	Doutor em Ciências e Docente Livre para Geologia	Fundamentos Geológicos do Paraná	Universidade Federal do Paraná
Ralph João George Hertel	Doutor em Ciências e Docente Livre para Botânica	Aspectos Interessantes da Vegetação do Paraná	Universidade Federal do Paraná
Jayme de Loyola e Silva	Doutor em Ciências e Docente Livre para Zoologia	Zoologia do Paraná	Universidade Federal do Paraná
VOLUME III			
Faris Antonio S. Michael	Polígrafo e com produção de repercussão internacional	Presença do Índio no Paraná Formação Étnica do Paraná	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa*
Roselys Vellozo Roderjan	Professora Catedrática de História da Música	Folclore no Paraná Aspectos da Música no Paraná	Escola de Música e Belas-Artes do Paraná
Rosy de Sá Cardoso	Jornalista	Breves Notas sobre a Imprensa do Paraná	Atuante no meio jornalístico curitibano
Leônidas Ferreira Filho	Docente Livre de Clínica Oftalmológica	Universidade Federal do Paraná	Universidade Federal do Paraná
Ruy Christovam Wachowicz	Professor de História Antiga e Medieval	Perfis de Personalidades Parananense	Universidade Federal do Paraná
VOLUME IV			
Faissal El-Khatib	Professor de Língua Portuguesa	Municípios do Paraná	Diretor Editorial da Grafipar

QUADRO 6 - HISTÓRIA DO PARANÁ – VOLUMES II, III e IV

Fonte: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1.

Notas do Quadro 6:

* Atualmente Universidade Estadual de Ponta Grossa, tendo em vista que o ato de sua criação pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969 e do Decreto n.º 18.111, de 28 de janeiro de 1970, incorporou as seguintes faculdades já existentes na cidade de Ponta Grossa: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica, Faculdade Estadual de Odontologia, Faculdade Estadual de Direito e Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração;

** O revisor geral foi Vasco José Tabora Ribas, professor de português e literatura do Colégio Estadual do Paraná.

Note-se que o volume II tratou mais especificamente das áreas de geologia, botânica e zoologia do Paraná, sendo seus autores doutores livre-docentes, pertencentes à UFPR. Pode-se considerar que este volume teve um resultado de trabalho de conformidade às áreas de conhecimento específicas tratadas, dando ao volume uma forma bem mais acadêmica do que o volume subsequente.

No terceiro volume a gama de assuntos tratados correspondeu a áreas de conhecimento mais diversificadas, fazendo referência aos diferentes perfis de seus autores. Constituiu, portanto, o volume mais abrangente da obra no que tange aos temas de estudo tratados.

Já o quarto volume traz um apanhado geral dos diversos municípios que compõem o Paraná, trazendo informações referenciais sobre história, localização geográfica, densidade populacional, evolução política, dentre outros dados concernentes à categorização de municípios.

Partindo dessas considerações gerais sobre a obra, objetivou-se identificar o que foi trabalhado no volume I, que trata de história do Paraná, tendo como autores “Balhana, Machado, Westphalen”. Nesse sentido e a fim de demonstrar a fundamentação histórica dos temas tratados, procurou-se apresentar com o quadro 7, o alcance temático da pesquisa realizada pelos três autores, tanto individualmente, como em conjunto (QUADRO 7).

HISTÓRIA DO PARANÁ – VOLUME I		
AUTORES	TEMAS	CO-AUTORIA
ALTIVA PILATTI BALHANA (B) Professora Docente livre História da América	- População do Paraná Tradicional; - Imigração e colonização; - Novos empreendimentos coloniais; - Desenvolvimento demográfico e urbano; - Procura do ouro e prata;* - Potosi, Caminhos rumo à bacia do Paraná; - Espanhóis no Ocidente; - Norte do Paraná; - Sudoeste e Oeste do Paraná; - Problemas agrários.	W W W W / M W / M W / M
BRASIL PINHEIRO MACHADO (M) Professor catedrático História do Brasil	- Procura de gentio e minas; - Ouro em Paranaguá; - Fixação do povoamento; - Curitiba, Organização da comunidade tradicional; - Câmaras Municipais e Capitães-Generais; - Morgado do Mateus; - Expedições militares de conquista; - Expansão da sociedade campeira; - Sociedade tradicional; - Política da Primeira República; - Integração das comunidades paranaenses; - Norte do Paraná; - Sudoeste e Oeste do Paraná; - Problemas Agrários.	W / B W / B W / B
CECÍLIA MARIA WESTPHALEN (W) Professora catedrática História Moderna e Contemporânea	- Costa do pau brasil – costa “do ouro e prata”; - Reduções – organização e vida; - Reduções – destruição; - Problemas do Prata e do Ocidente; - Jesuítas em Paranaguá; - Emancipação político-administrativa; - Situação da Província ao tempo da emancipação; - Erva-mate e madeira; - Política provincial; - Política final do Império e início da República; - Revolução Federalista; - Guerrilhas do Contestado; - Revolução de 1930 e a Intervenção; - Economia cafeeira; - Industrialização; - Cultura paranaense; - Procura do ouro e prata; - Potosi, Caminhos rumo à bacia do Paraná; - Espanhóis no Ocidente; - Norte do Paraná; - Sudoeste e Oeste do Paraná; - Problemas agrários.	B B B B / M B / M B / M

QUADRO 7 - HISTÓRIA DO PARANÁ – VOLUME I

Fonte: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1.

Nota:

* Os dados em negrito referem-se às co-autorias.

* * * * *

Contrariamente ao ideário de Bento que via urgência em evidenciar um mesmo passado aos paranaenses, Brasil, ao situar o Paraná no contexto de formação nacional, insere a história regional de conformidade com “múltiplos estímulos em diferentes pontos”.

Assim, explicita que a formação da “sociedade campeira” no Paraná dito tradicional, corresponde a um “misto da herança paulista e convívio com gaúchos”. Exemplo sesmeiro da herança paulista verificava-se na constituição familiar e na formação de uma “classe senhorial” que se sustentava pelo “localismo do poder”. O “convívio” com os gaúchos poderia ser atestado pelo “Sistema de Caminhos” que se constituíam em “pontos de convergência e de sociabilidade” entre as cidades e as fazendas.

Já o processo da ocupação de terras no Paraná Moderno seguiria outros “estímulos”, como no Norte a agricultura tropical do café, de influência dos cafeicultores paulistas e no Sudoeste e Oeste a criação de suínos e cereais, de influência dos migrantes gaúchos em terras do Paraná.

Enquanto Bento entendia que os diferenciais regionais levariam à plenitude do conceito de nação ou à “assimilação” da cultura nacional, para Brasil a “desbrasilidade” era o diferencial que desmitificava aquele ideário regional que procurava reiteradamente justificar-se pela ótica e por valores nacionais.

É nesse sentido de reiteração que David também irá buscar no conceito de nação o fundamento do estudo regional, com base em critérios positivistas de mitificação regional.

Mesmo que divergentes, tanto Bento como Brasil procuraram atentar para questões concernentes à formação do Paraná. Já David, elegendo episódios e protagonistas de fatos e feitos históricos, ainda que atente para a

essência de dados referentes à formação regional, direciona suas análises para a construção simbólica de suas proposições: é o enaltecimento do herói paranaense e da região de seu pertencimento. É o que se irá tratar no próximo capítulo.

CAPÍTULO VII

DAVID CARNEIRO: A “ALMA PARANAENSE” E A MITIFICAÇÃO DO HERÓI REGIONAL

7.1 David Carneiro: o “último dos paranistas”

Façamos alguma coisa; pregando um sermão, escrevendo um verso ou colocando uma pedra num edifício, o essencial é não parar em meio do caminho. Seguir no século seguinte, bem como nos consecutivos, a missão individual e coletiva que vimos apontando, é tornar-nos dignos do que têm escrito, pensado, ensinado, estabelecendo grandeza que existe, embora desconhecida da grande maioria. Tal é a missão geral de todos nós. É brasilidade e paranismo, porque este sentimento não se separa daquele, para os que nascem na terra das araucárias!

David Carneiro

David Antonio da Silva Carneiro nasceu em Curitiba, no dia do aniversário da cidade, em 29 de março, no ano de 1904. Seu nome foi o mesmo de seu pai, de seu avô e de seu bisavô.³⁸³

De acordo com a pesquisa genealógica de Francisco Negrão, sua ascendência familiar está representada pelo

Título Soares da Costa (Volume 6, 323-334), Manoel Soares da Costa, açoriano que veio para Santa Catarina e cuja família viria para Antonina por volta de 1839, escapando da Guerra dos Farrapos. Estabeleceram lavoura e carpintaria naquela localidade com os seus escravos. Suas netas casaram-se com Ermelino Agostinho Leão, com

383 CENTRO POSITIVISTA DO PARANÁ. **Prof. e Historiador Dr. David Antonio da Silva Carneiro (1904-1990)**. Curitiba, PR. Disponível em < <http://www.palm.com.br/cpp/frameset.htm>>. Acesso em: 10/06/2009.

o Coronel e comerciante Francisco Marçallo da Lapa e com o empresário da erva-mate David Antonio da Silva Carneiro.³⁸⁴

A família Carneiro constitui-se, portanto, numa “família histórica” do Paraná, tanto no que concerne ao nome e à procedência, quanto ao período de estruturação e título de vinculação. Descende de uma família pertencente à elite familiar ervateira, confirmando sua vinculação com o poder político regional:

Carneiro, Iguape-São Paulo/meados do século XIX. (NEGRÃO, v. 3, p. 552; v. 1, p. 197/221) David Carneiro, ervateiro, e seus filhos os escritores David Carneiro e Newton Carneiro. Presença na Associação Comercial do Paraná. Título Soares da Costa.³⁸⁵

Oliveira considera David Carneiro como o “último dos paranistas”, justamente por encerrar em seus discursos temas sobre a identidade, a cultura, a tradição e a formação histórica paranaense.

David Carneiro representou, por certo, o seletto grupo de intelectuais tradicionais, de apego às questões regionais e de busca veemente às origens históricas do Paraná. Dessa forma, a tradição ervateira foi fundamentada em seus discursos, reforçando a vinculação familiar dos intelectuais tradicionais com a elite ervateira paranaense. E tal situação se configuraria mesmo após a década de 1930, época de declínio da economia ervateira³⁸⁶ no Paraná:

384 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores...**, 2001. p. 276.

385 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores...**, 2001. p. 279.

386 De acordo com Samuel Guimarães da Costa “O declínio da economia ervateira, particularmente no Paraná, é resultado de vários fatores, dois dos quais tiveram influência decisiva nessa gradativa perda de substância: o primeiro, foi a crescente expansão do cultivo na Argentina que sempre fora o maior consumidor e importador e acabou se libertando da dependência brasileira; o segundo adveio da abertura e ocupação de novas frentes agrícolas em regiões novas do Paraná, como o café no Setentrião e, depois, a soja e o trigo no Extremo Oeste e Sudoeste. A erva-mate foi perdendo terreno sem que, no entanto, tivesse esgotado todas as suas reais potencialidades de consumo próprio no mercado nacional, quer sob a forma tradicional do chimarrão, quer sob a forma de chá e de refrigerante” (COSTA, Samuel Guimarães da. **A erva-mate**. Curitiba: Secretaria do estado do Planejamento e Coordenação Geral. Scientia et Labor. Editora UFPR, 1989. p. viii).

Os intelectuais tradicionais do Paraná escrevem a história tradicional da identidade paranaense. Ermelino de Leão, Romário Martins, Francisco Negrão e o último dos paranistas, David Carneiro. Todos possuíam vínculos com a erva-mate. A sua temática foi a construção da história regional, os temas paranaenses, a defesa dos limites do Paraná e a genealogia e memória das suas elites. Todos procuraram mostrar a continuidade histórica da região. O Estado eram eles, os *homens bons* e os seus descendentes.³⁸⁷

O intelectual passa a exercer o comando dos negócios do ramo ervateiro da família, após a morte de seu pai, o Coronel David Carneiro. Aliás, tal negócio já vinha de longa data. Como o próprio David Carneiro relata, seu pai havia sido sócio de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul³⁸⁸:

UM PAULISTA NA PRESIDÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

A mesa de rendas de Antonina proporcionou a David Carneiro os primeiros contatos oficiais com Ildefonso Pereira Correia, cuja indústria de erva-mate e seu conseqüente comércio estaria em plena expansão. Foi no ano de 1869 que Ildefonso se estabeleceu em Antonina e aí eles se conheceram. Apesar dos reiterados convites para que David Carneiro o acompanhasse, não aquiesceu imediatamente mas as ajudas foram sendo ao mesmo tempo cimento e prova de confiança recíproca. A marca Ildefonso de exportação, para Montevidéu e Buenos Aires, conquistou reputação de excelência e o enriquecimento foi caminho natural, e também natural teria sido a expansão.

Em 1873 Ildefonso Pereira Correia fundou a fábrica Tibagi em Curitiba e David Carneiro ficou dirigindo a de Antonina, só passando a ser chamado a esta cidade, para nova cooperação direta, em 1879, quando os engenhos começaram a progredir tecnicamente, graças à visão e à capacidade do engenheiro Francisco de Camargo Pinto, que além de introduzir os locomóveis a vapor como fontes de energia,

387 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores...**, 2001. p. xxiv.

388 Oliveira, em levantamento sobre os empresários que assinaram a Fundação da ACP - Associação Comercial do Paraná, em 1890, relata que: "*Ildefonso Pereira Correia*. Barão do Serro Azul. Era o principal empresário do Paraná na época. Neto de Manoel Antonio Pereira e de Manoel Francisco Correia, integrante da representação em 1803 e dos apontamentos em 1850. Nasceu em 1849. Comerciante e proprietário de engenhos de erva-mate, inclusive do moderno estabelecimento fabril Tibagi, montado em Curitiba em 1878 com aperfeiçoamentos produtivos e tecnológicos significantes. Possuiu uma serraria a vapor em Piraquara e a Impressora Paranaense. Criou o Banco Mercantil Industrial do Paraná e participou da criação do Clube Curitibano. Maior exportador paranaense de erva-mate na década de 80. Presidente da Câmara de Curitiba, Deputado Provincial, Vice-Presidente da Província. Membro do Partido Conservador. Fuzilado em 1894 após a retomada de Curitiba pelos florianistas" (OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores...**, 2001. p. 58).

inventou (e adaptou ou modificou) trituradores, peneiras mecânicas, misturadores automáticos e a geral translação interna, realizada sem a intervenção ou contacto humano.³⁸⁹

No mesmo período em que passa a exercer o comando dos negócios, diploma-se, em 1928, na Faculdade de Engenharia de Curitiba, com 24 anos. Ainda assim, dedica-se à produção de títulos essencialmente regionais, conciliando sua vida de intelectual com a de diretor de empresa até a década de 1940, quando deixa a direção da empresa e passa a dedicar-se mais integralmente à produção intelectual.

David havia concluído o ginásio em Campinas/SP e o secundário no Colégio Militar do Rio de Janeiro. É lá que encontra ambiente e que desde cedo passa a ter contato com a doutrina positivista, especialmente por influência de seu professor de Física, o Major Alfredo Severo dos Santos Pereira.

Em Curitiba, torna-se assíduo freqüentador do Catecismo Positivista, ministrado pelo positivista João Pernetta, participando da inauguração, em 1923, do Centro de Propaganda do Positivismo no Paraná. Após a morte de João Pernetta, divide, com seu filho Augusto Pernetta, as atividades do Centro:

Porém, tendo o Dr. Augusto Pernetta, se transferido para o Rio de Janeiro em 1941, esse encargo ficou sobre os ombros do Dr. David. A princípio alguns outros membros do Centro, por delegação do Dr. David, tentaram substituir o Dr. Augusto nas explicações dominicais do Catecismo, mas, na verdade quem realmente deu continuidade teórica e prática foi o Dr. David, que durante alguns anos, encarregou-se pessoalmente dessa tarefa, de maneira brilhante e muito apreciada por grande número de assíduos ouvintes.

O local das reuniões dominicais, que foi inicial e provisoriamente na residência do Dr. João Pernetta, na Praça Osório, 44, era numa pequena sala na Rua XV de Novembro, 282, e os grandes tipos eram representados por quadros pintados por Augusto Pernetta, pendurados na parede. Assumida a direção do Centro pelo Dr. David, as reuniões foram transferidas para a Rua Comendador Araújo, onde ocupava uma sala mais ampla, das dependências do antigo engenho

389 CARNEIRO, David. **Perfil histórico da Associação Comercial do Paraná e Galeria dos Presidentes**. Curitiba: Repro-set, 1981. p. 91-92.

de erva mate de sua propriedade. Posteriormente o prédio foi demolido para dar lugar a uma nova construção, localizada na mesma rua, n. 531, inaugurada em meados de 1976. Foi planejada para abrigar o Museu Cel. David Carneiro e o Centro de Propaganda do Positivismo no Paraná, a quem foram então destinadas várias salas e uma capela, esta obedecendo as prescrições do Fundador da Doutrina, com os quatorze nichos e respectivas estátuas dos grandes tipos da Humanidade, mais a estátua central, simbolizando a própria Humanidade.

Logo depois o grupo de membros sob a chefia do Dr. David, elaborou os estatutos da entidade, que depois de aprovado em assembléia geral, foi registrado com o nome de Centro Positivista do Paraná.³⁹⁰

David foi professor na cadeira de “Evolução da Conjuntura Econômica” na então Faculdade de Economia da Universidade Federal do Paraná. Dirigiu de 1949 a 1953 a Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Lecionou também na Universidade de Brasília como professor titular de História. A partir da década de 1960 foi também professor visitante nas universidades de Nebraska, da Califórnia, de Harvard e de Miami, lecionando nas áreas de História e de Economia.

Muitos textos de sua produção foram traduzidos para o inglês, francês, italiano e espanhol. Atuou como jornalista, sendo colunista da Gazeta do Povo na coluna *Veterana Verba*.

De acordo com Wilson Bóia, biógrafo do autor, David Carneiro escreveu poesias, embora boa parte dessa produção não seja de conhecimento público.³⁹¹ Foi também empresário cinematográfico, inaugurando várias salas de cinema em Curitiba.³⁹²

390 CENTRO POSITIVISTA DO PARANÁ. **Prof. e Historiador Dr. David Antonio da Silva Carneiro(1904-1990)**. Curitiba, PR. Disponível em < <http://www.palm.com.br/cpp/frameset.htm>>. Acesso em: 10/06/2009.

391 FRAGMENTOS de uma História: o Acervo David Carneiro. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/mon/exposicoes/davidcarneiro.htm>>. Acesso em: 08/10/2008.

392 MILLARCH, Aramis. **David Carneiro, o que construiu o cine Ópera**. Disponível em <<http://www.millararch.org/artigo/david-carneiro-o-que-construiu-o-cine-opera>>. Acesso em: 08/10/2009.

Ao longo de sua vida, David Carneiro angariou peças, objetos e obras de arte referentes à história paranaense, constituindo-se num acervo de inestimável valor para o estudo regional paranaense e adquirido pelo governo do Estado em dezembro de 2004:

Com 555 peças em exibição, que incluem mobiliário, livros, documentos, numismática, ferramentas, utensílios, porcelanas, indumentária, armarias e obras de arte, a exposição segue um roteiro baseado na ocupação do território paranaense. Resultante da parceria entre o *Museu Oscar Niemeyer* e a Secretaria de Estado da Cultura, a concepção da mostra é assinada por uma comissão organizadora integrada pelos historiadores Aymoré Índio do Brasil, Regina Elena Lório e Renato Carneiro.

O primeiro Museu David Carneiro:

[...] foi criado em 1928, mas sua sede definitiva - um prédio com mais de 3 mil metros quadrados, projetado por David Antonio da Silva Carneiro Júnior – foi inaugurado em 1952, junto à casa de seu proprietário, com entrada pela Rua Comendador Araújo. O professor David Carneiro reuniu, durante a vida, coleção representativa da História do Paraná e do Brasil.

O seu museu foi considerado a maior coleção particular de antiguidades do Estado, e uma das maiores do País - possuía um acervo de mais de 5 mil itens, em que se destacavam uniformes e armas militares usados na Revolução Federalista e na Guerra do Paraguai, documentos e objetos históricos, como os mais de cem quadros de personalidades da vida pública paranaense, raridades que o próprio professor David tinha o hábito de mostrar aos visitantes, a quem recebia como amigos.

Inspirado e concebido dentro da Filosofia Positivista, de acordo com a doutrina adotada por seu idealizador, o Museu David Carneiro abrigava uma sala de conferências sobre o positivismo, realizadas aos domingos, e a Capela da Religião da Humanidade, local onde se evidenciava o gosto clássico que a arte positivista pressupõe e que estava consagrada nas obras ali representadas [...]

David Carneiro norteou sua vida pelo catecismo Positivista e contribuiu de maneira sistemática para a propagação dessa doutrina no Paraná, orientando incansavelmente todos que quiseram dela usufruir. O Museu Coronel David Carneiro foi fechado definitivamente em 1994. Em dezembro de 2004 foi desapropriado pelo Governo do Estado do Paraná e suas peças incorporadas ao acervo do Museu Paranaense.³⁹³

393 FRAGMENTOS de uma História: o Acervo David Carneiro. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/mon/exposicoes/davidcarneiro.htm>>. Acesso em: 08/10/2008.

Pode-se, assim, dizer que o traço fundamental de David Carneiro como intelectual foi sua veia positivista, demarcando em sua obra o princípio mitificador, pois

A criação de um mito de origem é fenômeno universal que se verifica não só em regimes políticos mas também em nações, povos, tribos, cidades. Com frequência disfarçado de historiografia, ou talvez indissolúvelmente nela enredado, o mito de origem procura estabelecer uma versão dos fatos, real ou imaginada, que dará sentido e legitimidade à situação vencedora.³⁹⁴

O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim, constituiu a diretriz teórica de sua fundamentação intelectual, alegando que:

Nós, positivistas, nos consideramos, todos nós, verdadeiros humanistas, porque: creditamos ao passado humano, desde o mais remoto, tudo que nos legou, sabiamente criado, analisado e filtrado, geração após geração; porque cremos no futuro, de liberdade, de cidadãos efetivamente irmãos, construindo indústrias, cidades e países, colaborando fraternalmente; porque somos francamente a favor do movimento ecológico: queremos a Terra cada vez mais verde e menos poluída, porque queremos, com toda a nossa mais profunda emoção, com o melhor de nossa inteligência e com denodado afincamento, contribuir para a erradicação da miséria no Mundo todo e, especialmente, em nosso País; porque trabalhamos o presente para colaborar na preparação de um futuro mais ameno, com dedicação e com ardor; porque acreditamos que só o Amor constrói e só a verdadeira ciência orienta e organiza um trabalho convergente.³⁹⁵

É seguindo essa diretriz teórico-metodológica que David se propõe a estudar dados que evidenciem não somente a identidade, mas a própria “alma paranaense”. Os feitos heróicos tratados pelo autor ilustram tal intenção de mitificação do passado regional.

394 CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas...**, 1990. p. 13.

395 CARNEIRO, David (Org.). **Positivismo e Humanismo**. Curitiba: Centro Positivista do Paraná, 1993. p. xi.

Certamente que, para tanto, David encontrou variadas contraposições. Procurou-se trazer à tona um desses episódios em que os chamados “adventícios” entraram em cena.

7.2 Um contratempo com os “adventícios”

David Carneiro foi processado e absolvido, em 1943, pelo Tribunal de Segurança Nacional do Estado Novo, acusado pela publicação de artigos que injuriavam os “adventícios”, ou seja, aqueles que não haviam nascido no Paraná e que ocupavam altos cargos na administração pública do Estado.

As argumentações contrárias provocadas pelo discurso de David são reveladoras do “lugar social” por ele ocupado e da “cena enunciativa” que se procedeu. A encenação discursiva se passa na gestão do governador Manoel Ribas, em pleno Estado Novo (1937-1945), momento histórico de centralização nacional e de recrudescimento às intenções regionais identitárias.

É nesse contexto que o discurso paranista de David estabelece critérios identificadores com o propósito de se contrapor àqueles que não professavam de um ideário regional. Tendo em conta a sua *trajetória*, demarcada pela noção de *habitus*, e pela qual David constituía-se num intelectual detentor de capitais, pode-se compreender tanto o seu “ato de fala” como o “efeito de enunciado” decorrente dessa fala.

Assim, em 1944, David Carneiro publica a “História Psicológica do Paraná” e traz à tona uma “Explicação” com as transcrições da abertura do inquérito contra a sua pessoa. No depoimento que se segue, o Diretor do Departamento de Segurança Pública, Fausto Bittencourt, comenta sobre os artigos de David Carneiro publicados no jornal curitibano “O Dia”. Enfocou especialmente aquele que vinha com o título “A Maledicência”, artigo este que deu vazão à apuração das acusações feitas ao intelectual, em que difamava

ocupantes de cargos da administração pública que não eram nascidos no Paraná:

‘O Diretor do Departamento de Segurança Pública, no uso das suas atribuições e atendendo a que o Sr. Davi Carneiro, residente nesta cidade, vem promovendo, por meio de artigos de sua autoria, insertos no periódico “O Dia”, desta Capital, uma campanha de incitação da opinião pública contra os agentes do governo do Estado naturais de outros Estados, atribuindo-lhes incapacidade moral e intelectual para os exercícios dos cargos que ocupam; considerando que os artigos com as epígrafes de “Como vibra a alma paranaense” – “Retraimento e complacência” e “A maledicência”, publicados no referido jornal, a 21, 22 e 23 do mês em curso, visam manifestadamente – irrogando de maneira injuriosa, déficit moral e intelectual a altos funcionários da administração estadual, nascidos em outros estados, aos quais chama de adventícios, – explorar o sentimento regionalista, para, insinuando a necessidade de pretensas reivindicações, lançar a cizania e a discórdia no seio da população deste Estado; considerando a gravidade das asserções contidas nos referidos artigos, como por exemplo, a de que “por toda a parte se fala no Paraná, e com razão, da falta de valor intelectual e sobretudo moral da maioria dos adventícios que entopem os altos cargos da administração, estando senhores da máquina do Estado” (trecho do artigo subordinado ao título Maledicência); considerando que o referido jornalista abusou da liberdade de crítica, para injuriar agentes do poder público, excitar sentimentos regionalistas, e provocar a descrença e a desconfiança no espírito público com referência ao poder estadual; e considerando finalmente, que a conduta do mencionado jornalista, maximé na atual contingência constitui atividade nociva ao interesse nacional, resolve determinar à delegacia auxiliar a instauração de rigoroso inquérito para apurar a responsabilidade do Sr. Davi Carneiro pelos motivos expostos. Curitiba, 27 de outubro de 1943. (a) Fausto Bittencourt (diretor)’.³⁹⁶

Inquirido o próprio autor e ouvidas as testemunhas, elaborou-se um relatório com a seguinte justificativa:

O Sr. Davi Carneiro, ao ser ouvido neste inquérito, declarou que os artigos em apreço fazem parte de uma série que está escrevendo, com o propósito de estudar a psicologia do povo paranaense. A verdade é, porém, que os três artigos publicados refletem claramente o “animus injuriandi” do autor e a intenção preconcebida de explorar sentimentos regionalistas, por meio de conceitos que não podem caber no ânimo equilibrado de um sociólogo conciente.³⁹⁷

396 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná**. Edição do Dr. Dicesar Plaisant. Curitiba: Tip. João Haupt, 1944. p. vi.

397 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...**, 1944. p. vii.

E mais adiante o referido relatório ainda esclarece:

Chamado a explicar a grave asserção contida no artigo “A Maledicência”, “de que por toda a parte se fala no Paraná, e com razão, da falta de valor intelectual e sobretudo moral da maioria dos adventícios que entopem os altos cargos da administração pública, estando senhores da máquina do Estado” – o indiciado quer que a idéia lhe saiu assim mal expressa, porque escrevera o referido artigo sob forte impressão que lhe causara um artigo de Wilson Martins, em que o mesmo nega formalmente a existência de atividades culturais no Paraná.

Parece-nos frágil, sem dúvida, a explicação, de vez que a referência é genérica “aos adventícios que entopem os altos cargos da administração do Estado”, e dificilmente alguém situaria, lendo tal tópico, entre as personagens da administração do Estado, o Sr. Wilson Martins.³⁹⁸

O embate dirigia-se especialmente ao professor, escritor e crítico literário Wilson Martins³⁹⁹. Este ocupava na época um cargo na administração

398 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...**, 1944, p. vii.

399 Wilson Martins nasceu em 1921 em São Paulo, vindo morar, com a família, em Curitiba em 1930. Formou-se em Direito, em 1943, pela Universidade do Paraná. Em 1945, foi membro do I Congresso Brasileiro de Escritores, em São Paulo. Recebe o título de Doutor em Letras, pela Universidade Federal do Paraná, em 1952, tornando-se, até 1962, Professor Catedrático de Língua e Literatura Francesa. Foi, por trinta anos, professor em universidades norte-americanas: visitante na Universidade de Kansas, visitante na Universidade de Wisconsin-Madison e titular de Literatura Brasileira na New York University. Foi Editor Associado na Revista Iberoamericana, da Luso-Brazilian Review e do Handbook of Latin American Studies, além de elaborar diversos verbetes para a Enciclopédia Barsa. Dentre sua produção, citem-se as obras: Um Brasil Diferente, em 1955 pela editora Anhembi/SP e em 1989, pela T.A. Queiroz/SP; A Palavra Escrita, em 1957, pela Anhembi/SP; História da Inteligência Brasileira (7 volumes), em 1976, pela Cultrix/SP e 1992 pela T.A. Queiroz/SP; e Pontos de Vista, em 1991, também pela T. A. Queiroz/SP. Sobre o papel social do crítico literário e seu envolvimento em polêmicas, Wilson Martins assim declara: “O crítico, dizia uma definição célebre, é o homem que sabe ler e ensina os outros a ler – ler, realmente, isto é, saber o que a leitura significa no quadro dos valores literários e intelectuais. Outros, mais modestos, disseram que o crítico é o secretário do público e outros, mais apaixonados, que a crítica é a aventura da alma através das obras alheias. Mas, essa é também a definição perfeita da própria leitura [...] A crítica é polêmica por definição, no sentido de que discute e raciocina, mas essa polêmica não é de natureza desafiadora: é apenas um convite a pensar. Não há mal nenhum em concordar com a maioria, mas o crítico deve se premunir, em cada momento, com respeito às modas transitórias. Seu alvo é o que tem ou pode ter valor de permanência [...]” [SANCHES NETO, Miguel (Org.). **Wilson Martins**. n. 8. Curitiba: UFPR, 1997. p. 39 (Série Paranaenses)].

do Estado⁴⁰⁰, sendo considerado por David Carneiro um típico “adventício”, ao qual havia se referido em seus artigos, pois para Wilson Martins.:

Tanto do ponto de vista físico quanto do ponto de vista humano, o Paraná oferece o espetáculo de uma complexa variedade, que tem escapado à maior parte dos observadores e concorrido para a “desfocação” de grande número dos estudos que lhe têm sido consagrados. A primeira tentação a evitar é, assim, a tentação da unidade, da unificação, a da violação do real em troca dos benefícios enganosos de classificações excessivamente rígidas ou de vistas comodamente unitárias, simplificadoras. Nem a terra nem o homem se submetem a essas generalizações [...].⁴⁰¹

Para David, as idéias de Wilson Martins representariam justamente o inverso do efeito que buscava em seus discursos, pois para Wilson Martins, o paranaense assim se definiria:

Inimigo dos gestos espetaculares e das expansões temperamentais, despojados de adornos, sua história é a de uma construção modesta e sólida e tão profundamente brasileira [...] Assim é o Paraná, Terra que substitui o sempre estéril heroísmo dos guerreiros pelo humilde e positivo heroísmo do trabalho quotidiano e que agora entre perturbada e feliz se descobre a si mesma e começa, enfim a se compreender.⁴⁰²

Enquanto Wilson alertava para a inexistência de atividades culturais no Paraná e que todo estudo que tivesse como foco o Paraná deveria, necessariamente, evitar ideais de “unificação”, para David o cerne de suas pesquisas estaria em provar o efeito contrário desse pensamento de Wilson Martins. E a “História Psicológica do Paraná” condensou essa intenção unificadora de reaver a “alma paranaense”, buscar por sua “aplicação sociológica” e por fim provar a “ação cultural” no Paraná.

400 Nos anos de 1943 e 1944, Wilson Martins foi Oficial de Gabinete do Interventor Manoel Ribas. Ao optar pela corrente política liderada por Bento Munhoz da Rocha Netto, foi afastado do cargo. (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, 1991).

401 MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**: ensaios sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: Anhembi, 1955. p. 7.

402 MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente...**, 1955. p. 468

7.3 Por uma “história psicológica do Paraná”

A *História Psicológica do Paraná* (1944) apresenta em sua introdução a “Explicação” de David Carneiro já mencionada e vem composta de três partes: “Alma”, “Aplicação Sociológica” e “Ação Cultural”, as quais procuram trazer ao debate a constituição psicológica do paranaense, fundamentada por razões que o intelectual atribui como sociológicas.

A obra constitui-se num acervo inestimável para se compreender o caminho que o pensamento paranista trilhou num contexto em que a produção bibliográfica procurava superar o próprio declínio da produção material ervateira e de crise do *status quo*. Segundo Oliveira:

David Carneiro com o seu livro realiza o último e mais completo ato de uma forma de “paranismo”. Inclusive, porque depois de 30, com a crise material da economia exportadora de erva-mate e os seus contínuos problemas devido ao crescimento da economia argentina em Misiones, a burguesia do mate perderia a sua direção no bloco do poder regional. Procura elaborar uma psicologia com o “retraimento excessivo”, a “complacência exagerada”, a “antropofagia” entre os paranaenses. Tudo isso acarretaria espaço para os “adventícios” terem posições de destaque e domínio. É o mais importante livro sobre o “paranismo”. Ou seja, a reflexão intelectual já pensa a situação de um *status quo* em crise [...] David Carneiro tenta fundamentar as raízes de uma cultura paranaense, suas tradições, seus problemas, sua história, seus marcos e seus principais personagens.⁴⁰³

A obra traz também outros títulos, conforme se procurou esboçar no quadro a seguir:

403 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores...**, 2001. p. 184.

HISTÓRIA PSICOLÓGICA DO PARANÁ

1.ª Parte – “Alma”

“**Como Vibra a Alma Paranaense**”/ “**Retraimento e Complacência**”/ “**A Maledicência**”/ “Balanço das Grandezas e Mesquinhas”/ “Conterrâneos e Patrícios”/ “Paraizo dos Adventícios”/ “O Meio Moldando a Alma”.

2.ª Parte – “Aplicação Sociológica”

“Curitiba Bandeirante”/ “Outros Heróis do Século Passado”/ “Origem Histórica de Nossa Timidez”/ “A Emancipação da Província”/ “Estímulos Materiais da Província Emancipada”/ “A Ingratidão Republicana”/ “O Reverso da Medalha em 1.894”/ “O Contestado e o Acôrdio”/ “O Território do Iguassú”/ “O Paraná no Cenário Político do Brasil”.

3.ª Parte – “Ação Cultural”

“A Incrementação de uma Unidade Cultural”/ “A Poesia Paranaense”/ “O Paraná nas Artes do Som”/ “Considerações acêrca da Pintura no Paraná”/ “Preparação do Ambiente Estético Iria Correia”/ “Os Pintores que Aquarelavam Michaud”/ “Andersen”/ “O Paraná na Escultura”/ “O Paraná e seus Historiadores”.

Quadro 8 – HISTÓRIA PSICOLÓGICA DO PARANÁ

Fonte: CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná**. Edição do Dr. Dicesar Plaisant. Curitiba: Tip. João Haupt, 1944.

Como se pode notar, a primeira parte trata de especificar características da “alma”, identificando o ser e o meio paranaense. Na segunda parte, a aplicação sociológica, sugerida no título, reitera-se em situações políticas e feitos históricos regionais, numa busca por colocar o Paraná na veia dos acontecimentos nacionais. E a terceira parte justifica a incrementação de uma unidade cultural no Paraná, haja vista o despontar artístico e as variadas ações culturais que passariam a figurar no cenário das artes no Paraná. David rebatia nesse ponto declarações de outros intelectuais, como no caso já referido com Wilson Martins, de que no Paraná não havia espaço para a realização de atividades culturais.

Dentre os artigos da obra, optou-se em abordar essencialmente os três artigos negritados, que originaram o inquérito a David Carneiro.

No artigo “**Como vibra a alma paranaense**”, David justifica sobre o “retraimento natural” paranaense, herança do antigo curitibano, enquanto seus vizinhos de fronteira apresentavam comportamento contrário. Nesse ponto, pode-se notar que David procura o sentido na história desse pretensão comportamento paranaense, relatando sobre

[...] os porquês históricos do retraimento natural do antigo curitibano e do moderno paranaense, as causas dêsse acanhamento que de todos nós paranaenses fez uma espécie nova de cenobitas laicos. Os porquês dêsse acanhamento, enfim, que tanto mais cresce e tanto mais nos torna calados e introspectivos, quanto mais garganteiam e se gabam os fronteiriços e mais se orgulham os paulistas de suas grandiosas realizações coletivas.⁴⁰⁴

O retraimento e a demasiada modéstia acabava por impedir o paranaense de grandes realizações, tanto dentro como fora de seu “torrão natal”:

O Paraná não pésa na comunhão brasileira, não por causa do paulista, nem do mineiro, nem do gaúcho ou do baiano, mas por sua própria causa, por causa dos seus filhos que vivem medrosos, quando têm valor, temendo ser taxados de cabotinos, e que só se mostram fóra, quando mediocremente valiosos.

[...] Só seremos alguma coisa, pesando na comunhão brasileira, com valor realmente ponderável, si não nos apequenarmos individual e coletivamente, si não nos diminuirmos, si não nos desprezarmos num amesquinamento recíproco, destruidor, negativo, incapaz. Vencendo-nos a nós mesmos havemos de ser como o nosso Marumbí, orgulhoso na sua fortaleza eterna de granito, e apontando os céus altaneiros, numa emulação construtiva, levantaremos os ânimos dos tímidos talentosos, com estimulantes palmas frutificadoras!⁴⁰⁵

Ao paranaense cabia libertar-se de seu amesquinamento, de sua mediocridade e de sua pequenez, para comparar-se à grandeza do Marumbi, para demonstrar à nação brasileira o seu valor regional.

404 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...**, 1944. p. 4.

405 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...** , 1944. p. 6.

Em “**Retraimento e complacência**”, dois seriam os “defeitos” do paranaense que moldariam a sua alma: o “retraimento excessivo” e a “complacência exagerada”:

No paranaense, como homem que vive em sociedade e elemento formador de uma unidade política dentro da nação brasileira, ha dois defeitos graves que se somam e se confundem, chegando mesmo a inutilizá-lo para as grandes e arrojadas ações públicas. O **primeiro** desses defeitos é o **retraimento excessivo**, uma espécie de misantropia, que chega às raias de doença. E êle que nos impede de dizer entre estranhos, por vergonha, por medo, por falta de personalidade ou de valor, aquilo que pensamos (certo ou errado) e que nos impede, mais ainda, de proceder, com medo que se nos diga que o que fazemos é feio, é impróprio ou errado. O **segundo** defeito, talvez ainda mais grave, que o anterior, é a **complacência**, exagerada.⁴⁰⁶

O comportamento tímido e medroso do paranaense deixaria então campo livre para a atuação do “adventício”:

Tudo o que se faz ao nosso redór nós aceitamos. O que fazemos ou o que é nosso, está errado ou pode estar errado, ou ainda poder ser “**feio**” e **causa vergonha**; mas sendo feito por outrem, algum adventício por exemplo, e por mais absurdo que o feito seja, tem, si não a nossa cooperação, pelo menos a nossa complacência. Parecemos então que está tudo certo, porque outrem fez.⁴⁰⁷

O “retraimento” causaria a “autofagia”. Seriam os próprios paranaenses que se destruiriam, deixando-se comandar pelos “adventícios” e revelando-se exageradamente “complacentes”:

Assim, numa espécie de autofagia, destruimos a nossa própria carne e com ela nos alimentamos. Retraídos, deixamos que os advenas falem à vontade, que se gabem à farta, que se exibam à desenvolta. Julgando-os por nós, parece sempre, a princípio, que dizem a verdade e que teem qualidades superiores às nossas. Acreditamos, acolhemos, e damos-lhes posições de relevo para que comandem o que é nosso e a nós próprios. Complacentes, depois, não chamamos a nós o nosso direito de coibir abusos. Acabamos dominados.⁴⁰⁸

406 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...** , 1944. p. 7.

407 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...** , 1944. p. 7.

408 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...** , 1944. p. 9.

Tal comportamento seria inerente à própria natureza do paranaense, que fazia do medo o seu maior obstáculo:

A nossa natureza tímida não permite ir além. Temos medo de incomodar-nos, de perturbar a nossa vida, e é por isso que nossa reação não vai nunca, além da maledicência, que se tornou proverbial nas ruas centrais das nossas maiores cidades.⁴⁰⁹

E as razões dessa obstinada reserva e dessa tímida complacência seriam “sociológicas”, afetando o exercício de suas instituições:

Não devemos ter medo de andar sósinhos, desde que nossas instituições sejam melhores do que as alheias. Não devemos temer o nosso isolamento si, nós, estivermos melhor do que estando mal acompanhados. Tudo deve exaltar-nos para a superioridade; raça, bosques, campos, cataratas, altas montanhas azuis, tudo enfim, sem esquecer o nosso passado histórico, tradicional e heróico. O nosso Estado só pode ser motivo de exaltação e de orgulho.⁴¹⁰

Somente o apelo à história e à tradição traria a força necessária para sair desse estado de retraimento e complacência, exaltando com orgulho o que se teria de superior e de heróico no Paraná.

Já em “**A maledicência**”, David apontou para a “maledicência dos cafés” como a promotora de rotineiros falatórios causadores de inveja e um dos principais motivos do aniquilamento da alma paranaense:

Antes que corramos ao passado, para levantar véus misteriosos que ainda existam, com relação às razões de ser de nossas almas tais quais elas o são, falemos um pouco na maledicência que nós mesmos, com tanta freqüência, notamos e da qual, com não menor constância, queixamo-nos dos nossos conterrâneos. Quando digo nossos conterrâneos, generalizando, digo bem; porque a tesoura simbólica com que cortam e atassalham as reputações alheias os frequentadores assíduos das mesas dos cafés da rua 15 de Novembro de Curitiba, é exatamente igual e não menos afiada, do que a dos seus colegas da rua 15 de Novembro em Paranaguá ou em Ponta Grossa, e também não menos prestante do que a dos

409 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...** , 1944. p. 9.

410 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...** , 1944. p. 9.

frequentadores das farmácias, onde, no interior, se usa dar, à tarde, com companheiros, dois dedos de prosa que não é sempre de completa inocência.⁴¹¹

Mais adiante reforça: “Oxalá pudessemos ainda melhorar a alma dos frequentadores dos cafés...”.⁴¹²

É nesse artigo sobre “A maledicência” que David criticou claramente os adventícios que ocupavam altos cargos públicos no Estado, situação esta que a maledicência dos cafés com seus falatórios acabavam por reforçar:

Por toda a parte se fala, no Paraná, da falta de valor intelectual e mesmo moral dos adventícios que têm ocupado cargos da administração pública, ficando senhores da máquina do Estado. Ha quem diga que, no Paraná, não ha homens aptos e que, porisso, êles devem vir de fóra. E' que os capazes não se mostram, escondem-se, graças ao seu feitio moral, e os que se exibem valem tanto quanto os alienígenas.

Nunca faltou nem talento nem erudição entre nós, embora sempre nos faltasse individual e coletivamente uma certa dose de cabotinismo.⁴¹³

David atentava também para a falta de vínculo dos “adventícios”:

Além das razões anímicas, o que se passa com os adventícios é que êles não conhecem os maledicentes e a êsses adventícios pouco se lhes dá haver ou não quem se preocupe com êles. Até pelo contrário, quando deles se fala (ainda que seja mal) isso constitue uma primeira prova de triunfo próximo.⁴¹⁴

Mais adiante, no artigo “Paraizo dos Adventícios”, o intelectual argumenta que desde a instauração da província houve necessidade da vinda de adventícios, pois

411 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...** , 1944. p. 12.

412 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...** , 1944. p. 18.

413 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...** , 1944. p. 16.

414 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...** , 1944. p. 17.

O primeiro dos adventícios, o maior dos maiores, foi justamente Afonso Botelho de São Paio e Souza, primo do Morgado de Mateus, modelo de governador, operoso e sincero, nesta então parte dentral da capitania de São Paulo.⁴¹⁵

Assim como Afonso Botelho no período colonial, Zacarias de Góes no período imperial e Gomes Carneiro na República também os primeiros médicos e juízes teriam sido adventícios⁴¹⁶: “Houve épocas em que os nossos tribunais locais não contavam com um só juiz que não fosse um adventício, e que não fosse ao mesmo tempo um benemérito e um bemvindo”.⁴¹⁷

Ou seja, “não era um mal”, mas uma “imperiosa necessidade”. Entretanto, os adventícios a quem David Carneiro injuriava não estariam contribuindo para a exaltação regional e paranista. Esses adventícios não viam a grandeza das artes, da cultura e da história paranaense e utilizando-se do retraimento, da complacência e da autofagia paranaense, promoviam a si mesmos, não sendo gratos pela sua condição de “irmãos adotivos”.

Enfim, na obra “História Psicológica do Paraná” é de se notar a formulação de “instâncias de enunciação”, gerando “circunstâncias” propícias a contraposições e “efeitos de sentido” sobre o que constitui a identidade do paranaense, enredada por *já-ditos* de uma *linguagem autorizada*.

415 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...** , 1944. p. 30.

416 Em estudo sobre a “História do Período Provincial do Paraná”, David registra que: “Dos que não são paranaenses, entre os 27 presidentes da província (só três conterrâneos o foram, por nomeação direta do Imperador) [...] Ainda que a maioria dos presidentes de província que teve o Paraná fôssem de fora, como assim também os vice-presidentes em exercício, todos foram homens exemplares, ilustres e prudentes – pertencendo ao partido liberal como ao conservador – e todos esses nomes podem ser postos sem desdouro, lado a lado com a melhor prata de casa , que era excelente, bastando citar os nomes: Manoel Eufrásio, Jesuíno Marcondes, Ermelino de Leão, Manoel Alves de Araújo, Ildefonso Correia e João José Pedrosa. Esta série pode exhibir-se como exemplo de espírito público e desejo ardente de bem-estar para a terra natal” (CARNEIRO, David. **História do período provincial do Paraná**. Galeria dos Presidentes de Província. Curitiba: s.n., 1960).

417 CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná...** , 1944. p. 32.

7.4 O ideal identitário e a mitificação do herói paranaense: o positivismo como cerne de análise

Eis porque a história fica geralmente estéril e falaciosa quando nela se procura um amontoado de exemplos em lugar de uma série de preparações cuja principal eficácia deriva do seu encadeamento.

August Comte⁴¹⁸

Em pesquisa de dissertação de mestrado anteriormente realizada sobre o Cerco da Lapa e a Revolução Federalista no Paraná, havia se apontado sobre a construção do herói e do mito regional:

A identidade paranaense teria então encontrado mais um mito de origem, um panteão de heróis, uma produção historiográfica e uma ideologia paranista. Ao se ler a historicidade dos patrimônios tombados na Lapa, percebe-se a significação histórica do episódio do Cerco da Lapa e a intenção de construção de uma identidade ao Paraná.⁴¹⁹

Carvalho elucida que “Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São

418 Peter Burke, com relação à chamada história tradicional ou rankeana, que relegava a um segundo plano a história não-política e que se apoiava fundamentalmente em fontes oficiais, atenta que: “Os fundadores da nova disciplina, a sociologia, expressavam pontos de vista semelhantes. Augusto Comte ridicularizava o que chamava de 'insignificantes detalhes estudados infantilmente pela curiosidade irracional de compiladores cegos de anedotas inúteis', e defendia o que chamou, numa frase famosa 'uma história sem nomes' (Comte, 1864, lição 52). Herbert Spencer queixava-se de que 'As biografias dos monarcas (e nossas crianças aprendem pouco mais do que isso) pouco esclarecem a respeito da ciência da sociedade' (Spencer, 1861, pp. 26ss). Da mesma maneira, Durkheim despreza os acontecimentos particulares, nada mais do que 'manifestações superficiais'; a história aparente mais do que a história real de uma determinada nação (Durkheim, 1896, p. v)” (BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia.** São Paulo: UNESP, 1997. p. 19-20).

419 CORDOVA, Maria Julieta Weber. **A produção da memória e o patrimônio tombado na Lapa/PR...**, 2003. p. 80.

por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos [...]”.⁴²⁰

Assim como o herói constitui-se num símbolo, o mito corresponde à transcendência do próprio imaginário imbuído desta simbologia, pois “O domínio do mito é o imaginário que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais [...] o imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios”.⁴²¹

David Carneiro foi um intelectual que trabalhou no sentido de elaborar uma simbologia própria ao paranaense com vistas à mitificação do herói regional. A representação da morte do maior herói do Cerco da Lapa⁴²², General Gomes Carneiro, juntamente com seu panteão, justifica essa mitificação.

Conforme se verificou em dissertação de mestrado, David Carneiro estudou profundamente sobre a Revolução Federalista no Paraná, enfatizando o episódio do Cerco da Lapa, ocorrido em fevereiro de 1894. No referido estudo, destacou, com especial ênfase, o mês em que morreu aquele que seria o maior herói do Cerco da Lapa, pois

420 CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas...**, 1990. p. 55.

421 CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas...**, 1990. p. 58.

422 O Cerco da Lapa ao inserir-se no contexto da Revolução Federalista (1893-1895), iniciada no Rio Grande do Sul, tinha no embate por um lado, os pica-paus que contavam com o apoio do governo central de Floriano Peixoto e, por outro lado, os contestadores ao novo regime que, com base no estudo de Joseph Love, na obra “O regionalismo gaúcho”, [...] vieram a ser chamados de “maragatos” pelos que procuravam a legitimação republicana em todo o território brasileiro. A designação de “maragato” resultou do fato de que muitos dos “revoltosos” eram oriundos de uma província uruguaia denominada de Maragateria. O objetivo dos adversários certamente foi atribuir ao movimento revolucionário um certo estrangeirismo, fazendo contraste às finalidades de centralização federativa, empunhada pelos proclamadores da república. Em contrapartida, os maragatos adotaram, juntamente com o lenço vermelho, a designação imposta, passando a denominar os florianistas de “pica-paus”, tendo em vista a cor do uniforme azul com o quepe vermelho (CORDOVA, Maria Julieta Weber. **A produção da memória e o patrimônio tombado na Lapa/PR...**, 2003. p. 69).

A Lapa era um baluarte isolado, defendendo a ordem e a lei dentro de um campo de anarquia. Por coincidência decide-se sua sorte no mesmo dia em que sérios combates de centro, mostram inócua a ação ofensiva dos revolucionários, e esse mês de fevereiro assiste no Rio Grande, no Paraná e na Guanabara aos conjuntos decisivos de operações que hão de dar ganho de causa à República, à ordem e conseqüentemente às condições essenciais e básicas do progresso.⁴²³

E o momento da morte do herói foi solenemente valorizado:

A fuzilaria não cessava lá fora, e os canhões troavam soturnamente, respondendo ao bombardeio dos federalistas. Gomes Carneiro respirou fundo. Todos olharam ansiosos. Deixou pender a cabeça, fixando o olhar vidrado num ponto longínquo que só ele via... O Frei Caneca? A salvação da República? A glória? – Quem sabe em que pensam os heróis nessas horas de agonia? Estava cumprida a missão que lhe fora confiada. Estava morto ! (...) Ele estava morto, mas além do Paraná, que se sacrificara com ele, estava a República salva!⁴²⁴

O registro da morte do General Carneiro, com todas as honras e méritos, constituiu-se em elemento eficaz no discurso de heroificação, que, a partir do General, acabava mesmo por tornar herói cada combatente do Cerco da Lapa, configurando ao episódio a “salvação” da República. Tal figuração foi também utilizada por David quando Floriano Peixoto soubera da notícia da morte de General Carneiro, conforme as próprias palavras de Floriano:

E depois de alguns momentos de silêncio geral, imposto naturalmente pela dor patente daquele herói, acrescentou: “Sempre que faço as cousas por inspiração própria, saio-me bem e sempre que me deixo levar por instigações alheias arrependo-me. Era preciso um general para barrar a passagem da revolução, no Paraná. Mandeí para o Paraná, um herói!⁴²⁵

423 CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista...**, 1982. p.195.

424 CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista...**, 1982. p. 221.

425 CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista...**, 1982. p. 280.

Os “26 dias memoráveis” de combate e resistência lapeana acabaram por constituir-se numa exemplar atuação do paranaense, que defendeu não só a república florianista e pica-pau, mas essencialmente a sua identidade, calcada na tradição e nos princípios positivistas norteadores de uma história, que, conforme indicava Comte, buscava, pelo seu encadeamento, a eficácia, embasada por relatos fidedignos aos atos de bravura e de civismo do que David denomina de “epopéia”:

Tristemente terminou, no Paraná, como se vê, a revolução federalista, começada com glória e com atos de bravura intensa [...] Hoje, de 1894, restam apenas páginas frias, escritas pelos pesquisadores... Mas também os exemplos ficaram e as lições não de frutificar. A beleza sem par do sacrifício de Gomes Carneiro, a dedicação dos que se puseram ao seu lado para realizar a epopéia do cerco, a intensidade de vibração que ainda hoje emana e sempre emanará dos acontecimentos relatados, tudo isso constitui a parte cívica construtiva dos que em atos os heróis da Lapa escreveram.⁴²⁶

Saliente-se que os positivistas foram “hábeis fabricantes de símbolos”⁴²⁷ e em David Carneiro percebe-se claramente essa intenção positivista, ao ressaltar reiteradamente feitos históricos e personagens de destaque na história oficial do Brasil e, especificamente, do Paraná. O próprio conceito de história para David estaria imbuído de princípios positivistas, calcados em premissas de amor heróico e veneração:

A obra dos historiadores, tirando dos abismos negros do olvido os heróis redivivos, é semelhante à das águias e dos condores quando tiram das barrocas profundas uma presa escondida e, planando alturas, vão expô-la à luz brilhante do Sol. Mas enquanto a primeira é construtiva e altruísta, a outra é destruidora e egoísta. A segunda é impulsionada pela necessidade da rapina. A primeira inspirada pela veneração, causada pelo amor.⁴²⁸

426 CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista...**, 1982. p. 363-364.

427 CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas...**, 1990.

428 CARNEIRO, David Carneiro. **O Paraná na História Militar do Brasil**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. p. 12.

E o positivismo comtiano trazia justamente a junção doutrinária entre elementos da filosofia, da religião e do civismo, justificando-se tanto em rituais como em princípios fraternos, tendo como base humanitária a relação familiar:

Em vez de uma simples filosofia ou uma filosofia da história, o positivismo comtiano evoluiu na direção de uma religião da humanidade, com sua teologia, seus rituais, sua hagiografia. Pretendendo ser uma concepção laica, fundia o religioso com o cívico, ou melhor, o cívico se tornava religioso. Os santos da nova religião eram os grandes homens da humanidade, os rituais eram festas cívicas, a teologia era sua filosofia e sua política, os novos sacerdotes eram os positivistas. Na base da nova humanidade, Comte colocou o sentimento do altruísmo, substituto da caridade católica. Ainda na esteira do comunitarismo católico, salientou as instituições de solidariedade, hierarquizando-as. Na base, ficava a família, seguida da pátria e, como culminação do processo, a humanidade.⁴²⁹

Entretanto, se o cerne teórico positivista desencadeava ao conceito de família um processo de solidarização e hierarquização que culminaria na própria constituição da humanidade, aponte-se que é a unidade a questão preponderante em que pesam os objetivos positivistas, pois

Auguste Comte [...] é antes de mais nada o sociólogo da unidade humana e social, da unidade da história humana [...] Como só há um tipo de sociedade absolutamente válido, toda a humanidade deverá, segundo sua filosofia, chegar a esse tipo de sociedade.⁴³⁰

A lei dos três estados e suas fases de sucessão na evolução da humanidade implicariam no próprio papel da sociologia enquanto ciência social e de sua fundamentação teórica positiva para o estudo da sociedade e de sua unidade:

429 CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas...**, 1990. p. 130.

430 Aron, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 83.

Segundo a lei dos três estados, o espírito humano teria passado por três fases sucessivas. Na primeira o espírito humano explica os fenômenos atribuindo-os a seres, ou forças, comparáveis ao próprio homem. Na segunda, invoca entidades abstratas, como a natureza. Na terceira, o homem se limita a observar os fenômenos e a fixar relações regulares que podem existir entre eles, seja num momento dado, seja no curso do tempo; renuncia a descobrir as causas dos fatos e se contenta em estabelecer as leis que os governam.

A passagem da idade teológica para a idade metafísica, e depois para a positiva, não se opera simultaneamente em todas as disciplinas. No pensamento de Comte, a lei dos três estados só tem um sentido rigoroso quando combinada com a classificação das ciências. A ordem segundo a qual são ordenadas as diversas ciências nos revela a ordem em que a inteligência se torna positiva nos vários domínios.⁴³¹

Ou seja, para Comte a lei dos três estados implicaria na própria criação da sociologia, a qual encontraria meios de análise e procedimentos de pesquisa da mesma forma que já haviam encontrado as ciências exatas e naturais:

A combinação da lei dos três estados com a classificação das ciências tem por objetivo provar que a maneira de pensar que triunfou na matemática, na astronomia, na física, na química e na biologia deve, por fim, se impor à política, levando à constituição de uma ciência positiva da sociedade, a sociologia.⁴³²

A busca do método científico, da veracidade dos fatos e de seu encadeamento lógico enquanto contribuição ao estudo social está presente na obra de David Carneiro, que, buscando encontrar “ambiente sociológico”, valorizou o ideal regional, encontrando sentido no processo de heroificação e de mitificação identitária.

431 Aron, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico...**, 2003. p. 87.

432 Aron, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico...**, 2003. p. 88.

7.5 Da “Necessidade urgente do conhecimento sistemático da história e das leis de evolução social, afim de se saber para onde caminha a Humanidade”

O Paraná é, no Brasil, um Estado relativamente rico, e seu passado um dos mais gloriosos e dos mais dignos. Devemos, portanto, encarar a massa social que nos rodeia não com humildade que nos apequene e nos deprima, mas com a coragem consciente dos que teem a mais nobre das estirpes, a mais ponderavel das tradições [...] Pode-se pensar que o meio não tenha contribuido em nada para a formação anímica do paranaense como grupamento e coletividade sujeitos a influências várias; mas a meu ver não há dúvida alguma quanto à preponderância desse fator moldante, que é o meio físico. De fato, qualquer homem, como ser sociável, está subordinado ao **meio** em que vive (e que sôbre êle influe pelas impressões objetivas, pelo clima, pela alimentação) como à **sociedade** [grifo do autor] em que está integrado, que lhe dá educação, desde logo cultura, formação anímica moral, compreensão intelectual e preferências estéticas derivadas da sua impressividade sentimental. O meio físico e o meio moral agem paralelamente [...] Em história, ou melhor dito, em Sociologia, os movimentos quaisquer, de ordem superior, constituem através dos seus representantes humanos, uma verdadeira escada em ascensão [...].

David Carneiro

David formula questões que, segundo o autor, seriam de “necessidade urgente” ao “conhecimento sistemático da história”. Tal urgência certamente corresponde à necessidade de estabelecer diretrizes ao conhecimento que viria enfim a instituir “leis de evolução social”, e ao que David intitula como:

ESTUDO DA SOCIEDADE CONTEMPORANEA
na terceira decada (1935-1945) do XX.º seculo da éra catolica
NECESSIDADE URGENTE DO CONHECIMENTO SISTEMATICO DA
HISTORIA
e das leis de evolução social, afim de se
saber para onde caminha a Humanidade. ⁴³³

Ou seja, se o objetivo era o de estudar a “evolução histórica”, era necessário ter em conta que a “ordem social” consistia no conhecimento da “Sociologia que nos ensina que o progresso está bazeiado na ordem”. Partindo desse pressuposto, seriam cinco os elementos estáticos de formação social, que existem “desde os mais primitivos núcleos sociais, e ezistirão enquanto ezistir sociedade”, que são:

- 1.º Capital – acumulo de produtos necessarios á vida social, e que créce com a evolução da sociedade.
- 2.º Família – Grupo de pessôas de mesmo sangue, reunidas sob a influencia de um par fundamental.
- 3.º Linguagem – Sistema de sinais para comunicação dos nossos sentimentos, pensamentos e projétos.
- 4.º Governo temporal - autoridade que governa os grupamentos sociais pela força.
- 5.º Governo espiritual – autoridade que dirige os grupamentos sociais pelo conselho. ⁴³⁴

Seguindo esse direcionamento, a sociedade contemporânea estaria dividida em dois grandes grupos, dos retrógrados e dos anárquicos:

Retrogrado é todo aquele que julga a ordem imutavel, e que, como tal, procura sufocar todos os surtos de progresso.
Anarquico é todo aquele que julga o progresso independente de ordem qualquer, e que, como tal, em nome do progresso, procura antes destruir o que eziste, do que construir um novo edifício social. ⁴³⁵

433 CARNEIRO, David. Teocracia. In: HISTÓRIA Geral da Humanidade através dos seus maiores tipos. São Paulo: Athena, 1939. p. 27.

434 CARNEIRO, David. Teocracia..., 1939. p. 29.

435 CARNEIRO, David. Teocracia..., 1939. p. 27.

Ainda, entre os anárquicos, haveria a divisão entre dois grupos: “Um mais tendente ao campo espiritual, como os livres pensadores, ateus, anti-clericais, etc..., outro mais tendente ao campo temporal, como os bolshevistas, os socialistas, comunistas, etc...”.⁴³⁶

E dentre os retrógrados haveria um “grupo de gente cetica sob o prisma espiritual, mas cujo nenhum ardor social fás estar a favor de todos os governos materiais, afim de melhor gozar dos benefícios materiais da fortuna, como os ricos, negociadores de empréstimos, etc..”.⁴³⁷

Para David a corrente de retrógrados seria representada no Brasil pelos integralistas e ao que ele denomina de “patrianovistas”, enquanto que a corrente anárquica estaria representada essencialmente pelos comunistas.

Entretanto, a população “laborioza, tradicionalista e mais ponderada”, nesse entremeio, não se encontraria em vias de decidir sobre qual das duas correntes seria mais viável à vitória e à mudança, tendo em vista a própria instabilidade do governo, o qual se enquadraria pela forma de “governo temporal”, ou aquele que governa pela força. Esta seria a razão para que tanto anárquicos como retrógrados visassem a um “assalto ao poder”, pois nem o governo espiritual, ou aquele que age em nome da “convicção”, estaria em condições de dar conta dessa situação:

Não há necessidade de ter mais do que um pequeno grão de bom senso para se ver que é instavel a situação de governo, tanto temporal, quanto espiritual. E como o governo espiritual é desmoralizado, quer quando representado pelos restos de clero católico, quer quando representado pelos jornalistas, quer pelos professores de liceus e academias, todos julgam que a solução ao problema humano deva vir do governo temporal, porque este hoje, sufoca o outro.⁴³⁸

436 CARNEIRO, David. Teocracia..., 1939. p. 27.

437 CARNEIRO, David. Teocracia..., 1939. p. 27.

438 CARNEIRO, David. Teocracia..., 1939. p. 28.

Essa análise de David foi publicada em 1939, num contexto em que as notícias da Segunda Guerra (1939-1945) traziam, em meio à perplexidade que tomava conta dos ambientes, o medo e a expectativa de civismo e de sustentabilidade governamental. No Brasil e no Paraná, Getúlio Vargas e Manoel Ribas⁴³⁹ combatiam correntes integralistas e comunistas, que compunham fortemente o contexto de oposição ao governo autoritário e centralista do Estado Novo.

Para David, esse era o momento ideal para a aplicação daquilo que a ciência positiva previa como “segurança” para a marcha da “Humanidade”, e que somente se daria pelo conhecimento da sociologia, pois

Só o conhecimento da sociologia, dá as convicções suficientemente inabaláveis aos indivíduos, e só ela nos demonstra que a doutrina que terá de prevalecer, quer por via sistemática, que por via empírica (através de sofrimentos sociais enormes), será aquela que bazeie o progresso na ordem, considerando o progresso como o desenvolvimento sistemático da ordem correspondente.⁴⁴⁰

439 Oliveira atesta que Manoel Ribas, “típico herdeiro do poder das famílias históricas do processo de formação da sociedade paranaense” possuía vinculações com os “grupos tradicionais da classe dominante paranaense”, o que denota que a “[...] conservação de interesses tradicionais da classe dominante paranaense no período de 1930-1945 pode ser constatada pela presença de membros das famílias que detinham o poder no Paraná desde o século XVII em cargos importantes. Portanto, nesse período não ocorreram rupturas significativas desse *status quo*”. É assim que: “Na crise de 1937, novamente Manoel Ribas segue fielmente a orientação do Catete, mostrando que, tal como em 1932, e com um grau ainda maior de consenso, o Paraná apoiava o Estado Novo” (OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A construção do Paraná moderno...**, 2004. p. 20; 26).

440 CARNEIRO, David. Teocracia..., 1939. p. 28.

Em outro estudo, sobre a Guerra da Cisplatina⁴⁴¹, David reforça o papel da sociologia como elemento de evolução e previsão futura:

Só a sociologia dinâmica pode bem esclarecer, pelas leis especiais de evolução, o que foi o passado, senão para vê-lo melhor, para explicar, especialmente as seqüências imediatas de certos pontos capitais tomados como marcos de referência, antevendo, quando possível, o futuro.⁴⁴²

É interessante notar que David foi um intelectual fiel às orientações positivistas. No caso do elemento Capital, David transcreve sua divisão, alertando estar seguindo, na íntegra, os ensinamentos de Comte:

1.º *capital concreto*: conjunto de elementos que concorrem para a renovação material: (*utensílios, instrumentos de trabalho e conforto, mantimentos*).

2.º *capital abstrato*: moeda e crédito, capital destinado a facilitar o regime das trocas.

[...] Desde que se sabe como os capitais se formam e se desenvolvem em cada geração, cumpre ainda ver como, em gerações sucessivas, os capitais se transmitem: Por *dádiva*, por *troca*, por *herança* e por *conquista* [...] O capital é a base necessária da Humanidade, porque os mais nobres atributos se assentam sobre os mais grosseiros.⁴⁴³

441 Sobre a Guerra da Cisplatina (1825-1828), David conclui que: “terminou pela desanexação da Banda oriental do Território das Províncias Unidas, e pela consideração definitiva de ausência de seu direito quanto a essa Província. O Brasil não foi vitorioso, está certo, mas a Argentina foi? A guerra é a imposição de vontade de um país, a outro país. Ora, a vontade argentina não nos foi imposta, nem por glórias esmagadoras, nem por manobras diplomáticas. Nós não vencemos, sem dúvida. Tivemos muitos desastres, comando ineficiente, falta de cooperação, ausência de espírito ofensivo, chefia sem vontade de vencer... Mas, contudo, não conseguiram os argentinos levar-nos a palma. Desde logo, de entre tais argumentos, uma pergunta fica pairando: E quem foi o vencedor? Responderemos em hesitação: o Uruguai! As circunstâncias o ajudaram, sem dúvida, mas se houve em toda a Campanha Cisplatina chefes capazes pela ação, pela demonstração da vontade, esses foram os uruguaios Lavalleja, Rivera, e depois, na diplomacia, Trapani” (CARNEIRO, David. **História da Guerra Cisplatina**. Brasília: Ed. UnB, 1983. (Coleção Temas Brasileiros).

442 CARNEIRO, David. **História da Guerra Cisplatina...**, 1983. p. 7.

443 CARNEIRO, David. **Teocracia...**, 1939. p. 29-30.

Se o capital constituiria a base da “Humanidade”, a família:

[...] é o agrupamento social mais fundamental, mais íntimo, mais restrito, e fundado naturalmente no amor. Depois da Família, como agrupamentos sociais, temos a Pátria e a Humanidade”.⁴⁴⁴

É com base nesses preceitos, que David alega que “[...] áqueles que dezejam raciocinar sobre a dinâmica social, no intuito de se capacitarem de qual seja a marcha humana”, deverão ater-se à seguinte “espozição sociológica”:

- 1.^a Demonstrar qual seja a marcha da Humanidade de acordo com uma lei social abstrata, de maneira a se obter convicções positivas.
- 2.^a Através dessas convicções procurar a melhoria dos sentimentos, pela aceitação pessoal do principio positivo de que a felicidade humana, quer individual, quer coletiva consiste no altruísmo, ou na subordinação dos seres individuais aos seres coletivos; Família, Pátria, Humanidade.⁴⁴⁵

David não deixa de invocar, para tanto, a questão da unidade, almejada conforme os princípios positivistas:

Todos são, hoje, positivistas em graus diversos que só necessitam ser completados. Todos pertencemos ao século XX, e sofreremos as tendências positivas do século, embora num sentido menos elevado do que devia ser.

Não ha espírito teológico, não ha mesmo sacerdote católico, que não seja positivista, quando trate de matemática, de física ou química, pois em face do mundo, o teologista como o ateu tem é que conhecer as leis naturais, afim de aplicá-las na indústria.

Qual é o padre que duvida dos resultados duma máquina de calcular, mesmo quando possa haver má vontade de um deus?

Entretanto os fenômenos mais gerais e menos modificáveis como os matemáticos e os astronômicos são aqueles que o espírito positivo domina mais facilmente. É por isso que há pessoas que são positivistas em matemática e astronomia e física, são ontológicas em química e biologia; são teológicas em sociologia e moral. É de biologia para diante que as senhoras invocam os deuses [...]⁴⁴⁶

444 CARNEIRO, David. Teocracia..., 1939. p. 30.

445 CARNEIRO, David. Teocracia..., 1939. p. 33.

446 CARNEIRO, David. Teocracia..., 1939. p. 33-34.

A crítica positivista ao catolicismo vinha justamente da relação vaga entre dogma e culto, que David apontou como fadada ao comodismo em vista das transformações ocorridas no século XX:

Que é um culto? Um conjunto de sinais periodicos, traduzindo emoções pessoais ou coletivas, que nos tornam mais convergentes; portanto mais aptos ao cumprimento dos nossos deveres.
 Que é um dogma? Um conjunto sistemático de opiniões nas quais apoiamos o nosso culto e a nossa conduta.
 Do dogma catolico nós vemos muito pouca coisa ainda em pé. Os vendavais filozoficos destruíram-n'ó completamente. Resta apenas um deísmo vago, um temor de Deus enraizado, sobretudo nas mulheres, e um culto publico perzistindo por comodismo.⁴⁴⁷

Quanto à ciência, esta não seria “só a matematica ou só a astronomia”⁴⁴⁸, mas “vai até a Moral, e modifica as condutas para o altruísmo”. David invoca que “só o pozitivismo fás convergir tudo na Humanidade”:

Conhecer o mundo, a sociedade e o homem, através das leis naturais abstratas. Tal é o dogma!
 Cultuar os seres bons que nos cercam, os antepassados, projetando chegar a atingir á perfeição moral a que tiverem atingido, tal é o culto!
 Trabalhar pelas gerações atuais e vindouras concientemente e generosamente, porque o faremos pela força das circunstancias si o não fizemos de livre vontade, tal é o regime!
 Tudo se resume na Humanidade: Conhecer, amar e servir á Humanidade! Nenhuma divergencia, nenhuma iluzão, nenhuma irreabilidade.
 Heis para onde vamos!⁴⁴⁹

447 CARNEIRO, David. Teocracia..., 1939. p. 35.

448 Segundo Comte: “[...] o desenvolvimento sistemático da positividade moderna, que tende abertamente para um novo regime filosófico, resultou essencialmente da grande renovação astronômica começada por Copérnico, Kleper e Galileu. Não há, pois, motivo para se surpreender que a universal iniciação positiva, sobre a qual deve se apoiar o advento direto da filosofia definitiva, deva também depender primeiramente de semelhante estudo, em virtude da conformidade necessária da educação do indivíduo com a evolução coletiva” [COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Escala, p. 99-100. (Grandes Obras do Pensamento Universal, n. 30)].

449 CARNEIRO, David. Teocracia..., 1939. p. 36.

É dentro dessas premissas positivistas sobre a Humanidade, a Pátria e a Família, que David procura deixar sua marca na história por ele escrita, de forma a garantir preceitos que, sacramentados pelo conhecimento sociológico, ensinavam o caminho da ordem e do progresso. Buscava assim, encontrar os enunciadores do futuro, as gerações vindouras, enquanto descendentes daqueles que formularam tais enunciações.

Muitos são os momentos em que se evidenciam esses *já-ditos* na produção de David Carneiro, numa busca veemente em dar sistematização ao conhecimento da história e de estabelecer relação com as ditas “leis de evolução social”. Um desses momentos pode ser apreendido nas obras *O Paraná na História Militar do Brasil (1942)* e *O Paraná na Guerra do Paraguai (1940)*. A seguir, trabalhou-se com essas duas obras, com o objetivo de demonstrar tanto o processo de heroificação regional, como o sentido simbólico do discurso regional enunciado por David Carneiro.

7.6 “O Paraná na História Militar do Brasil”: a busca de sentido simbólico no discurso regional

Esse trabalho devia sair a lume com o título de **História da evolução das organizações militares do Paraná**, porque foi concebido com o espírito que esse título exprime. Aos poucos, porém, surgiram assuntos correlatos que deviam integrar, para perfeita compreensão dos temas primitivos, aquelas linhas traçadas com a primeira rigidez. O corpo foi se desenvolvendo, hipertrofiando, e perdendo a feição primitiva de resumo sintético. Os primeiros capítulos guardaram o aspecto que lhes dei desde o começo, mas outros receberam enxertos, e fui obrigado a modificar os capítulos finais, a fim de que trouxessem notícia da parte militar de ação mais do que de organização, como deveria ser.

David Carneiro

Seguindo essa “explicação preliminar” de David Carneiro, o referido livro conta sobre as ações realizadas no Paraná desde o período a que o autor denomina de “Século do Estabelecimento de Ponto de Apoio”, em que narra sobre as primeiras expedições desbravadoras no território que então viria a compor o atual Paraná. Para esse intento, cita desde a passagem da bandeira de Martin Afonso de Souza⁴⁵⁰, da expedição de Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, bem como do naufrágio da embarcação de Hans Staden na costa paranaense, anteriormente à sua participação no combate lusitano em Pernambuco contra os holandeses.

David, ao procurar pelas origens históricas, justifica-se pelas experiências desbravadoras em território paranaense. É um remontar de fatos, que busca sentido na história pelo “lugar de origem” enquanto um discurso

450 “Martins Afonso, donatário de São Vicente, foi o primeiro senhor deste pedaço do Brasil que é hoje o Paraná” (CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. p. 31).

performativo, que, conforme Bourdieu, é o discurso que trata das classificações, na imposição de uma definição legítima e de se fazer conhecer e se reconhecer em busca da identidade e da unidade.⁴⁵¹

Assim, é pela corporificação de um discurso de veia positivista que David, ávido em justificar símbolos regionais, deixa clara a preocupação de comprovar sua pesquisa por meio de fontes merecedoras de crédito⁴⁵², e que corresponderiam, portanto, à verificação dos fatos enquanto provas fidedignas do acontecimento em questão.

Note-se então, que esse posicionamento teórico de David condiz com a própria concepção positivista que tanto impregnou as pesquisas e com peculiar apelo para a área das humanidades, no contexto intelectual brasileiro, com especial destaque para a primeira metade do século XX. Romário Martins, ao prefaciar a obra, ressalta não somente o seu caráter regional, mas o método empregado por David:

Este é, até aqui, sobre nossa história regional, o contingente maior com que Davi Carneiro concorre para abrir rumos no passado ilustre do Paraná.

O Paraná na História Militar do Brasil põe à mostra, com clareza, método e verdade, o esforço, o desprendimento e a bravura da gente paranaense em todas as campanhas, – todas, sem excluir nenhuma, – em que o Brasil andou, por estas bandas do sul, terçando armas

451 Tal justificativa do discurso performativo em Pierre Bourdieu encontra-se no capítulo 1.

452 Conforme já se havia apontado no capítulo III, David trabalhou também com fontes diversificadas, como o diário de um combatente chamado Clemente Argolo, que participou do episódio do Cerco da Lapa no Paraná. Certamente que a posição ocupada pelo agente em questão referenciava à fonte o crédito necessário para a sua transcrição: “Este pequeno período em que o autor do diário, tão sóbrio, fala no presente, contrastando com o geral desse relato em que fala nas várias formas do pretérito, mostra que as almas aparentemente mais frias e concentradas têm suas explosões superficiais como os vulcões que encobrem o fogo das entranhas da terra, e essas explosões inesperadas são mais profundamente sensíveis, como é o caso deste valente soldado que nunca falava em si, e que levava sua bravura a ponto de subir a trincheira que comandava e bradar: ‘Atirem bandidos, aqui, bem no peito, onde bate um coração republicano!’” (CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista**. 2 ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982. p. 198).

nas lutas internas e externas, desde o período de nossa formação política e da dos povos do Rio da Prata.⁴⁵³

E mais adiante Romário Martins ainda reforça: “Daví Carneiro mais uma vez traz sua preciosa colaboração à investigação histórica, e projeta abundante luz sobre memoráveis episódios dos esforços militares dos paranaenses [...]”

Dentre as fontes trabalhadas por David Carneiro, ressalte-se o trato com a documentação de pesquisa de Francisco Negrão. Conforme Romário Martins:

Daví Carneiro ilustra com a sabedoria extraída de inúmeros documentos que foi buscar nas fontes em que jaziam esquecidos, e que nas páginas de '*O Paraná na História Militar do Brasil*', surgem como depoimentos vivos, bem alto erguendo o lustre e a fama das árduas pelejas que tivemos [...] A sua obra segue o ritmo dos acontecimentos que elucida.⁴⁵⁴

Romário ainda afirma que a delimitação do período de estudo por David somente até a Campanha do Contestado, entre 1914 e 1915, não levando em conta acontecimentos então ainda recentes para a narrativa histórica positivista, o que poderia acarretar juízos de valor, alterando assim a “veracidade” das pesquisas:

Os acontecimentos militares descritos por Daví Carneiro param após a Campanha do Contestado. As agitações internas de 1924, 1930 e 1932, são descritas em linhas gerais como é da boa ética histórica, visto como é de supor que os fatos não sejam vistos, presentemente, senão através de paixões ou de preferências que deturpam até a própria veracidade, quanto mais a justa apreciação da crítica.⁴⁵⁵

453 MARTINS, Romário. Prefácio. In: CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil...**, 1995. p. 15.

454 CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil...**, 1995. p. 17.

455 CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil...**, 1995. p. 19.

Na obra de David, fica evidente o apelo aos aspectos regionais, que se sustentam na veia de um nacionalismo veemente. David irá se deter demoradamente ao “enraizamento da civilização americana”, definindo como parâmetro temporal desse enraizamento o século XVII. Atribuiu, assim, como marco histórico de ocupação territorial paranaense, a fundação de Paranaguá e de Curitiba. E nesse ponto, é incisiva a busca de David em precisar a fundação das duas cidades enquanto “raiz” de uma “civilização nascente”.

A inauguração de Paranaguá pela criação do pelourinho em 1646 (dois anos antes de que “oficiais da Câmara” a governassem) está registrada no documento que pode ser considerado como “o mais velho” de Paranaguá, de 1848, em que consta “registro da eleição para oficiais que deviam servir no ano de 1649”. A criação do pelourinho poderia ser assim considerada enquanto “raiz, em pedra, da civilização nascente”, não somente pela sua existência enquanto monumento mais antigo da cidade, mas essencialmente porque assim constava no referido documento oficial:

*“[...] a inauguração que se fez do pelourinho na vila de Paranaguá em 6 de janeiro, em nome de sua Magestade o Senhor D. João IV rei de Portugal e por ordem de Duarte Correia Vasqueáñnes, governador que então era do Rio de Janeiro.”*⁴⁵⁶

David reitera a preocupação com a exatidão documental da origem, atentando também que a fundação de Curitiba em 1654 aponta para duas versões:

A primeira diz ter havido o primeiro núcleo de povoação à margem do Atuba (mais tarde chamada Vilinha). Quando essa gente branca se aliou aos índios de Tindiquera, o seu cacique os induziu a mudar a povoação para o campo de seu governo, à margem do atual Belém, e fora este que lhes indicara o lugar para a fundação com uma vara jogada à terra, e que florescera depois, tornando-se árvore frondosa. A outra, de origem caigangue, conta que, quando os brancos se estabeleceram nos campos do planalto, mandaram uma senha a todos os índios amigos: curititin (vamo-nos embora). Uma lenda, de

456 CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil...**, 1995. p. 38.

fato, não exclui a outra. A denominação da atual cidade tem origem filológica controversa. Além da que já foi apresentada, querem uns que Curitiba venha de cori-barro vermelho e outros de curi-pinhão, tuba-muito.

Seja como for: postos os fundamentos de Curitiba, estabelecidas as famílias dos primeiros povoados, Ébano Pereira, oficial que andava em diligência do real serviço na descoberta de minas de ouro, prata e pedras preciosas, organizou as “*companhias de índios mineiros, sertanejos e gente armada*”, visando apoiar-se num primeiro núcleo de força para garantir as novas povoações.⁴⁵⁷

Nessa mesma direção, David questionou, inclusive, a própria denominação de “Paraná”:

Paraná, segundo o general Couto de Magalhães, significa Rio Grande. A denominação indígena incorporada ao vocabulário onomástico do Brasil, permite a denominação igual em significação, a dois irmãos da federação brasileira, irmãos que são diferentes pela origem, pela história, pela posição, e pelos próprios rios causadores da denominação da antiga capitania de São Pedro do Rio Grande teria sido o canal de vazão da Lagoa dos Patos. O Rio Grande a que os índios chamavam Paraná e o qual deu origem em nome à denominação da província e atual Estado do Paraná é o principal elemento dessa enorme Bacia do Sul da América Meridional que enriquece, em volume, o Rio da Prata.⁴⁵⁸

David deixa claro o diferencial histórico entre o Paraná e o Rio Grande do Sul, não somente contrastando com a concepção de que o Paraná seria uma junção de gaúchos e paulistas⁴⁵⁹, mas considerando a função inversa:

Parece-me, porém, que essa tese simpaticíssima, segundo a qual surgiria o Rio Paraná, como irmão mais novo das relações fraternas entre o Rio Grande e São Paulo, é muito mais literária do que verdadeiramente histórica; e o desenrolar deste estudo mostrará bem, que em lugar de ter vindo do Sul o elemento formador da população

457 CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil...**, 1995. p. 39-40.

458 CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil...**, 1995. p. 23-24.

459 É nesse ponto, a respeito das características de formação social e histórica paranaense, que David discorda de Brasil Pinheiro Machado e aproxima-se mais do pensamento de Bento Munhoz da Rocha Netto, conforme havia se atentado ao final do capítulo anterior.

atual deste Paraná, daqui foram elementos confundidos com os paulistas, para a gênese da população daquele Rio Grande.⁴⁶⁰

Enfim, conforme David já havia enfatizado em suas explicações preliminares, a obra traz um estudo vasto e profundo sobre as ações militares do Paraná dentro da História Militar do Brasil. Referencia assim desde as primeiras bandeiras em solo paranaense, passando por acontecimentos concebidos enquanto “memoráveis” na história regional, ou seja, desde a própria instalação da província até às agitações internas com referências à Guerra dos Farrapos, à Guerra do Paraguai, à Campanha Federalista, a Canudos e à Campanha do Contestado, dentre outras.

No que se refere às Expedições e Bandeiras Curitibanas, David ressaltou o perfil biográfico do coronel Afonso Botelho e sua atuação nas bandeiras paranaenses, na defesa de Paranaguá e de Curitiba, na conquista dos campos de Guarapuava e no combate sulista com os castelhanos. Afonso Botelho de Sampaio e Souza

[...] era fidalgo de linhagem ilustre. Natural de Sabrosa, perto de Vila Real, na província de Trás os Montes, ele era senhor de Passos e primo do Morgado de Mateus. Vindo ao Paraná, assumiu o comando da praça de Paranaguá em 1767, e logo deu organização nova [...] às forças, em homens de infantaria e cavalaria, a fim de, com elas, ir socorrer a capitania de São Pedro do Rio Grande, invadida pelos castelhanos, socorro indireto, que consistia em fazer pressão sobre o Paraguai, com o fito de desviar forças para o Norte do vice-reinado do Prata, forças que estavam atuando na zona de São Miguel, São Lourenço e São Borja, nas Missões do Brasil.

A falta de conhecimento perfeito da distância imensa que ia dos Campos Gerais ao Rio Paraná, tornou possível a marcha para o Oeste, e a gente aguerrida das bandeiras curitibanas pisou centenas de léguas em sertão bravio e desconhecido. Antes, porém, de cumprir sua missão no Oeste, o coronel Afonso Botelho, convencido da necessidade de evitar ataque marítimo a Paranaguá, procede a construção da fortaleza, que em pouco tempo se viu pronta, em cantaria de granito, para desafiar os séculos.⁴⁶¹

460 CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil...**, 1995. p. 24.

461 CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil...**, 1995. p. 66.

Afonso Botelho exprime o pensamento patriótico de David em ressaltar o “espírito” das próprias bandeiras curitibanas do século XVIII:

Elas não tinham nenhuma ambição de ouro, e menos ainda a de caçar o índio para escravizá-lo. Tinham, isso sim, o ardor patriótico necessário para se jogar ao sacrifício sem nenhum lucro pessoal; e desde que a Pátria lucrasse na empreitada, dar-se-iam eles por bem pagos.⁴⁶²

Esse era o efeito de enunciado pretendido por David. Explorar o encadeamento histórico regional paranaense, de forma a evidenciar a formação social peculiar da gente da terra. Afonso Botelho⁴⁶³ cabia bem nesse perfil heróico, digno de culto e veneração ao passado. Homem de linhagem ilustre, que trazia consigo um considerável capital político e econômico, inspiração simbólica à formação do próprio capital cultural regional.

462 CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil...**, 1995. p. 68.

463 Os feitos de Afonso Botelho foram apontados pelo autor em outras produções ao longo de sua carreira, conforme exposto em quadro demonstrativo de sua produção.

7.7 “O Paraná na Guerra do Paraguai” e o processo regional de heroificação

Uma Notável Edição do dr. Dicesar Plaisant: *Dicesar Plaisant*, com o capital de sua inteligência e da sua força de ação. Fez-se o editor nº 1 da literatura paranaense [...] Os trabalhos de pesquisa histórica, no Paraná, datam de pouco tempo e têm tido poucos, mas decididos devotados.

Após as notícias corográficas e os resumos de documentos dos arquivos de Paranaguá, Morretes e Porto de Cima, em 1850, por *Vieira dos Santos*, tivemos a fase em que *Nivaldo Braga* se destacou sem competidores, e da qual a dispersividade da imprensa periódica somente pouco material põe a descoberto nos nossos dias. Foi como um veio de ouro coberto de novo pelo tempo.

A fase de *Rocha Pombo* pode ser ligada à de *Ermelino de Leão* e esta à do autor destas linhas e de *Francisco Negrão*. Desta foram e são os atuais garimpeiros de dados e fatos históricos. A estirpe vai desaparecendo diante da indiferença cosmopolita da nova gente que vai povoando o Paraná.

Dos atuais escritores que mantêm o fogo sagrado das nossas letras históricas há que colocar *David Carneiro* no mais elevado plano, pelo talento produtivo, pela cultura e pelo amor ao Paraná.

Romário Martins

David na entrega da edição desse livro coloca-se como alguém a “serviço da Pátria e da Humanidade”, isentando-se tanto de “qualquer provento, como quaisquer gastos”, deixando tudo a cargo da editoria de Dicesar Plaisant”.⁴⁶⁴

464 “O Drama da Fazenda Fortaleza”, primeiro romance histórico de David Carneiro, foi publicado pela Dicesar Plaisant em 1941. Nesse romance, o autor narra sobre acontecimentos dramáticos ocorridos na região de Tibagi/PR, conforme relato do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) e tendo como contexto temporal o século XVIII. É certamente um marco da literatura paranaense no que concerne ao estudo regional da época, bem como exemplifica a intenção de materialização do discurso de David ao tratar da relação conflituosa entre os protagonistas do romance.

E o que era para ser somente um item da obra *O Paraná na História Militar do Brasil* (1942) acabaria por resultar, dois anos antes dessa edição, numa outra obra sob o título *O Paraná na Guerra do Paraguai* (1940), constituindo-se numa referência ao estudo regional e mais especificamente ao pensamento de David Carneiro:

Acontece, porém, que os dados que a princípio eram deficientes, passaram logo a ser abundantes e interessantes demais para um capítulo só, do '*Paraná Militar*'. Pensei fazer então o estudo especial que é este.⁴⁶⁵

A elaboração de *O Paraná na Guerra do Paraguai* demonstra a intenção do autor em sacramentar historicamente o papel do Paraná em causas militares, corroborando assim com o processo de construção identitária regional, de forma a colocar as questões regionais com maior ênfase do que a própria causa nacional.

O título da obra já sugere que o que o autor quer deixar claro é a necessidade de evidenciar as ações do Paraná na Guerra do Paraguai (1865-1871), ainda que tal guerra houvesse mobilizado toda a nação. Ao discursar sobre a participação paranaense na Guerra do Paraguai, enaltece os motivos para se defender a nação, porém, a participação regional paranaense é justamente o diferencial desse patriotismo, defendido tanto em terras paranaenses quanto em terras paraguayas.

Em estudo posterior, David analisa a Guerra do Paraguai como um elemento de divisão da história paranaense no seu período provincial, em que é notório o “espírito localista” no contexto posterior à Guerra do Paraguai:

465 CARNEIRO, David. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. p. 282.

O período da história do Paraná que vai de 1853 a 1889, embora curto é intenso e decisivo para a província que se havia emancipado, depois de longa e pertinaz campanha. A êsses 36 anos, cobertos por uma govêrno que mudou de cabeça 53 vêzes, chamamos o “período provincial”. Nêle sedimenta-se o espírito localista, visando a influências mais extensas nos filhos da província oriundos de famílias antigas e de maior cultura. Nêle fixa-se o espírito político e tenta-se uma diretriz administrativa que devesse e pudesse perdurar [...] Políticamente e para o sentido da evolução, pode dizer-se que os 36 anos de período provincial dividem-se em duas partes: *Uma* que vai de 1853 até o comêço da guerra do Paraguai, caracteriza-se por nomeações quase exclusivas de elementos estranhos à província. Os presidentes eram nomeados pelo Imperador e assim também os vice-presidentes que eram vários e que eventualmente deviam governá-la. *Outra* fase é a que vai de 1870 a 1889, caracterizada pelo prevaecimento à testa dos negócios públicos provinciais de elementos nascidos na terra.⁴⁶⁶

Em seus discursos, o que se pode notar é que sua obra muitas vezes toma o caráter de desabafo, pois para David era como se a nação estivesse em dívida para com a região paranaense, com a qual incessantemente havia colaborado, com a mais humilde submissão, especialmente em episódios que envolveram a afirmação e a consolidação dos próprios valores da nação, como ocorrera na Guerra do Paraguai; ainda assim não colhia os louros das vitórias em que havia lutado tão arduamente, ficando mais uma vez na periferia dos acontecimentos.

De acordo com David, a solução para tal descaso estaria no exemplo que os “nascidos na terra” haviam demonstrado no período provincial:

Apesar do prestígio de que o Paraná devia gozar hoje, quer pela ponderável contribuição econômico-financeira, que na balança comercial do Brasil com o exterior os seus produtos representam, quer pela sua já razoável e ponderável densidade demográfica, o que lhe vale representação numerosa e substancial no legislativo federal, o “estado” dos presentes dias vale (em face da política nacional) menos do que valia há 70 ou 80 anos passados e isso sabendo que os políticos brasileiros que freqüentam o palácio Tiradentes estão muito abaixo dos que freqüentavam o velho palácio que fôra cadeia colonial.

466 CARNEIRO, David. **História do período provincial do Paraná**. Galeria de Presidentes da Província. Curitiba: s.n., 1960. p. 11.

Seria efeito da moralidade, influência pessoal, prestígio político individual, convergência da opinião pública local em torno dos seus assuntos e dos seus homens?

Talvez tudo isso junto! Quando os Carrão, os Araújo, os Correias, os Marcondes de Oliveira e os Pedrosa, calcados em nomes locais prestigiosos, como Nacar, Sêro Azul, Campos Gerais e Guarapuava, agiam no Império em nome do Paraná possuíam força social e política quase inabaláveis, pela segurança efetiva e contínua – que seus nomes representavam!⁴⁶⁷

E o Paraná distinguia-se também por ser um país fronteiriço aos limites paraguaios, onde as “Primeiras Notícias de Guerra” deram-se de forma distinta e inigualável, com peculiar afeto à causa nacional desde os “Primeiros Embarques” até os “Festejos de Volta”.

Assim, ao referenciar as ações militares da Guerra do Paraguai, enaltece a bravura e a honra dos Voluntários da Pátria, abrilhantando as honras “conferidas aos paranaenses”: “Os Voluntários da Pátria que deu o Paraná, foram bravos; de uma bravura e de um estoicismo sem igual, por isso que combateram sempre sem o mais mínimo interesse”.⁴⁶⁸

David, de forma muito sutil, revela em *gestos de interpretação*, “ações louváveis” e “exemplos de patriotismo”. Em um capítulo intitulado “Um pouco de romance”, narra e analisa em que medida um acontecimento que à primeira vista pode parecer casual, carrega significantes representativos de coragem patriótica e o quanto seus significados podem simbolizar à nação em guerra. É o processo de heroificação regional em ritmo de êxtase e frenesi.

467 CARNEIRO, David. **História do período provincial do Paraná...**, 1960. p. 15-16.

468 CARNEIRO, David. **O Paraná na Guerra do Paraguai...**, 1995. p. 71.

Romário Martins assim se refere ao estilo de David:

David Carneiro não se contenta em descrever o fato histórico, mesmo à luz dos documentos e do autores de confirmado conceito. Ele parece ansiar pela objetivação do cenário, pela materialização dos acontecimentos, por poder palpá-los, para o que acumulou uma quantidade de objetos que, no nosso passado regional e nacional, foram contemporâneos e partes de acontecimentos históricos.⁴⁶⁹

David parte mesmo em busca da objetivação de um cenário que materializasse, de forma “palpável”, o passado glorioso, o passado regional, mas que, à luz de documentos e referências fidedignas, realçasse-o em honrarias nacionais.

Assim é que David esforça-se em enaltecer as contribuições do Paraná na Guerra do Paraguai, com o espírito de fraternidade, conforme premissas positivistas: “Com este espírito, pois, que vimos glorificar, ou quando menos lembrar, os soldados obscuros que a província mais nova e de mais fraca população do Império ao tempo da guerra, forneceu ao Brasil”.⁴⁷⁰

As fontes utilizadas pelo autor para o estudo da atuação das forças paranaenses na Guerra do Paraguai, foram especialmente edições do “19 de Dezembro”, que, conforme David Carneiro mesmo atentou, era o único jornal na época com edição periódica e saída sistemática permanente, cujas primeiras publicações datam desde a instalação da Província:

Não se trata de uma história do Paraná durante o período da guerra, mas de comentários em torno do que aconteceu à Província, e na Província, e aos seus filhos que partiram, e aos paranaenses que serviram a Pátria na circunstância. Está falho, sem dúvida, como falho é tudo o que sai sem uma base de organização anterior. Tem o mérito de ser sobre o assunto, no Brasil, a primeira tentativa, e é só por isso que tem interesse.⁴⁷¹

469 MARTINS, Romário. Prefácio. CARNEIRO, David. **O Paraná na Guerra do Paraguai...**, 1995. p. 16.

470 CARNEIRO, David. **O Paraná na Guerra do Paraguai...**, 1995. p. 22.

471 CARNEIRO, David. **O Paraná na Guerra do Paraguai...**, 1995. p. 282.

No capítulo “Um pouco de romance”, já referido, é de se notar a sutileza de David acerca de “Um baile histórico em Curitiba”:

Poucos bailes tem entrado com firmeza e sem contestação, para as páginas exigentes da história. No entanto, quantos bailes não figurariam nelas com vivo colorido, para despertar a gratidão dos pósteros, se pudéssemos saber, hoje, e com certeza, a influência que esta ou aquela reunião, e nessa reunião, a influência que esta ou aquela música, teve nos destinos dos grandes homens. Porque – é preciso convir, – assim como qualquer de nós tem um baile decisivo na vida, quer se fale sobre assuntos domésticos, amores, constituição do lar e de família, quer se fale sobre as impressões deixadas em nosso espírito por bailes comemorativos de festas cívicas, que atingem o nosso patriotismo, assim também todos ou quase todos os grandes homens têm o seu baile histórico, ainda mesmo quando seja de insignificante importância nos meios sociais.⁴⁷²

David Carneiro traz ainda à tona a matéria do Jornal “19 de Dezembro”, que datava de 10 de fevereiro de 1865, anunciando a descrição de um baile realizado em Curitiba em comemoração à despedida dos Voluntários da Pátria no Paraná, que partiam com seu corpo de guarnição ao Mato Grosso com destino à Guerra do Paraguai:

Curitiba também tem o seu baile histórico. Descobri-o nas amarelas páginas do “19 de dezembro”. Estava escondido. Tive a glória e o prazer de fazê-lo voltar à luz, com as suas quadrilhas e os seus lanceiros; com as suas damas de rostos pálidos, rostos onde ainda a beleza se não escondia sob o zarcão oleoso dos rouges; com os uniformes azul ferrete manchados do dourado das charlateiras, dos galões, e dos botões, e do niquelado das espadas, junto das quais caía a pasta negra de couro, com as iniciais do segundo imperador.⁴⁷³

472 CARNEIRO, David. **O Paraná na Guerra do Paraguai...**, 1995. p. 77.

473 CARNEIRO, David. **O Paraná na Guerra do Paraguai...**, 1995. p. 78.

E assim foi transcrita a nota sobre

'O Baile

Tristeza de mistura com alegria; risos e lágrimas, constantes mutações do viver. Mas tão próximos, tão cambiantes, tão pouco escondidos, que nunca vi melhor do que na noite de 7 deste mês.

Foi num baile. A luz, derramada por todo o ambiente do salão, intrometendo-se pelas cortinas, atravessando as frestas dos reposteiros, levemente rugados por brandas lufadas de ar abafadiço, iluminava os rostos dançantes e esclarecia-lhes o semblante onde, como em livro aberto, se podia ler o que ia pelas almas.

Cílios formosos baixavam lânguida e descuidadosamente para encerrar nas pálpebras, lágrimas que rompiam o dique que se lhes opunha e gotejavam pelas faces pálidas.

Mãos trêmulas suspendiam, então, lenços de cambraia, bordados, para enxugar olhos que às vezes eram bem lindos.

Lábios trêmulos, de bocas formosíssimas, ensaiavam sorrisos que assomavam desbotados como os de aquarelas antigas.

Arfavam, oprimidos, colos de neve.

Quem mais sofria, passeava de cerviz erguida, fingindo alegria, que era desordenada, dando gargalhadas que pareciam soluços.

Coração em tortura e o espírito procurando o atordoamento da dor [...]

A música desprende seus cadenciados sons em melodias suaves [...]

Quando a música para, o rumorejar da conversação íntima se suspende, percebendo-se apenas a última palavra [...]

Vai terminar o baile.

A orquestra dá sinal, para a última dança.

Tudo se galvaniza e o baile finda com frenesi [...]

Estive num baile; é o que se diz, no dia seguinte, e nada mais.

Este baile, porém a que fiz assistir o leitor, in mente, era a despedida dos bravos que vão combater pela honra e dignidade do Brasil. Festa de despedida dos que sacrificam cômodos e arriscam vida para ir buscar a morte gloriosa das batalhas, ou os louros de esplêndidas vitórias. Baile patriótico em que se despedem irmãos que ficam, dos irmãos que partem para desafrontar a honra e a dignidade da Pátria'.⁴⁷⁴

Fica latente nessa matéria sobre "O Baile" um misto de terror, ansiedade e expectativa daqueles que estavam prestes a enfrentar combates de guerra. David sugestiona o leitor a compreender esse cenário de véspera de guerra. E o que consola em sua encenação é justamente o discurso de exaltação nacional, que, embalado por um clima romântico, quer produzir um efeito de

474 CARNEIRO, David. **O Paraná na Guerra do Paraguai...**, 1995. p. 79-81.

sentido, evidenciado na pretensão de David, que, ao resgatar tal matéria jornalística, eterniza, enfim, o momento de sua efemeridade.

David não procurou pela ordem cronológica dos acontecimentos, mas reforça em post-fácio a preocupação que teve em dividi-lo em três partes distintas, versando sobre o movimento de partida; sobre a atuação tanto no campo da luta como na província durante a guerra; e por fim a volta dos que puderam regressar.

E conforme David mesmo reitera:

Foi este livro consequência da “*História do Paraná Militar*” [...] A falta de dados sobre a atuação do Paraná na sangrenta guerra que empolgou a todo o Brasil, nos autores que vi, li e consultei, fez-me pensar na busca, nos jornais da época da guerra do Paraguai (1865-1871), a fim de falar sobre ela.⁴⁷⁵

Ainda que as edições Dicesar Plaisant tivessem alcance maior no âmbito regional, há que se ressaltar que a viabilidade editorial regional encontrava sentido especialmente porque as produções consideradas como obras de divulgação nacional, quando chegavam às várias regiões que compõem o país, muitas vezes distribuíam-se de forma desigual entre os estados e no próprio interior destes. É nesse ponto que as edições regionais e locais tornavam-se mais acessíveis aos leitores da própria região, e encontravam, inclusive, leitores que muitas vezes não chegavam a compor o meio intelectual dos que detinham montantes consideráveis de capitais e vinculações ao “mercado de bens simbólicos”. O Paraná poderia então passar a conhecer a sua própria história, contada por quem pertencia à própria terra.

Entretanto, David Carneiro, ao reforçar a Guerra do Paraguai como aquela que empolgou toda a nação, ressentia-se por não ver mencionado por autores de renome nacional e em jornais da época, acerca do papel e da atuação do Paraná em tão sangrento combate. É nesse ponto que a obra

475 CARNEIRO, David. **O Paraná na Guerra do Paraguai...**, 1995. p. 281.

assume um caráter singular, já que para David o Paraná não estaria sendo mencionado como deveria, em face de outras regiões, que já teriam maior representatividade na história dos acontecimentos que construíram a nação.

Ao Paraná não foram conferidas glórias como a atuação do Rio Grande do Sul nas guerras fronteiriças com os castelhanos, ou com relação à própria representatividade política e econômica tradicionalmente preterida para as regiões do centro-sul enquanto centro de gravitação do país. Era como se o destino do Paraná estivesse fadado a permanecer na periferia⁴⁷⁶ dos acontecimentos nacionais. David Carneiro assim o traduziu e procurou dar provas contrárias a essa situação.

Em seu discurso, o cenário se materializa no herói regional, que traz consigo o sentimento fraternal de ardor patriótico, sempre em luta contra os adventícios, os quais estariam tomando para si o comando do Estado, pois

[...] se o Paraná como existência demográfica, formando um todo, com normas políticas e tradições históricas próprias, cresceu em nível material, riqueza e cultura média, realmente decresceu no que diz respeito ao valor das suas elites e à atitude moral dos que o deviam representar.⁴⁷⁷

Esses chamados *adventícios* não contribuía com o ideal de identidade, não colaboravam para com a imperiosa “necessidade sistemática” da escrita da história, já sacramentada pela ação de grandes vultos em acontecimentos memoráveis à nação, nem tampouco contribuía para a evolução da “alma paranaense”.

476 Sobre a situação periférica do Paraná, com ênfase às questões econômicas, ressalte-se outra interpretação, também considerada clássica no estudo regional: PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

477 CARNEIRO, David. **História do período provincial do Paraná...**, 1960. p. 17.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bento, Brasil e David foram contemporâneos e nasceram na mesma década. Bento em 1905, Brasil em 1907 e David em 1904. Bento viveu 68 anos, até 1973, Brasil 90 anos, até 1997 e David 86 anos, até 1990.

Ainda que Brasil e David tenham sido mais longevos que Bento, o ápice de suas produções intelectuais se deu num mesmo tempo e espaço social, num contexto demarcado pela busca de diretrizes ao estudo regional. E os embates identitários caracterizariam-se numa constante nas discussões e nas concepções que envolviam a compreensão da questão regional.

O que se detectou nas produções dos três intelectuais é que o estudo regional assentava-se, essencialmente, no discurso de formação social e histórica paranaense, num momento em que as ciências sociais e a história também buscavam pela sua afirmação institucional.

Entretanto, os três intelectuais distinguiam-se pela postura teórico-metodológica adotada em seus estudos, o que revelou o sentido de suas produções.

Bento foi um intelectual bandeirante, católico fervoroso, de forte apego à filosofia aristotélica tomista e como tal formulou, ao longo de sua vida política e intelectual, discursos identitários, com base em princípios democráticos, cristãos, com vistas ao progresso, mas sem deixar de reverenciar o passado de formação social e histórica paranaense. Buscou, assim, a unicidade e a integração paranaense, já demarcada pela tradição ervateira de herança “tinguí”.

Para Bento, a “significação do Paraná” perpassava pela significação da terra e da gente do Paraná, possuidora de características específicas, assemelhando-se ao pinheiro, que se ergue “raqúitico” e “tímido”, tornando-se

“grande” e “nobre” e que “agasalha o forasteiro”, mas “não sabe aprender as lições de ingratidão”.

É nesse sentido que Bento reiteradamente justificou em seus discursos a definição do que constituía o caráter social paranaense, de acordo com uma formação peculiar. Demonstrativo desse pensamento foi a defesa veemente pela “pequena propriedade” como característica do povoamento paranaense, quando Deputado Federal em 1959, em contraponto à reforma agrária, bem como a defesa pelo cooperativismo enquanto herança do processo imigratório no sul do Brasil em contraponto ao ideal “marxista-leninista” de “coletivização da propriedade”. Afinal, para Bento, o Paraná estaria na “mancha loira” do Brasil. Era enfim a própria formação social e histórica sulista um contraponto à formação do Brasil “mestiço” e “mulato”.

Em Brasil, o estudo regional apoiou-se, fundamentalmente, em estudos tipológicos, com base em Weber, e em estudos estruturais, com base nos estudos que caracterizaram a 2.^a Geração dos *Annales*. Sua veia antropofágica contribuiu também à desmitificação da idéia de uma identidade paranaense.

Segundo Brasil, a formação histórica paranaense seria caracterizada, conforme estudos de Martius, por “múltiplos estímulos” de ordem nacional. A formação do Paraná estaria então delineada por “três grandes migrações movimentadas”, uma no século XVII e duas no século XX, produzindo três tipos de colonização, “contíguas e conflitantes entre si”, mantidas enquanto unidade apenas por pertencerem a um mesmo Poder Administrativo.

Tais migrações demarcariam então o que se convencionou denominar de Paraná Tradicional e Paraná Moderno, cabendo à história regional do Paraná compor mais um dos capítulos da história regional do Brasil, ainda que com “individualidade distinta”. No estudo das migrações populacionais, tendo a “comunidade” como núcleo central de investigação, Brasil apontou que a

formação do Paraná é resultado da migração paulista, tendo em conta a história das migrações em nível nacional.

Diferentemente de Bento, para Brasil, o estudo da cidade colonial enquanto “fenômeno urbano” decorria do próprio processo de colonização portuguesa e de concessão de sesmarias, definindo como tipologia fundamental da cidade colonial brasileira, a posse da terra e a garantia do latifúndio. É pela posse da terra que o autor verificou a formação de uma estrutura agrária nos Campos Gerais e como o imigrante constituiu-se em elemento de desagregação da elite campeira.

Já David, ainda que visse como Bento, a necessidade de apego às tradições ervateiras e de valorização às características paranaenses, enquanto um intelectual positivista, teceu críticas ao comportamento acomodado adotado pelo catolicismo, em prol do que denomina, conforme Comte, de “evolução social”. É em busca das “leis de evolução social” e da “necessidade do conhecimento sistemático da história” que materializa seu discurso regional e corporifica a identidade paranaense consolidada por um passado glorioso.

Produziu intensamente sobre temas regionais que envolviam o papel e a luta paranaense em favor da nação. Demonstrativo dessa postura teórico-metodológica foram as produções que contemplaram a participação do Paraná na Revolução Federalista e na Guerra do Paraguai. Ficou evidente em seus discursos, a ação dos heróis paranaenses na salvaguarda da honra nacional, conferindo ao Paraná a necessidade de caminhar para além da sua situação de periferia dos acontecimentos nacionais.

David, ao buscar pelo ideal identitário e pela mitificação do herói regional, traçou um estudo da “psicologia” paranaense, demarcando sua luta incessante contra os chamados “adventícios”.

Enfim, é na distinção e na semelhança dos três intelectuais que se apreendeu, na produção dos sentidos de seus discursos, as possibilidades e as evidências do estudo regional. Enredados por *já-ditos*, o discurso regional

identitário trouxe à cena enunciativa conflitos entre os enunciatários. Entre características e incharacterísticas, a identidade paranaense, enquanto objeto simbólico, foi testada pela eficácia do discurso e pela autoridade do enunciador.

Pela noção de *campo*, enquanto espaço onde podem ser detectadas as relações de poder, e pela noção de *habitus*, enquanto um “sistema de disposições socialmente constituídas”, foi possível compreender “como” as *trajetórias* de Bento, Brasil e David foram demarcadas por *lutas simbólicas*, num Paraná que não havia ainda delimitado suas fronteiras, mas que era palco de conflitos armados pela legitimidade na posse de terras, e num Paraná em que o sonho simbolista havia prosperado em experiências artísticas e culturais, “inventando o Paraná” e em que o paranismo atestava o sentido de suas significações no tempo, na medida mesmo em que o contexto político assim o requeria.

De conformidade com a pesquisa sobre genealogia e classe dominante no Paraná⁴⁷⁸, foi possível detectar o vínculo familiar e a herança cultural herdada de Bento, Brasil e David. Ocupando posições sociais privilegiadas, foram detentores de capitais, fundamentando-se pelo *espírito de família* e operando assim numa lógica de manutenção dominante.

Ainda que Bento tenha correspondido mais acentuadamente ao *espírito de família* no que concerne à detenção de capital político, os três intelectuais pertenceram a “famílias privilegiadas” na educação, sendo herdeiros de um capital cultural. Foram, portanto, detentores de um capital simbólico e de uma *visão legítima*, eficazmente reconhecida enquanto uma *linguagem de autoridade*, demonstrada tanto pela *trajetória* intelectual e política de Bento, como pela *trajetória* acadêmica acentuada pelo rigor científico de Brasil, bem como pela *trajetória* de David, demonstrada na busca pela perpetuação do

478 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

capital econômico e social ervateiro, conforme suas reiteraões de mitificaão da tradião paranaense.

Enfim, imbuídos de um *espírito de família* e de uma *linguagem de autoridade*, fundamentada por uma *visão legítima*, pela possibilidade de acesso aos meios discursivos e pelo reconhecimento da instituição da palavra, Bento, Brasil e David estabeleceram as bases e constituem-se em referenciais para o estudo regional.

Entre *tinguís, pioneiros e adventícios*, procurou-se, nesse trabalho, contribuir para a compreensão de como o *efeito simbólico da utilização social das palavras* e dos *usos da linguagem* correspondeu à reprodução e distribuição do capital cultural, demarcando critérios de *visão* e de *di-visão* para o estudo regional e definindo o que constituiu a formação social e histórica paranaense.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oswald. **Os dentes do dragão**. São Paulo: Globo. Secretaria de Estado da Cultura, 1990. (Obras Completas de Oswald de Andrade).

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Ed. Europa, América, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. Apresentação. Um livro perene. In: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Escala. (Grandes Obras do Pensamento Universal, n. 30).

DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GRYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **Boletim Informativo Bibliográfico - BIP**, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1996, n. 41, p. 35-83, 1996.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1983.

MALDIDIÉ, Denise. Elementos para uma história da análise de discurso na França. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MANGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

NEOCLASSICISMO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano - 14).

ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1988.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 234.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 18. ed. revista e completada por Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1964.

SINOPSE. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

WACQUANT, Loïc. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba: UFPR, n. 19, p. 95-110, nov. 2002.

2 SOBRE O PARANÁ

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. Símbolos e monumentos: as comemorações de emancipação política do Paraná nos logradouros de Curitiba. **Revista Publicatio**: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes. Ponta Grossa: UEPG, p. 7-20, 1993.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e a construção de identidade regional. 2001, 442 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMPOS, Névio. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade**: 1892-1950. 247 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Maria Cecília. **Atlas histórico do Paraná**. 2. ed. rev. ampl. Curitiba: Ed. do Chain, 1986.

_____. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. **História**: Questões e Debates. Revista da Associação Paranaense de História - APAH. Curitiba, n. 2, p. 5-13, jun. 1981.

CIGOLINI, Adilar; MELLO, Laércio de; LOPES, Nelci. **Paraná** - Quadro natural, transformações territoriais e economia. Curitiba: Renascer, 1998.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. O paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 151-190, 2007.

_____. **A produção da memória e o patrimônio tombado na Lapa/PR:** perspectivas para o currículo escolar. Ponta Grossa, 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003.

_____. **Demolição do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant'Ana**, 97 f. Monografia (Especialização em História e Região) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1999.

CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e política no Paraná:** prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. 2006, 231 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

COSTA, Odah Regina Guimarães Costa. Estruturas agrárias de Curitiba – Paraná: 1850-1900. In: **História: Questões e Debates**. Revista da Associação Paranaense de História – APAH, ano 3, n. 5, dez. 1982.

COSTA, Samuel Guimarães da Costa. **A erva-mate**. Curitiba: Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: UFPR, 1989.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Chain; Banestado, 1991.

Dr. CAETANO Munhoz da Rocha. Dados Biográficos. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, tomo II, n. 3, p. 271-273, out. 1944.

FRANCO, Arthur Martins. Dr. Caetano Munhoz da Rocha. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, tomo II, n. 3, p. 275-286. , out. 1944.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). O Paraná reinventado: política e governo. Curitiba, 1989

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO PARANÁ; SOCIEDADE DE AGRICULTURA DO PARANÁ . **Programma Geral do Centro Paranista**. Curityba: Livraria Mundial, 1927, p.15.

KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: Trajetória Política e Gestão no Governo do Paraná. In: OLIVEIRA, R. C. de. (Org.). **A construção do Paraná moderno**: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

LINHARES, Temístocles. **Paraná vivo**: um retrato sem retoques. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

LUPORINI, Teresa Jussara. **Os “lugares de memória” do Estado do Paraná**: demandas e políticas pela preservação do patrimônio cultural. Campinas, 1997, 362 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná**: política e governo. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná).

_____. **Alemanha, mãe-pátria distante**: utopia pangermanista no sul do Brasil. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Corvos nos galhos das acácias**: o movimento anticlerical em Curitiba, 1896-1912. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MARCHI, Euclides. Perfis historiográficos: avaliação da produção científica do Departamento de História da UFPR – 1959/1989. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 5., 1997, Ponta Grossa: ANPUH-PR, 1997, p. 413-423.

MARTINS, Romário. Tinguí. In: ÁLBUM do Natal do Centenário do Paraná. **A Divulgação**. Curitiba: Velox Propagadora, v. 7, dez. 1953.

_____. Paranística. **A Divulgação**. Curitiba, p. 37, fev./mar. 1948.

_____. **Quantos somos e quem somos**: dados para a história estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1941.

_____. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Guaíra, [19--].

_____. **O brasão de armas do Paraná e os seus symbolos**. Curitiba: APPR, [19--]. [Datilografado]. cx. 10

_____. **Origem das bandeiras**. Curitiba: APPR. [19--]. cx. 10

_____. **Mensagem do Centro Paranista**. Curitiba: APPR. [19--]. cx. 10

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**: ensaios sôbre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: Anhembi, 1955.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Impressora Paranaense, 1926, v. 1.

O CENTRO Cívico – expressão e orgulho de um grande Estado. **A Divulgação**. Curitiba: Velox Propagadora, ano V, jun. 1952.

OLIVEIRA, Joselfredo Cercal de. **Educadores ponta-grossenses**: 1850-1950. Ponta Grossa: UEPG, 2002.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004.

_____. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PADIS, Pedro Calil. **Paraná: uma economia periférica**. Curitiba. Secretaria da Cultura e do Esporte, 1974.

PAZ, Francisco (Org.). **Cenários de economia política: Paraná**. Curitiba: Prefhacio, 1991.

_____. Estruturas agrárias do norte do Paraná. In: **História: Questões e Debates**. Revista da Associação Paranaense de História – APAH, ano 5, n. 8, jun. 1984.

PEREIRA, Magnus Roberto Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889**. Curitiba: UFPR, 1996.

PROBLEMAS da Economia Cafeeira. **Estado do Paraná**. Curitiba, n. 746, ano III, jan.1954, p. 1.

REVISTA JOAQUIM. Curitiba: Imprensa Oficial: 2001. (Coleção Brasil Diferente, 1946-1948).

RITTER, Marina Lourdes Ritter. **Caminhos para a história do Paraná: Brasil Pinheiro Machado e o modelo de formação das comunidades**, IHGB, Estante Paranista, 14, Banestado, 1882, p. 437-455.

SALTURI, Luis Afonso. **Frederico Lange de Morretes, liberdade dentro de limites: trajetória do artista-cientista**. 255 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SANCHES NETO, Miguel (Org.). **Wilson Martins**. Curitiba: UFPR, 1997. (Série Paranaenses, 8).

SEYFERT, Giralda. A Liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis. **História: Questões e Debates**. Revista da Associação Paranaense de História – APAH, Curitiba, p. 113-155, jun-dez 1989.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz**: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006, p.166-167

TREVISAN, Edilberto. **As nascentes do paranismo**. Gazeta do Povo, Curitiba, 9 jun. 1991.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. A Victoriosa Rainha dos Campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 2, v. 3, p. 37-76, 1998.

3 PRODUÇÃO CONSULTADA DE BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO, BRASIL PINHEIRO MACHADO E DAVID CARNEIRO

3.1 Bento Munhoz da Rocha Netto

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Discursos parlamentares**. Curitiba: Ed. do Chain, 2006.

_____. **O Paraná, Ensaio**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Prefácio. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1, p. 11.

_____. **Ensaio**. Curitiba: Edições ER. 1969.

_____. Prefácio. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais**: estruturas agrárias. Curitiba: UFPR, 1968.

_____. **Tinguís**. Curitiba: [s.n.], 1968.

_____. **Mensagem da América**. Curitiba: UFPR. 1962.

_____. **Presença do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1960.

_____. O Paraná é um livro aberto de sociologia. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 jan.1954, p. 1.

_____. **Homenagem póstuma a José Farani Mansur Guérios**. Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, tomo II, n. 4, p. 558-559, out. 1949.

_____. **Solenidade da Entronização de Cristo Crucificado no Plenário**. Palácio Tiradentes. Câmara dos Deputados. Curitiba: Imprensa Nacional, 1948.

_____. Alguns traços da personalidade de Munhoz da Rocha e um capítulo de sua vida. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, n. 3, tomo II, p. 307-358, out. 1944.

_____. Francisco Negrão. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba**, n. 5, tomo I, p. 343-349, abr. 1938.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A função do historiador. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, tomo 1, n. 3, p. 243-248, set. 1936.

_____. Sobre o Thomismo. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, n. 3, tomo I, p. 242-244, set. 1936.

_____. A Significação do Paraná. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, p. 3-12, abr. 1930.

_____. A Significação do Paraná. **Revista A Ordem: Órgão do Centro Dom Vital**. Rio de Janeiro, ano X, n. 6, abr. 1930.

_____. **Discurso de Orador da Turma de Engenheiros Civis de 1926**. Faculdade de Engenharia do Paraná; Palácio do Congresso Legislativo do Estado. Curitiba, p. 3-17, 09 abr. 1927.

3.2 Brasil Pinheiro Machado

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

_____. Prefácio 2. ed. In: CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Maria Cecília. **Atlas Histórico do Paraná**. 2 ed. rev. ampl. Curitiba: Ed. do Chain, 1986.

_____. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates**. Revista da Associação Paranaense de História – APAH, ano 6, n. 10, jun. 1985.

_____. A historiografia de Romário Martins na sua “História do Paraná”. In: **COLÓQUIO DE ESTUDOS REGIONAIS, COMEMORATIVO DO I**

CENTENÁRIO DE ROMÁRIO MARTINS, 1974, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 1974. p. 43-49.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968.

WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, n. 7, p. 1-52, jun. 1968.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Departamento de História, Curitiba, n. 3, jun. 1963, p. 1-27.

_____. O desnorteamento da união brasileira. **Revista A Ordem: Órgão do Centro Dom Vital**. Rio de Janeiro, fev. 1930. Arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

3.3 David Carneiro

CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

_____. **O Paraná na Guerra do Paraguai**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

_____. (Org.). **Positivismo e Humanismo**. Curitiba: Centro Positivista do Paraná, 1993.

CARNEIRO, David. **História da Guerra Cisplatina**. Brasília: Ed. UnB, 1983. (Coleção Temas Brasileiros).

_____. **O Paraná e a Revolução Federalista**. 2 ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

_____. **Perfil histórico da Associação Comercial do Paraná e Galeria dos Presidentes**. Curitiba: Repro-set, 1981, p. 91-92.

_____. **Rastros de Sangue**. Curitiba: Max Roesner, 1971.

_____. **História do período provincial do Paraná**. Galeria de Presidentes da Província. Curitiba: s.n., 1960.

_____. Romário Martins: como eu o compreendi. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, p. 34-49, dez. 1948.

_____. **História Psicológica do Paraná**. Edição do Dr. Dicesar Plaisant. Curitiba: Tip. João Haupt, 1944.

_____. Teocracia. In: HISTÓRIA Geral da Humanidade através dos seus maiores tipos. São Paulo: Athena, 1939, p 27-36.

_____. **O Cerco da Lapa e seus heróis**. Rio de Janeiro: Ravaro, 1934.

4 DOCUMENTOS CONSULTADOS ON-LINE

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.anpuh.org.br>>. Acesso em: 22 maio 2008.

BIOGRAFIA de Pedro Calmon. Disponível em: <http://www.forum.ufrj.br/biblioteca/biografia_calmon.html>. Acesso em: 12 jul. 2008.

BRASIL. **Lei N.º 2.582, de 30 de agosto de 1955**. Institui a Cédula Única de Votação. Senado Federal. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=110566>>. Acesso em: 24/06/2008

CENTRO POSITIVISTA DO PARANÁ. **Prof. e Historiador Dr. David Antonio da Silva Carneiro (1904-1990)**. Curitiba, PR. Disponível em <<http://www.palm.com.br/cpp/frameset.htm>>. Acesso em: 10/06/2009.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e Nação na Propaganda do Milagre Econômico". **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26/05/2009.

DICIONÁRIO Histórico e Geográfico dos Campos Gerais. Disponível em <<http://www.uepg.br/oquee.htm>>. Acesso em: 25/01/2009

FRAGMENTOS de uma História: **o Acervo David Carneiro**. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/mon/exposicoes/davidcarneiro.htm>>. Acesso em: 08/10/2008.

COPEL. **História**. Disponível em <<http://www.copel.com/hpcopel/root/index.jsp>>. Acesso em: 30/09/2008.

MILLARCH, Aramis. **David Carneiro, o que construiu o cine Ópera**. <http://www.millarch.org/artigo/david-carneiro-o-que-construiu-o-cine-opera>>. Acesso em: 08/10/2009.

PARANÁ teve a eleição mais disputada da história. **Par@ná Eleitoral**. Curitiba, 30 out. 2006. Disponível em <http://www.paranaeleitoral.gov.br/noticia.php?cod_noticia=1528>. Acesso em: 25/5/2009.

SANCHES NETO, Miguel. Traduzindo o Paraná. **Jornal de Poesia**. Curitiba. 12 jan. 1998. Disponível em <<http://jornaldepoesia.jor.br/msanches20.html>>. Acesso em: 28/08/2008.

SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de casa-grande & senzala de Gilberto Freyre. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 36, fev. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16/06/2009.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de Souza. **A eugenia no Brasil**: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. <<http://www.anpuh.uepg/xxiiisimposio/anais/textos/Vanderlei%20Sebasti%C3%A3o%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em: 28/10/2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Disponível em <http://www.uepg.br/uepg_historico/>. Acesso em: 06/07/2009.

6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ÁLBUM do Natal do Centenário do Paraná. **A Divulgação**. Curitiba: Velox Propagadora, v. 7, dez. 1953.

BALHANA, Altiva Pilatti. Prefácio 1. ed. In: CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Maria Cecília. **Atlas Histórico do Paraná**. 2 ed. rev. ampl. Curitiba: Ed. do Chain, 1986.

BIBLIOTECA Pública do Paraná. **A Divulgação**. Curitiba: Velox Propagadora, ano X, dez. 1955.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos “Annales” à Nova história. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

ELEITO nosso candidato. **Gazeta de Londrina**. Londrina, ano II, n. 100., p. 1, 30 dez. 1945.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996.

LEITE JÚNIOR, Hor-Meyll Teixeira. **Moysés Lupion**: civilizador do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Três cadernos de história**: idéias e reflexões. Curitiba: Arte e Letra, 2002.

MALTZ, Bina Friedman. Antropofagia: rito, metáfora e pau-brasil. In: MALTZ, Bina Friedman; TEIXEIRA, Jerônimo; FERREIRA, Sérgio. **Antropofagia e tropicalismo**. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 9-39.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo**: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

REBELO, Vanderlei. **Bento Munhoz da Rocha** - o intelectual na correnteza política. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Radiografia de novembro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1960.

_____. Discurso pronunciado por S. Excia. Snr. Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto, pelo transcurso do "Jubileu de Prata" do Círculo de Estudos Bandeirantes, em 11 de setembro de 1954. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, tomo II, p. 771-773, set. 1954.

_____. **Uma interpretação das Américas**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1948.

_____. O Paraná terá que mudar de nome? **Diretrizes**. Rio de Janeiro, ano 8, n. 482, p. 1, 20 abr.1946.

_____. Cultura paranaense. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 4 jan.1942, p. 5.

_____. Dom Fernando Tadei. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, n. 2, tomo II, p. 187-201, jul. 1941.

_____. Prefácio. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, n. 1, tomo II, set. 1939.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Divagações sobre a democracia. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, n. 1, tomo II, p. 43-60, set. 1939.

_____. Doutorismo. **O Luzeiro**. Curitiba, ano II, n. 4, fev. 1938.

_____. Visões tacanhas. **O Luzeiro**. Curitiba, ano II, n. 3, fev. 1938.

_____. Mitos liberais. **O Luzeiro**. Curitiba, ano 1, n. 10, out. 1937.

_____. Doutrina e ação. **O Luzeiro**. Curitiba, ano 1, n. 8, ago 1937.

_____. Erros do Brasil. **O Luzeiro**. Curitiba, ano 1, n. 7, jul 1937.

_____. Nossa época. **O Luzeiro**. Curitiba, ano 1, n. 5, maio 1937.

_____. O Cristianismo deante da encruzilhada. **Revista A Ordem**: Órgão do centro Dom Vital. Rio de Janeiro, n. 5, p. 96-101, jul/ago 1936.

_____. No Conselho Regional de Engenharia. **Boletim do Instituto de Engenharia do Paraná**. Curitiba, ano III, n. 7, set. 1935.

_____. Organização européia. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 27 jan.1929, p. 1.

_____. Civilização. **Gazeta do Povo**. Curitiba, p. 1, 7 dez.1928, p. 1.

SANT'ANA, Hugo. **Paulo Pimentel**: momentos decisivos. Curitiba: Travessa dos Editores, 2008.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas/SP: Papyrus, 2002 - (Coleção Textos do Tempo).

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Unb, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

7 OUTROS DOCUMENTOS CONSULTADOS

Álbuns pessoais de Bento Munhoz da Rocha Netto. Arquivo do Círculo de Estudos Bandeirantes.

A Revolução no Paraná. **Ilustração paranaense**, Curitiba, out. 1930. Biblioteca Pública do Paraná. 1 bobina de microfilme.

PIERRE BOURDIEU: ETNOGRAFIAS. **Exposição fotográfica**. Curitiba: UFPR, 2007. 1 fôlder.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Show da vitória**. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Discos, 1965. 1 disco sonoro, 33^{1/3} rpm.

8 ARQUIVOS CONSULTADOS

Acervo Cultural Euclides de Cunha da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Acervo Pessoal de Bento Munhoz da Rocha Netto

Arquivo Público do Paraná

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Biblioteca Pública do Paraná

Biblioteca da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Biblioteca da Universidade Federal do Paraná

Círculo de Estudos Bandeirantes

Museu Campos Gerais da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Museu Oscar Niemeyer